CORAÇÕES SUJOS

FERNANDO MORAIS

COMPANHIA DAS LETRAS

DADOS DE COPYRIGHT

Sobre a obra:

A presente obra é disponibilizada pela equipe ***Le Livros*** e seus diversos parceiros, com o objetivo de oferecer conteúdo para uso parcial em pesquisas e estudos acadêmicos, bem como o simples teste da qualidade da obra, com o fim exclusivo de compra futura.

É expressamente proibida e totalmente repudíavel a venda, aluguel, ou quaisquer uso comercial do presente conteúdo

Sobre nós:

O ***Le Livros*** e seus parceiros, disponibilizam conteúdo de dominio publico e propriedade intelectual de forma totalmente gratuita, por acreditar que o conhecimento e a educação devem ser acessíveis e livres a toda e qualquer pessoa. Você pode encontrar mais obras em nosso site: ***LeLivros.Info*** ou em qualquer um dos sites parceiros apresentados neste link.

Quando o mundo estiver unido na busca do conhecimento, e não mais lutando por dinheiro e poder, então nossa sociedade poderá enfim evoluir a um novo nível.





BIBLIOTECA
DO EXILADO

FERNANDO MORAIS

[redacted]

A HISTÓRIA DA SHINDO RENMEI

3ª edição

COMPANHIA DAS LETRAS

SUMÁRIO

1
SETE JAPONESES QUEREM DEGOLAR UM CABO
DA FORÇA PÚBLICA: VAI RECOMEÇAR A SEGUNDA GUERRA

2
SÚDITO DO EIXO NÃO PODE TER RÁDIO, CARRO,
DINHEIRO. NÃO PODE NEM FALAR.

3
UM VELHINHO COMANDA O TERROR
NA COLÔNIA JAPONESA: É O SÁBIO CORONEL KIKAWA

4
MIZOBE PARECE ESTAR NADANDO NO AR:
CAI MORTO O PRIMEIRO *MAKEGUMI*

5
A POLÍCIA DESCOBRE O *FUMIE*,
A TORTURA QUE SÓ FERE A ALMA DO PRESO

6
JAPONESES SÃO CAÇADOS A LAÇO E ARRASTADOS
PELAS RUAS DA CIDADE. CHEGOU O "DIA DA FORRA".

7
EIITI SAKANE, O *RONIN* SOLITÁRIO,
PREPARA UM BANHO DE SANGUE EM TUPÃ

8
NA TRIBUNA, PRESTES, CAPANEMA E GILBERTO FREYRE:
A "CAMORRA AMARELA" RACHA A CONSTITUINTE AO MEIO

9
UM *TOKKOTAI* SERÁ TORTURADO E MORTO EM SEGUIDA.
ACABOU A SHINDO RENMEI

EPÍLOGO

SALDO DA AVENTURA: 31 MIL PRESOS, 381 DENUNCIADOS
E 80 EXPULSOS DO BRASIL. MAS JK PERDOARÁ A TODOS

PERSONAGENS ENTREVISTADOS

ARQUIVOS CONSULTADOS

BIBLIOGRAFIA

AGRADECIMENTOS

SOBRE O AUTOR

1

SETE JAPONESES QUEREM DEGOLAR UM CABO DA FORÇA PÚBLICA: VAI RECOMEÇAR A SEGUNDA GUERRA

A voz rouca e arrastada parecia vir de outro mundo. Eram pontualmente nove horas da manhã do dia 1º de janeiro de 1946 quando ela soou nos alto-falantes dos rádios de todo o Japão. A pronúncia das primeiras sílabas foi suficiente para que 100 milhões de pessoas identificassem quem falava. Era a mesma voz que quatro meses antes se dirigira aos japoneses, pela primeira vez em 5 mil anos de história do país, para anunciar que havia chegado o momento de "suportar o insuportável": a rendição do Japão às forças aliadas na Segunda Guerra Mundial. Mas agora o dono da voz, Sua Majestade o imperador Hiroíto, tinha revelações ainda mais espantosas a fazer a seus súditos. Embora ele falasse em *keigo* — uma forma arcaica do idioma, reservada aos Filhos dos Céus e repleta de expressões chinesas que nem todos compreendiam bem —, todos entenderam o que Hiroíto dizia: ao contrário do que os japoneses acreditavam desde tempos imemoriais, ele não era uma divindade. O imperador leu uma declaração de poucas linhas, escrita de próprio punho. Aquela era mais uma imposição dos vencedores da guerra. Entre as exigências feitas pelos Aliados para que ele permanecesse no trono, estava a "Declaração da Condição Humana". Ou seja, a renúncia pública à divindade, que naquele momento Hiroíto cumpria resignado:

"Os laços que nos unem a vós, nossos súditos, não são o resultado da mitologia ou de lendas. Não se baseiam jamais no falso conceito de que o imperador é deus ou qualquer outra divindade viva."

Petrificados, milhões de japoneses tomaram consciência da verdade que ninguém jamais imaginara ouvir: diferentemente do que lhes fora ensinado nas escolas e nos templos xintoístas, Hiroíto reconhecia que era filho de dois seres humanos, o imperador Taisho e a imperatriz Sadako, e não um descendente de Amaterasu Omikami, a deusa do Sol. Foi como se tivessem jogado sal na ferida que a rendição, ocorrida em agosto do ano anterior, havia aberto na alma dos japoneses. O temido Exército Imperial do Japão, que em inacreditáveis 2600 anos de guerras jamais sofrera uma única derrota, tinha sido aniquilado pelos Aliados.

O novo xogum, o chefe supremo de todos os japoneses, agora era um gaijin, um estrangeiro, o general americano Douglas MacArthur, a quem eram obrigados a se referir, respeitosamente, como Maca-san, o "senhor Mac". Como se não bastasse tamanho padecimento, o Japão descobria que o imperador Hiroíto era apenas um mortal, como qualquer um dos demais 100 milhões de cidadãos japoneses.

Mesmo carregada de microfonia e ainda menos compreensível pelas ondas do rádio, a voz arrastada deu a volta ao planeta. E chegou ao ponto mais distante possível da Porta Sakurada, no Palácio Imperial de Tóquio, de onde Hiroíto fazia o curto e humilhante pronunciamento. No Brasil eram nove horas da noite quando a voz foi captada em um pequeno rádio Vestingal — como eram chamados os aparelhos da marca Westinghouse — na casa de um anônimo chacareiro brasileiro do bairro Coim, nos arredores da cidade de Tupã, a 550 quilômetros de São Paulo. O Coim era uma das centenas de colônias em que, desde o começo do século, haviam se instalado os imigrantes japoneses. Retransmitida para os brasileiros pelas ondas curtas da Rádio Record, a Fala do Trono foi traduzida para o português quase simultaneamente. Ao final da irradiação, o lavrador sentiu-se seguro para ir à forra contra os japoneses do bairro, com os quais vivia às turras.

Ele não precisou dar mais que cem passos para chegar à cerca do vizinho Shigueo Koketsu. Como quase todos os patrícios residentes no Coim, Koketsu morava em uma casa pobre, pouco mais que um casebre de madeira, coberto por folhas de zinco. Em vez de encontrar gente chorando, o brasileiro deu com uma animada festa. Cercado de convidados, todos japoneses, Koketsu comemorava o Ano-Novo que se iniciava. Não o dos brasileiros, mas o Oshogatsu, o começo do ano 21 da Era Showa, ou seja, do reinado de Hiroíto. Da cerca mesmo o vizinho berrou, interrompendo a algazarra:

"Olha aqui, cambada de bodes: acabou de dar no rádio que o rei de vocês não é Deus merda nenhuma. É gente que nem eu, caga e mija que nem eu. O Japão perdeu a guerra, vocês agora vão ver quem é que vai botar canga em quem."

Quando dava meia-volta, o brasileiro viu de relance, fincada no chão, atrás de uma árvore, uma vara de bambu em cuja ponta haviam hasteado uma bandeira japonesa de seda. Em vez de voltar para casa, ele subiu numa charrete estacionada na porta e partiu em direção a Tupã para denunciar o que ainda era

considerado um crime contra a Segurança Nacional: o hasteamento da bandeira de um dos três países do Eixo, contra os quais até três meses antes o Brasil lutara na Segunda Guerra Mundial — Alemanha, Itália e Japão.

Eram nove e meia da noite quando o baiano Edmundo Vieira Sá, cabo da Força Pública paulista (atual Polícia Militar) e comandante do destacamento de Tupã, chegou à casa de Koketsu acompanhado de meia dúzia de praças. Conhecido na colônia pela truculência com que tratava os japoneses, Edmundo já chegou dando voz de prisão a quem via pela frente. Enquanto gritava e distribuía tapas nos atônitos convivas de Koketsu, deu ordens para que fosse apreendido tudo o que pudesse ser considerado "prova do crime": cadernos infantis escritos em japonês, livros escolares e até pequenos oratórios xintoístas. O cabo reservou para si a honra de capturar o troféu da expedição: a bandeira japonesa. Arrancou-a com violência do mastro improvisado e, ao passar pelo quintal, em direção ao caminhão onde os presos eram embarcados, ouviu os protestos de alguém que, em péssimo português, gritou:

"Não toque na bandeira japonesa! A Hinomaru é sagrada, não pode ser desonrada!"

O policial militar voltou-se para ver de onde vinha a reclamação. Era o dono da casa. Diante de Edmundo, um mulato de quase um metro e oitenta de altura, o franzino Koketsu parecia ainda menor. O cabo tirou da cintura o cassetete de madeira e aplicou no japonês um violento golpe em cada ombro. Contorcendo-se no chão, Koketsu ouviu o policial mostrar, aos berros, que não estava ali para brincadeira:

"A bandeira é sagrada, é? Pois olha aqui o que eu faço com a sua bandeira, seu bode fedorento: limpo merda de vaca da minha bota!"

Agachou-se e, às gargalhadas, esfregou o pedaço de seda branca e vermelha nos coturnos imundos, enquanto dava ordens para seus subordinados:

"Peguem os mais enfezadinhos e botem no caminhão. Vamos levá-los para o xadrez. E cobrem dez cruzeiros de cada um pela condução daqui até Tupã."

Já era mais de meia-noite quando o subdelegado José Lemes Soares foi acordado em casa por um soldado para dirigir o interrogatório dos detidos. Como a maioria deles mal falava português, foi preciso arranjar um intérprete às pressas, e a escolha recaiu sobre o comerciante e contador Jorge Okazaki, velho amigo dos policiais da cidade. Aquele parecia ser mais um de dezenas de casos

semelhantes, ocorridos antes na cidade. Quando terminava, porém, de interrogar o primeiro detido, o policial ouviu o intérprete Okazaki sussurrar em prudente português:

"Doutor, pergunta para eles quem ganhou a guerra, se foi o Brasil ou o Japão."

Mesmo sem entender direito o sentido da pergunta, o delegado repetiu-a ao preso, que respondeu com convicção:

"Japão ganhou a guerra. No bairro Coim todo mundo sabe disso. Se o Japão tivesse perdido a guerra, todos os japoneses estariam mortos. O Japão nunca perdeu uma guerra, então ganhou essa também."

José Lemes Soares terminou os interrogatórios às duas e meia da manhã. Estava convencido de que era carcereiro de um bando de malucos. Afinal, repetida a todos os seis presos, a pergunta recebeu a mesma resposta:

"Quem ganhou a guerra foi o Japão."

Antes do fim da manhã seguinte as novidades já tinham chegado aos ouvidos da colônia. Além dos detalhes da batida policial na festa, circulou a notícia de que Koketsu havia sido torturado durante a noite na cadeia. Foram dois outros fatos, porém, que despertaram o ódio dos japoneses: a humilhação de ver o policial limpar as botas com a bandeira, e a inexplicável presença de um compatriota, Jorge Okazaki, colaborando com a polícia.

O dia seguinte, 2 de janeiro, transcorreu sem novidades. Quando saía para o trabalho na manhã do dia 3, no entanto, Jorge Okazaki empalideceu ao colocar os pés na rua. Durante a noite tinha sido pintada na fachada de sua casa, em enormes caracteres japoneses, a inscrição ameaçadora: "Traidor da Pátria". Um papel colocado sob a porta de entrada era mais enigmático, e dizia apenas: "Lave sua garganta!". Mas Okazaki sabia o que aquilo significava. "Lavar a garganta" era uma expressão usada por japoneses militaristas antes de uma execução: para evitar que a pele "suja" de um traidor contaminasse o aço da catana, a espada ritual dos samurais, o carrasco sugeria que o condenado lavasse a garganta antes de morrer. Okazaki correu para a delegacia de polícia, não sem antes tomar a precaução de colar duas folhas de jornal sobre a pichação — a maneira mais rápida que ele encontrou para esconder o insulto dos olhares dos 13 mil japoneses residentes em Tupã, naquela época uma cidade de quase 45 mil habitantes. O subdelegado ficou intrigado quando o ouviu dizer que a ameaça era obra de uma sociedade secreta japonesa, militarista e seguidora fanática do

imperador, que já tinha militantes espalhados por toda a região. Uma seita que sustentava que o Japão havia vencido a Segunda Guerra Mundial. Algumas horas mais tarde Soares começaria a desconfiar que talvez Okazaki não fosse um mitômano e que os presos do dia anterior não eram meros idiotas.

Como espectros que tivessem surgido do nada, às nove horas da noite sete japoneses descalços, com idades variando entre vinte e 41 anos, sérios e com ar decidido, postaram-se diante da delegacia de polícia. Uns traziam nas mãos porretes de madeira semelhantes a tacos de beisebol. Outros estavam armados das mortais catanas, sabres embainhados em bambu trabalhado, em cujo interior ocultava-se uma afiada lâmina de aço curva, de oitenta centímetros de comprimento. Eles usavam calções ou tinham a barra das calças arregaçada até a metade da perna, como se tivessem acabado de chegar da lavoura. Embora o uso de pêlos no rosto fosse comum entre os imigrantes — de onde nasceria o apelido de "bodes", dado a eles pelos brasileiros —, apenas um deles, Eiiti Sakane, tinha cavanhaque, bigode e um arremedo de suíças negras no rosto. Como o prédio da polícia ficava em plena avenida Tamoios, no centro da cidade, para chegar até lá tiveram que atravessar uma Tupã às escuras — uma aparição que assombrou os moradores das imediações, que fecharam portas e janelas à aproximação do grupo silencioso. Alguma coisa ruim estava para acontecer. Quando percebeu que os "sete samurais" — como a população passaria a referir-se a eles — tentavam forçar a porta de entrada da delegacia, o soldado Juventino Leandro, carcereiro de plantão, saiu para a calçada empunhando um fuzil e dirigiu-se ao de barba, que parecia ser o chefe do grupo:

"Perdeu o juízo, japonês? Se você está pensando que vai entrar aqui para soltar os presos, pode tirar o cavalo da chuva! Antes disso eu varo metade com a baioneta e passo fogo no resto!"

O suposto chefe, o enfermeiro Eiiti Sakane, de 38 anos, tomou a frente do grupo, protegido por Shimpei Kitamura, um tintureiro de 26 anos de aspecto ainda mais ameaçador por causa do turbante branco amarrado à cabeça. Nenhum dos dois parecia se amedrontar com as ameaças do soldado. Foi Sakane quem respondeu. Enquanto tirava a espada da bainha de bambu, ele desafiou, em um português engrolado:

"Ninguém veio soltar preso. Nós viemos matar o cabo Edmundo, que desrespeitou a bandeira japonesa. Sai da frente que não é nada com você."

Juventino encostou-se na porta, como se tentasse protegê-la com o corpo, e engatilhou a arma, gritando:

"Quem tentar entrar leva bala! O Edmundo não está na delegacia! Não adianta vocês ficarem aqui, porque ele não está de serviço!"

A cena era assistida a distância por entre frestas de portas e janelas. A curiosidade era grande, mas pouco se podia entender daquela mistura de japonês e português que eles falavam. Depois de alguns segundos de tensão, decidiu-se que um dos japoneses entraria no distrito para se certificar de que o cabo não estava lá. Enquanto Sakane, de catana em punho, "guardava" o soldado na calçada, Kitamura entrou no prédio, vasculhou todos os cômodos e voltou, dizendo em japonês para os companheiros:

"Ele fugiu. Então vai morrer em casa."

Na curta marcha de quatrocentos metros entre a cadeia e a pensão Santa Terezinha, onde morava o cabo, a imagem assombrosa dos sete japoneses atravessando a cidade sob a penumbra das copas das mangueiras que enchiam as ruas provocou calafrios nos brasileiros que espiavam de longe, escondidos. A luz vinda dos poucos postes fazia faiscar as lâminas das espadas que eles levavam nas mãos, todas já desembainhadas. Ao chegar à pensão o grupo deu com uma aterrorizada empregada, que só conseguiu balbuciar algumas palavras:

"O Edmundo não está aqui."

Sem pedir ordens, os japoneses entraram pelos corredores e arrombaram a porta do quarto onde vivia o militar — que efetivamente não estava escondido lá. Diante do ar decidido dos visitantes, a moça da portaria da pensão não teve outra alternativa senão contar o que sabia:

"O Edmundo saiu daqui dizendo que ia para o Tênis Clube."

Os sete sumiram de novo na escuridão, silenciosamente. Instantes após eles terem deixado a delegacia, no entanto, o soldado Juventino correra ao Hotel Avenida, onde morava o capitão Gil Moss, comandante da v Companhia do Exército, sediada na cidade. Alertado em meio a uma partida de buraco, o militar despachou-se para o quartel. Assim, mal os japoneses se aproximavam da porta do clube e já ouviram o tropel de um pelotão de soldados do Exército, que chegavam armados de fuzis. Cercados pela tropa, receberam voz de prisão. Eiiti Sakane explicou que eles não tinham nada contra o Exército ou contra os brasileiros:

“Só viemos aqui para matar o cabo Edmundo, que limpou as botas com a bandeira japonesa.”

O oficial mandou o japonês calar a boca e anunciou que eles seriam desarmados ali mesmo e levados para o xadrez. A presença da tropa fez ressuscitar a coragem do cabo Edmundo, que surgiu inesperadamente da escuridão, de cassetete na mão. Quando se aproximou do menor e mais jovem deles, Tokuiti Hidaka, pronto para aplicar-lhe um golpe, viu o japonês dar um salto e avançar em sua direção, de espada levantada. Cinco soldados voaram sobre Hidaka e o desarmaram.

Não fossem as espadas e bordunas que carregavam, os sete poderiam ser confundidos com pacatos agricultores das várias colônias de imigrantes japoneses polvilhadas pela região. De todos eles, apenas um declarou falar português fluentemente: o contador Shiguetaka Takagui, de 26 anos, a quem os óculos de grau davam a aparência de um professor primário. Os demais, à exceção do enfermeiro Sakane, eram todos lavradores, budistas, e mal falavam português. Eram Isamu Matsumoto, o mais velho deles, de 41 anos, Sincho Nakamine, de 38, e os dois mais jovens, Isao Mizushima e Tokuiti Hidaka, ambos de vinte anos.

As janelas das casas se entreabriam para ver o cortejo atravessar a cidade. Desarmados e com as mãos amarradas às costas, os japoneses fizeram silenciosamente o caminho de volta até a delegacia, em fila indiana, mas de cabeças levantadas, com ar vitorioso. Já na polícia, quando o delegado decidiu despi-los para ver se alguém trazia armas ocultas sob a roupa, uma nova surpresa aguardava os curiosos que se aglomeravam na sala do subdelegado Lemes Soares: cada um deles trazia amarrada ao peito, entre a roupa e a pele, uma bandeira japonesa de seda. Não a tradicional, mas a bandeira do Japão guerreiro, na qual o sol central explode em raios vermelhos sobre o branco.

Colocados nas celas e chamados um a um para depor, os japoneses deram com a presença do contador Jorge Okazaki, de novo colaborando com o delegado como intérprete ad hoc. Nenhum deles abriu o bico. Todos sustentaram que estavam na cidade não para cometer algum crime, apenas para matar Edmundo e lavar com o sangue do cabo o ultraje à bandeira do Japão. Ao passar por Okazaki, Eiiti Sakane fuzilou-o com os olhos e ameaçou:

“Você está com o coração sujo. Lave sua garganta, traidor.”

Quando o último deles retornou à cela, já com o dia clareando, o assunto lá era um só: a desenvoltura com que Jorge Okazaki, o intérprete improvisado, ajudara o delegado nos interrogatórios. Um carcereiro se encarregou de envenená-los ainda mais, contando que a surra que Koketsu levara na cadeia tinha sido dada por ordem do patrício. E, durante os depoimentos, fora ele quem insistira, em português, para que o policial os apertasse em busca de informações sobre a tal seita de fanáticos. Quando Soares tocava no assunto, porém, a resposta era a mesma: ninguém jamais ouvira falar naquela história. Insistiam em que haviam ido lá para matar o cabo Edmundo, nada mais. Nenhum deles tinha dúvidas: Jorge Okazaki estava a serviço da polícia, contra o Japão.

O policial farejou que podia estar diante de algo mais grave que uma mera desinteligência entre os japoneses e o cabo. No dia 5 de janeiro mandou esconder Edmundo em lugar seguro e decidiu transferir o problema para seu superior imediato, o delegado regional. Protegidos por uma escolta da Força Pública, os sete presos foram levados à cidade de Marília, a 74 quilômetros de distância de Tupã. Junto com eles ia um ofício dirigido ao delegado Renato Imparato, no qual Soares manifestava suas apreensões e confirmava as suspeitas de que Okazaki colaborava com a polícia:

> *Solicito ainda mandar apurar convenientemente para que os acusados esclareçam a verdade, o que se recusaram a fazer aqui; mandar para Tupã uma turma de investigadores especializados, pois que consta haver grupos maiores neste município, que devem ser metidos no xadrez e processados, bem como para garantir a vida de um que foi visado e que é nosso informante leal e benquisto nos nossos meios sociais.*

Um dia depois de chegarem a Marília, os presos começaram a ser ouvidos. Não pelo pessoal da delegacia local, mas por um certo "dr. Rui", delegado do Departamento de Ordem Política e Social, o DOPS, que tinha viajado da capital especialmente para interrogá-los. No primeiro contato com ele, os japoneses se deram conta de que estavam diante de mais um kokuzoku — um traidor da pátria: para atuar como intérprete, o policial do DOPS levara consigo um nissei, o estudante de engenharia "Paulo" Yoshikazu Morita. Este empalideceu ao ouvir Sakane, quando os dois se cruzaram num corredor, repetir a enigmática ameaça

que fizera a Okazaki:

"Você tem o coração sujo, então deve manter a garganta lavada..."

Ouvidos dezenas de vezes enquanto estiveram presos em Marília, os sete não pronunciaram uma sílaba além do que haviam dito em Tupã. Não se abalaram nem mesmo quando os policiais começaram a exibir-lhes panfletos escritos em japonês, sustentando que o Japão tinha vencido a Segunda Guerra Mundial. Separadamente ou durante acareações, todos juraram jamais ter visto os tais boletins.

O mutismo deu resultado. No dia 28 de janeiro os presos souberam que uma mão generosa havia contratado em São Paulo os serviços do criminalista Paulo Lauro, um jovem mas já festejado advogado negro. Lauro era correligionário do ex-interventor paulista Ademar de Barros, a quem, meses antes, ajudara na criação do PSP — Partido Social Progressista. Acompanhado de um advogado de Tupã, Quirino Travassos, Paulo Lauro chegou a Marília para soltar os japoneses. Pagou a fiança, cumpriu pequenas formalidades e, quando se preparava para deixar a delegacia, ouviu um investigador fazer uma provocação duplamente racista, que dava a medida do ambiente em que os imigrantes japoneses viviam na região. Dirigindo-se ao grupo recém-libertado, o policial falou com desprezo:

"Vocês dizem que o Brasil não é democrático? No Japão vocês já teriam entrado na faca. Aqui vocês, amarelos, são hóspedes de um país de brancos, tentaram matar um mulato e agora estão sendo defendidos por um preto. Depois ainda dizem que são discriminados..."

Quando retornaram a Tupã, os sete foram recebidos pela colônia como heróis. O fotógrafo Masashige Onishi já havia reservado o galpão de festas nos fundos de um restaurante em frente a seu ateliê fotográfico. Antes de levá-los ao encontro da multidão, porém, Onishi achou que tinha que registrar aquele momento histórico. Do outro lado da rua, na sua loja de fotografias, juntou o grupo, ainda com as roupas que vestiam — as mesmas que eles usavam na caminhada pela cidade, no dia da prisão —, sugeriu uma pose e fez a foto cuja cópia passaria a ser vendida na colônia como símbolo do orgulho de ser japonês. Em seguida foi preciso repetir a fotografia várias vezes, com os sete cercados por admiradores engravatados. Só depois de uma rápida passada na Aikoku Seinendan, a Associação dos Jovens Japoneses, é que eles puderam finalmente entrar no galpão apinhado de patrícios — muitos deles já sob os efeitos do saquê, que

corria abundante —, onde foram recebidos aos gritos de "Banzai Nippon!" ("Viva o Japão!"). Curiosamente, entre as centenas de convidados não havia uma só mulher. E embora ainda estivesse em vigor no Brasil uma lei do período da guerra, que proibia reuniões públicas de "súditos do Eixo" — imigrantes alemães, italianos e japoneses —, nenhuma autoridade se atreveu a perturbar a festa, que se estendeu até as quatro horas da madrugada.

Na manhã seguinte, ao sair de casa, Jorge Okazaki percebeu que não adiantara nada mandar pintar a fachada para esconder a pichação feita dias antes. Lá estava de novo a ameaça, desta vez em caracteres japoneses ainda maiores: "Traidor da Pátria". Certo de que acabara de ser condenado à morte, Okazaki foi a primeira pessoa a perceber que, quatro meses após a assinatura do acordo de paz entre o Japão e os Aliados, uma outra guerra estava começando. Infinitamente menor que a Segunda Guerra Mundial, claro. Mas profundamente dolorosa, porque desta vez eram japoneses contra japoneses.

▪

Os "sete heróis" da colônia de Tupã tinham pouca coisa em comum, além do fato de serem imigrantes japoneses. Haviam chegado ao Brasil em épocas diferentes e no Japão eram originários de províncias distantes umas das outras. Ao se conhecerem, semanas antes do "caso da bandeira", perceberam, contudo, que havia algo superior a coincidências geográficas e temporais a aproximá-los: em primeiro lugar, a fé quase religiosa no imperador Hiroíto e o sonho de acumular economias suficientes para retornar à pátria. E, além disso, os sete atribuíam ao comportamento pouco patriótico de alguns imigrantes os padecimentos de que os japoneses vinham sendo vítimas desde que o Brasil entrara na Segunda Guerra Mundial. Para eles, se a colônia não estivesse contaminada por focos derrotistas, o governo brasileiro não teria a ousadia de tratá-los de maneira tão humilhante como vinha acontecendo.

As rígidas restrições impostas nos anos de guerra aos japoneses residentes no Brasil, no entanto, tinham sido apenas um capítulo a mais no calvário de provações vivido por eles desde o dia 18 de junho de 1908, quando aportou em Santos o navio Kasato Maru, trazendo do Japão as primeiras 165 famílias de agricultores, num total de 786 pessoas. Levadas para triagem na Hospedaria dos

Imigrantes, na capital paulista, elas experimentaram ali o primeiro de incontáveis choques culturais: a comida brasileira era intragável para um asiático. Habituados a uma alimentação à base de legumes, cereais, verduras e peixes de água salgada, os japoneses sentiram náuseas diante da comida gordurosa que lhes ofereciam. Temperar com sal o feijão, que eles só conheciam como ingrediente de doces, por exemplo, parecia uma dieta feita sob encomenda para produzir diarréias.

Apesar do primeiro susto, seguiram confiantes rumo ao Oeste paulista, cujas matas estavam sendo derrubadas para dar lugar à onda verde dos cafezais. Em poucos dias as famílias já estavam distribuídas pelas regiões da Alta Paulista, Noroeste, Mojiana, Sorocabana e, em número menor, por Santos e outras cidades litorâneas. Mas bastaram algumas semanas para os japoneses perceberem que o país que haviam escolhido pouco ou nada tinha a ver com o Éden que lhes havia sido prometido no Japão pelas agências encarregadas de organizar a imigração. Estavam em um lugar cuja língua não entendiam e conviviam com um clima diferente, com gente que tinha costumes, religião e até caras diferentes das deles. Seus hábitos, como tomar banho sentados no ofurô, a banheira circular de madeira, eram ridicularizados pelos brasileiros. Suas mulheres eram chamadas de "macacas" pelas vizinhas, porque carregavam os bebês presos às costas. Homem que saísse na rua calçando o jikatabi — o sapato japonês em que o dedão do pé fica separado dos demais, semelhante ao casco de um animal — era imediatamente apelidado de "unha de vaca". As acomodações que lhes foram oferecidas deixavam desoladas principalmente as mulheres, que passariam a vida dentro de casa. Ao ver a casa de paredes de coqueiro e teto de zinco que lhe haviam dado, na região de Braúna, a imigrante Sizue Abe, talvez por ser filha e neta de samurais, não se conteve e desatou em prantos. Sem assistência médica, sem escolas para os filhos e muitas vezes trabalhando em regime semi-escravista, era natural que a desagregação acontecesse. Um ano depois da chegada do primeiro navio, apenas 191 imigrantes permaneciam nas fazendas para as quais haviam sido destacados. Nem mesmo os animava a perspectiva de um dia poder comprar uma gleba de dez alqueires, ou 24 hectares — quase uma fazenda, para os padrões japoneses. Afinal, por que comprar terras no Brasil se o projeto de vida era voltar para o Japão com alguma poupança? O remédio era se conformar, comer pouco, vestir-se mal e economizar dinheiro para o retorno.

Não obstante todos os percalços, os navios japoneses continuaram desembarcando imigrantes no porto de Santos. Nos primeiros sete anos de duração do acordo entre os dois países, o Japão despachou para o Brasil mais 3434 famílias — ou 14 983 pessoas. Com a eclosão da Primeira Guerra Mundial, em 1914, o fluxo migratório adquire um ritmo vertiginoso: entre 1917 e 1940 mais 164 mil japoneses se mudam para o Brasil, sendo que apenas 25 por cento deles tomam o destino do Paraná, de Mato Grosso e de outros estados. A maioria decide radicar-se em São Paulo. As "colônias" ou bairros japoneses se multiplicam como cogumelos no Oeste do estado. Em torno das primeiras residências logo nascem armazéns, farmácias, açougues, serrarias, quitandas. Todos, sem exceção, identificados por placas com dizeres em japonês. A cada duas ou três semanas aparecia nas colônias um dos primeiros imigrantes a desistir da enxada, Gengo Matsui, que tinha se transformado em projecionista de cinema. Ganhava a vida exibindo filmes japoneses, cada noite numa vila diferente. Incapazes de entender as fitas em cartaz nos cinemas das cidades, os japoneses aguardavam ansiosos a chegada de dramalhões como O trilho da morte e Romance de Tóquio.

Ainda que aparentemente decididos a não se integrar ao novo país, os japoneses acabavam caindo em tentações bem brasileiras, como o jogo do bicho — atividade que surgia nas vilas às vezes mais depressa do que o comércio legal. Além da banca de bicho, outra instituição típica da abertura de fronteiras agrícolas era a indefectível zona de meretrício. A sedução que "a zona" exercia junto aos homens da colônia japonesa era tal que Marília, então uma cidade de 80 mil habitantes, dos quais 20 mil eram japoneses, registrava, no final dos anos 30, uma estatística surpreendente: dos 653 imóveis construídos na cidade, 87 eram ocupados por prostíbulos. O sucesso dos randevus, como eram chamadas as casas de tolerância, acontecia apesar de apenas quatro por cento dos imigrantes serem adultos solteiros. Ao contrário do que acontecera nos fluxos de japoneses para o Canadá e Havaí, a imigração para o Brasil estava baseada na unidade familiar, e não no indivíduo. Cada contrato previa o fornecimento de mão-de-obra de pelo menos três adultos, o que levava os imigrantes a recorrerem às chamadas famílias compostas, cuja formação os obrigava a incorporar parentes distantes para estarem aptos a viajar.

Nos confins do sertão paulista as cidades continuavam nascendo. Na ausência

de autoridade e serviços públicos, essas funções eram exercidas pelas cooperativas, tão logo elas começaram a surgir, ou pelo escritório da Bratac e da Kaigai Kogyo Kabusheki Kaisha, a KKKK — as agências japonesas responsáveis pela imigração, proprietárias dos quase 100 mil alqueires em que a maioria dos japoneses se assentaria em São Paulo e no Paraná. A instalação de postos telefônicos, a abertura de estradas vicinais e às vezes até o papel de polícia e de prefeitura ficavam a cargo de entidades privadas ligadas aos imigrantes, sem que disso jamais decorresse nenhum incidente grave.

Apesar de todos os esforços, os dissabores dos japoneses pareciam não ter fim. O surgimento, em poucas décadas, de uma colônia estrangeira tão numerosa desenterrou ódios nacionalistas de caráter abertamente racista. Em nome de uma "teoria do melhoramento do tipo racial", homens públicos como Miguel Couto, Félix Pacheco e Xavier de Oliveira, entre outros, haviam incendiado as tribunas da Constituinte de 1934 em cruzada contra o "perigo amarelo". O deputado federal mineiro Fidélis Reis orgulhava-se de ser o autor do que seria considerado o "primeiro projeto de lei antijaponês". Muitos anos antes do começo da Segunda Guerra, os "eugenistas", com o indisfarçado apoio da conservadora Igreja católica de dom Sebastião Leme, cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro, já viam o imigrante japonês como um problema. Um perigo cuja prevenção exigia "cuidados extremos e vigilância atenta". Influenciada por essas idéias, grande parte da imprensa se referia aos núcleos de imigrantes como "quistos asiáticos". O médico Miguel Couto, deputado pelo Rio de Janeiro, apresentou uma proposta de emenda constitucional limitando a cota anual de imigração de cada país em "no máximo dois por cento do total de nacionais de cada país nos cinqüenta anos anteriores". Convencido de que a aprovação da emenda seria uma agressão tão grande ao Japão que "implicaria necessariamente a devolução do passaporte ao embaixador japonês", Getúlio Vargas instruiu sua bancada a dar parecer contrário à proposta. Miguel Couto respondeu com uma declaração teatral:

"Se a emenda não for aprovada, só me resta ensinar japonês aos meus netos, porque a qualquer momento o Brasil será presa do Japão."

Não precisou chegar a tanto. A emenda foi aprovada e passou a fazer parte da Constituição. Pelas novas disposições, o Japão, que no começo dos anos 30 chegara a despachar para o Brasil até 25 mil imigrantes por ano, ficava limitado a

uma cota anual de no máximo 4 mil imigrantes.

Não apenas pragas políticas pareciam conspirar contra os japoneses. Um breve surto de malária, por exemplo, doença inteiramente desconhecida para os japoneses, era suficiente para produzir tragédias. Como a que viveram os moradores da colônia Hirano, criada em Cafelândia pelo pioneiro Umpei Hirano, um dos passageiros do Kasato Maru. Em poucos dias a malária fez oitenta vítimas fatais. Mal os sobreviventes enterraram seus mortos, surgiu nos céus da colônia uma nuvem negra, que parecia avançar velozmente, empurrada pelo vento. Era nuvem, sim, mas de gafanhotos, que devastaram a lavoura em algumas horas.

▪

Os imigrantes das primeiras levas foram contemporâneos indiferentes de algumas das mais importantes crises e mudanças políticas ocorridas no Brasil do século xx. Sentindo-se ainda japoneses, para eles pouco ou nada significaram acontecimentos como a Revolta do Forte de Copacabana, em 1922, a Coluna Prestes, de 1924 a 1926, e até mesmo a Revolução de 1930. Na Revolução de 1932, São Paulo chegou a ter nisseis nas suas trincheiras, mas nada que significasse comprometimento da colônia com a causa. No final de 1938, entretanto, medidas tomadas pelo presidente Getúlio Vargas para enfrentar os "inimigos internos" iriam repercutir duramente na vida da comunidade japonesa. Três anos depois de ter derrotado os comunistas na revolta de 1935, Getúlio foi despertado na madrugada de 11 de maio de 1938 com a notícia de que estava sitiado dentro do Palácio Guanabara, residência oficial do presidente. Do lado de fora, três dezenas de seguidores do líder integralista Plínio Salgado, armados de fuzis e metralhadoras, assaltavam o palácio presidencial a tiros. Contido em poucas horas por auxiliares do presidente — entre eles sua filha, Alzira Vargas —, o Putsch direitista daria ao governo o desejado pretexto para asfixiar ainda mais as liberdades democráticas. As quais já eram praticamente inexistentes desde 10 de novembro de 1937, quando o presidente instituiu o Estado Novo, fechou o Congresso e os partidos políticos, colocou a imprensa sob censura e suspendeu as eleições presidenciais previstas para 1938. Mas, como os japoneses não votavam e eram raros os que liam português, censura e arrocho

político eram temas que não lhes diziam respeito.

A Ação Integralista Brasileira, que inspirara o frustrado golpe contra o palácio, mantinha, no entanto, notórias relações com o fascismo italiano e com os nazistas da Alemanha de Hitler. A polícia descobrira que os revoltosos haviam chegado a pedir armas ao Terceiro Reich para enfrentar eventual resistência militar por parte do governo. Novamente transformadas em inimigas do Brasil, as "ideologias exóticas", que em 1935 eram disseminadas pelos comunistas da União Soviética, agora tinham origem também na Itália e na Alemanha. No bojo da repressão a tudo o que soasse estrangeiro, Getúlio baixou no dia 20 de agosto de 1938 um decreto proibindo publicações em línguas estrangeiras sem prévia permissão do Ministério da Justiça. Era o primeiro golpe contra a colônia japonesa. Na época circulavam em São Paulo cerca de duas dezenas de publicações regulares em língua japonesa, das quais apenas cinco tinham expressão: Seishu-Shimpo, Brasil Asahi, Nambei, Nippak Shimbun e Burajiro Jiho. Somadas, suas tiragens passavam dos 50 mil exemplares — e eram a única fonte de informação dos cerca de 200 mil japoneses residentes em São Paulo. Aparentemente sem pretendê-lo, Getúlio acabara de decretar a morte lenta da imprensa japonesa no Brasil. Alguns veículos ainda tentaram sobreviver, mas era humanamente impossível submeter-se todos os dias, no caso dos jornais diários, à sonolenta burocracia do governo brasileiro para obter a permissão exigida. Outros passaram a ser impressos em português, para em seguida fechar as portas ao descobrir que não havia quem os lesse.

Os imigrantes japoneses enxergaram no decreto, porém, um detalhe que os deixou ainda mais apreensivos. Em nome da necessidade de impedir "o cultivo demasiadamente vivo da língua, de tradições e costumes estrangeiros numa determinada zona", o governo também proibira, além de jornais e revistas, a edição de livros em línguas estrangeiras. Como praticamente todos os japoneses educavam seus filhos na língua pátria — com livros escritos em japonês, importados ou impressos no Brasil —, o decreto significava que suas crianças seriam as próximas vítimas dos problemas internos dos brasileiros.

Em setembro de 1939 o Exército alemão invade a Polônia. Dois dias depois, a França e a Inglaterra declaram guerra à Alemanha — e começa a Segunda Guerra Mundial. Nem o início nem a generalização do conflito, nos dois anos seguintes, provocariam alguma mudança na vida dos japoneses residentes no Brasil. A

invasão da Dinamarca, da Bélgica e da Noruega por tropas do Terceiro Reich, a entrada da Itália de Mussolini na guerra, ao lado dos alemães, e até mesmo a capitulação da França ante os nazistas eram notícias distantes demais do dia-a-dia deles. Mas em 27 de novembro de 1940 o Japão adere à aliança denominada "Eixo", criada em 1936 pela Alemanha hitlerista e a Itália fascista. A presença na guerra do invencível Exército Imperial japonês, isso sim, era um acontecimento que falava de perto à alma dos japoneses. Não apenas o Japão, mas cada um dos japoneses, onde quer que se encontrasse, também estava em guerra. Entre os quais os cerca de 250 mil residentes no estado de São Paulo.

Apesar das agressões que o Brasil passou a sofrer tão logo a guerra começou, o ditador Getúlio Vargas ainda levaria um bom tempo para se manifestar sobre o conflito. Entre setembro e dezembro de 1939, três navios mercantes brasileiros, o Siqueira Campos, o Buarque e o Itapé, são retidos pela armada britânica e confiscadas as mercadorias de origem alemã destinadas ao Brasil que transportavam. No caso do Itapé, os ingleses, além da apreensão da carga, obrigam a desembarcar e prendem 22 passageiros alemães. As iniciativas acabam gerando um forte sentimento antibritânico no Brasil.

Em março de 1940 Getúlio Vargas envia seu primeiro recado aos imigrantes, em um discurso pronunciado na cidade de Blumenau, em Santa Catarina, região onde se concentrava o grosso dos alemães que viviam no país. "O Brasil não é inglês nem alemão!", repete o presidente. Getúlio lembra aos estrangeiros que "aqui todos são brasileiros, porque nasceram no Brasil, porque aqui receberam a sua educação!". Sem terem sido sequer mencionados pelo presidente, os japoneses de São Paulo respiraram aliviados. Mas seria por pouco tempo.

Com a intensificação da guerra, agravam-se os ataques alemães a navios mercantes brasileiros. Em meados de 1941 desaparece em alto-mar o Santa Clara. Semanas depois, o Siqueira Campos é parado a tiros de canhão por um submarino alemão e o Taubaté é metralhado no Mediterrâneo por um avião alemão, episódio em que morre um tripulante e treze ficam feridos. Ainda assim, o Brasil manteria sua neutralidade por mais alguns meses. No dia 7 de dezembro de 1941, no entanto, o mundo é despertado por uma notícia espantosa: a frota americana do Pacífico é destruída pelos japoneses na base naval de Pearl Harbor, no Havaí. No dia seguinte, os Estados Unidos declaram guerra ao Japão. Não havia mais dúvidas de que o Brasil teria que se decidir por um dos dois lados.

Mas Getúlio não dava mostras de já ter escolhido os parceiros. No começo do ano o presidente americano Franklin Roosevelt havia autorizado um empréstimo de 100 milhões de dólares ao Brasil, como decorrência do Lend and Lease Act, a lei americana de empréstimo e arrendamento de material bélico aos países vítimas de agressões. Surpreendeu-se, contudo, quem supôs que o dinheiro selava o casamento entre os dois países. No dia 20 de abril, Vargas enviou telegrama de felicitações ao ditador nazista Adolf Hitler, que completava 51 anos. Tanto a mensagem de Vargas como a resposta de Hitler seriam divulgadas pelo palácio do governo brasileiro. Como se agisse com o propósito deliberado de confundir os analistas políticos, simultaneamente ao namoro com Hitler os jornais noticiavam que a viagem ao Rio de Warren Pierson, presidente do Banco de Importação e Exportação americano, o Eximbank, encerrada dias antes, rendera ao Brasil generosos contratos de exportação de borracha, diamante, quartzo e manganês para os Estados Unidos. A neutralidade brasileira, no entanto, estimulou o surgimento, no governo e na sociedade, dos grupos de pressão. A União Nacional dos Estudantes, a UNE, e o que restava do movimento sindical, controlado pelo Estado Novo, decidiram levar para a rua uma discussão que já não cabia mais nos gabinetes: exigiam que o Brasil entrasse na guerra, mas ao lado dos Aliados. As divergências do ministro das Relações Exteriores, o pró-Aliados Osvaldo Aranha, com o chefe de polícia do Distrito Federal, o germanófilo Filinto Müller, também acabariam transbordando para praça pública.

No dia 4 de julho os estudantes decidiram festejar o aniversário da independência dos Estados Unidos com uma gigantesca manifestação de rua a favor da entrada do Brasil na guerra contra o Eixo. A "Passeata Estudantil Antitotalitária", que seria a primeira manifestação pública não autorizada desde a criação do Estado Novo, contava com o apoio discreto de Osvaldo Aranha, do interventor no estado do Rio e genro do presidente, Ernani do Amaral Peixoto, e do ministro interino da Justiça, Vasco Leitão da Cunha. Declaradamente contra a passeata, o poderoso Filinto Müller decidiu enfrentar Leitão da Cunha, mas acabou recebendo deste voz de prisão, no meio de um bate-boca no Ministério da Justiça. A passeata foi um sucesso. Dias depois, Getúlio dava mais uma indicação do rumo a seguir, demitindo seu velho e fiel camarada Filinto Müller.

Enquanto os brasileiros discutiam, os alemães atiravam. Num período de

poucas semanas, entre junho e julho, mais cinco navios brasileiros foram postos a pique no Caribe. Em agosto o Baependi e o Araraquara foram bombardeados nas costas de Sergipe. No dia seguinte foi a vez do Aníbal Benévolo e, dois dias depois, seriam afundados no litoral da Bahia o Itagiba e o Arará. Em três dias 610 brasileiros tinham sido mortos pelos torpedos alemães. Getúlio, no entanto, permanecia indecifrável. No final de agosto novas manifestações pró-guerra ao Eixo ocuparam as ruas do Rio de Janeiro e de outras cidades brasileiras. Na então capital da República, os manifestantes encerraram uma passeata na porta do Palácio Guanabara. Getúlio discursou da sacada, prometendo medidas de represália contra os agressores, mas silenciou sobre o que mais se queria ouvir: os manifestantes voltaram para casa sem saber se o Brasil entraria na guerra. Nem de que lado ficaria, se entrasse.

O primeiro sinal de que alguma posição seria tomada pelo governo só surgiria quatro meses depois. Se Vargas precisava de um motivo muito forte para se decidir, isso aconteceu em dezembro de 1941, com o bombardeio de Pearl Harbor. No mesmo dia ele convocou o ministério e sugeriu que, em decisão unânime, o governo declarasse a solidariedade brasileira aos norte-americanos. No discurso de Ano-Novo dirigido à oficialidade das três armas, Getúlio reafirmou a medida, deixando claro, porém, que a materialização de tal gesto dependeria de os Estados Unidos atenderem aos pedidos brasileiros de material bélico. Ao tornar públicas suas intenções, Vargas despertou ciúme e preocupação nos alemães com quem vinha flertando. O ministro das Relações Exteriores do Reich, Joachim von Ribbentrop, teria pedido ao ditador português António de Oliveira Salazar, que presidia um regime fascista simpático ao nazismo, para convencer o presidente brasileiro a permanecer neutro no conflito.

Foi com alívio que a sociedade brasileira percebeu que o presidente da República começava a sinalizar o rumo a ser seguido pelo Brasil. Mas Vargas guardara um segredo: o caminho já havia sido decidido entre ele e Roosevelt. O país se alinharia às democracias e romperia relações com o Eixo. Em retribuição ao gesto, os Estados Unidos se responsabilizariam pela modernização econômica e militar do Brasil. A neutralidade brasileira tinha até data marcada para chegar ao fim: dia 15 de janeiro de 1942, dali a duas semanas, quando seria instalada no Rio de Janeiro a III Conferência de Chanceleres das Repúblicas Americanas.

Foi com um discurso francamente solidário aos Estados Unidos que Getúlio

abriu o encontro — que seria palco de um dramático jogo de xadrez político e militar. Roosevelt respondeu com um curto telegrama de agradecimento, cujas palavras finais não deixavam dúvidas quanto ao que fora acertado: "Compreendo e avalio a necessidade do material e posso assegurar que as remessas começarão imediatamente". Sentindo-se traídos, e aproveitando a ocasião da Conferência para uma demonstração de força, os inimigos reagiram com inacreditável ousadia. Enquanto Getúlio discursava, na abertura do encontro, o navio Buarque era posto a pique pelo submarino alemão U-432 nas proximidades de Norfolk, na costa atlântica dos Estados Unidos. Embora houvesse 74 passageiros e onze tripulantes a bordo, só uma pessoa morreu. O torpedeamento ainda repercutia na Conferência, no dia seguinte, quando chegou a notícia: outro navio mercante do Brasil, o Cabedelo, acabara de ser afundado pelo submarino italiano Leonardo da Vinci.

No dia 18, quando a delegação brasileira propôs aos demais chanceleres o rompimento unânime de relações com os países do Eixo, os alemães responderam mais uma vez com fogo. A sessão ainda não havia sido encerrada quando um oficial da Marinha anunciou que o navio mercante Olinda tinha sido afundado minutos antes por torpedos disparados por submarinos alemães nas costas da Virgínia, nos Estados Unidos.

Os dois principais auxiliares de Getúlio — os generais Eurico Gaspar Dutra e Pedro Aurélio de Góis Monteiro, respectivamente ministro da Guerra e chefe do estado-maior do Exército — fizeram firme oposição à proposta de rompimento de relações com o Eixo. Segundo eles, por razões estritamente militares: mal equipadas, as Forças Armadas não teriam como defender a navegação de cabotagem brasileira da pontaria dos artilheiros dos submarinos alemães. Os militares advogavam que só após receber o prometido armamento americano é que o Brasil deveria anunciar o rompimento. Getúlio não pareceu dar importância às proféticas palavras de Dutra e Góis Monteiro. Tanto que decidiu encerrar a Conferência dos Chanceleres, no dia 28 de janeiro, com impacto ainda maior que o da abertura. Nesse dia anunciou que acabara de decretar o rompimento de relações diplomáticas e comerciais com a Alemanha, a Itália e o Japão.

A notícia não poderia chegar de forma mais brutal à colônia japonesa assentada em São Paulo. Naquela mesma noite, em uma vila nas imediações da

cidade de Marília, a mil quilômetros do palácio onde Getúlio falara, o lavrador Itiro Tamura entrou no armazém Hirata, e pediu ao patrício do outro lado do balcão dois galões de querosene. Como sempre, pediu em japonês, a única língua que conseguia falar. Um soldado da Força Pública à paisana, que bebia solitário num canto, ouviu a conversa e rosnou:

"Fala em português, ô bode... Agora é proibido falar japonês em público."

O dono da venda tentou sair em defesa do freguês:

"Mas ele só sabe falar japonês."

O soldado não pestanejou. Agarrou Itiro pelo braço e anunciou:

"Então tá preso. Por ordem do dr. Getúlio."

2

**SÚDITO DO EIXO
NÃO PODE TER RÁDIO,
CARRO, DINHEIRO.
NÃO PODE NEM FALAR.**

O rompimento de relações entre o Brasil e o Japão transformou a vida da colônia em um inferno. Duas velhas leis que nunca tinham sido aplicadas foram desenterradas e colocadas em prática. A primeira delas, de 1933, fora aprovada no auge da xenofobia dos "eugenistas" e proibia o ensino da língua japonesa a qualquer criança menor de dez anos, não importando sua nacionalidade. A outra medida, mais recente, fora baixada em 1938, a pretexto de controlar as "ideologias estranhas", e que também nunca entrara efetivamente em vigor, agora passava a valer com força redobrada. Esta estabelecia que a língua portuguesa deveria ser obrigatória para o ensino de qualquer matéria; que as escolas rurais — onde se concentrava a maioria dos japoneses — teriam de ser regidas por brasileiros natos; que o limite de idade para que uma criança pudesse aprender línguas estrangeiras subia de dez para catorze anos; e, finalmente, que todos os livros destinados ao ensino primário teriam de ser escritos em língua portuguesa. Responsáveis pela aplicação das restrições baixadas pelo governo federal, as autoridades paulistas decidiram endurecê-las ainda mais. No dia 29 de janeiro, a Superintendência de Segurança Política e Social de São Paulo publicou a portaria que iria "regulamentar a atividade dos estrangeiros naturais dos países do Eixo":

Em face da ruptura das relações diplomáticas do Brasil com a Alemanha, Itália e Japão, faço público que ficam os súditos destes últimos países, residentes neste estado, proibidos:

— Da disseminação de quaisquer escritos nos idiomas de suas respectivas nações;

— De cantarem ou tocarem hinos das potências referidas;

— Das saudações peculiares a essas potências;

— Do uso do idioma das mesmas potências, em concentrações, em lugares públicos (*cafés etc.*)*;*

— De exibir em lugar acessível, ou exposto ao público, retrato de membros do

governo daquelas potências;

— De viajarem de uma para outra localidade sem salvo-conduto fornecido por esta Superintendência;

— De se reunirem, ainda que em casas particulares, a título de comemoração de caráter privado;

— De discutirem ou trocarem idéias, em lugar público, sobre a situação internacional;

— De usarem armas, mesmo que hajam anteriormente obtido o alvará competente, bem como negociarem com armas, munições ou materiais explosivos ou que possam ser utilizados na fabricação de explosivos;

— De mudarem de residência sem comunicação prévia a esta Superintendência;

— De se utilizarem de aviões que lhes pertençam;

— De viajarem por via área sem licença especial concedida por esta Superintendência.

Os salvo-condutos serão fornecidos todos os dias úteis, das 9 às 11 horas — das 14 às 18 horas e das 21 às 23 horas. Aos domingos das 14 às 17 horas.

Olinto de França Almeida e Sá, major do Exército,
superintendente da Segurança Política e Social

Um feirante que bateu na porta do distrito policial de Penápolis para saber os limites da nova proibição recebeu do delegado uma resposta desconcertante:

"Japonês continua podendo fazer tudo: pode trabalhar, pescar, jogar futebol. Só não pode falar japonês. E quem não souber português não pode falar nada."

E era nada mesmo. Dias depois um sacerdote budista seria preso em Valparaíso quando celebrava uma cerimônia na única língua que sabia falar, o japonês. No decorrer do mês de fevereiro de 1942, diariamente chegavam aos distritos policiais circulares de São Paulo reiterando as proibições ou anunciando novas. Para exercer controle mais rigoroso sobre as atividades dos imigrantes, uma portaria da Secretaria de Segurança Pública obrigou os duzentos e tantos mil japoneses residentes no estado de São Paulo a comparecerem à polícia para renovar seus registros. O pesadelo parecia interminável: no dia 13 de setembro os japoneses foram obrigados a entregar à polícia todos os aparelhos de rádio existentes em suas casas ou locais de trabalho. Uma semana depois, foram

informados de que não poderiam mais utilizar seus automóveis, caminhões, motocicletas e embarcações, que passariam a ficar sob guarda policial.

No começo do ano os alemães afundaram mais dois navios brasileiros, o *Arabutan* e o *Cairu*, ambos torpedeados na costa dos Estados Unidos. Getúlio responde, no plano externo, com uma medida de impacto, autorizando Roosevelt a iniciar a construção de bases no Nordeste. E, no interno, aperta ainda mais o garrote nos "súditos do Eixo": em 11 de março de 1942 o *Diário Oficial* publica um decreto que seria o responsável pela asfixia quase total das atividades dos imigrantes alemães, italianos e japoneses. Vargas decide que os prejuízos decorrentes de agressões praticadas por países do Eixo contra bens do Estado brasileiro seriam cobertos pelos depósitos bancários dos imigrantes residentes no Brasil, "pessoas físicas ou jurídicas".

Para assegurar o pagamento das indenizações, o governo decretava o confisco de dez a trinta por cento de todos os depósitos bancários superiores a dois contos de réis de que fossem titulares súditos alemães, japoneses e italianos. Dois contos de réis, na época, era o preço de dez vacas boas, ou dois alqueires de terra. O arresto seria realizado na seguinte proporção: o imigrante com depósitos e obrigações até vinte mil-réis teria dez por cento de suas economias transferidas para o Banco do Brasil; até cem mil-réis, confisco de vinte por cento; acima de cem mil-réis, trinta por cento. O apetite do governo parecia insaciável: o decreto determinava ainda que toda pessoa física ou jurídica brasileira ou estrangeira que fizesse pagamentos superiores a dois contos de réis a alemães, japoneses ou italianos teria que exigir do "súdito" a comprovação do cumprimento das exigências oficiais. A única maneira de escapar da lei era esconder o dinheiro em caixas, latas e garrafas e enterrá-lo em buracos cavados na terra. Esconder ou "entesourar", como diria o ministro da Fazenda Artur de Souza Costa, ao exibir aos jornalistas uma apodrecida nota de um mil-réis apreendida pela polícia no fundo de um poço em Getulina.

Poucos dias depois da medida, seriam baixadas restrições comerciais ainda mais draconianas: qualquer transação financeira com empresas dirigidas por japoneses, italianos e alemães teria de ser previamente autorizada pelo Banco do Brasil. Para evitar encrencas com o governo, as pessoas preferiam não fazer nenhum tipo de negócio com os estrangeiros que eram objeto do decreto. O fecho do cordão sanitário em torno dos japoneses aconteceria semanas depois,

quando o governo decidiu intervir em todas as empresas controladas por "súditos do Eixo", demitindo os diretores e nomeando para seus lugares dirigentes brasileiros.

Não era de surpreender, assim, que o retorno à terra natal fosse o sonho de 85 por cento dos japoneses residentes em São Paulo no começo da guerra, segundo pesquisa feita pelo governo. Mas eles sabiam que, enquanto a guerra durasse, a volta ao Japão seria apenas isto, um sonho. O confisco das economias, a proibição de se reunir em grupos de mais de três pessoas, o fechamento dos jornais japoneses, a proibição de viajar, de andar armado e até de falar, tudo isso parecia ser o "insuportável" que o imperador havia pedido a seus súditos que suportassem. À noite, antes de dormir, as famílias oravam silenciosamente pedindo bênçãos a Fudo, o deus budista encarregado de combater os demônios, e a Kannon, a deusa da misericórdia.

Nenhuma dessas medidas, contudo, doeria tanto na alma japonesa quanto a ordem de fechamento das escolas de seus filhos. Nem tanto pela alfabetização, que até poderia ser realizada em outra língua. O problema é que, sem a escolinha japonesa, as crianças estariam privadas do aprendizado do *Yamatodamashii* — a doutrina do "espírito nipônico" e do "modo de vida japonês". Era na escola que meninos e meninas aprendiam o padrão de comportamento japonês — aprendiam a ser bons e leais súditos do imperador Hiroíto. E isso, os pais sabiam, nenhuma escola brasileira e nenhum professor *gaijin* saberia ensinar. De todo o rosário de proibições impostas aos disciplinados japoneses residentes no Brasil, esta foi a única que eles resolveram burlar. Se não podiam educar seus filhos às claras, iriam fazê-lo clandestinamente.

Começava então um verdadeiro jogo de gato e rato entre os japoneses, a polícia e a horda de dedos-duros — brasileiros, quase sempre. Embora os "inspetores de quarteirão" fossem a autoridade mais próxima dos japoneses, e portanto a mais temida, os imigrantes sabiam que não podiam confiar em ninguém. Decididos a não entregar os pontos, a cada escola que era fechada os japoneses abriam outra, clandestina. As aulas eram dadas à noite, nos fundos das casas, com livros e cadernos que no final eram escondidos pelo professor. Crianças de até sete anos de idade eram obrigadas a assistir aulas tarde da noite, quando todos já estavam dormindo e os riscos de ser descobertos eram menores. Se alguém desconfiava que no bairro tinha sido instalada uma escola clandestina,

a polícia era a primeira a saber. Desavenças de vizinhos, dívidas não pagas e até brigas de crianças eram motivos para que os japoneses fossem delatados anonimamente às autoridades. Na maioria das vezes, porém, os brasileiros praticavam a delação abertamente, certos de que estavam prestando um serviço à pátria. Odilon Martins Cruz, um professor da rede pública de ensino de 33 anos, orgulhava-se de ter chefiado pessoalmente o fechamento de mais de cem escolas na região da Alta Paulista. Embora residente em Pompéia, Cruz viu sua fama de "fechador de escolas japonesas" correr a região, fazendo com que recebesse denúncias vindas de vários municípios.

As batidas policiais para o fechamento das escolas eram sempre ruidosas e invariavelmente dramáticas. Em uma dessas ocasiões, o professor Cruz soube de uma escola que funcionava clandestinamente em um sítio da Fazenda Jacutinga, na sua própria cidade. Já era noite fechada, mas mesmo assim ele tirou de casa o delegado Antônio Dourado e mais quatro soldados armados e partiu com eles para o local do crime. Às dez da noite a cena se repetiu: Cruz bateu na porta da frente da casa suspeita, enquanto o delegado e os soldados, de armas embaladas, arrombavam a entrada dos fundos. O silêncio no interior da casa fez o professor supor que se tratasse de uma denúncia falsa: ninguém conseguiria manter crianças em silêncio numa sala de aula por tanto tempo. Quando os soldados invadiram um galpão no fundo da casa, de fuzis engatilhados, deram com os criminosos em plena atividade: 56 crianças e adolescentes se espremiam em mesinhas, cadeiras, sobre tatames, sentadas no chão. Apesar do choro e dos protestos dos alunos, os três professores improvisados foram presos em flagrante. Junto com eles foi levado um menor de idade, o garoto Antônio Kukoki, de quinze anos. Seu depoimento deixou excitados os policiais, que o ouviram confessar que o professor ensinava que, "apesar de terem nascido no Brasil, eles continuavam sendo japoneses". Apreendido, o "móvel do crime" encheu o porta-malas de dois táxis "pé-de-bode", como eram chamados na região os veículos Ford dos anos 30. Era impossível enxergar riscos para a segurança nacional naquele "material subversivo" arrolado horas depois por um escrivão da polícia: um quadro-negro; quinze revistas infantis em tamanho diverso, impressas em japonês; sete cadernos de apontamentos já usados; dez cadernos de caligrafia da língua japonesa; catorze livros de idioma japonês; quatro lenços de pano destinados a embrulhar livros; dezoito livros didáticos

impressos em português; vários estojos infantis de madeira, de lata e de galalite, uma espécie de plástico; um apagador de quadro-negro; uma caixa de giz. Ausente na hora da invasão, o dono do sítio, Matsushiro Kunii, só seria preso de madrugada, escondido na casa de parentes. A noite terminava, segundo o delegado, "com o sossego e a confiança restabelecidos no seio da família pompeiana".

Episódios idênticos ao de Pompéia aconteciam todos os dias na região. Alceu Guerner Gonzalez, um professor da cidade de Bastos, procurou a polícia para contar que havia fechado sozinho uma escola na zona rural em cujo pátio, segundo ele, crianças japonesas eram adestradas militarmente. Gonzalez contou à polícia que na casa onde funcionava a escola ele vira duzentos meninos treinando com fuzis de madeira. Embora jamais se tenha localizado uma só das tais "armas", a história corria o interior como sendo verdadeira. Aos poucos a colônia ia se convertendo em um velório. Proibidos de falar em público e de se reunir em grupos, os japoneses, escaldados por episódios como o da "festa da bandeira" na casa de Koketsu, tiveram que pôr fim até às atividades sociais e esportivas que antes juntavam as famílias nos fins de semana. Não se podia mais realizar o *undokai*, a gincana oriental, nem disputar partidas de kendô, a arte da esgrima japonesa. Restava apenas o *hanafuda*, popular jogo de cartas para casais em que os parceiros devem jogar sem abrir a boca, silenciosamente.

As intermináveis provações que castigavam os japoneses do interior do estado não eram menores na capital paulista. Lá viviam cerca de 20 mil imigrantes, cuja maioria se concentrava no bairro central da Liberdade. O "bairro japonês" tinha como vizinho a Bela Vista, ou "Bexiga", onde moravam outros "súditos do Eixo", os italianos. Os japoneses que viviam na capital representavam cerca de dez por cento da colônia, e eram quase todos ex-lavradores. Embora tivessem imigrado para trabalhar no campo, a vida inóspita da zona rural acabou os empurrando para São Paulo, onde se dividiram basicamente em dois grupos. Muitos preferiram continuar na agricultura e se espalharam pelas cidades em torno da capital, onde começaram a semear o que seria chamado anos depois de "cinturão verde" — o gigantesco anel de pequenas chácaras que produziriam as hortaliças, verduras e frutas consumidas pelos paulistanos. Os demais viraram feirantes, tintureiros, fotógrafos e pequenos comerciantes. Além de serem vítimas das mesmas restrições impostas a seus patrícios do interior, os japoneses da capital

que eram inquilinos de imóveis ainda tinham que suportar mais um castigo: os despejos feitos pela polícia.

O primeiro deles aconteceu dias depois do rompimento de relações entre o Brasil e o Japão. No meio da noite, os moradores das ruas dos Estudantes e Conde de Sarzedas foram acordados pelo barulho dos caminhões da Força Pública, que chegavam juntamente com carros do DOPS. Um delegado distribuiu aos soldados e investigadores cópias mimeografadas da ordem que seria entregue aos moradores, àquela hora, de mão em mão: uma portaria do DOPS determinando que, "por razões de segurança nacional", todos os súditos do Eixo residentes nas duas ruas deveriam "evacuar" os imóveis em doze horas. À pergunta que se repetia em todas as portas — "Mas mudar para onde?" —, os policiais respondiam sempre da mesma forma:

"Isso não é problema nosso."

O máximo que a polícia se sentia obrigada a fazer era transportar as mobílias dos que se mudariam para outros bairros da capital, em caminhões que já estavam estacionados nas ruas da Liberdade. Quem fosse para o interior teria que pagar a mudança do próprio bolso.

Até o meio da tarde seguinte cerca de quatrocentas famílias tinham sido despejadas de suas casas. Centenas de homens e mulheres, inclusive crianças e idosos, muitos deles empregados ou donos de pequenos negócios a poucos metros de suas casas, terminaram a noite acampados em casas de amigos ou de parentes, ou hospedados em modestas pensões do próprio bairro japonês. No correr do ano de 1942 as mudanças forçadas ainda se repetiriam mais três vezes. Quando a "evacuação" não era na Conde de Sarzedas ou na rua dos Estudantes, a escolhida podia ser a rua do Carmo ou a Conde do Pinhal. Aos jornalistas que se interessavam pela sorte dos japoneses, os policiais respondiam sempre que haviam recebido denúncias de que alguma sabotagem estaria sendo tramada no lugar visado — e que o despejo temporário era a única solução. A presença de tropas armadas passou a fazer parte da paisagem do bairro japonês. Pelo menos uma vez por semana caminhões da Força Pública estacionavam na porta de uma das livrarias do bairro. Os soldados desciam, enchiam caixas com livros e revistas impressos em japonês — não importava o conteúdo, nem os policiais conseguiam ler o que estava escrito neles —, jogavam o "material subversivo" na carroceria do veículo e sumiam. Um dia a vítima do confisco era a Livraria Endo,

na rua Conde de Sarzedas. Dias depois, novas blitze policiais repetiriam o rapa na Livraria Oriente, na Toyoyoshi ou na Nambei: os japoneses pareciam decididos a não respeitar a lei que proibia a circulação de publicações estrangeiras. O Hotel Cristal, cujo bar fora o ponto de encontro dos imigrantes japoneses para um trago de saquê no fim do dia, estava entregue às moscas. Convencidos de que as leis e restrições impostas aos "súditos do Eixo" acabavam se voltando exclusivamente contra eles, os japoneses viam o preconceito dos brasileiros em todos os cantos. Quando o Brasil cortou relações com os três países do Eixo, por exemplo, eles estranharam que o *Diário da Noite* e a Agência de Notícias Meridional tivessem promovido a troca regular de correspondência entre os imigrantes italianos e suas famílias na Europa, e que nem houvesse passado pela cabeça dos jornalistas fazer o mesmo com as famílias japonesas.

A atmosfera de angústia em que estava mergulhada a colônia pode ser medida pela correspondência enviada na época pela Cooperativa Agrícola de Bastos à Bratac, em São Paulo:

> *Tendo consciência de viver no país inimigo, mas acreditando na vitória final, todos os colonizadores, que são pacientes e prudentes, estão obedecendo à lei brasileira. Eles estão mantendo atitude pacífica, tentando somente o aumento da produção, [...]. Porém, por serem japoneses, eles não podem mais viajar à vontade, nem escrever cartas em japonês, nem se reunir livremente ou escutar rádio. Além disso, os brasileiros mal-educados estão destratando os colonizadores por serem japoneses e eles precisam estar de sobreaviso mesmo para ler algum livro em japonês. Assim, a situação geral da colônia realmente está lamentável. [...] É natural que oitenta por cento de todos os que estão nestas condições lamentáveis desejem viver sob a Hinomaru [bandeira japonesa] e observamos que a maioria deles pretende reemigrar para as ilhas dos Mares do Sul, onde o governo japonês deverá ter poder depois da Guerra.*

A aflição se justificava. Por razões que os imigrantes japoneses não conseguiam entender, tinha virado mania em São Paulo atribuir a eles a culpa por todas as privações que a guerra estava impondo aos brasileiros. Quando começou o racionamento de alimentos, por exemplo, os jornais jogaram a culpa nos japoneses. "O colono japonês arrenda a terra, rouba toda a sua fertilidade e a

abandona, depois, por outra onde seja possível repetir a façanha", perorava um editorial do *Diário da Noite*. "Esses vampiros do solo são, em parte, os responsáveis pela escassez de gêneros de primeira necessidade." Só faltava eles serem responsabilizados pelo torpedeamento dos navios brasileiros. Mas nem isso tardaria a acontecer.

Ao longo do ano de 1942 os submarinos alemães afundariam mais dezesseis navios brasileiros, provocando a morte de dezenas de pessoas e causando enormes prejuízos materiais à marinha mercante nacional. O sentimento antiestrangeiro aumentava na mesma proporção entre os brasileiros, o que podia ser visto até nas pequenas notas perdidas nas páginas policiais dos jornais. "Deu ao filho o nome Rommel. Foi preso e vai ser processado", anunciava um deles, referindo-se a um germanófilo que homenageara o marechal Erwin von Rommel, um dos mais destacados comandantes do Exército alemão. A purga não pouparia nem mesmo o inocente Conservatório Dramático e Musical de São Paulo, que a polícia garantia ter sido transformado em uma "sucursal do fascio de Mussolini". Segundo os jornais, a devassa policial no conservatório descobrira que o lugar tinha virado um "verdadeiro reduto da quinta-coluna". No inquérito montado pelo DOPS, o maestro Francesco Casabona, imigrante italiano, era acusado de "desrespeitar as leis nacionais, malbaratar o dinheiro público e perseguir os alunos e professores brasileiros, para endeusar os italianos e filhos de itálicos".

Em três dias sucessivos do mês agosto, mais seis navios brasileiros são postos a pique por submarinos alemães. Os estudantes de direito do largo São Francisco, em São Paulo, organizam uma manifestação convocada como "demonstração de força para a quinta-coluna". Mais de 200 mil pessoas (quinze por cento da população da capital paulista) lotaram a praça da Sé — situada no coração do bairro japonês. A massa assustou os moradores do lugar, como se lembraria em suas memórias, muitos anos depois, o imigrante Tomoo Handa:

> *Os bondes retornavam a partir da praça João Mendes. À tardinha, já se ouviam as músicas da banda vinda da praça da Sé, e a multidão se mexia. Eu, que era de um país do Eixo, retornei para casa e limitei-me a imaginar o calor da manifestação através do rádio de meu vizinho brasileiro. Parece que a manifestação teve andamento com discursos exaltados e eloqüentes, seguidos de*

muitos aplausos, encerrando-se com o Hino Nacional.

Embora convidado, Getúlio preferiu enviar uma mensagem pessoal para ser lida no ato. As feridas abertas pela Revolução de 1932, quando os paulistas se levantaram em armas contra o governo federal, exigindo eleições, ainda não haviam cicatrizado o suficiente para ele enfrentar uma massa daquelas em São Paulo. No bilhete dirigido aos estudantes, o presidente se comprometia, caso prosseguissem os ataques a navios brasileiros, a "internar" — ou seja, transferir compulsoriamente para o interior do país — toda a quinta-coluna residente na orla marítima. O discurso foi ouvido com apreensão pelos imigrantes, que entenderam claramente o recado de Vargas: a quinta-coluna eram eles.

Como a história se encarregaria de confirmar, no entanto, a única colônia de "súditos do Eixo" que de fato justificava vigilância rigorosa da polícia era a alemã. Ao contrário do que desconfiavam as autoridades paulistas, as informações sobre posições de navios brasileiros não eram transmitidas aos submarinos alemães pelos imigrantes japoneses, mas por uma monumental rede de espionagem montada pelo Reich alemão no Brasil. Apesar da má vontade de Filinto Müller com as investigações, um delegado do DOPS paulista, Elpídio Reali, acabaria contando com o apoio de Osvaldo Aranha para desbaratar o maior complexo de espionagem nazista no hemisfério sul. Poderosas estações de rádio instaladas pela Alemanha no Rio e em São Paulo, com o decidido apoio de empresários alemães residentes no Brasil, eram as responsáveis pelas mensagens enviadas aos submarinos alemães. Temerosos de represálias, imigrantes alemães que haviam fundado no fim do século XIX um elegante clube recreativo para a colônia, o Germânia, decidiram apressadamente rebatizá-lo com o nome de Esporte Clube Pinheiros, em homenagem ao bairro paulistano em que sua sede tinha sido construída.

Em agosto Getúlio declara guerra ao Eixo, decisão acompanhada de mais medidas restritivas aos imigrantes dos três países. A primeira delas autorizava os empregadores a rescindir, sem o pagamento de nenhum direito, os contratos de trabalho com "súditos das nações com as quais o Brasil rompeu relações diplomáticas ou se encontra em estado de beligerância". A segunda, uma portaria do ministro da Justiça, proibia a venda de aparelhos de rádio sem licença da polícia. O golpe de misericórdia viria com a decisão do presidente de decretar a

liquidação extrajudicial de todas as empresas, indústrias e bancos controlados por "súditos do Eixo". Dessa medida só escapariam os pequenos negócios. Grandes corporações japonesas, como a Bratac, a Tozan e o Banco América do Sul, ou alemãs, como o laboratório Schering e o Banco Alemão Transatlântico, seriam executadas em poucos dias. No final de 1942 Getúlio Vargas surpreenderia até os próprios auxiliares ao anunciar que autorizara a formação de uma força expedicionária composta de soldados brasileiros para lutar contra o Eixo na Europa. O projeto do presidente previa o envio de três divisões, totalizando 100 mil homens.

No começo de 1943, Vargas deu uma demonstração pública da consolidação das boas relações com os Estados Unidos, reunindo-se com o presidente Roosevelt em Natal, onde inspecionaram as bases americanas ali instaladas. A resposta do inimigo não tardaria, e o revide, mais uma vez, seria aplicado na frota mercante brasileira. Nos primeiros meses do ano, mais seis navios foram afundados por submarinos alemães em águas brasileiras, tirando a vida de mais 147 pessoas. Como os transmissores alemães já tinham sido silenciados pela polícia, as suspeitas das autoridades recaíram sobre os japoneses que viviam no litoral. No começo de julho, o *Pelotas Lóide*, que fora alugado ao governo americano, fazia o trajeto entre Port of Spain, em Trinidad, no Caribe, e Recife. Quando se aproximava da costa brasileira, ao norte de Belém do Pará, foi afundado por um submarino alemão, em ataque que deixou cinco tripulantes brasileiros mortos. Em resposta à agressão, no dia 9 de julho Getúlio anunciou que decidira cumprir a promessa feita um ano antes aos estudantes de direito: tinha dado ordens ao então interventor federal em São Paulo, Fernando Costa, para "internar", a pelo menos cem quilômetros da costa, os "súditos do Eixo" que vivessem no litoral paulista. Na manhã seguinte a cidade de Santos amanheceu sitiada por tropas do Exército e da Força Pública, encarregadas de "evacuar" para o interior do estado os cerca de 10 mil imigrantes residentes na Baixada Santista, dos quais quase 9 mil eram japoneses e os demais, alemães e italianos. Na estação ferroviária da cidade, filas intermináveis de vagões de trens, requisitados pelo Exército, aguardavam a hora de subir a serra do Mar em direção a São Paulo. Ninguém teve tempo nem sequer para pagar contas, desfazer-se dos bens, despedir-se de amigos. Lavradores que chegavam das chácaras nas imediações de Santos viam, desolados, a família e todos seus bens na carroceria de um

caminhão. Doentes eram transportados em macas improvisadas e deitados no chão dos vagões. Temendo que alguém pudesse escapar da razia, um dos oficiais encarregados da operação mandou notificar todos os hoteleiros, donos de pensões e casas de cômodos do litoral de que estava "expressamente proibido dar hospedagem a qualquer cidadão de nacionalidade alemã ou japonesa" (os italianos tinham sido inexplicavelmente excluídos da proibição). Em vários pontos da cidade, segundo o jornal *A Tribuna*, formaram-se feiras livres improvisadas, no meio da rua, nas quais os japoneses tentavam remediar a situação vendendo o que podiam:

> *Colhidos de surpresa pela medida da Ordem Política e Social, numerosos japoneses trataram de se desfazer de seus bens. No Marapé, na Ponta da Praia e em Santa Maria, houve verdadeira corrida para a venda de suínos, galináceos, muares etc. Os japoneses — quase todos proprietários de chácaras — expuseram à venda quase tudo quanto possuíam. Vendiam a qualquer preço, pois não havia tempo para regateamento. Sabe-se de um deles que, para se desfazer de sua chácara em Santa Maria, vendeu três porcos, uma carroça e um muar pela quantia de mil cruzeiros. E galinhas? Essas foram vendidas a três e dois cruzeiros a cabeça.*

Diante do desespero de milhares de pessoas, que viam o produto de uma vida de trabalho evaporar diante de seus olhos, o delegado de polícia da cidade distribuiu uma curiosa nota. Nela, o policial pedia à população de Santos que tomasse a si "a vigilância e a guarda das propriedades, bens, semoventes e plantações deixadas pelos seus proprietários, sem uma pessoa encarregada de zelar pelos mesmos". Desconfiado, porém, de que alguém pudesse se aproveitar da desgraça dos japoneses, ele pedia que fosse comunicado à polícia "qualquer fato que possa desmentir a nobreza e a civilização que sempre foram o apanágio desta terra de Santos". Menos de 48 horas depois do anúncio feito por Getúlio, a imprensa santista festejava a rapidez com que o litoral tinha sido "varrido de todos os elementos nocivos ao Brasil", tranqüilizando seus leitores quanto ao fato de que já não havia mais "um só súdito do Japão e da Alemanha em nossa cidade".

Ao descerem na estação do Brás, em São Paulo, os passageiros foram

colocados em caminhões e despejados na Hospedaria dos Imigrantes, provisoriamente transformada em prisão e centro de triagem de "evacuados". Japoneses que anos antes haviam cruzado as portas do velho prédio da rua Visconde de Parnaíba com os olhos brilhando de esperanças agora retornavam a ele humilhados, tratados como coisas ou bichos, tangidos de um canto para outro.

Os "internamentos" e "evacuações" de súditos do Eixo não ocorriam apenas no litoral paulista. Em Santa Catarina, o Exército já tinha removido dezenas de "quistos" alemães da costa para as montanhas. No Norte e no Nordeste os interventores repetiam, em escala menor, a operação efetuada em Santos. Na Bahia, o general Pinto Aleixo mandou transferir cerca de trezentos "eixistas" do litoral para as cidades de Andaraí, Lençóis, Mocupé e Seabra, no interior do estado. Entre os "internados" estavam os frades alemães do Convento de Cajuru, suspeitos de espionagem. No estado do Pará, em cujas águas vários navios brasileiros haviam sido postos a pique por submarinos alemães, o temido coronel Magalhães Barata isolou em Acará, no meio da selva, todos os japoneses, italianos e alemães encontrados na região Norte. Em 1929, 43 famílias de imigrantes japoneses haviam se instalado nessa cidade, dedicando-se ao cultivo de pimenta-do-reino. Meio século depois, já com o nome de Tomé-Açu, Acará se transformaria num modelo mundial de produtividade agrícola, graças à colônia japonesa que se formou no local a partir da mudança forçada.

O tempo se encarregaria de comprovar que os sacrifícios impostos aos imigrantes tinham sido em vão. Os internamentos não diminuíram em nada a agressividade dos submarinos alemães. Três semanas depois de encerradas as operações, chegou a notícia de que o navio *Bagé* fora torpedeado e afundado no litoral de Sergipe, provocando a morte do comandante, de dezenove tripulantes e oito passageiros. Embora já tivessem feito centenas de mortos, os alemães ainda iriam ensangüentar a costa brasileira por muito tempo. Ao todo, entre novembro de 1939 e julho de 1945, eles afundariam 32 navios mercantes e três vasos de guerra brasileiros, sacrificando um total de 1439 vidas, entre tripulantes, passageiros e militares — três vezes mais baixas que as sofridas pela Força Expedicionária Brasileira (FEB) na Itália. A ousadia dos ataques leva a Conferência de Ministros do Exterior das Américas, reunida em maio de 1943 no Rio de Janeiro, a aprovar uma resolução que autoriza os países membros a

expulsar de seu território ou confinar em campos de concentração cidadãos do Eixo. A medida é posta em prática imediatamente pelos governos de Peru, Bolívia, Equador, Colômbia, Costa Rica e Panamá, que prendem e deportam para os Estados Unidos cerca de 1300 japoneses. A prática já vinha sendo adotada nos Estados Unidos desde o ano anterior. Com a aprovação, pelo Congresso americano, da polêmica ordem executiva no 9066, o governo cria na Costa Oeste do país as chamadas "zonas de evacuação", como eram chamados os campos de concentração distribuídos pelos estados da Califórnia, Idaho, Wyoming, Arizona, Colorado, Oregon e Arkansas. Para internar quase 200 mil japoneses, vindos do Havaí, de vários estados americanos e de países amigos, as "zonas de evacuação", cuja área, somada, era superior à do território japonês, chegaram a ocupar dois quintos do estado do Oregon, dois terços do estado de Washington, parte do sul do Arizona e mais da metade da Califórnia.

Profundamente ligada a seu país de origem, ao qual pretendia retornar em breve, a colônia japonesa no Brasil acompanhava apreensiva o desenrolar da guerra. Os imigrantes se ressentiam do que era tido como falta de patriotismo dos diplomatas japoneses, que deixaram o país imediatamente após o rompimento de relações com o Brasil, abandonando mais de 200 mil pessoas à própria sorte. Nos meses seguintes, as únicas fontes de informação da comunidade sobre o andamento da guerra eram os raros patrícios que haviam decidido enfrentar a proibição e mantinham em casa, escondidos, pequenos rádios de ondas curtas. Através deles, sintonizando a Rádio Central Militar de Tóquio, podiam-se obter notícias da guerra. Era assim que a colônia recebia, e festejava silenciosamente, informações como a de que 120 pilotos kamikazes haviam atirado seus aviões contra objetivos aliados em ilhas do arquipélago que cerca Porto Rico. Ou a de que Londres vinha sendo duramente castigada pelos foguetes V2 alemães. Quem não tinha rádio reservava tratamento especial para os mascates ou viajantes, que sempre apareciam com notícias frescas. Quando estas, porém, falavam de vitórias aliadas, a reação dos japoneses era sempre a mesma: "Isso é propaganda dos americanos". Mas, se nos campos de batalha a propaganda era uma arma eficiente, no interior de São Paulo os dois lados valiam-se até da crendice popular e de histórias sobrenaturais para acuar o inimigo. Quando o Brasil anunciou o embarque do primeiro escalão da FEB para a luta na Europa, os supersticiosos japoneses comentavam entre si: "Vão morrer

todos, o bebê-monstro previu". A história, inventada pela colônia, tinha vindo de Marília, cidade onde teria nascido uma criança com cabeça humana e corpo de animal. Minutos antes de morrer, o bebê fizera um vaticínio: "A guerra vai acabar este ano, e os países do Eixo serão vitoriosos. Depois da guerra, uma epidemia tomará conta do Brasil". Para se contrapor ao bebê-profeta, um jornal noticiou que nos céus de Mato Grosso surgira um cometa cuja cauda deixara no ar o "V" da vitória, "sinal indiscutível" de que os Aliados iriam vencer a guerra.

No começo de 1944 o chefe do serviço secreto do DOPS, delegado Geraldo Cardoso de Mello, soube que um delegado da região de Marília tinha prendido o agricultor Shobei Yassuda, acusado de ameaçar de morte os japoneses que se dedicavam à plantação de hortelã e ao cultivo de bicho-da-seda. Com sua enorme barba branca, que lhe dava a aparência de um pacífico monge, Yassuda prometia matar quem produzisse a matéria-prima que, segundo ele, "estava sendo utilizada pelos Aliados no esforço de guerra". O bicho-da-seda criado no Brasil, diziam, seria exportado para a fabricação dos pára-quedas dos soldados aliados. Para dissuadir os plantadores de hortelã, circulava pela colônia um confuso folheto escrito em japonês, intitulado *Hakka Kokuzokuron* — ou "Teoria de traição à pátria pelo cultivo de hortelã", cuja autoria ora era atribuída a "um químico alemão", ora a um certo "dr. Sentaro Takaoka". Uma das cópias caiu nas mãos da polícia e dizia o seguinte:

Uso do mentol em tempo de guerra

1. Para o aumento da explosão e propagação de combustão: a) *Adicionado à nitroglicerina, aumenta trezentas vezes o poder de sua explosão; b*) *Adicionado ao explosivo para canhão, aumenta em várias vezes sua propagação* (*ou seja, o poder de radiação do fogo*).

2. Adicionado a um gás venenoso (*ou tóxico*), *aumenta sua penetração, tornando inúteis as máscaras contra gás, utilizadas atualmente. Como o gás venenoso é mais pesado do que o ar, se concentra em lugares mais baixos. Se não for utilizada a ventilação, o gás não funciona satisfatoriamente, mas com a adição de mentol, ele adquire maior poder de difusão.*

3. O mentol é indispensável para refrigeração de motores de alta rotação.

Segundo a polícia, o folheto estava sendo distribuído em todo o estado por

uma organização clandestina chamada Sokoku Aikoku Sekiseidan, cujo objetivo era destruir a lavoura de hortelã e a indústria de fios de seda na Alta Paulista e combater "com todas as armas" a produção de artigos que facilitassem aos inimigos continuar sua guerra contra o Japão. Para demonstrar que não estava brincando, o grupo já havia ateado fogo em plantações de hortelã e criações de bicho-da-seda. Mas foi um outro manifesto que circulava na colônia, também mimeografado em japonês, que deixou a polícia de sobreaviso. Nele o autor lamentava não poder estar no campo de batalha ao lado de seus patrícios:

> *[...] O fato de nós, 300 mil compatriotas, não podermos tomar parte pessoalmente desta provação divina — oportunidade raríssima — é para nós motivo de uma grande lástima, que dói profundamente em nossas almas. E se um único indivíduo indigno se enquadrar na descrição acima, como vamos nós, os japoneses radicados no Brasil, poder encarar de frente a nossa pátria?*

O panfleto terminava com uma ameaça: quem quer que fosse seu autor, ele prometia "realizar uma completa operação de limpeza na colônia, varrendo todas as impurezas advindas dos nossos compatriotas residentes no Brasil". A polícia passou os meses seguintes vasculhando cidades do interior em busca do cabeça daquele movimento. Nesse meio tempo tomava vulto e aumentava em violência o cerco dos "nacionalistas" aos "traidores" que insistiam em continuar produzindo hortelã, menta e seda. Lavouras inteiras eram destruídas durante a noite. Galpões de cria de bicho-da-seda eram incendiados. Envoltos em um delicado casulo natural de fios de seda, milhões e milhões de larvas e de ovos desapareciam em segundos sob as chamas. A desenvoltura com que os fanáticos agiam era tal que, em Mirandópolis, um casal de japoneses provocou o descarrilamento de uma composição da Estrada de Ferro Noroeste que transportava fardos de seda para São Paulo.

A Secretaria da Agricultura alertou o DOPS para um problema que seus técnicos começavam a identificar: aquela escaramuça entre japoneses ameaçava se transformar em um problema econômico. Com a guerra, a cotação do quilo do casulo no mercado internacional tinha dado um salto espantoso, pulando de cinco para cinqüenta contos de réis em poucos anos. E, para que a polícia tivesse uma idéia da quantidade de dinheiro que se perderia se o boicote desse certo, o

documento citava apenas o exemplo de Bastos — um dos principais centros de criação de bicho-da-seda do estado. A cidade, que antes do início da guerra produzia cerca de quarenta toneladas de casulos por ano, naquele ano deveria produzir mais de seiscentas toneladas. Isso, claro, se a polícia conseguisse prender os malucos que prometiam fazer a tal "operação limpeza" na colônia.

Mesmo à custa de dezenas de prisões — e de muita tortura —, só em setembro de 1944 é que o DOPS conseguiria chegar à ponta do novelo. Durante as investigações para achar o autor do panfleto, os policiais ouviram falar, em lugares diferentes, de alguém a quem os japoneses se referiam como "o admirável coronel Kikawa". O adjetivo podia mudar de cidade para cidade. Ora era "o implacável", ora "o justo", "o sábio" ou, ainda, "o sincero coronel Kikawa". Precedido de tal fama, o homem que abriu a porta de sua casa, naquela noite de quinta-feira, surpreendeu o delegado do DOPS Eduardo Saad, que fora prendê-lo. No lugar do Gêngis Khan que imaginava ter que enfrentar, o policial deu com um sexagenário de 1 metro e 51 de altura e aparência frágil, alguém que nem de longe lembrava o "implacável coronel Kikawa" de quem as pessoas falavam no interior, com os olhos faiscando.

Junji Kikawa nascera 67 anos antes na cidade de Niigata. Como a maioria dos filhos de famílias pobres, buscou no Exército Imperial japonês uma saída para o brutal desemprego que seu país enfrentava no começo do século XX. Cursou com brilho os treze anos da Academia Militar, saindo de lá oficial da arma da cavalaria. Enérgico, metódico e seguidor das mais rígidas tradições japonesas, Kikawa encontraria no Exército duas almas gêmeas: o coronel Jinsaku Wakiyama e o capitão Kiyo Yamauchi, ex-combatente da guerra russo-japonesa do começo do século, que passariam a ser seus melhores amigos. Quando tinha 45 anos, em meados dos anos 20, Kikawa descobriu que se tornava vítima de uma forte miopia, que o obrigaria a usar óculos. Defensor ardente da teoria de que um componente do Exército Imperial não podia ter nenhuma deficiência física, decidiu passar para a reserva no posto de tenente-coronel.

Pai de sete filhos e arrimo da mãe viúva, Junji Kikawa se desesperava com a crise econômica vivida por seu país e, acima de tudo, com o que considerava sua mais grave conseqüência: a impossibilidade de oferecer educação de qualidade aos filhos. Durante dez anos fez de tudo para sustentar a família. Foi confeiteiro, professor de esgrima, tintureiro e declamador profissional em peças teatrais e

dramas nô, o secular teatro japonês cujos protagonistas são sempre homens, inclusive na representação de papéis femininos. Em 1933, aos 55 anos e cansado de bater cabeça, resolveu seguir o exemplo de milhares de patrícios em situação semelhante e decidiu imigrar para o Brasil. Junto com ele, naquele ano, mais 25 mil japoneses tomariam o rumo do porto de Santos, formando o maior contingente de toda a imigração japonesa para o Brasil, que na época já formava uma comunidade de 130 mil pessoas. Kikawa traria consigo um verdadeiro estado-maior: além de convencer os amigos Yamauchi, de 66 anos, e Wakiyama, de 62, a acompanhá-lo na aventura, ele ainda seduziria para o sonho brasileiro os tenentes Seiichi Sato e Azuma Samejima, o sargento Nisuke Shigueto e o soldado Takeichi Maeda, que havia servido em Fort Dulles, no Oregon, Estados Unidos, e que depois retornara ao Japão. A liderança que o franzino Kikawa exercia sobre os patrícios acabaria fazendo dele, durante a viagem, um dos três "chefes de grupo" nomeados pelo comandante do navio.

Chegando ao Brasil o grupo se dispersou. O capitão Kiyo Yamauchi resolveu ficar na capital de São Paulo. O coronel Wakiyama acabou escolhendo a cidade de Bastos para viver. Kikawa arrastou mãe, mulher e sete filhos pelo sertão adentro e foi bater em Rancharia, a mais de quinhentos quilômetros da capital, onde ele se estabeleceria como plantador de algodão em terras de uma cooperativa. Apesar da distância, mantinha praticamente a mesma rotina diária dos tempos do Japão: acordava cedo, vestia-se ritualmente, com coloridos quimonos de seda, cobria a cabeça com um barrete e fazia uma demorada reverência em direção ao nascente: o primeiro cumprimento do dia era reservado ao imperador. Depois se dirigia ao pequeno oratório xintoísta da deusa Amaterasu Omikami, rezava por alguns minutos, de mãos postas, e só então pronunciava as primeiras palavras do dia com a família. Apesar de ser um homem taciturno e de poucos sorrisos, Kikawa se tornara popular nas festas da colônia pelo talento como declamador de nô. Os patrícios se referiam a ele de forma solene e reverente. "É digno de ser um grande chefe", dizia um. "Não é homem de duas caras", diria outro. Seus admiradores consideravam importante lembrar que, mesmo quando perdia a paciência com alguém, "era sempre o admirável coronel Kikawa". Seu prestígio acabaria levando-o a ser eleito o primeiro presidente das Associações Japonesas de Rancharia, mas nem isso o seguraria na cidade. Depois de sete anos sem grandes sucessos na lavoura, ele

decidiu mudar-se para a capital.

Em São Paulo Kikawa instalou-se com a família em um sobradinho alugado no final da rua Vergueiro, nas proximidades do bairro japonês. No andar térreo, onde antes tinha funcionado uma oficina mecânica, montou uma tinturaria. Apesar do eterno ar macambúzio e dos silêncios intermináveis, o velhinho parecia mesmo ser "o admirável coronel Kikawa": um ano depois de chegar à capital, anônimo como milhares de outros japoneses, ele era eleito presidente da Liga das Tinturarias Japonesas de São Paulo. Preso pelo DOPS, Kikawa não negou nenhuma das acusações que lhe faziam: assumiu a autoria não só dos panfletos ameaçando quem plantasse hortelã e produzisse seda. Reconheceu também ser o autor de vários documentos mimeografados em japonês, que vinham sendo distribuídos periodicamente em diversas cidades do interior e em pensões de japoneses na capital, intitulados *Idéia de Kikawa*. Nessas reflexões, repletas de metáforas e simbolismos, o coronel defendia a cega obediência da colônia ao imperador Hiroíto e o fiel cumprimento do *Yamatodamashii*, o "espírito nipônico", padrão de comportamento ideal que o militarismo ultranacionalista japonês adotara como doutrina. Mexendo nos arquivos do DOPS, o delegado Saad descobriu que Kikawa não era marinheiro de primeira viagem: em abril de 1942, dois anos e meio antes, portanto, ele havia sido preso por "ameaça de represálias contra o Brasil" — sem que a ficha esclarecesse exatamente o que vinha a ser aquele crime. Identificado criminalmente, fora libertado poucos dias depois.

O delegado se divertiu ao comparar as duas fichas de Kikawa: na de 1942 ele dizia ser "tintureiro", e agora, quando lhe perguntaram a profissão, respondeu: "Tenente-coronel do Exército Imperial". Sempre com o auxílio de um intérprete, claro, porque ele jamais se interessara em aprender português. Outra mudança ocorrida entre as duas datas foi na estatura de Kikawa. Se na ocasião da prisão ele dissera medir 1 metro e 51, agora, ao perguntarem sua estatura, não titubeou: "Eu meço 1 metro e 65". Pressentindo que desta vez, porém, as coisas iam ser diferentes, o coronel não reagiu à prisão, mas exigiu o direito de redigir, em japonês, antes de ser levado para o DOPS, uma "carta-protesto" contra o que considerava uma arbitrariedade:

Se as autoridades brasileiras forçarem a realização do presente julgamento, será

um evidente estratagema para condenar japoneses inocentes. Nós, os acusados, aceitamos qualquer castigo, por mais severo que seja, mas os japoneses do Brasil não permitirão que tais atos ilegais sejam levados a efeito. Uma vez restabelecidas as relações diplomáticas, farão com que o Japão proteste. Conforme as circunstâncias, será possível que se chegue ao rompimento das relações diplomáticas, ou mesmo à guerra.

Acusado formalmente de sabotagem, Junji Kikawa viu seu processo passar catorze meses na fila do Tribunal de Segurança Nacional — período em que permaneceu preso em São Paulo, para só ser libertado em novembro de 1945. Mesmo na cadeia, o "admirável coronel Kikawa" conseguiu consolidar sua liderança sobre a corrente nacionalista da colônia. Da cela em que foi colocado, na Casa de Detenção, continuava redigindo, aos borbotões, sucessivas edições do *Idéia de Kikawa*, que às vezes podia aparecer como *Pensamento de Kikawa*. O centro de sua pregação era um só: a desordem reinante na comunidade japonesa no Brasil desde que ela fora "relegada à mais cruel orfandade" pelo rompimento de relações entre os dois países. Aquele velhinho míope e calvo não parecia inspirar temor em ninguém. Nem mesmo nos carcereiros da Detenção, que em troca de modestos subornos deixavam Kikawa escrever livremente e fechavam os olhos quando alguma visita subtraía da cela dele mais um *Idéia de Kikawa*. Mimeografado, o panfleto era distribuído clandestinamente pela colônia. O primeiro deles circulou poucos dias após a prisão:

A situação de desordem dos japoneses cresceu de maneira tão indecorosa que nem se pode olhar. Aumentou muito o número de japoneses que não se preocupam com o resultado desfavorável à pátria e dos conterrâneos no Brasil que só pensam em enriquecer. Tenho ouvido dizer que há japoneses que falam impetuosamente que "não se importam que o Japão perca a guerra" ou que "se atreveriam a levantar revolta contra o imperador" e, frente a isso, senti uma enorme perplexidade com o futuro dos japoneses no Brasil. Pode-se dizer que, da noite para o dia, a experiência de mais de dez anos dos japoneses no Brasil se perdeu. O embaixador e os cônsules, que deveriam ser os líderes supremos dos japoneses no Brasil, tinham a obrigação de ter mostrado, no momento do rompimento das relações diplomáticas entre os dois países, atitudes concretas de

conduta aos conterrâneos, ter-lhes dado uma orientação adequada para superar a opressão. [...] Porém, quando receberam a ordem de repatriamento, aproveitando a oportunidade, retornaram sem demora ao Japão, praticamente fugindo. Enquanto na frente de batalha todos os soldados japoneses tomaram armas de ataque e os 100 milhões de compatriotas, na frente doméstica de guerra, estão tentando superar a dificuldade nacional, com espírito de tokkotai [pelotão especial de ataque], o que eles, que voltaram fugidos, estariam pensando dos conterrâneos no Brasil? Se fossem verdadeiros cavalheiros, ao receber a ordem de repatriamento, teriam pedido demissão e ficado com os 300 mil conterrâneos no Brasil, como simples imigrantes, e permaneceriam junto com eles na vida e na morte. E, no caso de não poderem fazer isso, eles deveriam se suicidar sem hesitação.

Para parte expressiva da colônia, palavras como aquelas acendiam as esperanças que a guerra parecia ter sepultado para sempre. Finalmente alguém falava em nacionalismo, em respeito à Família Imperial, em *Yamatodamashii* e, principalmente, alguém acenava com a possibilidade de realização do sonho da maioria: voltar ao Japão. E a prisão não parecia inibir a atividade de Kikawa. Durante todo o tempo em que esteve preso, o coronel transformou os horários de visita em reuniões de trabalho com seu *staff*. A presença mais freqüente era a de seu velho companheiro de viagem, o capitão Kiyo Yamauchi. O terceiro membro do grupo do navio, o coronel Jinsaku Wakiyama, certamente por já ser também um ancião e viver a quase quinze horas de distância da capital, não apareceria nenhuma vez na Detenção. Além de sua mulher, Fumi, e de Yamauchi, Kikawa passaria a ser visitado por dois outros homens: o engenheiro Ryotaro Negoro, de 64 anos, e Seiichi Tomari, um taciturno japonês de quarenta anos que ora se apresentava como químico, ora como verdureiro.

No dia 15 de agosto, ao ouvir as notícias da rendição, um desolado Tomari registrara em seu diário — um hábito comum entre os japoneses: "Hoje deveria ser um dia de grande alegria; no entanto, ouço falarem na rendição incondicional do Japão, iludidos por notícias falsas enviadas dos Estados Unidos. Temos assim um dia de vergonha. Passei a noite sem dormir, chorando. Espero amanhã poder visitar o Velho Kikawa". O encontro parece tê-lo reanimado, a julgar pelas anotações feitas no dia seguinte: "Dele ouvi palavras tranqüilizadoras.

Resumindo, concluo que foi uma grande vitória do Japão. Lágrimas de alegria correm sem parar. Só alegria... não me vem outro pensamento".

Passados dois meses, os advogados contratados por Tomari tiraram Kikawa da cadeia. O próprio coronel revelaria depois, num de seus escritos, a surpresa com que soube da libertação: ele era estrangeiro, súdito de um país inimigo do Brasil, fora preso por sabotagem e submetido ao Tribunal de Segurança, célebre pela dureza com que defendia o que seus juízes consideravam os interesses do Estado brasileiro. E, no entanto, tinha sido posto em liberdade por uma formalidade jurídica: um juiz do TSN considerou "ilegal" sua prisão — que, como dezenas de outras, fora efetuada sem mandado judicial. É possível que o tribunal da ditadura tenha levado em conta também, para tomar a decisão, o estado de saúde de Kikawa, vítima de problemas vasculares que às vezes o impediam até de andar.

No dia em que ele foi solto, 17 de novembro de 1945, já fazia dois meses que a guerra tinha acabado. O Japão havia sido calcinado pelas bombas aliadas. Seguindo o exemplo do general Korechika Anami, ministro da Guerra, vários auxiliares do imperador praticaram o haraquiri ou *seppuku* — a forma ritual do suicídio japonês por meio da qual o morto recupera a honra perdida em vida. O Supremo Comando Aliado parecia ter se esmerado em impor aos japoneses uma derrota com humilhação. O mesmo rigor que decidira pela dissolução pura e simples do invencível Exército Imperial japonês descia a minúcias consideradas ultrajantes pelos derrotados. No dia 27 de setembro, por exemplo, Hiroíto deixou o palácio pela primeira vez após a rendição, para um encontro com o general MacArthur, o *Maca-san,* na embaixada americana. Capitaneada pelo veículo que transportava o imperador — a limusine Mercedes Benz cor de vinho que lhe havia sido presenteada por Adolf Hitler em 1933 —, a comitiva andou poucas centenas de metros pelas ruas de Tóquio e parou inesperadamente. Hiroíto quis saber o que acontecera de anormal e ouviu de um ajudante de ordens a desconcertante resposta:

"O sinal está vermelho, majestade. Agora nós também temos que parar. Ordens do Supremo Comando."

Hiroíto sabia que os americanos estavam cobrando um preço alto por sua manutenção no trono. Três semanas antes o ministro das Relações Exteriores Mamoru Shigemitsu, cavaleiro da Ordem Imperial do Sol Nascente, chegara ao cruzador *Missouri*, na baía de Tóquio, munido de uma procuração do imperador

para assinar a rendição diante de MacArthur. Setuagenário e perneta (uma mina arrancara sua perna direita quinze anos antes), Shigemitsu subira sem nenhuma ajuda, à custa de um esforço sobre-humano, os noventa degraus da escada que levava ao convés do navio. Ao chegar ao topo, esbaforido, pediu ao almirante William Halsey um copo d'água, para ouvir do militar americano um sonoro *não*.

O imperador tinha motivos de sobra, portanto, para temer o encontro com o general americano. Mesmo informado pelo cerimonial de que Hiroíto compareceria ao encontro vestido em traje de gala, de casaca e cartola, MacArthur não parecia querer deixar dúvidas a respeito de quem estava mandando no país. Recebeu Hiroíto metido em uma surrada farda cáqui, de serviço, em mangas de camisa, sem gravata e sem quepe. E, na hora da foto oficial ao lado de Sua Majestade, o general americano não hesitou em enfiar ambas as mãos nos bolsos de trás da calça. Os japoneses ainda tentaram evitar a publicação de uma imagem tão humilhante, mas prevaleceu a vontade de *Macasan*, e a foto distribuída à imprensa foi aquela mesmo. O império pomposamente batizado de "Esfera de Co-Prosperidade da Grande Ásia Oriental", em que Hiroíto sonhava transformar o Japão, tinha virado pó.

O mundo inteiro parecia saber disso. Menos "o admirável coronel Kikawa". Quando ele assinava o alvará de soltura no cartório da Casa de Detenção, um dos intérpretes da polícia aproximou-se e perguntou:

"E aí, coronel, ficou triste com a derrota do Japão?"

Kikawa respondeu sem bravata, como se falasse a coisa mais natural do mundo:

"Mas o Japão não foi derrotado. O Japão venceu a guerra."

O intérprete insistiu:

"Mas, coronel, todo mundo ouviu Hiroíto no rádio lendo o Rescrito Imperial com a rendição incondicional."

O velho deu o assunto por encerrado:

"O Rescrito Imperial não contém nenhuma dessas duas palavras. Nem *rendição* nem *incondicional*. O Japão ganhou a guerra."

A roda de policiais que se formara à sua volta explodiu em gargalhadas.

3

UM VELHINHO COMANDA O TERROR NA COLÔNIA JAPONESA: É O SÁBIO CORONEL KIKAWA

O coronel Junji Kikawa podia até estar louco, como imaginavam os policiais que o ouviram na saída da prisão. Mas, pelo menos no caso do Rescrito Imperial, ele tinha razão. Ainda que se atribuísse sua convicção à ambigüidade da língua japonesa, que pode permitir mais de uma interpretação do mesmo texto, a verdade é que o documento assinado por Hiroíto não utilizava nem a palavra *rendição* e muito menos *incondicional*. Mesmo derrotado, o imperador guardava um fiapo de trunfo na manga: os Estados Unidos temiam que, consolidada a paz, o Japão pudesse pender para o lado dos comunistas. O principal obstáculo às ambições do marechal Joseph Stalin, líder supremo da União Soviética, os americanos sabiam, era a manutenção, ainda que simbólica, de Hiroíto no trono do Império — e ele estava tentando tirar proveito disso. Se dependesse apenas da vontade do presidente americano Harry Truman, Hiroíto teria sido obrigado a ir pessoalmente ao *Missouri* oferecer a rendição a MacArthur, mas, graças à intervenção do premiê britânico Clement Attlee e do presidente chinês Chiang Kai-chek, ele pôde ser substituído na cerimônia pelo ministro do Exterior. Contra a vontade dos "duros" do Departamento de Estado, que queriam fazer o imperador sentar-se no banco dos réus como criminoso de guerra, MacArthur fincou pé na decisão de poupá-lo. Não por qualquer simpatia ou piedade, mas pelas razões que ele transmitira a Truman em carta secreta: se a decisão fosse a de derrubar Hiroíto do trono seria preciso 1 milhão de soldados para conter o povo japonês. O máximo que o imperador conseguiu foi fazer pequenas mudanças no texto redigido pelo Supremo Comando Aliado. Por sugestão do ministro da Guerra Korechika Anami, que se suicidaria horas depois, Hiroíto pediu que uma frase fosse substituída. Em vez de: "A situação da guerra torna-se cada vez mais desfavorável para nós", acabou ficando: "A situação da guerra se desenvolveu de modo não necessariamente vantajoso para o Japão". Uma mudança que, apesar de não ser drástica, custaria uma noite inteira de negociações do monarca com o comando aliado.

Sempre se poderá repetir, como fazia o general MacArthur, que o rescrito era

apenas um pedaço de papel, e que a guerra tinha sido vencida, de fato, nos campos de batalha e não nos gabinetes de Tóquio. A versão final do documento, no entanto, parece ser um deliberado exercício de dissimulação:

Aos nossos bons e leais súditos:

Depois de profunda ponderação sobre as tendências mundiais atuais e sobre as condições reais de nosso Império hoje, decidimos estabelecer um compromisso em torno da atual situação, recorrendo a uma medida extraordinária.

Ordenamos ao nosso governo que comunique aos governos dos Estados Unidos, da Grã-Bretanha, da China e da União Soviética que nosso Império aceita as disposições de sua declaração conjunta.

Esforçar-nos para a prosperidade e a felicidade de todas as nações, assim como para a segurança e bem-estar de nossos súditos, é a obrigação solene que nos foi transmitida por nossos ancestrais imperiais, e que temos sempre junto ao coração. De fato, declaramos guerra à América e à Grã-Bretanha movidos por nosso sincero desejo de garantir ao Japão a autopreservação e a estabilização da Ásia oriental, estando longe de nosso pensamento infringir a soberania de outras nações ou procurar o crescimento territorial. Mas agora a guerra já durou quase quatro anos. Apesar de todos terem feito o melhor possível — a luta heróica das forças militares e navais, a diligência e assiduidade de nossos súditos e o serviço devotado de nossos 100 milhões de pessoas —, a situação da guerra se desenvolveu de modo não necessariamente vantajoso para o Japão, enquanto as tendências mundiais gerais se voltam contra o nosso interesse. Além disso, o inimigo começou a empregar uma nova e mais terrível bomba, cujo poder de destruição é incalculável, tirando a vida de muitos inocentes. Se continuássemos a lutar, isso não apenas resultaria no colapso final e na obliteração da nação japonesa, mas também levaria à extinção total da civilização humana. Dada essa situação, como poderíamos salvar nossos milhões de súditos ou nos explicar diante dos espíritos santificados de nossos antepassados? Esta é a razão por que nós ordenamos a aceitação das exigências da declaração conjunta das potências.

Podemos somente expressar o mais profundo lamento diante dos países nossos aliados na Ásia oriental, que cooperaram consistentemente com o Império no sentido da emancipação da Ásia oriental. Pensar nos oficiais e

homens que, assim como outros, caíram nos campos de batalha, os que morreram em seus postos de honra, ou os que encontraram a morte prematura e suas famílias desoladas, entristece meu coração noite e dia. O bem-estar dos feridos de guerra e dos sofredores, e dos que perderam seus lares e sua alegria, é objeto de nossa profunda solicitude. Os percalços e sofrimentos a que será submetido nosso país daqui em diante certamente serão grandes. Estamos profundamente conscientes dos sentimentos mais íntimos de todos vocês, nossos súditos. No entanto, é de acordo com os ditames do tempo e do destino que nós resolvemos cimentar o caminho da grande paz para todas as gerações vindouras, suportando o insuportável e sofrendo o que é insofrível.

Tendo sido capazes de salvaguardar e manter a estrutura do Estado imperial, nós estamos sempre convosco, nossos bons e leais súditos, confiando em vossa sinceridade e integridade. Evitai estritamente quaisquer arroubos de emoção que possam provocar complicações desnecessárias, ou quaisquer disputas e discórdias fraternas que possam criar confusão, desunir-vos e fazer-vos perder o respeito mundial. Que toda a nação continue como uma família de geração a geração, sempre firme em sua fé na imperecibilidade de sua terra divina, cônscia de seu pesado fardo de responsabilidades e da longa estrada que temos adiante. Uni todas as vossas forças para vos devotardes à construção do futuro. Cultivai os caminhos da retidão; alimentai a nobreza de espírito; e trabalhai resolutamente para que possamos alcançar a glória inata do Estado imperial e mantermo-nos passo a passo com o progresso mundial.

Hiroíto [*Selo Imperial*]
14o dia do oitavo mês do vigésimo ano da Era Showa

Tal como afirmara o coronel Kikawa, a palavra *rendição* não era utilizada sequer uma vez no documento. A convicção com que o coronel falara da vitória do Japão, na saída da cadeia, reforçava a suspeita do delegado Cardoso de Mello de que o ex-militar era mais que um velhinho delirante. Se dependesse do policial, Kikawa não teria sido libertado. Pouco antes da decisão do TSN, o chefe do serviço secreto do DOPS enviou ao tribunal um despacho em que manifestava sua apreensão com o caso. "Sou contra a soltura", escreveu o policial, "no momento em que se iniciou, em algumas localidades do estado, entre nipônicos, um esquisito movimento de regozijo pela suposta 'vitória do Império do Sol

Nascente'."

No dia em que Kikawa era libertado, porém, o tal movimento esquisito já havia incendiado a colônia. Era difícil encontrar na comunidade japonesa alguém que acreditasse que o Japão tivesse perdido a guerra — ou, pelo menos, que dissesse isso em público. A minoria que aceitava a versão oficial temia fazê-lo em público e ser taxada de "traidora" ou "derrotista". Embora todos os jornais brasileiros tivessem divulgado a íntegra do Rescrito Imperial, os japoneses que se dispunham a falar sobre o assunto tinham uma resposta pronta: "Isso é propaganda americana". O *Diário da Noite* coloca repórteres nas ruas do bairro japonês à procura de alguém que aceite dar declarações. Ninguém quer falar nada, até que encontram um voluntário, que responde com absoluta segurança: "O Japão não perdeu a guerra". O jornalista retruca que a notícia é oficial, foi o imperador em pessoa quem a leu na Rádio de Tóquio, em irradiação repetida no mundo inteiro, mas o entrevistado permanece impassível: "Aquilo foi uma transmissão americana feita em japonês". Mas e o Rescrito Imperial? "O rescrito é falso, o imperador nunca erra." Não havia mais como esconder que o fim da guerra tinha rachado a colônia. De um lado, em franca minoria, estavam os *makegumi*, "esclarecidos" ou "derrotistas", ala formada por japoneses com situação econômica e cultural mais elevada, que já se haviam integrado à sociedade brasileira, falavam português e não alimentavam sonhos de retornar à pátria. No extremo oposto ficava a maioria da comunidade, aqueles que se auto-intitulavam *kachigumi*, "patriotas" ou "vitoristas" — lavradores, feirantes, tintureiros e ex-militares, pessoas de formação modesta que tinham imigrado para o Brasil com um só objetivo: arrumar a vida e voltar para o Japão. Devotos das mais rígidas tradições militaristas japonesas, seguidores cegos do imperador, sustentavam a teoria da vitória do Japão com argumentos que consideravam indiscutíveis: em 2600 anos o Japão jamais perdera uma guerra; na remotíssima hipótese de que a pátria tivesse sido derrotada, o mundo teria testemunhado a "morte honrosa de 100 milhões de japoneses", que se suicidariam coletivamente, acompanhando o mesmo gesto do imperador — o que efetivamente não acontecera. A partir do dia 15 de agosto de 1945, a colônia japonesa residente no Brasil estava irremediavelmente dividida em dois grupos: os *kachigumi* e os *makegumi*.

A polícia ainda tinha esperanças de que aquilo fosse apenas uma briga restrita

aos residentes na capital, até que o delegado de polícia da cidade de Pompéia, Antônio Dourado, apareceu em pessoa no DOPS com um documento que ele havia apreendido com o nacionalista Massayuki Kawasaki, de Quintana, e que o policial considerava "ouro puro": duas versões do original do Rescrito Imperial da rendição, com o selo de Hiroíto aplicado ao final. A alegria dos policiais transformou-se em espanto quando chegou o tradutor. Idêntico à verdadeira Fala do Trono apenas na aparência, o primeiro documento não esclarecia praticamente nada:

Fala do Trono destinada aos patrícios que se encontram no exterior

Os patrícios que se encontram no exterior devem se auxiliar mutuamente, não enveredando para o terreno das vantagens pessoais, tudo fazendo para bem suportar as provações e sofrimentos e conservar a beleza do Yamatodamashii *— o espírito japonês.*

Em 3 de agosto do vigésimo ano da Era Showa

Hiroíto

[*Nome e chancela do imperador*]

O segundo, com data posterior ao fim da guerra, era uma palavra de estímulo do monarca a seus soldados:

Fala do Trono destinada ao Exército e à Marinha

As forças de Terra e de Mar que prosseguem na guerra de perpetuação do nosso povo devem levar a guerra a seu objetivo.

Em 17 de agosto do vigésimo ano da Era Showa

Hiroíto

[*Nome e chancela do imperador*]

Os dois documentos eram idênticos em tudo ao original, inclusive na assinatura, e pareciam ter saído das mãos de calígrafos do Ministério da Casa Imperial, mas eram falsos como uma nota de três cruzeiros. A polícia descobriu que o texto tinha sido falsificado por um pintor "vitorista" e que o Selo Imperial fora feito artesanalmente por outro *kachigumi*, Mitsuro Ikeda, dono de uma pequena fábrica de carimbos de borracha de Tupã. Quando a tal cópia chegou ao

DOPS, milhares de exemplares dela já vinham sendo vendidos na colônia, clandestinamente, como prova de que a guerra prosseguia e de que o Japão continuava invicto.

O "esquisito movimento de regozijo" de que falava a polícia não parava aí. Aos poucos os policiais descobriram que o estado havia sido inundado não só por falsas proclamações imperiais, mas por dezenas de panfletos anônimos, notícias falsificadas e até fotos fraudadas da cerimônia de rendição a bordo do *Missouri*. Em setembro os policiais foram surpreendidos por um inusitado movimento, na capital, de japoneses vindos do interior. Hotéis e pensões do bairro japonês já não tinham mais vagas, e o emaranhado de ruas e vielas compreendidas entre a Várzea do Glicério e a praça da Sé, onde se concentravam os japoneses, vivia uma agitação pouco comum. O mistério seria esclarecido ao cair nas mãos da polícia um panfleto que transcrevia uma suposta notícia transmitida pela Rádio Central Militar do Japão. No folheto anunciava-se, para o dia 11 de setembro de 1945, a chegada a Santos de uma esquadra da Marinha imperial encarregada do repatriamento de todos os japoneses residentes no Brasil. Naquele dia, na verdade, a Rádio Central Militar jazia em escombros, bombardeada por soviéticos e americanos, e a Marinha japonesa já havia sido dissolvida por um ato administrativo de MacArthur, mas ainda assim cerca de 2 mil japoneses saídos do interior ou da capital desceram a serra do Mar em direção ao porto. Dois dias se passaram sem que, naturalmente, nenhum navio japonês aparecesse. Desolados, os imigrantes retornaram a São Paulo, onde já os esperava um outro panfleto, esclarecendo que a chegada da missão japonesa tinha sido adiada para o dia 24 e transferida para o porto do Rio de Janeiro. O documento recomendava que os membros da colônia comparecessem à então capital federal "se possível portando uma bandeira japonesa para a saudação aos compatriotas que chegam para nos repatriar".

Para os "esclarecidos" da colônia, aquilo era um delírio inadmissível. Ser confundido na rua com um fanático ou com um idiota que acreditava naqueles desatinos era algo vergonhoso. E foi um *makegumi*, o "esclarecido" Shibata Miyakoshi, quem sugeriu à polícia a solução para pôr fim de vez àquilo que ele considerava "uma farsa que envergonha a colônia japonesa". Embora vivesse no Brasil fazia pouco tempo (ele viera nas últimas levas de imigrantes dos anos 30), Miyakoshi se tornaria conhecido e respeitado pela colônia como diretor da

KKKK, uma das empresas responsáveis pela imigração. Logo após o fim da guerra ele tinha estado na cidade de Álvares Machado e deixara perturbados os nacionalistas da região ao repetir quantas vezes lhe pedissem: a guerra havia acabado e o Japão fora derrotado. Os argumentos dele para a polícia pareciam de uma lógica irrefutável:

"Se um brasileiro disser a esses loucos que a Terra é redonda, eles vão duvidar. Se alguém pode convencê-los da verdade, tem que ser um japonês."

Com a autorização do DOPS, Miyakoshi propôs que se conseguissem cópias dos documentos originais da rendição e que elas fossem fartamente distribuídas na colônia, com o aval de nomes conhecidos entre os imigrantes. Com a ajuda da polícia e do Ministério das Relações Exteriores do Brasil foi montada uma operação para fazer chegar a São Paulo uma cópia autêntica do Rescrito Imperial. De Tóquio o documento foi enviado à sede da Cruz Vermelha em Gênova, na Itália, que o remeteu ao escritório da organização em Buenos Aires. Da capital argentina a proclamação foi levada em mãos até São Paulo, onde foi entregue a Dag Heagler, delegado da Cruz Vermelha no Brasil, que encaminhou o rescrito ao padre italiano Guido del Toro. Uma escolha estranha, já que o jesuíta tinha passado dois meses preso no DOPS, acusado de ministrar catecismo em língua japonesa na Escola São Francisco Xavier, especializada em oferecer educação cristã a filhos de japoneses não budistas. Traduzidos do japonês para o português, inglês e francês, os documentos eram acompanhados de uma mensagem do ministro Togo, das Relações Exteriores, dirigida "aos compatriotas residentes no exterior".

Foi essa papelada que o padre fez chegar às mãos de Shibata Miyakoshi, o *makegumi* que tivera a idéia de esclarecer a colônia sobre o resultado da guerra. Depois de muita discussão entre a polícia e representantes da comunidade japonesa, decidiu-se que a forma mais eficiente de fazer os documentos chegar às mãos de todos os interessados era uma só: publicá-los nos jornais paulistas e, além disso, imprimir algumas centenas de milhares de exemplares e distribuí-los nas regiões de alta concentração de imigrantes. Por sugestão de Miyakoshi, o Rescrito Imperial seria acompanhado de uma nota explicativa, assinada pelas personalidades mais vistosas da colônia.

O coronel Junji Kikawa ainda estava preso, nos primeiros dias de outubro, quando um carcereiro jogou dentro de sua cela um exemplar do jornal *A Gazeta*

que estampava na primeira página a notícia intitulada: "Aos compatriotas residentes no Brasil":

O presente tem por fim reportar-vos, mediante consentimento das autoridades policiais da capital de São Paulo, à nota oficial do Ministério das Relações Exteriores do Japão, acerca da situação crítica que nossa mãe-pátria enfrenta. A referida nota traz-nos a proclamação imperial de 14 de agosto e a mensagem do então ministro das Relações Exteriores, sr. Togo, conforme tradução apensa. [...] Fizemos o possível para traduzi-las letra por letra. Não passa, porém, de uma tradução: não podemos afirmar que não haja certas diferenças na transposição de vocábulos de um idioma para o outro. Podeis estar certos, entretanto, que esperamos não ter cometido nenhum erro quanto ao sentido substancial do texto original. Notai que no prefácio do documento oficial percebe-se a preocupação de nosso governo no que diz respeito aos seguintes termos: "[...] tendo em vista o fato de não se poder negar o perigo de que os súditos do Império do Japão, residentes em países inimigos, ou naqueles de relações diplomáticas rompidas, venham a praticar algo irremediável e grave, pede-se transmitir esta nota oficial [...]".

Nossa mãe-pátria, o Japão, encontra-se, neste momento, em dificuldades jamais experimentadas desde a sua fundação. Para que ela possa vencê-las é preciso que seus filhos unam-se como um só homem e num só coração, para a reconstrução do novo Japão, tolerando o intolerável, suportando o insuportável, acautelando-se contra explosões emotivas, conforme o venerando desejo de Sua Majestade, o imperador. Esperamos e fazemos votos que cuidareis da vossa própria dignidade e saúde.

São Paulo, 5 de outubro de 1945
Jinsaku Wakiyama, Shigetsuna Furuya, Kunito Miyasaka, Kiyoshi Yamamoto, Senichi Hachiya, Shibata Miyakoshi, Kameichi Yamashita.

Naquela noite Junji Kikawa escreveu em seu diário: "Ao ver o nome do velho camarada Wakiyama encabeçando uma lista de traidores da pátria, senti-me como se uma adaga de aço tivesse varado meu coração". Estava explicado por que o companheiro de viagem não aparecera uma só vez para visitá-lo na cadeia:

o dono da mais alta patente militar japonesa no Brasil tinha se passado para o lado "dos inimigos, dos japoneses de corações sujos". A surpresa se justificava, porque Kikawa conhecia quase todos os demais signatários: Kunito Miyasaka era diretor da Bratac e havia sido um dos fundadores do Banco América do Sul. Kameichi Yamashita fora presidente da poderosa Cooperativa Agrícola de Cotia. Shigetsuna Furuya tinha sido embaixador do Japão na Coréia, no México e na Argentina até mudar-se para o Brasil, onde se tornara um grande produtor e exportador de bananas. Senichi Hachiya, um dos pioneiros da imigração para o Brasil, era dono de uma importadora. Bem informado, apesar de estar na prisão, Kikawa soubera que um outro patrício fora articulador daquele documento, e só não aparecia na lista porque viajara no dia da divulgação. Era o industrial Chuzaburo Nomura, o culto ex-diretor do jornal *Nippak Shimbun*, dono de um pequeno império industrial de fibras vegetais que dera a ele o apelido de "o Rei do Rami". Afinal, perguntava-se Kikawa, o que fazia entre empresários, jornalistas e diplomatas o coronel Jinsaku Wakiyama, um patriota que já havia até sido preso pelo DOPS sob suspeita de espionagem a favor do Japão?

O "sábio coronel Kikawa" não sabia que os dois anos que os separavam tinham produzido mudanças profundas na cabeça de Wakiyama. Ele já não era um xintoísta tão fervoroso quanto o amigo e passara a ter dúvidas quanto às virtudes do militarismo extremado do Japão. As transformações surgiram, ironicamente, no começo da guerra, durante uma viagem à pátria, quando Jinsaku Wakiyama representara a colônia nos festejos do 2600o aniversário do Império japonês. Viagem que terminaria com sua prisão no DOPS por quatro dias, ao retornar ao Brasil. Do Wakiyama militarista dos velhos tempos restara uma pequena excentricidade que deliciava a população de Bastos, onde ele vivia. No fim da tarde, quando terminava o trabalho na lavoura, ele repetia o ritual: depois de um bom banho no ofurô, Wakiyama vestia a engomada farda de gala de coronel do Exército Imperial japonês, prendia à cintura a espada de cabo dourado e tomava o rumo da cidade para a prosa diária com os amigos. Ninguém que o tenha visto poderá se esquecer da imagem daquele homenzinho de quase setenta anos ainda empertigado, de bigodinho cuidadosamente aparado e óculos de grau, chegando à cidade montado em Cambraia, seu imponente cavalo branco. Feito sob medida em casimira azul-marinho, o dólmã militar era do modelo três-quartos, que terminava abaixo dos joelhos. Na frente era fechado

por duas fileiras de sete botões dourados de cada lado. A gola, as dragonas de patentes e os punhos eram de galões dourados, cercados por debruns bordados em vermelho — cor utilizada também nos vistos externos da calça azul-marinho. Sobre a cabeça, Wakiyama ajustava cuidadosamente um chapéu colonial inglês que escondia a calva quase total — e que o povo apelidara de "chapéu de caçar onça". A caprichada alegoria fazia da chegada dele à pracinha de Bastos, no começo da noite, uma aparição quase sobrenatural.

A última vez que Kikawa o vira assim engalanado já fazia mais de três anos. Em agosto de 1942, no auge das restrições impostas pelas leis de guerra, a situação dos japoneses parecia insuportável. Cartas e documentos trocados clandestinamente pelas lideranças "patrióticas" concluíam que era impossível deixar uma comunidade de 200 mil pessoas ao léu, isolada do mundo, submetida às piores humilhações e proibida de fazer praticamente tudo, até de falar. No interior, os japoneses eram vigiados pela polícia e pelos vizinhos. Na capital, o bairro japonês tinha sido convertido em um gueto em que as pessoas se sentiam prisioneiras na própria casa. A cada notícia de derrota militar do Japão, os imigrantes reagiam com desânimo e prostração. Na cabeça de Kikawa, era chegada a hora de alguém "unificar de novo a colônia em torno do *Yamatodamashii*, o espírito japonês". Como as reuniões de súditos do Eixo estavam proibidas, duas famílias de Marília conseguiram do delegado local, Pahim Pinto, autorização especial para realizar no Hotel Sawaya, o melhor da cidade, a festa de casamento de seus filhos. A população se surpreendeu com a afluência de convidados, numerosa demais para uma cerimônia que unia noivos de modestas famílias de agricultores. Cerca de quatrocentos japoneses vindos de todo o estado haviam desembarcado em Marília. A maioria só podia ter chegado lá ilegalmente, imaginava-se, já que a solicitação de tantos salvo-condutos para viagens com o mesmo destino certamente teria despertado suspeitas na polícia. O sentimento contra os japoneses naquele dia era de profunda revolta: nas últimas 72 horas mais cinco navios brasileiros haviam sido postos a pique por submarinos do Eixo. Em três dias tinham sido afundados os vapores *Baependi*, *Aníbal Benévolo*, *Itagiba*, *Araras* e *Araraquara*. Ver aqueles japoneses circulando com total desenvoltura pela cidade deixou os marilienses inquietos. No meio da festa, circulou pela cidade a notícia, espalhada por um empregado do Hotel Sawaya: o casamento era apenas um pretexto. Na verdade os japoneses estavam

lá dentro fazendo reuniões subversivas, "com o retrato do imperador e a bandeira do Japão na parede".

Os pequenos grupos de brasileiros que começaram a se juntar pelas esquinas eram estimulados por gente que se dizia "indignada com a ousadia da quinta-coluna japonesa". Segundo registrou o correspondente do *Diário de S. Paulo*, "centenas de nipônicos, devidamente protegidos pela polícia, banquetearam-se num dos ágapes mais ricos que a rica Marília já assistiu". Novas rodas se formavam nas imediações do hotel. De vez em quando alguém gritava uma frase como: "Este banquete é uma afronta aos nossos mortos". Uma reunião de "bodes" em pleno centro da cidade, com fotos e bandeiras, era sinal de uma "tolerância incompreensível" das autoridades. E, se estas não se mexiam, os bravos brasileiros de Marília tomariam a si a grave responsabilidade de defender a pátria da ação do inimigo. Para passarem da intenção ao gesto demorou pouco. Ao se juntar, os grupos espalhados pela cidade já formavam uma pequena multidão — o que talvez os tenha encorajado a marchar para a avenida Brasil e invadir o Hotel Sawaya. Fosse o que fosse que acontecia lá dentro — assembléia política ou casamento —, a cerimônia foi interrompida a golpes de porrete. Homens, mulheres, crianças, idosos, ninguém foi poupado. A bandeira do Japão e um enorme estandarte de seda com a imagem de Hiroíto foram arrancados da parede e incinerados no meio da rua. Dentro do salão do hotel, em meio ao alvoroço provocado pela ação dos agressores, um pequeno grupo de jovens japoneses aproveitou-se da confusão para retirar, pelos fundos do hotel, cinco "convidados", que seriam colocados dentro de "pés-de-bode" e desapareceriam na noite. Entre eles estavam o coronel Kikawa, o capitão Kiyo Yamauchi e, enfarpelado com sua vistosa farda de gala, o coronel Jinsaku Wakiyama.

A escaramuça foi feia. Dezenas de feridos foram internados na Santa Casa de Misericórdia, e só no final da noite, quando uma tropa de quarenta soldados chegou de Bauru, é que a calma voltou à cidade. Apesar do susto, a poucos quilômetros dali, num galpão de madeira de uma chácara de Quintana, os três senhores que haviam sido retirados às pressas do hotel festejavam, com mais uma centena de japoneses, o sucesso da empreitada. O ambiente festivo não denunciava que todos ali tinham escapado de um linchamento. Na parede do galpão foram grudadas uma enorme fotografia do imperador Hiroíto fardado de marechal-de-campo e, ao lado dela, uma bandeira japonesa — a bandeira da

Marinha de Guerra japonesa, com os raios do sol vermelho invadindo o tecido branco. De pé atrás de uma mesinha, com um gesto de mão Junji Kikawa chamou para junto de si, além de Wakiyama e Yamauchi, os dois homens que passariam a ser suas visitas freqüentes nos catorze meses de cadeia: Ryotaro Negoro e Seiichi Tomari. De uma jarra de louça derramou saquê quente em cinco minúsculas tigelinhas brancas, passando uma para cada colega de mesa. Pediu que todos ficassem de pé e o acompanhassem "espiritualmente" no brinde que ele levantava:

"No tempo de guerra, a única forma de mostrar nossa fidelidade à pátria é cumprir com as obrigações dos súditos do trono. A colônia já não está mais órfã. O imperador não será mais ultrajado no Brasil. Hoje nasceu a Shindo Renmei, a Liga do Caminho dos Súditos. Longa, muito longa vida à Shindo Renmei!"

O brinde, seguido por todos, a cerimônia solene e até o conteúdo do brevíssimo discurso do coronel Kikawa pouco tinham de novo, aparentemente, para os membros da colônia. Até 1942 os japoneses se dividiam entre quase trinta associações criadas por eles no Brasil. Embora oficialmente extintas pelas leis de guerra, muitas delas continuaram funcionando clandestinamente. Eram pequenas sociedades locais, quase todas voltadas para o culto de valores patrióticos, cujos objetivos vinham estampados nos próprios nomes: Aikoku Doshikai (Associação Patriótica dos Unidos pelo Pensamento), Chudokai (Associação pelo Caminho de Fidelidade ao Imperador), Kodo Jissen Renmei (Liga pela Prática das Diretrizes do Imperador), Kokusui Seinendan (Grupo Nacionalista de Jovens), Sei Aikokudan (Grupo dos Verdadeiros Patriotas), Seika Renmei (Liga do Puro Espírito) e Zaihaku Zaigo Gunjinkai (Associação dos Ex-Militares Japoneses no Brasil). Criadas em uma cultura em que o papel das mulheres era sempre secundário, apenas uma delas as aceitava como associadas, a Zaihaku Seika Fujinkai (Associação do Puro Espírito das Senhoras Japonesas no Brasil).

Se dependesse da opinião de Wakiyama e Yamauchi, o nome da organização seria Kodosha (Movimento Unificador) e não Shindo Renmei. Mas Junji Kikawa fincou pé e, como quase sempre, prevaleceu a sua vontade. E foi com o nome de Shindo Renmei que a sociedade funcionou durante três anos e meio sem que a polícia sequer desconfiasse de sua existência. Durante o período em que o coronel Kikawa esteve preso, a presidência foi ocupada provisoriamente pelo

capitão Kiyo Yamauchi. Mas tratava-se de mera formalidade, uma vez que, mesmo da cadeia, quem dava as ordens era Kikawa. A permanência de Yamauchi na cabeça do movimento acabaria durando pouco. Divergências internas (a começar pelo nome, com o qual ele não concordava) acabariam fazendo com que o capitão rompesse com a Shindo e reabrisse clandestinamente a sua antiga Zaihaku Zaigo Gunjinkai, a associação dos ex-militares japoneses. Quando ele deixou a organização, com Kikawa ainda na cadeia, a direção ficou a cargo do engenheiro Ryotaro Negoro.

Mesmo não tendo sido escolhidos formalmente por seus patrícios, os cerca de quatrocentos japoneses que estiveram no Hotel Sawaya pareciam ser efetivamente representativos das aspirações da colônia. Quando estourou a organização, anos depois, o DOPS descobriu que a Shindo tinha, espalhados por 64 municípios paulistas, cerca de 100 mil sócios-contribuintes inscritos oficialmente e "mais 60 mil simpatizantes" que a apoiavam, mas não queriam se meter em encrencas com as autoridades brasileiras. Cerca de vinte membros da direção foram profissionalizados: remunerados pela Shindo, abandonaram suas ocupações para dedicar-se exclusivamente à organização. Apenas o coronel Kikawa, a seu próprio pedido, não era assalariado pela Shindo, preferindo continuar vivendo apenas dos modestos rendimentos de sua tinturaria. No fim das contas, fazia pouca diferença, já que os salários pagos pela associação eram esquálidos. Seiichi Tomari, por exemplo, considerado "o ideólogo" da Shindo, recebia modestos mil cruzeiros por mês como remuneração (a moeda brasileira, que era o mil-réis, mudara de nome em 1942). Os mais significativos registros de pagamentos de pessoal apontavam sempre na direção do mesmo beneficiário, um misterioso personagem chamado Tsuguo Kishimoto. Inúmeros pagamentos feitos a ele — de 3,5 e até 20 mil cruzeiros — apareciam com freqüência na contabilidade da Shindo como sendo dinheiro utilizado para "engraxar" autoridades e colocar em liberdade militantes presos. O grosso dos recursos amealhados na colônia era gasto na compra de mimeógrafos, transmissores de rádio, gráficas e estúdios fotográficos instalados secretamente nas casas de japoneses em vários pontos do estado.

Entre a fundação, em 1942, e o término da guerra, em agosto de 1945, a Shindo parece ter se dedicado mais ao trabalho de unificação da colônia. Para burlar a vigilância da polícia e evitar os olhares indiscretos dos *gaijin* brasileiros,

a doação de 30 mil cruzeiros de um fazendeiro japonês da Alta Paulista foi usada para montar uma empresa atacadista, a Casa Paulista, situada na capital. Foi ela que passou a funcionar como "fachada" para que a organização pudesse mandar para o interior agentes aliciadores disfarçados de mascates. Foram principalmente os "vendedores" da Casa Paulista, orientados por Kikawa, Tomari e Negoro, que se encarregaram de recrutar as dezenas de milhares de sócios e simpatizantes que a Shindo arrebanhou em todo o estado. E era na caixa postal 5784, de propriedade da firma, que pousavam todos os dias centenas de envelopes vindos do interior, recheados de mensagens, pedidos de orientação e dinheiro. Muito dinheiro. Como cada associado contribuía com mensalidades que variavam de dois a dez cruzeiros, a polícia concluiu que a Shindo Renmei movimentava todos os meses a razoável fortuna de 700 mil cruzeiros — dinheiro equivalente, sessenta anos depois, a aproximadamente 500 mil dólares (ou 800 mil reais).

Durante os anos de 1944 e 1945 a Shindo realizou um silencioso porém frenético trabalho de catequese patriótica e de aliciamento de associados. Segundo um relatório feito pela polícia após o final da guerra, "um verdadeiro exército de colonos, verdureiros, tintureiros, vendedores ambulantes e sapateiros" varou o estado de ponta a ponta. Sob os mostruários da Casa Paulista, as malas dos falsos mascates escondiam boletins, panfletos e recortes de jornais e de revistas cujo conteúdo poderia ser resumido em uma idéia fixa: o desempenho da pátria na Segunda Guerra Mundial tinha sido excelente, o Japão nunca perdera uma guerra, o imperador continuava vivo etc. etc. Além de notícias — falsas, quase sempre — cada agente levava no bolso um panfleto intitulado "De como instalar sucursais", que funcionava como um roteiro das reuniões. Ele continha instruções genéricas, tais como os objetivos da Shindo Renmei, a forma de selecionar os diretores das sucursais, orientação religiosa e política. Ensinavam-se cuidados para que a correspondência não fosse violada pela polícia e até como realizar com êxito o trabalho de sabotagem de "atividades produtivas de interesse militar do inimigo". Todo sócio deveria ter obrigatoriamente, além de firmes convicções patrióticas, "um passado de procedimento moral sem manchas". Mas era a parte final das preleções que enchia de alegria a alma dos japoneses. O último capítulo das conversas era dedicado à organização do repatriamento: o regresso em massa de todos os japoneses do Brasil não ao

Japão, mas à prometida "Grande Ásia Oriental" em que a pátria se transformaria após a vitória sobre os Aliados.

Terminada a pregação, centenas de cópias mimeografadas de um manuscrito do "ideólogo" Seiichi Tomari eram deixadas na cidade para distribuição entre os novos associados. Intitulado "Classificação hierárquica dos correligionários", o documento dividia a colônia em cinco categorias:

1) Os patriotas fervorosos, corretos no modo de proceder, que reúnam, ao mesmo tempo, entusiasmo, coragem, e que não se deixem empolgar pelas honrarias de ordem material. Os que, enfim, reconheçam a situação atual pelo verdadeiro espírito patriótico (esta categoria divide-se em duas: os que apóiam pela ação e os que apóiam moralmente);

2) Os que, embora enquadrados no item 1 supra, sejam impedidos por circunstâncias especiais;

3) Os que, embora possuidores de espírito patriótico, sejam desprovidos de coragem e que, embora a sua palavra e os seus atos se harmonizem e proclamem a vitória da Ásia Oriental, o fazem por simples conveniência pessoal, sendo, na realidade, apegados às coisas de ordem material;

4) Os preguiçosos, bem como os que, perdendo a noção de pátria, se dedicam à produção de utilidades de natureza inimiga;

5) Os maus condutores (ou orientadores) e os delatores.

Junto com esse folheto, os "mascates" deixavam também rumas de cópias mimeografadas de um confuso manuscrito de Tomari, em que ele misturava orientações administrativas com xintoísmo, segurança, conduta moral, prática de esportes e até conselhos sobre higiene. Ao pé de cada panfleto o autor jamais se esquecia de destacar a mesma advertência: "Educação e espírito, em vez de ganhar dinheiro". Em meados de agosto de 1945, quando chegaram ao clímax as notícias do fim da guerra, Tomari foi ao DOPS aconselhar-se com Kikawa. Os dois concordaram em que era avassaladora a campanha do que entendiam ser propaganda americana, dando a guerra como terminada e o Japão como perdedor. Rádios, jornais, revistas, ninguém mais falava de outro assunto. A Shindo Renmei não havia assumido o compromisso público de ser a bússola da colônia? — perguntou Kikawa, para ele mesmo concluir: só os "mascates" não

seriam suficientes para fazer frente à onda de boatos derrotistas. Era preciso que os dois principais dirigentes em liberdade percorressem o estado oferecendo de viva voz orientação aos patrícios. Se pudesse, Kikawa gostaria de fazer pessoalmente esse papel. Impedido pela prisão, no entanto, ele delegava a missão a Seiichi Tomari e Ryotaro Negoro.

Como nenhum deles tinha antecedentes criminais, os dois partiram para o interior sem nenhuma medida especial de segurança. Tomari solicitou um salvo-conduto a pretexto de "visitar parentes doentes em Campo Grande, em Mato Grosso", e Negoro declarou à polícia que ia "ultimar um negócio muito urgente, com o proprietário da Fazenda Rami, de Pirianito, sita na Estação Pirianito — norte do estado do Paraná". Com esses dois destinos nos salvo-condutos eles poderiam circular livremente por toda a Alta Paulista e pela Noroeste. Qualquer cidade em que fossem eventualmente parados por batidas policiais poderia ser considerada meio de caminho até o Norte do Paraná ou Campo Grande.

Entre final de agosto e meados de novembro, Tomari e Negoro visitaram mais de quarenta municípios, vilas e bairros onde houvesse concentrações de imigrantes japoneses. Nesse período os dois se encontraram apenas uma vez, num hotelzinho de Lucélia, para trocar informações sobre os resultados obtidos. Os relatos não diferiam muito uns dos outros. Ryotaro Negoro preferiu entregar a Tomari trechos do seu diário referentes ao trabalho com a colônia. O documento, na verdade, era um amontoado de opiniões desencontradas, futricas e delações de patrícios. Para manter o caráter "secreto" das informações, alguns nomes de lugares ou de pessoas eram substituídos por uma letra. O que acabava revelando o amadorismo reinante, já que qualquer criança de curso primário saberia, por exemplo, que "o sr. F., da cidade de H.", só podia ser de Herculândia, o único dos quase seiscentos municípios paulistas a começar com a letra *h*.

> *Em Bastos o sr. F. verificou que todos os dias sua casa amanhece pichada com dizeres alusivos à sua traição. Por isso não dorme sossegado. Seu túmulo já está pronto, porque é derrotista. Até em seu caminhão e em outros pertences seus, foram encontrados tais escritos.*

> *Em V. um brasileiro, filho de um fazendeiro japonês, estudante em São Paulo, voltando para a fazenda de seu pai, contestou a alegação de um*

brasileiro seu vizinho que gritava a derrota do Japão. Retorquiu o brasileiro, filho de japonês: "O Japão já ganhou a guerra!". O vizinho brasileiro ficou boquiaberto com a notícia e não disse mais nada, como que abobalhado.

O sr. F., da cidade de H., é um idiota. Trabalhou na antiga livraria japonesa. Esse indivíduo costuma chamar o imperador do Japão simplesmente de "Hiroíto", mas trata Chiang Kai-chek de "imperador". Esse mesmo indivíduo disse que o Japão, tendo perdido a guerra, devia acabar-se completamente. Seu irmão mais moço, que foi militar, brigou com ele por isso, criticando sua atitude e alegando que ele já está na lista negra. Cortaram relações. Seu irmão mais moço, entretanto, homem correto, é um exemplar membro da Shindo Renmei.

Na Noroeste, na cidade de P., um patrício que foi empregado da Casa Tozan, e é considerado derrotista, veio a São Paulo para denunciar seus patrícios às autoridades da Ordem Política e Social. Disse-lhes que no interior estavam festejando a vitória do Japão. Pediu, então, força policial para acabar com tal coisa. A autoridade respondeu-lhe: "Neste negócio não se mexe mais". E o derrotista ficou sem saber o que fazer.

A polícia tem recebido muito dinheiro dos japoneses derrotistas para trabalhar contra a Shindo Renmei. A imprensa, também. Mas quando esse dinheiro chegar ao fim não mais se escreverá contra a Shindo Renmei.

O chefe do Serviço Secreto da Polícia disse ao ministro da Justiça que, se não exterminar a Shindo Renmei, os acontecimentos não terão fim. Parece que o ministro da Justiça veio a São Paulo para verificar os acontecimentos e achou que a Shindo Renmei não tem culpa alguma. O advogado sr. Moraes disse que o secretário da Segurança é de parecer que a Shindo Renmei não é maléfica.

Um derrotista japonês, o "cão policial" Paulo Morita, recebeu muito dinheiro dos derrotistas e distribuiu ao chefe dos inspetores do Serviço Secreto da polícia. É por isso que a polícia está contra a opinião do ministro da Justiça. Isso é lamentável!

O relatório do macambúzio Seiichi Tomari foi verbal e mais objetivo. Ele contou por alto o que acontecera em cada visita e só desceu a detalhes em relação a duas cidades: Presidente Prudente e Bastos. Ao chegar à primeira ele descobriu, como acontecera em outros locais visitados, que já havia uma associação de japoneses funcionando clandestinamente. Era a Kodo Jissen Renmei (Liga pela Prática das Diretrizes do Imperador), que Tomari imaginava desativada. Ele repetiu em Prudente o mesmo discurso que dera resultados positivos anteriormente: o ideal, para o espírito patriótico e para os interesses do Japão, era que a colônia se unisse em uma única sociedade. Nesse sentido, a Shindo propunha à Kodo uma fusão, idêntica à que a maioria das associações haviam feito. Pela primeira vez na viagem, Tomari ouviu um não. O presidente da Kodo, Motoi Bam, bateu o pé e decidiu que não iam se fundir com organização nenhuma. E em Bastos, após Tomari instalar uma sucursal da Renmei, os patrícios o advertiram para a desenvoltura com que o presidente da cooperativa local, Ikuta Mizobe, alardeava a derrota do Japão na guerra. O atrevimento do traidor era tal, disseram-lhe os informantes, que ele chegara ao cúmulo de escrever tal blasfêmia e assinar embaixo. A prova, entregue a Tomari, era mostrada agora a Negoro: uma breve circular distribuída por Mizobe aos empregados da Cooperativa de Bastos no dia 15 de agosto de 1945.

Ao chefe da seção...

Apresso-me a comunicar a V. S. o seguinte: ouvi hoje (*15 de agosto*) *a irradiação do Japão, de sete horas da manhã, que anunciou: "O governo japonês teve que aceitar a proposta das quatro potências". Isso nos dá a entender que se chegou ao estado de cessação das hostilidades. É impossível qualquer previsão sobre as futuras modificações da situação. Diante disso, esperamos que os japoneses residentes nesta localidade se comportem de modo a evitar quaisquer atos levianos.*

Ikuta Mizobe (*Cooperativa Agrícola de Bastos*)

Ao perguntar que orientação Tomari deixara para os patrícios de Bastos, no caso de Mizobe, Negoro ouviu uma sentença de morte:

"Não precisei dizer nada. Os companheiros já avisaram a esse 'coração sujo' que ele vai ter que lavar a garganta."

▪

A polícia paulista parecia ter problemas mais graves para resolver do que os delírios de um bando de japoneses desequilibrados. Represadas durante quinze anos de ditadura, as reivindicações populares transbordavam para as ruas. A anistia política que Getúlio fora obrigado a conceder devolveu à liberdade, segundo relatório do DOPS, "elementos perniciosos, que na rua passaram imediatamente a agitar as massas proletárias". Da noite para o dia brotavam "comitês", "comissões", "movimentos" em todos os cantos. Para desespero dos policiais, até o Partido Comunista fora legalizado, e agora pulverizava o país com células onde se fazia "franca e desabusada campanha contra as autoridades, agitando massas trabalhadoras que havia muitos anos não se manifestavam de maneira tão violenta", como denunciava um informe oficial. Greves pipocavam por todo o estado. Abertamente ou através do Movimento Unificador dos Trabalhadores (MUT), o PC era acusado pelo DOPS paulista de ter sob seu controle os estivadores do porto de Santos, os operários da Light, a companhia de eletricidade que abastecia o estado, os bancários, os motoristas de ônibus, os metalúrgicos e os ferroviários da Sorocabana e de outra ferrovia privada existente na época, a São Paulo Railway.

Não havia polícia que chegasse para tanta greve. A primeira delas ocorrera em abril de 1945 nas docas de Santos. Durante várias semanas o maior porto do país ficou parado. Foram infrutíferas as tentativas do governo de levar os estivadores a retomar o trabalho. O uso de tropas do Corpo de Fuzileiros Navais para reprimir os piquetes não adiantou nada. Os trabalhadores só encerraram o movimento quando suas reivindicações foram atendidas: aumento de 38 por cento nos salários e adoção da "hora de 52 minutos" para o pagamento das horas extras. O sucesso da greve dos estivadores de Santos atiçou dezenas de outras categorias. A censura à imprensa caíra de podre, não tendo sido necessário nenhum ato oficial para extingui-la. Sem a presença dos censores do governo nas redações, os jornais viviam em lua-de-mel com a liberdade de expressão — e publicavam tudo o que lhes caía nas mãos, sobretudo notícias sobre as greves. Desde a paralisação do porto de Santos até o final do ano de 1945, o DOPS contabilizou 491 greves no estado de São Paulo, que levaram 350 mil

trabalhadores a cruzar os braços. Derrubada a ditadura, em outubro de 1945, a máquina repressiva montada pelo Estado Novo desabara, deixando incontrolável o movimento sindical. Em dezembro de 1945 e janeiro de 1946 as reivindicações de aumentos de salários se juntaram aos pedidos de abono de Natal e praticamente paralisaram o estado.

Desacostumadas a lidar com movimentos sociais em uma democracia, as equipes do DOPS eram obrigadas a reprimir os piquetes em portas de fábricas, bancos e repartições públicas sempre com um olho na imprensa, agora vigilante contra os abusos da polícia. No primeiro trimestre de 1946, com o país já vivendo sob o governo do general Dutra, eleito presidente da República após a derrubada de Getúlio Vargas, um novo foco de agitação política viria se somar aos movimentos paredistas. Convocadas as eleições para 19 de janeiro de 1947, a campanha para governador corria solta pelo estado, com quatro candidatos já registrados: Ademar de Barros, pelo PSP, Hugo Borghi, pelo PTN, Mário Tavares, pelo PSD, e Antônio Almeida Prado, pela UDN. Devidamente legalizado e registrado nos cartórios eleitorais, o Partido Comunista decidira não sair com candidato próprio e se coligara com Ademar de Barros, antigo interventor da ditadura no estado.

Com tanta complicação pela frente, era compreensível que a polícia deixasse passar despercebida a convulsão que sacudia a comunidade japonesa. Sem que o DOPS se desse conta, a colônia tinha sido inundada por fraudes, intimidações e falsificações de documentos. Bilhetes ameaçadores, escritos em japonês, eram deixados nas casas dos "derrotistas", os *makegumi* que insistiam em dizer que o Japão tinha perdido a guerra. Se na capital as ameaças eram enfiadas sob as portas das casas, no interior elas eram feitas com mais sofisticação. Lá a Shindo Renmei pintava o nome do inimigo num *sotoba*, ou *ihai* — o pedaço de madeira colocado no altar budista, nos velórios, no qual se inscreve o nome do morto —, e cravava a sinistra ameaça na porta da casa do derrotista. O DOPS, no entanto, parecia estar mais preocupado com os comunistas de Luís Carlos Prestes do que com japoneses malucos.

Estimulada pela indiferença policial, a Shindo resolveu ousar. Na manhã de 6 de janeiro de 1946 o coronel Kikawa voltou espontaneamente ao DOPS, onde passara mais de um ano preso. Acompanhado de Ryotaro Negoro e de mais cinco japoneses, disse que queria falar "com a autoridade". Sem paciência para

ouvir, pela enésima vez, a mesma chorumela dos japoneses, o delegado Cardoso de Mello mandou que o intérprete Mário Botelho de Miranda os atendesse na sala dos inspetores. Kikawa ficou bravo quando soube que seria recebido por um subalterno, mas acabou tendo que se contentar com isso. E foi ao tradutor que entregou uma folha de papel escrita em japonês, explicando a Miranda o motivo da visita:

"Vim aqui pedir ao governo autorização para funcionamento da Shindo Renmei."

Quando o intérprete quis saber o que era a Shindo Renmei, Kikawa explicou minuciosamente:

"Shindo é uma sociedade para cultivar o *Yamatodamashii*, o espírito nipônico, e para unir os japoneses, sem criticar ou menosprezar o nome do imperador, como os japoneses derrotistas fazem. Queremos pedir à autoridade para proibir a propaganda que alguns patrícios fazem inutilmente dentro da colônia, pregando o derrotismo. Com essa propaganda judaica inescrupulosa, de pregar a derrota do Japão, os lavradores não trabalham direito e a economia do Brasil pode ir mal."

Miranda respondeu-lhe que todas as sociedades de estrangeiros estavam proibidas, não sendo possível autorizar o registro da Shindo Renmei. Acreditando ou não na derrota do Japão, eles que voltassem a trabalhar e terminassem com aquela conversa sem pé nem cabeça. A resposta deixou indignado o coronel Kikawa, que reagiu com exaltação:

"Então queremos ser presos. Mas o DOPS não tem lugar para prender todo mundo. Nós somos mais de 120 mil. Se a polícia não der a licença, eles podem ficar furiosos. São jovens, cabeça quente, o doutor sabe como é..."

O funcionário, que não parecia muito interessado naquela conversa, devolveu-lhe o requerimento:

"E tem mais, coronel: qualquer documento entregue a uma repartição pública brasileira tem que estar escrito em português. O senhor leva isso aqui de volta e manda traduzir. Mas já sabe que nem em português vocês conseguem autorização. Podem se retirar, que está terminada a reunião."

Horas depois o grupo estava de volta, trazendo uma folha de papel datilografada em português e assinada por uma lista de dez pessoas, encabeçada por Kikawa, Negoro e Tomari:

Ao senhor delegado de Ordem Política e Social

O abaixo assinado, Junji Kikawa, japonês, casado, comerciante, residente à rua Vergueiro nº 3424, nesta capital, com 67 anos de idade, vem respeitosamente solicitar a Vossa Excelência se digne conceder-lhe licença para organizar uma liga associativa denominada liga Shindo Renmei, com o intuito cultural conforme anexo uma cópia do estatuto, com sede à rua Paracatu, nº 98, nesta capital, sendo o solicitante o presidente da referida instituição, constituída pelos seguintes membros da diretoria.

São Paulo, 6 de janeiro de 1946
Junji Kikawa

O coronel e os demais diretores, que assinaram o documento com ele, não exigiam que lhes dessem algum recibo, protocolo, nada. Bastava receber o documento. Claro, aquele e mais as caixas que tinham sido deixadas nos corredores do DOPS, contendo milhares de folhas de papel almaço assinadas, segundo Kikawa, por todos os 120 mil membros da Shindo Renmei. Mesmo depois de aliviado da carga que trouxera, o coronel ainda resmungava sua megalomania pelos corredores. "Se não recebessem aqui, íamos entregar o memorial à autoridade suprema", esbravejava. "Ao presidente da República, o general Dutra."

A versão da reunião que Kikawa mandou passar para os sócios era mais uma peça de propaganda — mentirosa — do que um relatório. O boletim diário da Shindo do dia 7 de janeiro abria falando do assunto:

[...] No dia 6, Massao Sato, Kanji Waki, Muneo Takabatake e Toshio Mori apresentaram-se à polícia para entregar um requerimento e proclamação da Shindo Renmei. Insistiram durante sete horas, mostrando um espírito tokkotai, de unidade especial de ataque. Foram postos para fora e voltaram várias vezes, mas finalmente conseguiram as seguintes reivindicações:

— a polícia autorizará o registro da Shindo Renmei, se for especialmente requerido;

— agora, terminada a guerra, a polícia tratará os japoneses da mesma maneira que os ingleses, norte-americanos etc. Será preciso, porém, obedecer às

leis nacionais. [...]

— foi a falta de registro que causou a suspeita de que a Shindo é uma sociedade secreta. Aqueles representantes voltaram hoje à polícia e apresentaram um requerimento oficial, assinado pelo presidente e demais diretores, mas a polícia disse que o assunto estava fora de sua alçada e aconselhou apresentarmos tal requerimento ao ministro da Justiça, dando-nos instruções a respeito. [...]

— em virtude dessa nossa atuação, a polícia reconheceu o objetivo real da Shindo Renmei. Mesmo antes de ser dada a autorização por parte do ministro da Justiça, a polícia não intervirá na Shindo Renmei.

Até hoje, dia 7, às dezoito horas, a situação era essa. A sede central resolveu apresentar o requerimento ao ministro da Justiça, de acordo com as instruções da polícia. Será necessário certo tempo até ser conseguida essa autorização; mas há grande possibilidade de obtê-la. Conforme se vê, os desejos da Shindo Renmei estão sendo conseguidos aos poucos, o que se deve à grande decisão dos membros da sede central, dos representantes das sucursais do interior e de todos os membros. O louro da vitória brilhará, dentro em breve, sobre vossas cabeças!

Ao contrário de justificar o entusiasmo dos japoneses, a polícia ficara com a pulga atrás da orelha com a ousadia de Kikawa e seus amigos. Encarregado pelos delegados de resumir o encontro com o grupo, Miranda resolveu passar os olhos no documento deixado por eles. Até alguém fluente em japonês, como o tradutor, teria dificuldade para entender o que estava dito no meio do confuso cipoal que o coronel chamava de "estatutos". A papelada dizia que a Shindo nascera para "repelir e corrigir os japoneses derrotistas que espalham falsas notícias de rendição incondicional do Japão, fazem atos desumanos e usam palavras vergonhosas". Para evitar problemas com a polícia, porém, deixava claro que "nossa Shindo Renmei não é uma sociedade política nem uma sociedade secreta de selvagismo como propalam boatos dos derrotistas". O capítulo que tratava da questão do repatriamento parecia mais um trecho de uma carta entre amigos do que o estatuto de uma organização política — mas deixava entrever a mágoa dos imigrantes com os brasileiros:

É natural que dá vontade de ir ao país natal para ver parentes. É assim com

todas as raças. Mas [...] parece-nos que os brasileiros é que não gostam dos japoneses. Durante a Guerra Mundial muitos de nossos patrícios foram maltratados e insultados. Chamavam-nos de "Japão", "estrangeiro", "quinta-coluna". Japonês foi tratado mal espiritualmente e materialmente. Parece que quem deseja o retorno dos japoneses para o país de origem são mesmo os brasileiros. Contudo, quando chegarem os representantes do governo nipônico, notificaremos diretamente a eles.

O documento terminava pedindo o registro da sociedade, solicitação subscrita "pelas assinaturas anexas de representantes de 120 mil membros de Shindo Renmei espalhados em todos os cantos do Brasil".

Cismado, o policial-tradutor leu e releu várias vezes o manifesto assinado por Kikawa, Negoro e mais cinco outros imigrantes. Remexeu nas caixas com as assinaturas trazidas pelos japoneses (que não eram 120 mil, como eles disseram, mas cerca de 40 mil, segundo seus cálculos). Pegou alguns maços de papel, aleatoriamente, e checou: todos eles, além da assinatura, traziam o nome por extenso e o número da respectiva CRE, como era chamada a Carteira de Registro de Estrangeiro. Não era balela, a "japonesada", diria Miranda, estava dando uma demonstração de força para a polícia.

Nas semanas seguintes a temperatura parecia ter subido ainda mais na colônia. As ameaças se multiplicavam. Em Santópolis, então bairro da cidade de Coroados, um agricultor pediu autorização ao delegado para andar armado depois que sua casa amanheceu pichada com inscrições em japonês: "Shiragura traidor! Chefe da filial de propaganda judaica de Santópolis! Vem aí o castigo divino! Deixe o pescoço lavado!". As margens das estradas nas regiões de grande concentração de imigrantes amanheciam com inscrições nacionalistas em japonês, como "Viva a elevação do espírito nipônico!", "Viva o Japão!", "Grande vitória militar!". Além das ameaças, a polícia andava intrigada com uma inesperada derrama de ienes em São Paulo — algo insólito para uma moeda cujo valor tinha sido reduzido a pó depois do fim da guerra. E os problemas causados pelos fanáticos não paravam de surgir. Chamado ao gabinete do interventor Macedo Soares, o chefe do Serviço Secreto do DOPS foi informado de que a produção agrícola na "zona japonesa" tinha caído à metade.

Pressionado por seus superiores, Cardoso de Mello reiniciou as prisões dos

suspeitos de liderar a agitação entre os nacionalistas japoneses. Um dos primeiros apanhados pela polícia foi Isamu Matsumoto — o mais velho dos sete do "caso da bandeira", ocorrido em Tupã —, que acabou confessando ser o chefe da Shindo em sua cidade. Logo seriam presos Negoro e Tomari, mas, sem saber que tinha nas mãos o lugar-tenente de Kikawa e o ideólogo da Shindo Renmei, a polícia acabou colocando-os em liberdade poucos dias depois. Quando a II Região Militar consegue que a Justiça decrete a prisão preventiva do cabeça da organização, em fevereiro, o prudente coronel Kikawa já tinha sumido de casa e tomado rumo desconhecido.

Como já desconfiasse que alguma coisa estava para explodir na colônia, foi sem surpresa que o delegado Geraldo Cardoso de Mello foi acordado em casa por dois subordinados seus, nas primeiras horas da manhã de 2 de abril de 1946, para interrogar dois japoneses que foram presos de madrugada, instantes após a tentativa frustrada de matar o ex-diplomata Shigetsuna Furuya, idealizador e signatário do documento "derrotista" divulgado no final de 1945. No caminho para o DOPS, o delegado soube que com os dois presos havia mais três japoneses que tinham conseguido escapar. Ao chegar à sua sala, Cardoso de Mello deu com dois jovens japoneses algemados, vestidos com capas amarelas de brim emborrachado, iguais às que eram usadas por feirantes. Eram Tatsuo Watanabe, 27 anos, e Mitsuro Ikeda, de 29. Enrolada no corpo, sob a capa, cada um deles trazia uma bandeira do Japão militarista. O interrogatório ainda nem havia começado quando um investigador entrou esbaforido na sala com a novidade:

"Dr. Geraldo, um outro grupo de cinco japoneses acabou de matar o empresário Chuzaburo Nomura, o tal 'Rei do Rami'. Mataram o sujeito em casa, na frente da família, e fugiram."

O diretor do Serviço Secreto do DOPS vestiu de novo o paletó que acabara de pendurar na cadeira. Antes de sair, deu ordens para um auxiliar:

"Identifica esses vagabundos e depois leva os dois pro xadrez. O interrogatório deles fica para depois. Vou para a casa do Nomura e depois vou ao palácio falar com o interventor. Convoca todos os policiais da Captura, porque estou desconfiado de que a matança começou. "

4

MIZOBE PARECE ESTAR NADANDO NO AR: CAI MORTO O PRIMEIRO MAKEGUMI

A matança já tinha começado, a polícia é que ainda não sabia. A primeira vítima fatal da Shindo Renmei tombara 25 dias antes, em Bastos: era Ikuta Mizobe, o diretor da cooperativa agrícola da cidade, a CAB. Ele próprio havia escolhido seu fim no dia em que a guerra terminou, em agosto do ano anterior. Ao receber a curta circular de 77 palavras assinada por Mizobe, informando que a guerra chegara ao fim e que o Japão tinha sido derrotado, os funcionários da CAB e a numerosa comunidade japonesa de Bastos já sabiam que ele estava com os dias contados. Mizobe vivia em uma cidade em que a colônia se orgulhava de uma estatística: de seus quase 9 mil habitantes, 7 mil eram japoneses (e, destes, conforme a polícia apuraria depois, 3500 contribuíam para os cofres da Shindo Renmei). Um estranho que lá chegasse poderia se imaginar no Japão. Não apenas pela aparência física da maioria da população, mas até pelo comércio local, quase todo identificado por placas escritas em japonês. Nos finais de tarde, a saída dos tiros de guerra — as pequenas unidades do Exército em que, no interior, os recrutas prestam serviço militar — criava uma imagem curiosa: jovens nisseis, filhos da primeira geração de imigrantes japoneses nascidos no Brasil, faziam o *footing* na pracinha, envergando engomadas fardas verde-oliva do Exército brasileiro. Assim como eram japoneses todos os atletas dos clubes de beisebol da cidade, o que fazia com que a seleção brasileira desse esporte fosse composta, em algumas ocasiões, exclusivamente de jogadores dos times de Bastos.

Essa altíssima concentração de "súditos do Eixo" deixou a polícia de olho na cidade, quando a agitação começou a incendiar a colônia. A campana renderia frutos em pouco tempo. Foi em Bastos que os policiais descobriram que havia quadrilhas de malandros japoneses especializando-se em ganhar dinheiro à custa da ingenuidade dos simpatizantes da Shindo. Eram os "vitoristas vigaristas", como os tratavam os jornais. Suas principais tramóias consistiam na venda de terrenos fantasmas em ilhas do Pacífico e de passagens falsas para um imaginário navio que já estaria a caminho de Santos para iniciar o repatriamento da colônia. Quando o DOPS conseguiu botar as mãos no desocupado Shigueuyushi Kagawa,

pioneiro nessa rendosa atividade, encontrou no seu quarto de pensão, em Bastos, dezenas de mapas de loteamentos em "terras conquistadas pelo Japão". O monumental arquipélago que separa os oceanos Pacífico e Índico, entre a Austrália e o Vietnã, anunciado pelos espertalhões como "presa de guerra" conquistada pelo Japão, estava inteiramente loteado. Nas grandes ilhas, como Bornéu e Sumatra, já não era mais possível conseguir um metro quadrado disponível: todos os lotes tinham sido vendidos. Sob o colchão de Kagawa, além de recibos de pagamentos e contratos, a polícia encontrou uma bolada de 80 mil cruzeiros.

E foi também a vigilância rigorosa dos policiais que os levou a descobrir, supostamente em Bastos, a primeira rádio da Shindo Renmei. O DOPS sabia que estações clandestinas tinham sido montadas pela Shindo em alguns pontos do estado para transmissão de noticiário "vitorista" em japonês. Com o auxílio de um radiogoniômetro (um receptor de ondas radiofônicas que determina a origem do sinal emitido), a polícia acabou sintonizando uma certa Rádio Bastos. Embora nenhuma estação clandestina jamais viesse a ser localizada na cidade, alguns trechos do "noticiário" captado pela escuta davam a medida do estado de delírio em que parecia viver metade, se não a maioria, da comunidade japonesa:

Notícia vinda de uma rádio da Alemanha, dia 12 de setembro: o presidente dos Estados Unidos, sr. Truman, não pôde responder à pergunta do povo americano sobre o fim da guerra. O povo, exaltado, agrediu-o a tiros, ferindo-o na perna direita. Truman teve que fugir para o Canadá acompanhado de trinta oficiais.

Foi nomeado pelo Japão o novo presidente dos Estados Unidos. É o coronel Lindemberg.

O primeiro-ministro da Inglaterra, Churchill, desapareceu. Um general ia à procura dele na Itália, mas como a guerra com o Japão já acabou, não há mais necessidade de procurá-lo.

MacArthur suicidou-se.

No dia 1º de setembro vai ser iniciado o desarmamento da União Soviética.

O boato de que o Japão perdeu a guerra veio dos judeus do Rio de Janeiro, que estão fugindo para São Paulo, porque o povo do Rio sabe da vitória certa do Japão.

Em Manila e Okinawa aprisionamos onze navios da esquadra inimiga. Na frente do Ural se renderam 1 500 000 soldados soviéticos. Todas as forças aliadas ficarão sob controle do Japão durante dez anos. O ministro da Aeronáutica do Brasil, Salgado Filho, seguiu para Tóquio para assinar em nome do governo brasileiro a rendição incondicional... Estão sendo esperados em Tóquio os representantes de 46 nações para fazer o mesmo.

Nossas forças estão liquidando e limpando as forças restantes da China e União Soviética. Até agora já se renderam mais de 7 500 000 soldados dos Estados Unidos, foram capturados 15 690 aviões e 6500 navios, dos quais 350 estão em perfeito estado em Yukosuka e seiscentos em Shimizu.

São Francisco, na Califórnia, está em poder das forças japonesas. No momento em que fazemos esta irradiação, estão lavrando vários incêndios na cidade. Em proclamação ao povo de Nova York, nossas Forças Armadas declararam que o Japão não quer dominar os Estados Unidos, mas apenas fazer uma demonstração de força.

No dia 7 de setembro desembarcaram na América Central trinta navios nossos, e parte dessa força deve seguir para Washington.

Todos os japoneses que estão fora do Japão terão de regressar à pátria, a fim de organizar a colonização das ilhas conquistadas no Pacífico.

Inglaterra, Estados Unidos e mais nove países serão obrigados a pagar ao Japão indenizações pelos prejuízos causados pela guerra, conforme anunciou o presidente Lindemberg.

Está sendo esperada a chegada da esquadra japonesa no Rio de Janeiro.

E foi também de Bastos que chegaram as primeiras notícias de uma estranha arma que vinha sendo usada por "vitoristas" contra "derrotistas": as bombas de mostarda. Apelidadas de "bico-doce", caixinhas de madeira eram entregues anonimamente nas casas dos *makegumi*. Quando o lacre da encomenda era aberto, a bomba explodia. Os "bicos-doces" não eram mortais, mas a carga de pó de mostarda espalhada pela explosão penetrava nos ferimentos — em geral no rosto e nos braços —, provocando dores lancinantes nas vítimas.

O chefe de polícia da cidade parecia ter sido nomeado sob medida para o lugar. Famoso pela energia com que exercia sua autoridade, o delegado Luiz Bernardo de Godoy e Vasconcelos era tido como um homem "medonho", que fazia valer a lei "metendo a borracha". Valente e habituado a enfrentar sozinho os "japoneses recalcitrantes" da cidade, decidiu aplicar à sua moda a legislação de guerra — que nessa época já nem existia mais. Quando o diretor do Serviço Secreto do DOPS telefonou pedindo-lhe "especial empenho" na vigilância sobre a colônia, o delegado sentiu-se à vontade e baixou aquele que certamente foi o mais opressivo rol de restrições impostas a "súditos do Eixo" durante a Segunda Guerra. A dureza não só do conteúdo, mas sobretudo da linguagem utilizada, é reveladora da dimensão do preconceito antinipônico de Vasconcelos.

Aos japoneses

Não obstante a ação amena, complacente mesmo, desta delegacia, para com os súditos de uma Nação, ontem, a caminho da derrota, hoje, humilhante e fragorosamente vencida, não tendes sabido compreender nosso benévolo, nosso humano proceder para convosco.

Vindes abusando da nossa paciência, da superior condescendência das autoridades que governam um povo superior, que não vos tem tratado como inimigos, como derrotados inimigos. Nós vos vimos tratando como da espécie humana, porém, tem sido inútil nossa superior condescendência.

Em face, pois, da vossa demonstrada má-fé, da vossa veleidade de resistir, da vossa insana teimosia, esta delegacia, sob pena de severa punição, vos informa o seguinte:

a) *deveis vos expressar em idioma português, em lugares públicos ou de acesso ao público* (*vias públicas, casas comerciais, escritórios etc.*).

b) *até segunda ordem, fica terminantemente proibido: vos reunirdes sem licença da autoridade em casas particulares, em clubes, escolas, sob qualquer pretexto; praticardes os desportos atléticos; ouvirdes irradiações estrangeiras.*

c) *serão responsabilizados os proprietários de casas comerciais, os diretores, ou gerentes de estabelecimentos que permitirem a prática dos atos constantes de supracitadas proibições.*

d) *o boato será energicamente reprimido.*

Bastos, 28 de setembro de 1945
O delegado de polícia
Luiz B. de Godoy e Vasconcelos

Racista, preconceituoso e imprudente, o delegado decidira isolar, como em um gueto, nada menos que setenta por cento da população da cidade. Talvez por entender que aquela era uma briga de japoneses contra japoneses, nem essa estatística parecia assustá-lo. Acompanhado de dois soldados, o delegado percorreu pessoalmente todas as seções, como eram chamados os bairros de Bastos, e desarmou os imigrantes que ainda tivessem armas em casa. E, para Godoy e Vasconcelos, "arma" tanto podia ser uma carabina ou um revólver como até um canivete, um taco de beisebol ou uma faca de sangrar porco. Por manter num armário, como relíquia, uma velha farda que usara na guerra do Japão contra a Rússia, em 1905, o velho Itiro Yamanaka foi preso junto com seu filho Saburo e enviado a São Paulo, onde ambos passaram seis meses na Casa de Detenção. Não escaparia do rapa sequer a famosa e inofensiva espada do coronel Jinsaku Wakiyama, que o delegado sabia que só servia como enfeite do guarda-roupa de gala do ex-militar. Longe de representar risco para quem quer que fosse, o velho Wakiyama parecia mais interessado em salvar a própria pele: sentindo-se inseguro na cidade, quando a temperatura entre seus patrícios de Bastos pareceu alta demais, ele juntou suas coisas e mudou-se para a capital. Embora pretendesse partir sem chamar a atenção de ninguém, antes de embarcar rumo a São Paulo ele parou alguns minutos para se despedir de um velho amigo, o seu sucessor na direção da Cooperativa, Ikuta Mizobe. Aquela seria a última vez que os dois se veriam.

Franzino, silencioso e metódico, Ikuta Mizobe era o que parecia ser: um burocrata de carreira, do tipo que nem os amigos jamais conseguem ver sem

paletó ou gravata. Ao contrário da maioria da colônia, formada por gente simples, Mizobe era um homem urbano e educado, que começara a carreira na Prefeitura de Yamaguti, sua cidade natal. Quando o movimento imigratório em direção ao Brasil tomou força, seu nome foi imediatamente lembrado pelas empresas colonizadoras, já como um especialista em organização e administração de cooperativas. Dirigir uma cooperativa em plena abertura da fronteira agrícola significava muitas vezes fazer o papel de prefeito, juiz, delegado e gerente de banco — o que atribuía a Mizobe posição de destaque na cidade. Aos 53 anos, casado e pai de um casal de filhos, fazia dois meses que ele comprara a casa em que vivia no dia em que a guerra acabou. Uma casa de madeira, como quase todas da cidade, mas confortável e feita sob encomenda pelo mestre-de-obras Jacob Ferro em plena rua Getúlio Vargas, bem no centro de Bastos. Na manhã de 15 de agosto Mizobe saiu de casa mais cedo, e no caminho para a Cooperativa passou pelo único hospital da cidade para desfrutar com o médico Katsuto Hamano o privilégio de ouvir alguns minutos de rádio. Por ser um nissei, nascido no Brasil, Hamano estava excluído do rol dos "súditos do Eixo" proibidos de ter rádios. Foi lá, em companhia do médico, que ele ouviu a notícia que iria levá-lo à morte: a Segunda Guerra Mundial chegara ao fim, o Japão decidira render-se incondicionalmente aos Aliados.

Apesar de se sentir tão patriota quanto qualquer outro imigrante japonês, Mizobe lamentou a derrota e fez o que achou que tinha que fazer: transmitiu a notícia no mesmo dia aos empregados da Cooperativa. Ele sabia que estava mexendo em uma casa de marimbondos, mas manteve-se impassível mesmo depois que começou a receber ameaças. Não pediu proteção à polícia nem mudou seus hábitos. Quando algum panfleto ou carta com insultos caía em suas mãos, mandava um empregado levar o documento à delegacia — não porque quisesse qualquer providência policial, mas apenas por entender que aquela era sua obrigação. Foi assim quando ele recebeu uma cópia de uma falsa circular dirigida aos funcionários da CAB em seu nome (e com sua assinatura falsificada), desmentindo os termos da anterior, que ele distribuíra em 15 de agosto com a notícia do fim da guerra. Recebeu o papel, leu sem revelar nenhuma emoção e mandou entregar ao delegado. O mesmo acontecia com as cartas ameaçadoras que encontrava sob a porta de casa, como a que mandou para a polícia poucos dias antes de morrer:

Defendeu rendição incondicional? Então, Mizobe, fantoche dos judeus, vai ser expurgado da raça nipônica com sangue! Vamos empregar todos os meios: fuzilamento, prisão perpétua, deportação para ilhas, esterilização, linchamento etc. Quando o liquidarmos, a situação de Bastos melhorará cem por cento. Lave sua garganta, coração sujo!

Shindo Renmei
21 de fevereiro do 21o ano da Era Showa

Ikuta Mizobe não parece ter se assustado nem mesmo quando Koto, sua mulher, contou-lhe a insólita visita que recebera naquela segunda-feira, dois dias antes do assassinato do marido. Um japonês desconhecido — supostamente um lavrador, descalço e em mangas de camisa — aparecera na casa deles e lera para ela o verso: "O cadáver do pai exposto ao vento e à chuva", extraído de um milenar poema intitulado *Hakkotsu no Chichi*. O homem bateu à porta de sua casa, leu o pedaço de papel e foi embora sem dizer uma só palavra além das contidas no verso — mas foi o bastante para que Koto Mizobe, uma mulher familiarizada com os simbolismos e as alegorias da língua japonesa, se pusesse a chorar. Ao ouvir o relato da esposa, Mizobe também entendeu, com frio fatalismo, o significado da estrofe lida pelo estranho: não adiantava pedir proteção a ninguém, sua morte estava próxima.

Até as dez horas da noite, o dia 6 de março de 1946 foi exatamente igual aos outros para Ikuta Mizobe. Ele acordou cedo, barbeou-se, aparou o bigodinho fino e saiu para a Cooperativa. No caminho passou no hospital para ouvir as novidades no rádio do dr. Hamano, trabalhou até o meio-dia e almoçou lá mesmo, no escritório da CAB, comendo no *bento*, a marmita japonesa que a mulher lhe preparara. Como esperava visitas naquela noite, foi mais cedo para casa, onde se hospedava o jovem atleta Yoshito Nomura, filho de um amigo de Marília. Terminado o jantar, chegaram as visitas: eram o chefe do armazém da CAB, Ichigi Furusawa, e a esposa, Matiko, que tinham aparecido para o chá e uma rápida partida de *fuda*, o baralho japonês. Às onze da noite, quando as visitas decidiram ir embora, já fazia duas horas que a morte estava escondida nos arbustos da casa, encarnada na pessoa do motorista, verdureiro e professor de esgrima Satoru Yamamoto, de 27 anos.

O homem escolhido para matar Mizobe estava no Brasil desde 1933. Junto com um irmão que imigrara em sua companhia, Yamamoto trabalhou durante alguns anos como camarada, como eram chamados os trabalhadores braçais no interior, plantando e colhendo algodão nas fazendas Anze, em Araçatuba, e Myamoto, em Guararapes. Foi nessa cidade que ele recebeu um dos panfletos que falavam dos riscos de se plantar hortelã e criar bicho-da-seda. Quando o Brasil rompeu com o Japão, em 1942, ele concluiu: se essas atividades beneficiavam os inimigos do Japão, então plantar algodão, que era o que ele fazia, iria ajudar o Brasil, que também era inimigo. Munido de lógica tão sólida, decidiu só plantar verduras. Com as economias que conseguira juntar, comprou um caminhãozinho usado e uma horta em Araçatuba, e virou motorista e chacareiro.

E era na feira dessa cidade, onde todas as manhãs vendia seus produtos, que Yamamoto se informava com outro feirante, Tadao Shiraishi, sobre o andamento da guerra. Dirigente da Shindo Renmei em Tupã, Shiraishi acabou convencendo-o a deixar a chácara para dedicar-se apenas à organização. E foi já na condição de associado à Shindo que Yamamoto recebeu instruções para se empregar na Cooperativa de Bastos para atuar como informante da Shindo, que a cada dia mais suspeitava do comportamento derrotista de seu diretor, Ikuta Mizobe. No dia em que a guerra terminou, Yamamoto passava o domingo em Mirandópolis, orientando os participantes de uma competição de kendô, a esgrima japonesa. Transtornado com a notícia da derrota do Japão, que acabara de chegar, interrompeu a choradeira dos patrícios que se encontravam no clube com um par de berros:

"O Japão nunca perdeu uma guerra! Não pode ter sido derrotado!"

De volta a Bastos, não conseguiu mais dormir. Com a ajuda de um amigo, passou a montar e distribuir aos "derrotistas" da cidade as terríveis bombas de mostarda. Mas as notícias sobre o fim da guerra, que era o que importava, continuavam muito obscuras. As informações eram contraditórias, ninguém sabia afirmar com certeza o que tinha acontecido. Yamamoto decidiu se aconselhar com o velho Senjiro Hatanaka, um dos pioneiros da imigração em Bastos e pessoa muito estimada pela colônia. Mas saiu da casa de Hatanaka — "a minha última esperança", diria depois — pior do que chegara: o velho lhe dissera que, desgraçadamente, o Japão fora mesmo derrotado. De lá foi para a casa de

Tadashigue Kato, onde, para sua alegria, vários dirigentes da Shindo "propalavam ardentemente a vitória do Japão". No final do encontro, Yamamoto foi aconselhado a "cortar todas as relações" com os derrotistas e recebeu uma nova tarefa: dar aulas de japonês em uma escolinha clandestina da seção Cascata, lá mesmo, em Bastos.

Ele permaneceu em Cascata até o fim de janeiro, quando foi chamado para um encontro em Tupã, onde seria dura e injustamente repreendido por dirigentes da Shindo "por ter deixado a Cooperativa antes de captar a simpatia do diretor". Apesar de ter pedido demissão da CAB por ordens de Tadao Shiraishi — o mesmo que agora o criticava —, Yamamoto ouviu o sermão em silêncio. Shiraishi falava grosso: "Enquanto não liquidarmos os chefes dos que propalam a derrota do Japão", gritava, "a confusão na colônia não será remediada". Segundo ele, deviam morrer os líderes "que não passam de fantoches dos judeus":

"Em Bastos, quem está dirigindo esses fantoches é Ikuta Misobe. Se liquidarmos este, a situação na cidade melhorará cem por cento. Mizobe faz propaganda derrotista, aproveitando-se da posição que ocupa na Cooperativa. É um verdadeiro traidor da pátria."

Satoru Yamamoto entendeu claramente aonde Shiraishi queria chegar e achou melhor estabelecer seus limites:

"Continuo no movimento contra a plantação de hortelã e criação do bicho-da-seda, mas não desejo matar ninguém."

O líder da Shindo não entregou os pontos:

"Um grão de trigo pode produzir milhares. Assim, liquidar um grão de trigo significa a salvação de milhares que estão em Bastos."

A pregação acabou dando resultado. Por sua própria iniciativa, Yamamoto marcou a data da execução de Mizobe: 10 de março, quando se comemora no Japão o Dia do Exército. A Shindo achou a data "inconveniente" e antecipou a ação em três dias. Assim, às sete e meia da noite do dia 7 de março, quando o diretor da CAB chegava em casa para seu último jantar, Yamamoto desceu da garupa do cavalo branco em que Tadao Shiraishi o trouxera da seção Cascata até o centro de Bastos. Manuel Neto, o guarda alagoano que tomava conta do Instituto de Sericicultura da CAB, situado ao lado da casa de Mizobe, já havia recebido instruções de João Mancini, um dos gerentes da Cooperativa, para ficar de olho em japoneses estranhos que se aproximassem da casa (apesar das

ameaças que recebera, Mizobe insistia em manter apenas um vira-lata como cão de guarda). Armado de um revólver calibre .32 e com uma lanterna de pilhas para se orientar na escuridão, Manuel Neto nem sequer percebeu quando um vulto engatinhou pelo matagal e encontrou um local onde pudesse se esconder e ter visão da casa: era Yamamoto acocorando-se em uma moita entre um ranchinho e um muro de tijolos, a poucos passos da porta de entrada. A cem metros dali, num terreno baldio, Shiraishi o esperava com o cavalo pronto para a volta.

Meses depois, quando se entregou à polícia e confessou o crime, Satoru Yamamoto ainda se lembraria com detalhes das horas que antecederam a execução:

> *Mizobe estava com visita e fui obrigado a esperar quase três horas. Durante a espera urinei três vezes. A princípio, o cachorro da casa latiu muito, mas logo depois, talvez cansado de latir, sossegou. Saí uma vez de meu esconderijo e avisei a Shiraishi que Mizobe tinha visita e que esta parecia não querer se retirar. Disse-lhe, então, para adiarmos o plano, mas ele não concordou. Voltei, por isso, para o esconderijo. Quando ia me levantar, em dado momento, pois me achava agachado, ouvi a voz de alguém: era da visita que se despedia — e senti-me satisfeito. Depois que o visitante saiu, fecharam-se todas as janelas e apagou-se a luz da entrada da cozinha. Tive, aí, um momento de hesitação: ou desistir ou atirar através da janela do dormitório, que era de vidro; nisso, divisei um vulto que saía pela porta da cozinha. Olhei-o bem, mas não pude distinguir quem era. A pessoa, que vestia quimono, fechou o portão do quintal e entrou na privada que ali havia. Ainda não podia distinguir se era homem ou mulher. Seria vergonhoso atirar na sra. Mizobe. Aproximei-me para bem perto, quase a um metro e meio da privada, para, se ouvisse sua tosse, distingui-la. Mas nada. Nesse momento, ouvi uma voz, que parecia ser de uma moça, que gritou: "Papai, você está na privada?", ao que responderam de dentro da privada: "Sim, estou". Fiquei satisfeito quando soube que, de fato, era Mizobe quem estava dentro da privada. Espiei, então, pela fechadura, quando Mizobe ficou de pé, e calculei sua altura. Pensei que acertaria no coração se apontasse 45 centímetros abaixo do pescoço. Quando viera de Cascata, tinha recebido das mãos de Shiraishi uma Mauser que experimentara no meio do mato e verificara na*

arma o hábito de desviar um palmo para cima do alvo, na distância de quinze metros. Tinha confiança em minha pontaria, porque quando era motorista exercitava-me muitas vezes. Portanto, se apontasse trinta centímetros abaixo do pescoço, acertaria no coração. Mas, como a arma tinha o hábito de desviar para cima, calculei a mira 54 centímetros abaixo do pescoço. Assim, quando pude divisar Mizobe, dei o primeiro tiro, levando a arma de baixo para cima. Acertei. Mizobe cambaleou como que arranhando o peito. Era para dar outros tiros, de trás do tanque de lavar roupa, caso Mizobe levantasse a voz. Mizobe, porém, caiu logo adiante, sem dizer uma palavra, como se estivesse nadando no ar. Nesse momento, sua filha saiu da casa, correndo, e sua esposa veio para o quintal, agachando-se sobre o corpo estendido do marido. Colado ao muro, corri para a frente da casa e pulei o portão que vai ter à garagem, caindo dentro dum buraco feito pela chuva. Quando me levantava, ouvi o guarda-noturno do Instituto de Sementagem apitar e percebi que apontava contra mim seu revólver. Enfrentei-o também, ouvindo um barulho de alguém que vinha correndo rua acima, não podendo saber quem era, pois achava-me a uns quinze metros de distância do guarda. Ao apontar minha arma contra o guarda, este correu para detrás da cerca e apitou novamente. Enquanto isso, corri em direção leste, passando ao lado da casa do dr. Ferraz, e me aproximei de Shiraishi, que estava atrás do hospital, fazendo-lhe sinal de bom êxito. Shiraishi, montado a cavalo, desapareceu na estrada. [...] Passando, então, ao lado da quadra de tênis e através das amoreiras, cheguei à minha casa em Cascata. Shiraishi fugira em direção a Quatá, passando por Esperança e Monteiro. Durante três noites não consegui dormir.

Quando saiu de casa, alertada pelo barulho do tiro, Koto Mizobe deu com o marido caído de bruços a um metro da porta da privada, com o quimono vermelho e azul empapado de sangue. Ao lado dele, de revólver em punho, o guarda Manuel Neto. O jovem Yoshito Nomura, hóspede da família, acordou o médico Takao Mori, vizinho da casa, na tentativa de salvar a vida de Mizobe, mas o diretor da Cooperativa já estava morto. E, a julgar pelas investigações da polícia, ele teria morrido de qualquer jeito: na pressa de fugir, Yamamoto abandonou, no meio dos arbustos, uma granada pronta para ser detonada.

Antes que os primeiros amigos começassem a chegar para o velório, na manhã

de quinta-feira, o delegado Godoy e Vasconcelos já tinha colocado no xadrez vinte japoneses, dos quais doze eram suspeitos de pertencer à Shindo Renmei. Os interrogatórios revelaram um dos principais mandamentos da organização: jamais delatar um companheiro, fossem quais fossem as circunstâncias. Entre os membros da organização, a delação era um pecado quase tão grave quanto o *fumie* — o crime supremo de pisar na figura do imperador ou na bandeira japonesa. Para sorte dos presos, no entanto, o delegado não havia estabelecido nenhuma relação entre a Shindo e a morte de Mizobe. E, quando as perguntas se referiam ao crime, eles procuravam confundir e desviar a atenção da polícia. Isso durou dias. Entre os presos estava Tadashigue Kato, em cuja casa o assassino recebera as primeiras tarefas dadas pela Shindo. Assim como fariam quase todos os seus patrícios, ele negou qualquer ligação com a sociedade secreta e sustentou na polícia que a morte de Mizobe devia ser obra de algum ex-empregado da Cooperativa demitido pelo diretor. Sem a menor cerimônia, levantou sobre a memória do honesto e bem-comportado Mizobe suspeitas de corrupção e adultério. Segundo a versão de Kato (que a Shindo já espalhava pela cidade), o mandante do crime poderia ser "uma de suas amantes" ou, quem sabe, alguém que tivesse sido prejudicado "pelos desfalques que Mizobe vinha aplicando nos cofres da Cooperativa". Sem meios de arrancar dos japoneses mais do que eles estavam dispostos a contar, o delegado foi libertando-os aos poucos. Cada movimento era imediatamente transmitido à direção da Shindo Renmei em São Paulo. A primeira providência tomada por Kato, tão logo foi libertado, foi comunicar a notícia a seus superiores:

Sede central de Shindo Renmei

Em virtude do assassínio de Ikuta Mizobe, aqui em Bastos, foram presos oito de nossos correligionários; mas hoje (*dia 18 março*) *alguns deles* (*Samejima, Kato, Mizuno, Chida — irmão mais novo*) *foram soltos. Não receberam uma só pergunta sequer ligada à suspeita do homicídio; apenas foram interrogados durante uma hora e meia, com relação à Shindo Renmei, somente.* [...] *Quanto ao matador, este ainda não foi esclarecido: parece que a autoridade está se sentindo embaraçada. É essa minha comunicação apressada, recém-saído da cadeia.*

Kato — Filial da Shindo Renmei de Bastos

Três dias depois o delegado parecia ter capitulado diante da trama japonesa e libertava, por absoluta falta de provas, os demais acusados de ligações com a organização secreta. De novo a sede paulistana era a primeira a ser informada:

Ilmos. srs.

Sede central da Shindo Renmei

Peço desculpas por ser breve e por entrar diretamente no assunto: os correligionários presos por suspeita decorrente do assassínio de Ikuta Mizobe, verificado há dias, foram postos em liberdade, ontem (*dia 20*)*, sem novidade; estejam, pois, tranqüilos. Em conseqüência desse incidente, porém, não fomos alvo de nenhuma averiguação; apenas fomos inquiridos sobre os objetivos de Shindo Renmei, tendo-nos sido feitas duas ou três perguntas mais sobre outros assuntos. Logo em seguida fomos postos em liberdade. Em suma, acredito que as autoridades trabalharam em conseqüência de ardis da ala derrotista.* [...]

Saudações,

Ichisaburo Chida — Sucursal de Shindo Renmei de Bastos

A libertação de seus militantes sem que nenhuma suspeita tivesse sido levantada em relação à execução do "derrotista" Mizobe foi festejada pela direção da Shindo Renmei em São Paulo. Estava claro que houvera uma mobilização da colônia de Bastos para obstruir e confundir as investigações da polícia — para os dirigentes da sociedade clandestina, uma clara demonstração da penetração das idéias dos *kachigumi* entre os imigrantes. Tão perdida quanto a polícia, a imprensa contribuía para aumentar a confusão nas investigações, inventando a cada dia o nome de um novo "matador fanático". Na falta de um suspeito mais consistente, o delegado Godoy e Vasconcelos voltou seus olhos para o guarda Manuel Neto. Afinal, ele fora visto ao lado do cadáver na hora do crime, armado de um revólver Colt .32 — o mesmo calibre da bala que matara o japonês. Só duas semanas depois do crime é que o guarda seria inocentado, quando chegaram da capital os resultados dos exames de balística comprovando que a bala que matou Mizobe não saíra do revólver de Manuel Neto. Do verdadeiro assassino, no entanto, nenhuma notícia.

▪

Os policiais do DOPS só juntaram as duas pontas do novelo — a morte de Ikuta Mizobe e a Shindo Renmei — quase um mês depois, no dia 2 de abril de 1946, quando o ex-diplomata Shigetsuna Furuya escapou de um atentado e o empresário Chuzaburo Nomura, "o Rei do Rami", tombou morto pelas balas da organização fundamentalista japonesa. O chefe do Serviço Secreto do DOPS, delegado Geraldo Cardoso de Mello, foi alcançado naquela manhã pelo rádio do Palácio dos Campos Elíseos, sede do governo paulista na época, quando supervisionava o exame do cadáver de Nomura, na casa da rua Zacarias Klein, no Jabaquara, a cinco quilômetros do bairro japonês. Era o secretário de Segurança Pública, Pedro de Oliveira Ribeiro Sobrinho, comunicando que acabara de baixar uma portaria determinando a instauração de inquérito e abertura de processo de expulsão de todos os envolvidos na morte de Nomura e na ação frustrada na casa de Furuya. E que, por ordem do interventor Macedo Soares, o inquérito seria presidido por ele, Cardoso de Mello. Munido de tais poderes, o delegado convocou os investigadores disponíveis para rever tudo o que houvesse sobre seitas japonesas nos arquivos da polícia. Em poucas horas concluiu que as mortes de Mizobe e Nomura e o atentado a Furuya apontavam para o mesmo lugar: o casarão de número 98 da rua Paracatu, no bairro do Bosque da Saúde – o mesmo endereço deixado no DOPS por Junji Kikawa no começo do ano, quando o coronel tentou registrar a Shindo Renmei.

O exagerado aparato montado pela polícia naquela noite revelou-se desnecessário. Quando Cardoso de Mello e o delegado de Segurança Pessoal, Alfredo de Assis, arrebentaram a porta de entrada do sobrado, dezenas de policiais armados de fuzis, pistolas e metralhadoras já estavam a postos em todas as demais portas e janelas da casa. Os onze japoneses que se encontravam lá dentro, no entanto, estavam desarmados e não pareciam dispostos a oferecer nenhum tipo de reação. Segundo um jornalista presente à invasão, eles "não demonstraram nenhuma surpresa, conservando-se calmos, pretendendo fazer crer tratar-se de uma reunião entre amigos".

Na sala de reuniões da casa, sob duas bandeiras japonesas, a polícia prendeu Ryotaro Negoro e Seiichi Tomari — substitutos do foragido coronel Kikawa na direção da organização — e mais nove imigrantes, entre os quais estava Eiiti

Sakane, o japonês de barbicha que fizera parte do grupo dos sete que haviam tentado degolar o cabo Edmundo no "caso da bandeira", ocorrido em Tupã no começo do ano. Os demais eram dirigentes de sucursais da Shindo no interior do estado. Na parede, ao lado de uma foto do imperador Hiroíto, um estandarte exibia uma enorme flor de cerejeira lilás, bordada sobre tecido branco: era o símbolo da Shindo Renmei, a Liga do Caminho dos Súditos. Kikawa falara a verdade: não havia dúvidas de que ali era o quartel-general dos terroristas japoneses.

Por uma passagem aberta no muro do quintal, tinha-se acesso à casa vizinha, também ocupada pela Shindo Renmei. Nos cômodos dos dois imóveis os policiais iam encontrando altares xintoístas, salas para treinamento de judô e jiu-jítsu, salas de reunião, tipografias, estúdios e laboratórios fotográficos. E pilhas de papéis, documentos, ordens internas, cartas de ameaças, "listas negras" com nomes de "derrotistas", caixas contendo milhares de cruzeiros em cédulas empacotadas, circulares, fotografias fraudadas e as trouxinhas que eram entregues aos matadores, contendo armas, bandeiras e manifestos. Salvo um revólver enferrujado e duas garruchas decrépitas, nenhuma outra arma de fogo foi encontrada na casa. O "material subversivo" espalhado pelos vários cômodos da sede, porém, era fartíssimo. Num cômodo revestido de placas isolantes de cortiça tinha sido instalada uma poderosa estação de rádio, capaz de se comunicar, em segundos, "com o território metropolitano japonês", segundo explicou didaticamente o engenheiro Negoro. Para espanto dos policiais, o japonês chegou a se oferecer candidamente para fazer uma demonstração do equipamento: se a polícia quisesse, ele faria uma ligação direta com o Japão para que todos pudessem verificar "a excelente qualidade da recepção" — no que foi impedido pelo delegado Assis, que considerou a oferta "um atrevimento desse criminoso".

Os repórteres pareciam se deliciar com o comportamento insólito dos líderes da Shindo Renmei — rebatizada pelos jornalistas, no noticiário do dia seguinte, como "a Ku Klux Klan nipônica" ou "a Gestapo oriental", tudo sempre seguido de garrafais pontos de exclamação. Curiosamente, apesar de chegar ao exagero na condenação aos crimes da Shindo, muitos jornalistas e intelectuais não conseguiam esconder uma ponta de admiração por aqueles tipos tão exóticos. O jornalista Agostinho Rodrigues Filho, que cobriu os acontecimentos para a

revista *Diretrizes* — uma publicação tida como esquerdista, dirigida por Samuel Wainer, o jornalista que seis anos depois criaria o jornal *Última Hora* —, escreveria, emocionado, sobre o que testemunhou:

> *Assisti aos depoimentos de membros da famosa Shindo Renmei. Vi criminosos impávidos, inconscientes do próprio delito, indiferentes às conseqüências de sua atitude, assumirem plena responsabilidade de atos cruéis friamente narrados. Homens de bem, com vidas impolutas, vinte ou trinta anos de trabalho honesto no campo ou na cidade, respeitadores das leis e respeitados pelos seus costumes, bruscamente se manifestavam implacáveis assassinos.*

Em um profético artigo publicado no jornal *A Gazeta*, o poeta modernista Menotti del Picchia enxergava "fé patriótica" por trás dos crimes da Shindo Renmei e previa a posição que o país recém-derrotado iria ocupar meio século depois:

> *No xadrez político das forças ocidentais, o japonês seria a melhor vanguarda do mundo capitalista no Oriente. Era só cultivar-lhe a mentalidade nacionalistvvvva, rígida barreira forjada com fanatismo. Pelo Japão, pelo imperador, pela bandeira, a fé patriótica de cada súdito do Mikado é capaz de todos os crimes. Os tokkotai são as resultantes desse exacerbado clima de amor a uma tradição mais que milenar.*

A exibição dos "troféus" arrebatados aos japoneses aconteceria no dia seguinte, quando a polícia chamou a imprensa para uma entrevista coletiva com o delegado Alfredo de Assis — que o jornal *A Gazeta* já tratava como "o homem do momento, a quem coube a difícil missão de responder, em nome da polícia de São Paulo, da lei e da justiça, aos desafios lançados na capital e no interior, pelos componentes das sociedades terroristas". Assis colocou sobre estrados a montanha de papéis, bandeiras, mapas e fotografias encontradas na sede da Shindo Renmei: seis bandeiras japonesas; quatro álbuns de fotografias de membros da diretoria da organização; cinco pacotes com fotografias adulteradas do ato de rendição do Japão (nas quais o general MacArthur aparecia como o derrotado); edições falsas da revista norte-americana *Life*, nas quais as legendas

das fotos eram substituídas por outras, dando a entender que o Japão saíra vitorioso da Segunda Guerra Mundial; pacotes contendo maços de notas falsas de ienes, a desvalorizada moeda japonesa; fotos de tabuletas contendo ameaças a "derrotistas" e relações de sócios, recibos de pagamentos de mensalidades, mapas do estado de São Paulo com a localização de cada sucursal da Shindo. Num armário foram encontrados pacotes contendo falsos selos postais japoneses, supostamente emitidos pelo governo do Japão para festejar a vitória sobre os Aliados. No meio da confusa papelada dos japoneses a polícia encontrou uma nova "lista negra" de quarenta nomes da colônia condenados à morte pela Shindo Renmei por traição à pátria.

Dos imigrantes escolhidos agora para morrer apenas três não eram empresários: o tradutor "Paulo" Yoshikazu Morita, funcionário da Seção Japonesa do Consulado da Suécia em São Paulo (e que atuara como intérprete do DOPS em Marília, nos interrogatórios sobre a ameaça de degola do cabo da Força Pública de Tupã), e os jornalistas Sukenari Onaga, ex-dono do jornal *Nippon Shimbun*, e seu filho, Hideo, repórter do *Jornal de S. Paulo*. Juntamente com um pequeno grupo de colegas, entre os quais estavam Claúdio Abramo e Hermínio Sacchetta, Hideo havia deixado a *Folha da Manhã* (embrião do que seria, anos depois, o jornal *Folha de S.Paulo*) em protesto contra a venda do jornal ao industrial Francisco Matarazzo II, o "conde Chiquinho". Embalado pela ventania democrática que varrera o Brasil no fim do Estado Novo, o grupo fundara o *Jornal de S. Paulo*, um diário ágil e moderno. Era lá que Hideo publicava as reportagens que tanto irritaram os fanáticos da Shindo Renmei. Para ele, a questão se resumia a separar a colônia em três grupos: os velhacos, que estavam ganhando dinheiro com o fanatismo da colônia; os japoneses ignorantes, que se deixavam levar por idéias tão sem pé nem cabeça; e os "cultos", ou "esclarecidos", estigmatizados como derrotistas ou traidores. Poucos dias depois da morte de seu amigo e vizinho Chuzaburo Nomura, Hideo Onaga publicaria um artigo sobre o tema:

> *[...] Navios japoneses aportariam no Rio de Janeiro a fim de recolher os súditos que acreditavam na vitória do Japão. Passagens foram vendidas... Para a compra das passagens, que custavam milhares de cruzeiros, fora os direitos de reserva com antecedência, vendiam os pobres japoneses suas terras (a preços*

exíguos, dada a pressa), retiravam dos bancos as economias, suspendiam os cursos dos filhos nas escolas, visando conseguir o dinheiro necessário para seguir... rumo à Canaã acenada pelos inescrupulosos patrícios. Os hotéis, pensões, em São Paulo, ficaram abarrotados de gente que vinha esperar o navio ou apenas cumprimentar o enviado especial do imperador. Não houve, naturalmente, nem navio e nem enviado especial. O navio tivera um desarranjo, sendo obrigado a retornar ao Japão. O enviado especial chegaria por via aérea. Enquanto isso, no interior, a colônia festejava a vitória do Japão. Os delegados, cientes do fato que comemoravam, não podiam evitar um sorriso de compaixão... Estavam vendo? Os delegados de polícia tinham recebido uma ordem direta do representante do governo japonês, no sentido de que soltassem imediatamente os japoneses que comemoravam a vitória da pátria, sob pena de serem castigados. [...] Veio daí a idéia de extermínio. O primeiro em Bastos, morto a tiros. O segundo em São Paulo, antigo jornalista... Um ex-diplomata por pouco não pagou com a vida... Todos do terceiro grupo estão incluídos nas listas de morte de organizações que agem sob denominações patrióticas e pomposas...

Para a polícia paulista, no entanto, a descoberta do mais importante "covil amarelo" transformava a Shindo Renmei numa coisa do passado. Agora restava apenas prender o velho coronel Junji Kikawa e o ainda desconhecido matador de Ikuta Mizobe, que continuavam foragidos e, segundo palavras do delegado Alfredo de Assis, "estava liquidada a duplicata". O policial saboreava a vitória sobre o "perigo amarelo", oferecendo detalhes aos repórteres:

"No dia 5 de março, desembarcaram em São Paulo, procedentes de Quintana, Marília, Pompéia e Tupã, quarenta súditos japoneses, bem instruídos sobre o que deveriam levar a efeito nesta capital. Divididos em oito grupos de cinco — os *tokkotai*, ou 'Unidade Especial de Ataque' —, constituíam uma verdadeira tropa de choque terrorista, cujo fanatismo exigia até o sacrifício da própria vida para executar os japoneses que duvidavam da vitória de sua pátria. Mas desde ontem à noite, graças à ação enérgica da polícia, esse perigo deixou de existir."

Segundo o policial, antes de embarcar, cada membro da *tokkotai* recebia "de uma pessoa muito importante e influente" a importância de mil cruzeiros em dinheiro e uma série de instruções, que começavam pela obrigação de obter um

emprego na capital para não despertar suspeitas das autoridades. O delegado acertara o nome do grupo e a data do embarque dos japoneses para São Paulo. Só que eles não eram quarenta, mas apenas dez, e o perigo estava longe de chegar ao fim.

Os matadores vinham sendo aliciados desde que os *makegumi* de São Paulo publicaram nos jornais o manifesto falando do fim da guerra e da derrota do Japão. Encarregado pela direção da Shindo Renmei de montar os "Batalhões do Vento Divino" (como também eram chamados os *tokkotai*), o chacareiro Sunao Shinyashiki, de Quintana, saiu em busca, segundo suas próprias palavras, de "rapazes dispostos a dar a vida pelo Japão e pela família imperial". Em poucas semanas já tinha dez nomes selecionados. No fim de fevereiro o grupo se encontrou pela primeira vez, altas horas da noite, em Quintana, na casa do ferreiro Massao Honke — ele próprio um voluntário *tokkotai*. Shinyashiki resumiu, mais uma vez, os objetivos da missão que tinham pela frente: iam matar traidores da pátria, portanto, não estariam cometendo um crime, mas realizando um trabalho de "limpeza" da colônia; a todo condenado deveria ser dado o direito de se suicidar, se preferisse isso a ser executado; quando a tarefa de um grupo chegasse ao fim, isto é, quando todos os "derrotistas" da sua lista tivessem sido executados, o grupo deveria se entregar às autoridades; quem fosse apanhado pela polícia durante uma ação deveria se entregar sem reagir, já que a organização nada tinha contra o Brasil ou os brasileiros; quem possuísse revólver devia levar o seu, e quem não tivesse receberia dinheiro em São Paulo para comprar um usado; e, finalmente, ninguém deveria jamais admitir ligação alguma com a Shindo Renmei.

Na noite de 5 de março, pontualmente às sete da noite, saiu de Tupã o trem noturno da Companhia Paulista com destino a São Paulo. Precisos trinta minutos depois, a composição de vinte vagões parava na estação de Quintana. Um japonês jovem, com o rosto semi-encoberto pelo chapéu e com uma passagem na mão, espiou pelas janelas, viu a primeira classe — onde as poltronas eram almofadadas e as cabeceiras protegidas por fronhas imaculadamente brancas — e percebeu que estava no vagão errado. Deu mais alguns passos em direção à velha locomotiva a vapor que bufava na ponta da estação e entrou na segunda classe, com bancos de madeira nua. Era o lavrador Massakiti Taniguti, 32 anos, plantador de algodão em Quintana. Depois de uma rápida parada em

Paulópolis, às 19h50 o trem encostou na estação de Pompéia, onde havia pouco mais de dez pessoas para embarcar. Entre elas estavam cinco jovens japoneses que se sentaram em lugares separados, como se nunca tivessem se visto antes. Eram Tatsuo Watanabe, farmacêutico, 33 anos, Hiromi Yamashita, vendedor ambulante, 21 anos, Shimpei Kitamura, tintureiro, 26 anos, Tokuiti Hidaka, vinte anos, comerciário, e Taro Mushino, lavrador. A maioria só conhecia São Paulo de passagem, no caminho entre o porto de Santos e o interior, no dia da chegada ao Brasil. Ao contrário do que afirmara o delegado Assis na entrevista à imprensa, salvo Watanabe, que levava 5 mil cruzeiros escondidos no fundo da trouxa (dinheiro que lhe fora dado por alguém que ele conhecera apenas como "Tsuji", dono da Confeitaria Deliciosa, em Quintana), os demais viajavam só com a roupa do corpo e um previdente *bento* de arroz, legumes e peixe defumado. Os dois mais jovens, Yamashita e Hidaka, que ainda viviam com os pais, tiveram que inventar mentiras em casa para poder viajar. Isso embora Hidaka já tivesse tido complicações com a polícia, ao participar da tentativa de degola do cabo Edmundo em Tupã, façanha da qual participara outro passageiro daquela viagem, o tintureiro Shimpei Kitamura.

Às sete da manhã — pontualmente, como convinha a um trem da Paulista — a composição parou na Estação da Luz, no centro de São Paulo, onde os seis eram esperados por Sunao Shinyashiki. Os primeiros dias na capital foram passados num lugar fantasmagórico: a Tinturaria Oriente, do patrício Kamegoro Ogazawara, um radical de 57 anos. As primeiras instruções eram dadas nos salões dos tanques de tingimento, espalhados pelos porões de várias casas geminadas. A precária iluminação do lugar vinha da luz mortiça de algumas lâmpadas penduradas no teto. Sob um calor insuportável, dezenas de japoneses seminus, com as cabeças protegidas por turbantes, molhados de suor, passavam dia e noite num trabalho que parecia não ter fim. Correndo de um lado para outro, baixavam e levantavam varais cobertos de peças de tecido fumegante que eram mergulhadas nos tanques onde fervia a anilina — em cada tanque, uma cor diferente. E era nesse inferno colorido que Kamegoro Ogazawara dava as instruções diárias aos *tokkotai* — aparentemente sem se preocupar com o fato de estar sendo ouvido pelos empregados, que sumiam e reapareciam atrás de nuvens de vapor, o tempo todo respirando um asfixiante cheiro de amoníaco proveniente da anilina.

Para alívio de todos, quatro ou cinco dias depois da chegada Ogazawara anunciou que o grupo iria mudar de esconderijo, pois era preciso liberar os dois quartinhos que os seis ocupavam, ao lado dos tanques de tintura, para abrigar outros rapazes que chegariam do interior. Em horários e dias diferentes eles deixaram o bairro japonês, atravessaram a cidade e foram bater em Santo Amaro, nos confins da Zona Sul, onde tinha sido preparado para recebê-los um novo "covil amarelo", como diriam depois os jornais. O endereço dado por Ogazawara — um matagal batizado com o surpreendente nome de alameda Paris — era uma chácara, em cuja porta esperava-os o dono. Para alguns ele se apresentava como Tsurutaro Ushisawa, seu verdadeiro nome, e para outros como "Kenjo Sawai", nome artístico pelo qual preferia ser tratado. A senha combinada parecia pouco lógica para dar acesso a um lugar que se dedicava exclusivamente a produzir verduras. Para poder entrar, cada um que chegava tinha que repetir a mesma frase para Sawai:

"Vim do interior e gostaria de aprender a técnica de criação de frangos."

Era o suficiente para atravessar a cerca viva coberta de chuchuzeiros que protegia a chácara de olhares indiscretos. Embora o destino o tivesse convertido em um modesto plantador de couves e rabanetes, Kenjo Sawai, de 51 anos, era um homem refinado. Durante toda a juventude fora cantor profissional de operetas japonesas — vinha dessa época o pseudônimo que adotara em caráter permanente. Franzino e totalmente calvo, nunca chegou a ser um astro reconhecido por multidões, mas foi graças à voz que resistiu durante mais de dez anos à tentação de imigrar para o Brasil. Em 1931, porém, a crise econômica que massacrava o Japão não lhe deu alternativas: no meio do ano ele desembarcava em Santos. Embora tivesse vindo, oficialmente, como um par de braços a mais para a lavoura, Sawai conseguiu trabalhar durante seis meses na sua profissão. Corria a colônia de trem, de ônibus, a cavalo e de carona, cantando em aniversários e casamentos. Mas seus patrícios eram pobres demais para se dar a tais luxos, e ele teve que mudar de ramo, permanecendo sempre no campo das artes: tornou-se importador de filmes japoneses, que ele próprio levava para o interior para exibir de cidade em cidade, nas regiões de grande concentração de imigrantes japoneses. Sawai estava com a vida arrumada: casou-se com uma imigrante, com quem teve cinco filhos, e vivia em paz até que começou a Segunda Guerra Mundial. Como empresário e importador de filmes, ele se viu

enquadrado em vários artigos da dura legislação brasileira contra os "súditos do Eixo", e teve que encerrar suas atividades cinematográficas. Juntou o que tinha e comprou a chácara, onde passou a plantar verduras.

Quando a guerra acabou, Sawai, patriota exaltado, picou em pedaços, na frente da mulher e dos filhos, o jornal que trazia o manifesto dos japoneses "esclarecidos". Jurou que faria tudo para que fossem castigados sem piedade os "traidores indignos" que haviam assinado o documento. Quando soube da existência da Shindo Renmei, não precisou ser aliciado por ninguém: pela mão de um amigo, ficou conhecendo Sunao Shinyashiki, por intermédio de quem se colocou a serviço da organização. Ao saber o que estava sendo tramado, Sawai ofereceu-se para hospedar em sua chácara alguns dos *tokkotai* que viriam a São Paulo, segundo Shinyashiki, para "lavar com sangue a honra da pátria". Nos fundos do seu terreno havia dois grandes galpões de madeira que, recobertos de tatames de judô, poderiam abrigar várias pessoas. A partir daquele momento o sítio de Sawai convertia-se na sétima "base" que a Shindo Renmei instalava na capital para acoitar matadores de *makegumi*. As outras eram as tinturarias Oriente e Aragaki e mais quatro propriedades como a de Sawai, todas situadas em bairros distantes na periferia de São Paulo ou em cidades vizinhas.

Ao chegarem à chácara de Sawai os rapazes vindos da Oriente descobriram que não estavam sós. Já se encontravam lá, além de Sunao Shinyashiki, mais quatro japoneses com idades em torno dos trinta anos, que eles já conheciam de reuniões preparatórias no interior. Fumio Ueda, Kozonori Yoshida e Massao Honke eram de Quintana, e Mitsuro Ikeda, de Pompéia. Dono de uma pequena fábrica de carimbos, Ikeda (que por alguma razão preferia ser chamado de "Antônio", e não Mitsuro) se destacava dos demais pela elegância. Alto, magro e bonito, ele dava à vasta cabeleira e ao bigodinho fino, muito em moda na época, tratamento digno de um astro do cinema. E tanto podia aparecer com vistosos lenços amarrados ao pescoço como calçando botas de montaria, cujos canos lustrosos vinham até o joelho. Mas não foi a formosura que levou a Shindo a escolhê-lo: a fama de Ikeda na Alta Paulista dizia que ele era capaz de espatifar com um tiro de revólver de calibre .45 uma caixa de fósforos atirada ao ar.

Com o reencontro dos dez na chácara de Sawai estavam montados os dois primeiros pelotões de matadores — por alguma razão nunca explicada, os estrategistas da Shindo Renmei decidiram que os *tokkotai* deveriam atacar

sempre em grupos de cinco. Nas duas ou três semanas seguintes o grupo ouviu de novo as instruções para quando estivesse em ação, que eram repetidas ou pelo mesmo Ogazawara, da Tinturaria Oriente, ou por Sunao Shinyashiki. Às vezes algum dos rapazes sumia por dois ou três dias, para retornar contando que tinha estado em reuniões na Oriente ou na "chácara do Tomizuka", onde havia outros grupos de rapazes hospedados. As recomendações eram mais ou menos as mesmas de sempre: todos deviam usar bandeira do Japão sob a roupa; toda ação teria que ser precedida da entrega de uma "carta de suicídio" ao traidor, junto com um *tanto*, a adaga japonesa recomendada para a prática do haraquiri, ou do *seppuku*, o suicídio ritual. Embora a Shindo Renmei tivesse sido apresentada pela imprensa de São Paulo e do Rio como uma organização que usava "técnicas modernas em seu diabólico trabalho", em suas reuniões o amadorismo lembrava um grupo de crianças brincando de matar. Na noite de 23 de fevereiro, por exemplo, os dez rapazes hospedados na casa de Sawai foram convocados para uma reunião com Ogazawara e Shinyashiki. Era para anunciar os nomes dos três primeiros "corações sujos" que eles estavam encarregados de matar: os empresários Shibata Myakoshi e Chuzaburo Nomura, "o Rei do Rami", e o ex-diplomata Shigetsuma Furuya — dois signatários e um idealizador do manifesto à colônia. Quando um dos rapazes vindos do interior perguntou onde os condenados moravam, Shinyashiki respondeu que descobriria isso ao final da reunião, "consultando a lista telefônica" da capital. E, para que os assassinos pudessem se familiarizar com suas futuras vítimas, Kamegoro Ogazawara fez circular entre os *tokkotai* velhos recortes de jornais japoneses com fotos em que um dos três aparecia.

Não deveria surpreender a ninguém, portanto, o fiasco em que resultou a estréia da "máquina de matar" da Shindo Renmei. No começo da madrugada de 30 para 31 de março os dez foram acordados por Shinyashiki e Ogazawara com uma ordem: eles tinham meia hora para se aprontar, porque os três "derrotistas" iam ser mortos naquela noite. Junto com os dois apareceu uma cara nova: o jornalista Seijiro Mihara, que havia sido encarregado de redigir as "cartas de suicídio" para o caso de os "derrotistas" preferirem praticar o haraquiri. Ogazawara fez questão de frisar que a inclusão de Shibata Miyakoshi na lista dos condenados era mais uma prova do "caráter implacável" do coronel Kikawa: mesmo sendo amigo de Miyakoshi desde o Japão (havia sido ele, inclusive, quem

escrevera cartas a Takako, filho do coronel, convencendo-o a imigrar para o Brasil), Kikawa pusera "os brios da pátria acima dos sentimentos pessoais" e decidira pela execução. Divididos em duplas ou grupos de três, no meio da madrugada eles deixaram Santo Amaro, tendo ficado combinado que se encontrariam às quatro horas da manhã em frente ao número 12 da rua Pamplona, nas imediações da avenida Paulista, de onde partiriam para o acerto de contas com o *makegumi*. Embora a presença de onze japoneses (na última hora Shinyashiki decidiu participar da ação, para estimular os demais) em plena madrugada, fora do bairro japonês, pudesse chamar a atenção da polícia, eles se reencontraram na hora e local acertados. A ação tinha tudo para dar certo, não fosse um detalhe ignorado pelo bando, composto quase integralmente de gente do interior: a mansão de Myakochi ficava na mesma rua e a poucos metros daquele que era provavelmente um dos imóveis mais bem policiados da cidade, a casa do conde Matarazzo, o homem mais rico do Brasil. Os japoneses tiveram que dar meia-volta e desistir do plano. Meio século depois o *tokkotai* Tokuiti Hidaka se lembraria envergonhado do malogro daquela noite:

"Nós estávamos tão perdidos naquela cidade desconhecida que parecíamos onze caipiras japoneses fazendo turismo na porta da casa do Matarazzo em plena madrugada..."

O supersticioso Shinyashiki achou que o fracasso da ação era um sinal de mau agouro e decidiu adiar para a noite seguinte as outras duas execuções. O dia clareava quando os onze retornaram desolados ao sítio de Sawai. Na madrugada de 1o de abril foram todos tirados novamente das camas, dessa vez apenas por Kamegoro Ogazawara, que desistira de voltar à casa de Myakochi. Os escolhidos daquela noite eram o ex-diplomata Shiguetsuna Furuya e o industrial Chuzaburo Nomura. Os dez matadores foram divididos em dois grupos. O primeiro, comandado por Tatsuo Watanabe, era formado por dois membros do "caso da bandeira", Shimpei Kitamura e Tokuiti Hidaka, pelo elegante "Antônio" Ikeda e por Kozonori Yoshida, e ficaria encarregado de eliminar Furuya. Do segundo, chefiado por Massakiti Taniguti, faziam parte o ferreiro Massao Honke, Fumio Ueda, Hiromi Yamashita e Taro Mushino, aos quais caberia liquidar Nomura. Além dos revólveres e das bandeiras para enrolar no corpo, Ogazawara entregou a cada um deles uma capa amarela, idêntica às que eram usadas pelos feirantes de São Paulo — japoneses, em sua maioria. A ordem final era: terminadas as ações,

os grupos deveriam se dispersar, e cada um se esconderia em um determinado lugar.

Os cinco do primeiro grupo saíram da chácara antes da meia-noite. Para não dar na vista, cada um deles tomou num ponto diferente o bonde que os levaria até as proximidades do endereço de Furuya — também localizado por Watanabe com a ajuda da lista telefônica —, no bairro da Aclimação, não muito longe do bairro japonês. Como o portão estava aberto, eles entraram sem ser percebidos e se esconderam nas moitas do jardim. Ali permaneceram, acocorados e em silêncio, até por volta das cinco da madrugada, quando uma luz se acendeu e alguém abriu a janela, como se tivesse ouvido algum ruído suspeito — era Shiguetsuna Furuya. Ao olhar para Watanabe, à espera de ordens, e vê-lo apontar dois revólveres na direção da janela, disparando-os ao mesmo tempo, os quatro também começaram a atirar. Por alguns instantes o jardim da casa de Furuya ficou iluminado pelo fogaréu que saía dos canos das armas dos cinco japoneses. Quando a barulheira infernal terminou, os *tokkotai* descobriram, perplexos, que tinham feito o mais difícil: Furuya continuava vivo. Ninguém conseguira acertá-lo, a menos de cinco metros de distância, apesar de terem sido feitos dezessete disparos de revólveres — dos quais cinco tinham vindo da arma de "Antônio" Ikeda, o tal que diziam ser o melhor atirador da colônia. Ao perceber que Furuya fugira para outro cômodo, Watanabe e Ikeda tentaram, sem sucesso, arrombar a porta de acesso ao interior da casa. Ao ouvir um apito de um guarda-noturno, Watanabe gritou que ia se entregar e deu ordens para que todos fizessem o mesmo, mas só Ikeda obedeceu. Quando a polícia apareceu, Yoshida, Hidaka e Shimpei Kitamura já haviam desaparecido nas ladeiras da Aclimação, cada um a caminho de um esconderijo diferente. Obedecendo às ordens de Ogazawara, Kitamura apresentou-se como "Goto" em uma granja de frangos do bairro de Rudge Ramos, a caminho de Santos, onde já o esperavam com um quarto arrumado. Yoshida foi para a chácara de um certo Matsura, em Osasco, e Tokuiti Hidaka voltou para o quartinho abafado e malcheiroso da tinturaria de Kamegoro Ogazawara.

O segundo grupo, chefiado por Massakiti Taniguti, saíra do sítio de Sawai às quatro da madrugada, depois de receber as armas, as capas amarelas e as bandeiras do Japão. Em poucos minutos dois táxis atravessavam as capoeiras de mato fechado que formavam o bairro do Jabaquara, a poucos quilômetros da

chácara de Sawai, deixando-os nas proximidades do casarão onde vivia Chuzaburo Nomura. Os cinco vestiram as capas e empunharam as armas. Massao Honke ficou de guarda no portão da casa, enquanto Taniguti, Hiromi Yamashita, Fumio Ueda e Taro Mushino entraram pelos fundos da casa e bateram na porta da cozinha, onde a mulher de Nomura fazia café. Ao ouvir o barulho da chave rodando na fechadura, os quatro invadiram a casa. Ueda agarrou a mulher de Nomura por trás, aplicando-lhe uma gravata com o braço esquerdo e tapando sua boca com a mão direita. O *tokkotai* sussurrou no ouvido da aterrorizada japonesa:

"Pode ficar tranqüila, a Shindo Renmei não mata mulher nem criança. Viemos matar seu marido, que é traidor da pátria."

Alguém que ouvira o barulho gritou lá de dentro:

"Não deixem papai sair do quarto!"

Yamashita e Mushino tentaram entrar no cômodo de onde viera a voz, mas o filho de Nomura, que se encontrava lá dentro, trancou a porta. Nesse momento o dono da casa surgiu, descalço e vestindo um pijama listrado. Sem dizer uma palavra, Taniguti apontou o revólver contra a cabeça de Nomura, apertando o gatilho. Uma mancha vermelha pareceu brotar em seu pescoço, e ele cambaleou esguichando sangue pela casa, agarrando nos móveis, como se tentasse entrar no quarto cuja porta o filho trancara. Mas permaneceu de pé. Yamashita e Mushino apareceram e atiraram nele várias vezes . Ueda largou a mulher gritando no meio da sala e também disparou dois tiros sobre o dono da casa. Nomura desabou no chão. Sem saber o que fazer com a carta de suicídio e com a adaga que levava nas mãos, Yamashita arrastou Nomura pelos braços para o meio da sala, onde havia mais luz, para certificar-se de que estava morto. Estava, mas ainda assim Fumio Ueda voltou alguns passos, encostou o cano do revólver na altura do coração e disparou à queima-roupa uma última bala no peito de Nomura, gritando:

"Morra, traidor indigno!"

A ação durou poucos minutos. Os quatro deixaram a casa correndo, encontraram Honke no portão e desapareceram pelos matagais do Jabaquara. Na hora de saltar uma mureta no jardim da casa de Nomura, Yamashita perdeu um pé do sapato. Honke livrou-se da capa amarela e atirou-a num buraco, e cada um sumiu numa direção diferente. Taniguti e Ueda chegariam no fim da manhã ao sítio de Tomizuka, na Chácara Flora, também na região sul da cidade, onde

Massao Honke já estava. Hiromi Yamashita foi para a Estação da Luz e tomou um trem para a cidade de Suzano, nas vizinhanças de São Paulo, onde foi instalado na granja de Fukugiro Hoshino. O único a não aparecer em nenhum dos esconderijos foi Taro Mushino, que, segundo se soube depois, se perdera na cidade e fora parar na casa de um amigo, nos confins da Penha. No sítio da Chácara Flora, Honke e Ueda foram aconselhados pelo dono, Tomikuza, a se esconder em um lugar mais seguro, e mudaram-se para a tinturaria de Kamako Aragaki, também em Santo Amaro, onde Sunao Shinyashiki os esperava. Não podiam ter feito troca pior: três dias depois o DOPS apareceu e prendeu todo mundo — menos Shinyashiki, que havia saído horas antes, deixando no ar uma sombra de suspeita.

Uma semana depois da primeira aparição da Shindo Renmei na capital, o relatório apresentado pela polícia ao interventor Macedo Soares exibia um saldo desanimador para os *kachigumi*: além dos cinco *tokkotai* e de quase toda a diretoria já estarem na cadeia, cerca de setecentos japoneses tinham sido presos sob suspeita de ligações com a organização. Agora, porém, até a polícia tinha certeza de que aquilo não significava o fim da matança de japoneses. Ainda havia *tokkotai* soltos, mas faltava saber quem eram, quantos eram e onde estavam escondidos.

5

A POLÍCIA DESCOBRE O FUMIE, A TORTURA QUE SÓ FERE A ALMA DO PRESO

Uma semana depois da morte de Chuzaburo Nomura e do frustrado atentado a Shiguetsuna Furuya, a polícia já havia prendido mais de 2 mil japoneses. Embora houvesse presos das mais variadasidades, uma peculiaridade chamava a atenção de todos: não havia uma só mulher entre eles — um retrato fiel do papel secundário que era reservado às mulheres na cultura japonesa. Quando alguém perguntava a um preso por que não existiam mulheres na Shindo Renmei, a resposta era sempre a mesma: "Isto é coisa para homens. As mulheres dos japoneses ficam em casa". De fato, ao final do processo contra a Shindo Renmei, de um total de mais de 5 mil pessoas indiciadas, os nomes de mulheres envolvidas podiam ser contados nos dedos de uma das mãos.

Com os xadrezes do DOPS lotados, as novas levas de presos passaram a ser distribuídas pela Casa de Detenção, Penitenciária do Estado e pelos distritos policiais dos bairros da capital. A organização obsessiva dos dirigentes da Shindo Renmei facilitava o trabalho da polícia: os arquivos da sede central guardavam listas de milhares de militantes com endereços e funções de cada um deles. Além disso, a minuciosa contabilidade da organização registrava o destino de cada centavo arrecadado dos simpatizantes, permitindo que a polícia descobrisse o setor da seita que recebia o grosso dos recursos da Shindo Renmei: eram as *Suishintai* — "grupos de avanço" —, que forneciam a mão-de-obra para os pelotões *tokkotai*. Mesmo que a polícia dispusesse de informações tão abundantes, os interrogatórios policiais eram demoradíssimos. Primeiro porque a maioria não falava português, o que obrigava a polícia a dispor, além de um policial e um escrivão, de um intérprete de plantão para o depoimento. E, também, porque nenhum deles parecia disposto a abrir o bico.

Nos primeiros interrogatórios os policiais imaginavam ter descoberto um meio infalível para saber quem era e quem não era militante da Shindo Renmei: bastava perguntar quem venceu a guerra. Se o preso respondesse "o Japão", não havia dúvidas, era terrorista. O problema é que era raro alguém responder o contrário: apenas um ou dois em cada vinte presos respondiam que a guerra

tinha sido vencida pelos Aliados. O método foi abandonado quando chegou do interior um policial que escoltara dois ônibus de presos vindos da região de Marília. Segundo lhe dissera um delegado da cidade, o segredo era obrigar o preso a fazer o *fumie* — ou seja, "pisar a figura":

"Põe uma bandeira do Japão ou um retrato do imperador no chão e manda o japonês pisar ou cuspir em cima. Se ele se recusar é porque é da Shindo."

O *fumie* era uma prática originária da época dos samurais, no início do século XVII. Para descobrir entre os japoneses quem havia sido convertido ao cristianismo pelos jesuítas, as autoridades colocavam no chão uma imagem de Cristo e obrigavam o suspeito a pisar nela. Quem se recusasse era detido como cristão. Para a maioria dos japoneses, o *fumie* era mais humilhante e doloroso do que as torturas físicas, estas também freqüentes na polícia. Tidos como criminosos fanáticos, os japoneses presos não mereciam a compaixão de ninguém. E, como não havia embaixada nem consulado japoneses no Brasil para protestar, os policiais se sentiam à vontade para usar a violência ao tentar extrair informações dos presos. Quem se recusasse a cometer a heresia era castigado com surras de cassetetes na sola dos pés, afogamentos simulados em tinas cheias de água ou com a ameaça de ser mandado, mesmo sem processo, para o presídio da ilha Anchieta, situada a menos de um quilômetro de distância do litoral norte de São Paulo, onde o isolamento era quase absoluto.

Assim, o *fumie* passou a ser aplicado indistintamente em todo japonês que caísse nas mãos da polícia — não apenas pelos carcereiros e investigadores, mas até pelos delegados, como aconteceu com Yoshio Someya, de Pompéia. Preso sob suspeita de ajudar os *tokkotai* de sua cidade, ele foi mandado para a Casa de Detenção, em São Paulo, onde passou vários dias sem que ninguém lhe dirigisse a palavra. Quando chegou sua vez de depor, Someya soube que seria ouvido pelo próprio chefe do Serviço Secreto do DOPS, Cardoso de Mello. Ao entrar no gabinete do delegado, cruzou nos corredores com Seighi Fujihira, diretor das indústrias Hoa, fabricantes de máquinas de fiação em Moji das Cruzes, cidade vizinha à capital. O que faria no DOPS alguém como Fujihira, conhecido ativista do grupo dos *makegumi*? Someya achou a resposta quando entrou na sala e viu, sobre a mesa do delegado, uma bandeira japonesa e um enorme retrato de Hiroíto. Aquilo explicava tudo: o industrial tinha ido ao DOPS levar a foto e a bandeira para o *fumie*. O delegado jogou no chão o retrato do imperador e

ordenou que ele pisasse em cima. Someya se recusou a cometer tal heresia. O policial fez o outro teste: mandou o preso limpar seus sapatos com a bandeira. Diante de nova recusa, Cardoso de Mello perguntou:

"Você acha que o Japão ganhou ou perdeu a guerra?"

Someya não caiu na armadilha, mas respondeu com indignação:

"Essa pergunta revela que o senhor é um grande ignorante, não é digno de ser um delegado de polícia."

O atrevimento custou caro ao japonês. Levado de volta à Detenção, ele recebeu tantas borrachadas na sola dos pés que nos quatro dias seguintes teve que se movimentar pela cela de gatinhas. Seus pés tinham ficado tão inchados que não podiam ser tocados. Meses depois, Fujihira, suspeito de traição, seria vítima de um atentado a bala, só escapando com vida graças à péssima pontaria do patrício que o atacou. Além do método de interrogatório utilizado nos séculos XVI e XVII contra os jesuítas, os policiais brasileiros acabariam inventando novas formas de quebrar o traço que mais os irritava nos japoneses: a frieza imperturbável com que culpados e inocentes, jovens e velhos se comportavam durante os depoimentos. Uma delas (que exigia a cumplicidade de um tradutor de japonês) era insultar os membros da família imperial utilizando haicus — poemas líricos japoneses compostos de versos não rimados. Como este, que circulava pelas celas da Detenção e do DOPS:

Hiroíto foi derrotado na guerra
Está passando fome
Tomando canja de arroz
E está dançando

Qualquer vulgaridade servia para tentar vencer a indiferença daqueles "homenzinhos que só pareciam se emocionar quando ouviam falar da pátria ou do imperador", como os descreveu um relatório do DOPS. Nem a honorabilidade da inatacável imperatriz Sadako estava a salvo de um haicu insultuoso, no qual ela aparecia como amante do general MacArthur:

A imperatriz arranjou um amante
O nome dele é Maca-San

Agora Maca-San vai na frente
E o imperador vai andando atrás

O fanatismo dos seguidores da Shindo Renmei, porém, parecia ser proporcional às provocações da polícia. Preso em Tupã e levado para São Paulo, Fusatoshi Yamauchi não fora acusado de nada, apenas era filho de Kenjiro Yamauchi, tesoureiro da Shindo Renmei na cidade. Apesar de saber que seria libertado se aceitasse calado os insultos da polícia — e mesmo tendo sido ameaçado de "levar chicotadas" se não fizesse o *fumie*, ele se recusou a pisar e a cuspir num cartaz com a foto do imperador. O policial que o interrogava numa sala do quarto andar do prédio do DOPS, no centro da cidade, perguntou de surpresa:

"Se o imperador mandasse pular desta janela, o que você faria?"

Yamauchi não precisou pensar para responder:

"Pulo mesmo."

O investigador desabafou em voz alta:

"Esse não tem jeito, vai para a Ilha Anchieta."

Foi mesmo, e lá permaneceu preso até 1948, sem que pesasse contra ele nenhuma acusação. Se revelasse às autoridades que era pai de filhos brasileiros menores de idade, Yamauchi certamente seria beneficiado com a liberdade. Mas isso significava deixar sozinho na prisão o velho pai — e ele preferiu permanecer preso. Ao ser libertado, Yamauchi juntou as economias, comprou uma moto Indian de 1200 cilindradas e resolveu percorrer o Brasil "para compensar" os dois anos que passou na prisão.

No DOPS aparecia de tudo. Takeichi Maeda apanhou muito até convencer a polícia de que não era terrorista, mas um inofensivo vendedor de fotos pornográficas. Tetsuo Okubo, um dos presos cujo nome tinha sido encontrado pela polícia na casa-sede da Shindo Renmei, surpreendeu os policiais que o interrogavam. Habituados a lidar com lavradores de pouca cultura, os policiais do DOPS descobriram que não estavam diante de mais um criador de frangos, mas de um homem erudito, um filósofo com doutoramento na universidade norte-americana de Princeton. Certos de que tinham prendido um *makegumi* por engano, os policiais foram direto à pergunta-chave: quem ganhou a guerra? A resposta de Okubo provocou espanto proporcional ao do anúncio de seu título

acadêmico:

"O Japão ganhou a guerra. Se provarem o contrário, não hesitarei em suicidar-me, em obediência aos princípios de respeito ao imperador do Japão."

Apertado pela polícia, o filósofo confessou que havia abandonado suas atividades intelectuais para se entregar em tempo integral à causa do Japão, passando a realizar, por orientação da Shindo, "conferências" pelo interior do estado para grupos de simpatizantes. Como era, entretanto, "pacifista por índole e convicção", ao ser informado por Ryotaro Negoro dos planos terroristas da seita, afastou-se da Shindo Renmei, voltando a dedicar-se "às leituras e à reflexão".

Aos poucos a polícia paulista ia descobrindo que, onde houvesse um núcleo de japoneses, a Shindo Renmei tinha lá uma "sucursal". E não apenas no estado de São Paulo. Entre os muitos denunciantes que bateram às portas do DOPS para oferecer pistas dos terroristas japoneses, um dia apareceu lá o industrial inglês Anthero Arnold para denunciar bandos de fanáticos japoneses que atuavam no Norte do Paraná. Depois de investir um dinheirão na montagem de uma empresa para industrializar fibra de rami na cidade paranaense de Assaí, Arnold descobriu que seu sócio japonês (que deveria ser o responsável pelo fornecimento de matéria-prima) estava sendo ameaçado de morte pela Shindo Renmei por insistir em continuar produzindo o vegetal, apesar de todas as advertências. A alegação dos terroristas deixara o inglês perplexo:

"Esses lunáticos dizem que o tecido produzido pelo rami vai beneficiar o esforço de guerra aliado. Mas faz sete meses que a guerra acabou!"

Arnold e seu sócio já haviam montado grupos de caça aos terroristas, mas achavam que a polícia tinha que pegar os cabeças. Segundo o inglês, quem estimulava a ação dos fanáticos era um espertalhão que vendia passagens de navio e terrenos inexistentes no Pacífico. Ele estranhava o fato de alguém agir impunemente contra os interesses do Brasil, como esse homem, sem que houvesse nenhuma "repressão por parte da autoridade". O nome do vigarista não era desconhecido dos policiais: Tsuguo Kishimoto, um dublê de intelectual e empresário que conseguia circular com a mesma desenvoltura na colônia e nas altas rodas dos brasileiros.

Abarrotadas e sem espaço para alojar novos presos, todos os dias as delegacias de polícia do interior despachavam para a capital hordas de suspeitos. Eles

vinham em geral de trem, em grupos de vinte a trinta presos, guardados por dez soldados armados de fuzis com baionetas caladas. Quem precisasse ir ao banheiro, durante a viagem, tinha que mobilizar dois soldados: um guardava a porta e outro entrava dentro da latrina junto com o preso, para impedir que ele quebrasse a janela de vidro e saltasse com o trem em movimento. As péssimas condições provocadas pela superlotação das celas das delegacias, nas cidades da Alta Paulista, faziam parecer confortáveis até os xadrezes do DOPS. Poder dormir em beliches, ainda que infestados de percevejos, era melhor do que "ter que fazer suas necessidades, comer e dormir num cubículo onde se espremiam dezenas de pessoas", como denunciou Shoguro Ogura, transferido de Braúna para a capital.

Distribuídos por vários presídios e distritos, alguns presos mofavam semanas na fila antes de ser qualificados e interrogados. Não raro, os policiais se divertiam com a lógica singular das respostas dos japoneses — como aconteceu quando Ogura foi identificado criminalmente. O investigador repetia as mesmas perguntas que já fizera centenas de vezes a outros presos, enquanto o escrivão datilografava:

"Casado?"

"Sim."

"Com mulher japonesa?"

"Sim."

"Tem filhos?"

"Sim."

"Nascidos onde?"

"No Brasil."

O policial se animou:

"Quer dizer que você tem filhos brasileiros, mas virou inimigo do Brasil?"

"Meus filhos não são brasileiros. São japoneses."

"Se nasceram no Brasil, são brasileiros."

"Meus filhos têm pele de japonês, sangue de japonês, cara de japonês. Então, meus filhos são japoneses."

Interrogatórios como os de Ogura se repetiam às centenas sem que a polícia obtivesse progressos significativos nas investigações. Auxiliados pela barreira do idioma, os japoneses davam respostas evasivas, dissimulavam, respondiam com metáforas e confundiam os policiais. Uma semana após as primeiras batidas, as

autoridades perceberam que não adiantava nada manter 2 mil pessoas presas pelo simples fato de serem japonesas. Após interrogatórios sumários, mais de mil suspeitos foram colocados em liberdade. Depois da enorme repercussão da invasão da casa-sede da Shindo, a polícia não obtivera mais nenhum progresso. Nada permitia afirmar que a organização tivesse sido desbaratada. Ao contrário: a despeito da intensa atividade policial, e quando se imaginava que toda a direção estivesse na cadeia, a Shindo Renmei voltou a atacar.

Nas semanas seguintes, três *makegumi* de Marília foram feridos a tiros por militantes da Shindo Renmei de Cafelândia. Em Presidente Prudente, depois de receber cartas de ameaça, Eikiti Tsuzuki foi vítima de uma emboscada armada por um *tokkotai* mas escapou com vida. Em Bastos, as terríveis "bombas de mostarda" feriram mais seis pessoas, sem que a polícia conseguisse pegar o autor (que, como se saberia depois, era Satoru Yamamoto, o assassino ainda foragido de Ikuta Mizobe). Após seguidos reveses, a polícia marcaria um tento importante na guerra contra os fanáticos no dia 8 de maio, quando finalmente pôs as mãos no chefe da Shindo Renmei, o coronel Junji Kikawa. Aos policiais que já o conheciam, o coronel dava a impressão de ter envelhecido anos, desde que estivera no DOPS, quatro meses antes, pedindo o registro da seita. Uma noite os intérpretes José Santana do Carmo e Mário Botelho de Miranda foram chamados para acompanhar mais um interrogatório do chefe da Shindo. Os dois depararam com um homem "hemiplégico, idoso, falando intermitentemente, sempre apoiado em seu bastão". Ao lhe perguntarem que solução via para a guerra entre japoneses, Kikawa indicou a que considerava "a mais justa":

"O melhor seria prender todo mundo: os derrotistas, que propalam a derrota do Japão, e nós, os militantes das sociedades patrióticas. A polícia não teria tanto trabalho e os *makegumi* salvariam sua pele..."

Os policiais explicaram que, se a polícia adotasse a proposta dele, não haveria cadeia suficiente em São Paulo para encarcerar tantos presos. Kikawa não se apertou: se fosse preciso, a Shindo Renmei doaria recursos à polícia ou construiria ela própria, com seu dinheiro, tantas prisões quantas fossem necessárias. Santana e Miranda saíram do encontro certos de que a prisão dele tinha sido um grande feito, mas renderia resultados práticos insignificantes, já que o ex-militar não revelou nada que a polícia já não soubesse. O que nenhum dos dois sabia — nem eles nem ninguém mais — é que, mesmo preso, o coronel

Kikawa continuaria não só comandando seus Batalhões do Vento Divino, os temidos *tokkotai*, mas distribuindo circulares que ameaçavam "fuzilar no pátio do consulado japonês" (que nem existia mais) todo aquele que fosse considerado um "coração sujo" — um traidor da pátria.

As batidas que a polícia realizava em todo o estado davam a dimensão da atuação da Shindo Renmei. Dezenas de edições da revista *Life* haviam sido fraudadas em gráficas clandestinas. As falsificações mais freqüentes se resumiam à substituição, em caracteres japoneses, das legendas das fotografias. Depois do retoque, a página era fotografada, reimpressa e encartada de novo no corpo da revista. Nas reportagens sobre a cerimônia de rendição do Japão aos Aliados, a bordo do *Missouri*, na baía de Tóquio, espadas eram acrescentadas manualmente à cintura dos representantes japoneses, enquanto as armas dos oficiais norte-americanos desapareciam misteriosamente, "para deixar claro quem estava se rendendo a quem", como confessaria depois um dos fotógrafos encarregados das fraudes. Para não deixar dúvidas a respeito disso, uma bandeira de guerra do Japão fora "hasteada" pelos fanáticos no mastro do navio, cujos canhões estariam "voltados para o céu, em sinal de rendição". Embora fossem adulterações grosseiras, capazes de ser identificadas por qualquer criança, as revistas eram disputadas pela colônia. Uma fotografia de Harry Truman ao lado de um militar aparecia nas páginas da *Life* da Shindo Renmei como sendo de uma cena em que "o presidente americano e um oficial superior da Marinha dos Estados Unidos reverenciam o imperador Hiroíto, que não aparece na foto". Uma outra fotografia, batida na chegada dos representantes do governo japonês a Manila para discutir os termos da cessação das hostilidades, era apresentada como "o momento em que os emissários nipônicos vinham receber, das mãos de MacArthur, o oferecimento de rendição dos Estados Unidos". Na foto, grupos de soldados americanos que aparecem conversando ao fundo são identificados como "tropas desalinhadas, o que quer dizer, sem comando, derrotadas". Fotografias de navios americanos e japoneses atracados lado a lado eram republicadas como sendo "nossa esquadra de guerra, comboiando a esquadra comandada pelo almirante inglês lorde Mountbatten, que se rendeu". Como não havia jornais em cores, até uma inocente fotografia publicada no jornal *O Globo*, de uma bandeira branca com uma bola negra no centro (símbolo do pândego Clube da Bola Preta, reduto de boêmios do Rio de Janeiro), era copiada e

revendida como uma prova a mais da vitória do Japão, "cuja bandeira já está hasteada até no Rio de Janeiro".

A polícia descobriu também que a Shindo Renmei mantinha uma "revista teórica" que saía a cada dois meses, intitulada *Hiraki* ("Fulgor", em japonês), e conhecida na colônia como "o guia dos compatriotas". Impressa em formato de livro, sem ilustrações, *Hiraki* trazia em todas as edições um encarte com minúsculas notícias de última hora, "recebidas de várias partes do mundo":

> *[...] O canal do Panamá está ocupado por forças da Marinha Imperial japonesa. [...] A esquadra aliada que se rendeu é composta de aproximadamente seiscentos navios e está sendo escoltada para a baía de Sagami, conforme notícia da Rádio de Tóquio. [...] O dinheiro empregado pelos EUA no mundo será confiscado pelo Japão. [...] Será proibido aos judeus colocar o seu dinheiro em qualquer parte do mundo. [...] Todas as comunicações mundiais ficarão durante três anos sob controle do Japão. [...] O Ural, pertencente à URSS, será declarado independente. [...] Está sendo preparada a reconstrução da Alemanha e a organização da Nova Ásia. Chegou a hora de mostrar ao mundo a grandeza e a civilização do povo do Mikado.*

Ler um número qualquer de *Hiraki* era tomar conhecimento do grau de perturbação mental em que viviam os ideólogos da seita. Um interminável ensaio publicado em uma edição de 1946 dedicava-se a refletir se era falsa ou verdadeira a notícia de que "os Estados Unidos realizaram no ano passado, na ilha Biquíni, uma experiência com bomba atômica, [...] a qual nada mais fez que provocar o naufrágio de uns dois navios de pequena tonelagem". Isso foi escrito e publicado mais de seis meses depois de Hiroshima e Nagasaki terem sido pulverizadas por bombas atômicas, matando 100 mil japoneses. Segundo o articulista, a fracassada experiência americana com a energia nuclear "só serviu para provocar uma boa gargalhada pelo mundo todo". Outra idéia fixa dos redatores de *Hiraki* era a "unificação monetária do mundo". O autor concluía que a utilização de uma única moeda em todo o planeta "seria uma revolução para o mundo financeiro, não restando a menor dúvida de que estão em curso as conferências para a

concretização desse ideal".

Se faltava algum ingrediente nos tormentos da polícia, ele surgiu sob a forma de dinheiro japonês falso. O DOPS já vinha farejando alguma coisa estranha no mercado de câmbio, mas quando os policiais deram por si já tinha ocorrido uma verdadeira derrama de ienes em São Paulo. Tanto havia cédulas verdadeiras, contrabandeadas do Japão para o Brasil via Argentina, como dinheiro grosseiramente falsificado. Desde meados de 1945, quando a derrota japonesa já era visível, o valor do iene despencara. Em fevereiro de 1946 o Japão tinha sepultado a moeda, rebatizada de "iene novo" e brutalmente desvalorizada em relação à já combalida cotação anterior. Por artes da Shindo Renmei, porém, um dinheiro que não valia nada em parte alguma do mundo vivia uma eufórica valorização no Brasil. Desde que Getúlio decretara o confisco dos depósitos de "súditos do Eixo", quatro anos antes, a colônia passou a "entesourar", como havia denunciado o ministro da Fazenda Souza Costa, cada centavo que lhe caía nas mãos. As economias acumuladas no período tinham sido guardadas em casa, e em dinheiro vivo. Mas, como o sonho de retornar ao Japão, acalentado por quase noventa por cento da colônia, requeria a posse de ienes, dezenas de milhares de japoneses, animados pela campanha vitorista, passaram a comprar a moeda, empurrando a cotação para o alto. Para atender à demanda, quadrilhas de vigaristas compravam ienes a quilo, no exterior, para revendê-los no câmbio negro no Brasil a preços trezentos por cento acima da última cotação oficial da moeda no país, ocorrida em 1942. Outros preferiam simplificar as coisas e imprimiam em São Paulo mesmo montanhas de cédulas que eram imediatamente colocadas no mercado como "recém-chegadas de Tóquio".

Alertada pelas notícias do dinheiro falso, a polícia voltou a mexer na papelada apreendida na sede da Shindo Renmei em São Paulo. Ali tinham sido encontradas misteriosas cédulas de dólares, pesos e florins holandeses que traziam impressas, no alto, o nome do emissor: "The Japanese Government". Com medo de ver o nome da organização associado a vigaristas e distribuidores de dinheiro falso, os chefes da Shindo Renmei apressaram-se a explicar que as cédulas encontradas nos seus arquivos eram falsas, sim, mas se destinavam à propaganda. Pesos, dólares e florins "emitidos pelo governo japonês", afirmaram, eram a prova indiscutível de que o Japão estava dominando o mundo.

▪

Os quatro remanescentes dos atentados a Nomura e Furuya que ainda estavam em liberdade permaneceram um mês e meio escondidos em lugares diferentes. Só em meados de maio é que voltaram a ter contato com a Shindo Renmei. Por ordem do coronel Kikawa eles se encontraram na Tinturaria Oriente, onde receberam instruções para uma nova ação. Por decisão pessoal do "implacável coronel Kikawa", o próximo *makegumi* a ser eliminado era o seu antigo colega de farda no Japão, o coronel Jinsaku Wakiyama. A ordem de Kikawa para eliminar um velho amigo, um homem idoso, pacato, e que tinha sido um dos fundadores da Shindo Renmei (com o nome original de Kodosha), não comoveu nenhum dos quatro terroristas. Sem que nada lhe fosse perguntado, o dono da tinturaria, Kamegoro Ogazawara, apressou-se a explicar que Kikawa "teve muito sentimento" antes de decidir pela execução do companheiro, mas fizera questão de ressaltar que "o compromisso de um patriota é com a pátria, não com os amigos". Ogazawara tinha motivos de sobra para tentar diminuir a gravidade do gesto de Kikawa: embora também fosse amigo de longa data de Wakiyama, o tintureiro se prestara a fazer um papel tão ou mais torpe que o do chefe da Shindo Renmei. Segundo ele próprio confessaria depois à polícia, nas semanas que antecederam o atentado, Ogazawara passou a espionar a vida do amigo. Para dar informações seguras aos *tokkotai* que iriam matá-lo, passou a freqüentar a casa do coronel Wakiyama. A pretexto de levar-lhe pequenos presentes caseiros, o tintureiro esteve lá várias vezes, observando à vontade seus hábitos e os pontos vulneráveis da casa, e certificando-se de que ela não estava guardada pela polícia.

Orientados por Ogazawara, os quatro *tokkotai* ouviram mais uma vez as mesmas instruções (usar capas amarelas de feirante, não esquecer as bandeiras sob a roupa, levar o "conselho para suicídio" e a adaga para o haraquiri) e souberam que, por ser o mais velho, Shimpei Kitamura iria chefiar a operação. Antes de receber ordem para se dispersar, o grupo ainda teve que esperar o jornalista Seijiro Mihara escrever duas longas versões do "conselho para suicídio". Mihara exercia ali, na verdade, apenas o papel de calígrafo, já que os termos do "conselho" eram ditados por Ogazarawa, que explicou a razão das duplicatas:

"Vocês vão à casa do coronel Wakiyama e fazem o serviço. Se sobrar tempo,

voltem à casa de Shibata Miyakoshi e tentem pegá-lo. Então o melhor é levar duas cartas de suicídio, uma para cada um."

Dali a duas semanas, no dia 2 de junho, os quatro se reencontraram às sete da noite no local combinado: a entrada do Circo Seyssel, armado na avenida da Liberdade, no bairro japonês. O lugar e a hora tinham explicação: como aos domingos as sessões do circo eram muito concorridas, os quatro poderiam circular no meio da multidão a salvo de olhares suspeitos. Além de Kitamura, estavam lá Tokuiti Hidaka, o caçula dos *tokkotai* do "caso da bandeira", em Tupã, e mais Kozonori Yoshida e Hiromi Yamashita. As ordens de Ogazawara não pareciam muito lógicas: Yoshida e Yamashita iriam desarmados, já que a função deles seria apenas entregar a Wakiyama o "conselho para suicídio" e o *tanto*, a adaga para o sacrifício. Caso ele se recusasse a praticar o haraquiri, Kitamura e Hidaka, que estavam armados de revólveres, se encarregariam de liquidá-lo. Como não havia muito o que conversar, os quatro tomaram um táxi e às sete e meia desceram na porta da casa do coronel.

Apesar do ar mal-encarado dos quatro, a mulher de Wakiyama não hesitou em mandá-los entrar — eles diziam ter um documento importante para entregar ao coronel. O barulho de vozes na sala atraiu o dono da casa e seu filho. A mulher explicou que aqueles homens tinham trazido algo importante para ele. Nem ela nem o filho arredaram pé da sala. Foi Shimpei Kitamura quem falou:

"O senhor vai lavar com a vida o crime de ter traído a pátria."

Apesar de dramática, a cena parecia tão inevitável e previsível que nenhum dos três — Wakiyama, a mulher e o filho — se assustou com a ameaça. A um olhar do chefe, Kozonori Yoshida esticou o braço e entregou o "conselho para suicídio" a Wakiyama. Ao lado, Hiromi Yamashita ficou como que em posição de sentido, com a bandeira japonesa dobrada nos braços estendidos e sobre ela o temível *tanto*. O coronel pegou as três folhas escritas em japonês e pôs-se a ler. Enquanto ele andava vagarosamente de um lado para outro da sala, lendo o documento e cofiando uma barba imaginária, sua família e os quatro terroristas permaneciam em silêncio. Wakiyama leu calmamente o "conselho", que parecia ter sido escrito em um asilo de loucos:

Conselho para suicídio

Ao ilustríssimo senhor coronel Wakiyama

O nosso grande Império do Japão, que possui uma gloriosa história de 3 mil anos, é um país divino, governado por um soberano sem igual no mundo. Nossa estrutura nacional será tão duradoura quanto a existência do sol.

[...] *As incomparáveis e valorosas forças armadas imperiais conquistaram contínuas vitórias no ar, mar e terra. À sombra dessas vitórias houve porém o sacrifício daqueles que se lançaram em bombardeios, contra belonaves inimigas, como que formando um só corpo com os seus aparelhos, o que é a máxima expressão do* Yamatodamashii*, concretizando a fidelidade ao imperador e a dedicação à pátria — fato que comoverá até o próprio satanás.*

[...] *Em 15 de agosto do vigésimo ano da Era Showa, os violentos e perversos inimigos, não resistindo à nossa justa causa, capitularam incondicionalmente e pediram a paz. No entanto, o rádio e os jornais deste país anunciaram a falsa propaganda segundo a qual o nosso país havia capitulado incondicionalmente. Entre os 300 mil japoneses residentes no Brasil nasceram duas facções: a das pessoas que acreditam na eternidade da estrutura nacional do Império, e a facção dos que, concordando com a falsa propaganda inimiga, declararam ter sido a nossa pátria derrotada. Essa cisão se transformou em antagonismo crescente, chegando a provocar conflitos sangrentos entre os patrícios.*

[...] *O fato de ter assinado um documento de falsa propaganda da derrota da nossa pátria, publicado pelo inimigo, constitui um ato que conspurca o brio e a dignidade do bravo e fiel Exército Imperial; o crime de traição merece 10 mil mortos.*

E assim, nós, os tokkotai*, respeitando o seu posto de militar do Império, aconselhamos Vossa Senhoria a manter a honra de soldado, pagando com o suicídio o grande crime de traição à pátria, em vez de prolongar a vida e acumular mais crimes.*

Assinado,
Tokkotai

Como se não tivesse entendido bem o significado do documento, Wakiyama perguntou se podia lê-lo novamente. Shimpei Kitamura concordou e o coronel andou mais alguns minutos pela sala, ao fim dos quais devolveu o papel ao homem da Shindo Renmei:

"Eu gostaria de saber se posso dispor de algum prazo para decidir."

Foi Kitamura quem respondeu:

"Infelizmente não tenho autorização para conceder-lhe nenhum prazo. O senhor tem que se decidir neste momento."

Uma aflição contida parecia tomar conta de todos, vítima, assassinos e testemunhas. Sem esperanças de escapar com vida, Jinsaku Wakiyama encerrou a conversa com dignidade:

"Eu não sou um traidor da pátria, não vou praticar o haraquiri. Vocês façam o que quiserem, eu prefiro morrer como um patriota honrado."

Shimpei Kitamura nem esperou o coronel terminar a frase. Sacou um revólver e disparou-lhe um tiro à queima-roupa no peito. Wakiyama caiu morto, mas ainda recebeu mais dois disparos dados por Tokuiti Hidaka. Decididamente, boa pontaria não era o forte dos *tokkotai*. Embora estivesse a poucos centímetros do corpo, Hidaka só conseguiu acertar um tiro no peito: a segunda bala pegou no braço do coronel. Sob o olhar de pavor da mulher e do filho, os quatro se perfilaram, bateram continência para o cadáver e correram para a rua, onde Shimpei Kitamura parou o primeiro táxi que encontrou. Enquanto os outros entravam atrás, ele se sentou no banco da frente e deu o destino ao motorista:

"Vamos para a rua Brigadeiro Tobias."

Yoshida estranhou o endereço desconhecido:

"Mas não vamos voltar para a tinturaria, ou para a chácara do Sawai?"

Kitamura, porém, parecia disposto a fazer tudo conforme as instruções que havia recebido. A ação que terminara com a morte de Wakiyama fora realizada ritualisticamente e o morto tivera a oportunidade de fazer o haraquiri. Para que tudo saísse conforme o figurino da Shindo, eles não podiam voltar para casa e se esconder como criminosos: o que tinham praticado, segundo a lógica delirante da seita, não era um crime, mas o justiçamento de um traidor. Foi pensando assim que Kitamura respondeu, sem olhar para trás:

"Não vamos para a chácara do Sawai. Nós vamos nos entregar à polícia."

Dito e feito. Meia hora depois o grupo se apresentava aos surpresos investigadores de plantão no Gabinete de Investigações da polícia.

▪

A morte de Wakiyama parece ter desatado uma nova onda de atentados

terroristas contra japoneses, só que agora o palco era o interior. A polícia só ia perceber isso nas semanas seguintes, quando pegou fogo o triângulo compreendido entre as cidades de Araçatuba, Bauru e Presidente Prudente. Em meados de abril a região havia sido abalada pela morte brutal de três japoneses na cidade de Bilac, mas o crime não tinha nenhuma relação com o terrorismo político. Por se recusar a pagar uma conta em uma pensão da cidade, um desequilibrado mental, o soldado da Força Pública Antônio Lopes Xavier, matou a tiros o dono da pensão, Nobor Matsuyuki, o filho dele, Sanjiro, e a doméstica brasileira Clarice da Silva, deixando feridos Shiguero Kitano e a menina Kaoru Matsuyuki, de nove anos. Se o crime não tinha nada a ver com a Shindo Renmei, ia levar pouco tempo para que a população da cidade fosse apresentada à seita.

A exemplo de Bastos, Bilac abrigava uma concentração tão alta de imigrantes japoneses que durante onze anos a cidade chamou-se oficialmente Nipolândia, nome que em novembro de 1938 o nacionalismo do recém-nascido Estado Novo se encarregou de mudar para Bilac, em homenagem ao poeta Olavo Bilac. A polícia não deveria se surpreender, portanto, que lá começassem a explodir ações da Shindo Renmei — como aconteceu exatamente às 19h34 do dia 10 de julho de 1946. Foi essa a hora registrada numa lousa de sinuca por Goiti Mori, a primeira vítima da Shindo, segundos antes de morrer baleado. Dono de um bar no centro da cidade, Goiti, de 47 anos, já desconfiava que os *kachigumi* estavam de olho nele. Não que ele fosse um derrotista exaltado, mas o simples fato de estar bem de vida podia ser suficiente para que os vitoristas colocassem alguém sob suspeita. Primeiro um japonês embriagado aparecera no bar fazendo ameaças e prometendo que o patrício que falasse em derrota do Japão seria "amarrado e levado de arrasto pelas ruas da cidade". Goiti entendeu aquilo como "conversa de bêbado" e não o levou a sério. Depois foi a vez de Nobuo Sato, conhecido por suas ligações com a Shindo Renmei, fazer insinuações. Sato chegava em seu bar, tomava umas cachaças a mais e se punha a provocá-lo:

"Você está ganhando muito dinheiro, não é, Mori? Quanto é que os americanos estão lhe mandando por mês?"

Na noite de 10 de julho, Goiti se dividia entre o atendimento aos fregueses das duas mesas de sinuca e a conversa com o irmão mais velho, o alfaiate Marui, de 54 anos, que viera visitá-lo. Um dos jogadores de sinuca, o brasileiro Marcelino Bezerra, encerrou sua partida contra Thierso Bortoluzzi e pediu a Goiti que

calculasse o "tempo de mesa" utilizado por ele. O dono da casa veio até a lousa, onde tinha sido marcada a giz a hora do início da partida, olhou o relógio de pulso da marca Regent e, depois de escrever no pequeno quadro-negro a hora — 19h05 —, avisou a Bezerra:

"Vocês jogaram 29 minutos."

Quando ele caminhava em direção à caixa registradora, dois japoneses entraram apressadamente no salão, armados de revólveres e trombando nos tacos de sinuca. Eram os *tokkotai* Namide Shimano, de Penápolis, e Hitoshi Ohara, de Getulina. Sem pronunciar uma só palavra, cada um foi atrás de sua presa. Enquanto Ohara disparava contra Marui, que estava sentado em uma cadeira atrás do balcão, Shimano avançou em direção a Goiti. Este ainda tentou correr para a porta dos fundos do salão, que dava para os cômodos em que ele vivia com a família. Namide Shimano deu um salto, subiu no balcão e descarregou todo o tambor da arma contra ele. Ao ouvir o barulho dos tiros, de sua casa contígua ao salão, Kameju Mori, mulher de Goiti, pensou que o dínamo da geladeira tivesse explodido. Por via das dúvidas, porém, pegou o revólver do marido e correu para o salão. Mas já não havia o que fazer: ao abrir a porta, em meio a uma nuvem de fumaça, Kameju encontrou Goiti e o cunhado sem vida, caídos no chão do bar.

Nas ruas de uma Bilac convulsionada pelos crimes, na manhã seguinte o ataque *tokkotai* ganhava versões cinematográficas. A mais rocambolesca dizia que ao chegar ao salão os terroristas saltaram sobre o tampo das mesas de sinuca, disparando de lá seus certeiros revólveres, como dois caubóis, sobre os irmãos Mori. Uma das testemunhas, Marcelino Bezerra, que jogava sinuca na hora do crime, deu dois depoimentos contraditórios à polícia. No primeiro contou o que de fato ocorreu: ao ouvir um disparo, saiu correndo para a rua. No segundo, Bezerra daria inacreditáveis detalhes da cena:

> *[...] o depoente, apesar da rapidez da cena que presenciou, pode ligeiramente caracterizar o agressor, o qual trajava-se com um capote de casimira ordinária, pintadinho de preto e marrom, evidenciando mais esta última cor, e um chapéu claro, surrado; que o agressor mostrava-se visivelmente pálido e, quando atirava, cerrava os dentes e mostrava no maxilar superior, lado esquerdo, na altura do incisivo, uma placa onde havia sido incrustada uma coroa, ou melhor,*

uma chapa de ouro, ou talvez mesmo uma coroa [...]

O rebuliço provocado pela tragédia dos Mori fez com que passasse quase despercebida na cidade a presença, no dia do enterro, de dois jovens japoneses vindos de Tupã. O objetivo deles em Bilac era um costume comum na região: arranjar adversários para jogos de beisebol. No caso, o desafiante era o time de Anápolis, uma colônia nas imediações de Tupã. Os rapazes andaram pela cidade, fizeram perguntas sobre os times locais e acabaram descobrindo o que de fato procuravam: a casa de Ossamu Sabanai, *makegumi* de 36 anos cuja cabeça tinha sido posta a prêmio pela Shindo Renmei. O crime de Sabanai era o mesmo que as demais vítimas eram acusadas de cometer: acreditar na derrota do Japão e não ter medo de dizer isso publicamente. Ao chegar lá, porém, os dois descobriram que o endereço que lhes havia sido dado era do empório, e não da residência de Sabanai. Assim mesmo eles entraram e souberam pela mulher dele, Yuki, que o marido estava no velório dos Mori e iria direto de lá para casa. Os dois estranhos — na verdade dois *tokkotai* a mando da Shindo Renmei — beberam guaraná, comeram peixe seco, pagaram a conta e sumiram.

Os terroristas só iriam reaparecer às sete da noite, na casa de Sabanai, na então Vila de Piacatu, nos arredores de Bilac. Ele chegou em casa, saudou a mulher e foi até o quintal para o hábito diário, o banho no ofurô, mas nem teve tempo de tirar a roupa. Ao aproximar-se da enorme tina circular de madeira, de cujo interior saíam nuvens de vapor da água quente, viu os dois vultos surgirem do mato, ambos armados de revólveres. Atraída pelo ruído, Yuki ainda chegou a tempo de ver duas línguas de fogo saindo dos canos dos revólveres: foram apenas dois tiros, mas certeiros. Sabanai caiu com o peito varado pelas balas. A mulher só conseguiu ouvir um dos homens gritando para o outro, na escuridão, enquanto fugia:

"*Yatta! Yatta!*" [Matei! Matei!]

O atrevimento da Shindo Renmei, ao executar três pessoas em menos de 24 horas, na mesma cidade, foi entendido pela polícia como um desafio. Bilac amanheceu coalhada de investigadores vindos de vários municípios e até da capital, com ordens expressas de prender os autores o mais depressa possível, "para dar uma satisfação à sociedade paulista", como dissera aos jornais o interventor Macedo Soares. Mas ainda não seria daquela vez. Dos matadores de

Sabanai, jamais se ouviria falar. E cada um dos *tokkotai* que haviam fuzilado os irmãos Mori tinha tomado rumo diferente: Namide Shimano voltou para o sítio em que vivia em sua cidade, Penápolis. Hitoshi Ohara seguiu as instruções que recebera e escondeu-se na casa de um certo Ito, em Braúna. Na noite seguinte Ohara teve que dividir o esconderijo com um japonês desconhecido que batera na porta da casa coberto de hematomas e com vários ferimentos na cabeça e nos braços. Era Akira Fujimoto, de 24 anos, *tokkotai* que acabara de executar mais uma ação sangrenta da Shindo Renmei em Coroados, a poucos quilômetros dali.

A história que Fujimoto contou não era muito diferente das de Ohara, Shimano e de todos os demais matadores da organização. Antes de chegar aos *tokkotai*, as ordens davam voltas de boca em boca por várias sucursais da seita. As de Fujimoto, ele as recebeu do "sapateiro Shichiro Ono, de Cafelândia", que as teria recebido de "Sussumu, de Guaiçara", e assim por diante, numa corrente que, supunha a Shindo, mesmo que fosse quebrada pela polícia, permitiria que os cabeças se escondessem. Embora não tivesse dado resultados (afinal, toda a direção estava na prisão), a tática continuava sendo adotada pela organização. Fujimoto recebera de Ono um surrão de pano contendo uma bandeira do Japão, uma faca *tanto*, um poema-manifesto sobre a vitória militar da pátria, um revólver calibre .32 ("com a marca e o número raspados", diria depois a polícia) e uma caixinha de papelão contendo quinze balas. A ordem era encontrar-se na estação de Birigüi com Namide Shimano (o companheiro de Ohata na execução dos Mori, em Bilac) e com um terceiro *tokkotai* chamado Noboru Nawa, um rapazinho que parecia ser pouco mais que um adolescente. De lá os três partiriam para o sítio Mil Alqueires, no município vizinho de Coroados, para matar "o derrotista Tominaga". Fujimoto não conhecia sequer o prenome da vítima. Sem Shimano, que não aparecera no local combinado, os dois tomaram uma jardineira — nome dado aos velhos ônibus de carroceria de madeira de então — e às seis e meia da tarde estavam na porta do armazém onde vivia o *makegumi*. Entraram sem bater na porta e deram com quatro homens e uma mulher, todos japoneses, sentados em volta de uma mesa. Foi Nawa quem se dirigiu à mulher, perguntando quem era Tominaga. A mulher apontou na direção de um homem forte, de bigodes, sentado no outro extremo da mesa:

"É aquele ali, é o meu marido."

Fujimoto e Nawa sacaram as armas e começaram a disparar na direção do

homem. Mas eles não sabiam que estavam diante de quatro judocas experimentados. Estes saltaram sobre os terroristas, que atiraram a torto e a direito, descarregando os dois tambores. Um homem desabou no chão de terra batida, com o peito coberto de sangue. Ao tentar pegar um revólver caído no chão, Tominaga viu sua mão ser varada pelo punhal de Fujimoto. Havia sangue por todo lado. Quando conseguiu correr para a rua, Fujimoto viu Nawa, coberto de hematomas, tentando escapar dos lutadores — de quem apanhou muito antes de alcançar a porta de saída. Minutos depois de terem entrado na casa, os dois *tokkotai* saíam de lá humilhados. Além de terem executado o homem errado — o morto era Shigueo Toyoda, uma visita dos Tominaga — e deixarem fugir o *makegumi* que deveriam matar, eles próprios tinham escapado milagrosamente com vida da ação. Ao ser preso, meses depois, a primeira coisa que Fujimoto perguntou aos policiais foi se eles não teriam encontrado, na casa de Tominaga, "um chapéu de feltro cinza, marca Cury de Luxe, comprado na Casa Chic, de Cafelândia", que ele perdera durante a luta.

Mesmo executado por equívoco, aquele era mais um cadáver na contabilidade da Shindo Renmei. Num espaço de 24 horas os fanáticos tinham feito quatro mortos, vários feridos e espalhado o terror pela colônia. E, por maiores que fossem os esforços da polícia, os crimes não paravam. Dois dias depois do tiroteio na casa de Tominaga, um garoto foi ferido em Cafesópolis. No dia 16, o *makegumi* Hiroshi Yamanaka, gerente do Banco América do Sul em Bastos, foi parar no hospital depois de ser ferido por uma descarga de tiros de pistola Mauser, desferidos por japoneses desconhecidos. Um tenso jogo de gato e rato parecia começar entre policiais e *kachigumi*. Mal as turmas do DOPS chegavam a uma cidade para acudir ao chamado de uma vítima e o alarme disparava em outro lugar. Assim, enquanto o bancário Yamanaka folheava álbuns da polícia, tentando identificar seus agressores, a Shindo preparava mais uma ação na região.

Na noite de 17 de julho, cinco rapazes se registraram no Hotel Isséia, no centro de Cafelândia, e saíram em seguida. Eram Side Ito, Ytsuki Sakuma, Keishi Goto e os irmãos Tadashi e Kazuo Ono. Meia hora depois estavam na casa de um desconhecido da cidade, onde os esperava o sapateiro Shichiro Ono — tio de Tadashi e Kazuo e o mesmo que planejara o fracassado atentado a Kazuke Tominaga, em Mil Alqueires. Os jovens receberam as instruções, uma trouxinha

de pano com o equipamento de sempre (revólver, balas, *tanto*, bandeira japonesa...) e os nomes dos patrícios que deveriam executar na manhã seguinte: o dentista Kisso Ymai e o atacadista Shohei Kussunoki. Já se sabia em Cafelândia que mais cedo ou mais tarde Ymai entraria para a lista negra da Shindo. Afinal, no começo do mês o jornal *Folha da Noite* publicara uma carta em que o dentista tornava pública sua discordância com a Shindo Renmei e seus fanáticos.

Não era de se estranhar, portanto, que ele estivesse com os dias contados. Mas, se Ymai tinha motivos de sobra para se sentir ameaçado — ele chegou a pedir autorização à polícia para andar armado —, o mesmo não acontecia com Kussunoki. Caso típico de "japonês esclarecido", como era chamado o imigrante que vencia na vida e se ocidentalizava, Shohei Kussunoki não era, porém, um *makegumi*, um propagador da derrota japonesa. Nunca recebera nenhuma ameaça e, se restasse alguma dúvida a respeito de seu patriotismo, bastava olhar a parede de seu escritório, onde ele manteve, mesmo durante a guerra, dois quadros grandes com as fotos do imperador e da imperatriz — a quem respeitava e reverenciava tanto ou mais que qualquer *tokkotai*. Kussunoki nunca escondeu da mulher, Mitsue, nem dos sete filhos do casal que torcia pela vitória do Japão — país para o qual não perdera a esperança de voltar. Quando a guerra acabou ele ficou profundamente abalado com a notícia da rendição do Japão, sem conseguir acreditar que aquilo fosse possível. Com o tempo, conformou-se com a derrota, mas jamais tocou nesse assunto — nem mesmo em conversas familiares. Segundo suspeita que duraria décadas entre os envolvidos no conflito, Kussunoki teria sido incluído na lista negra por denúncia de "alguém movido pela inveja". É possível. A ordem para a execução pode ter vindo de São Paulo, mas a inclusão do nome de Shohei Kussunoki foi defendida na Shindo Renmei de Cafelândia, sob a vaga acusação de "não comungar do ideal que anima os membros da nossa organização".

Os cinco *tokkotai* saíram às seis da manhã do hotel de Yassuharo Sato, também da Shindo, tomaram café numa venda perto de um canavial e se dividiram em dois grupos. Side Ito e Tadashi Ono iam matar Shohei Kussunoki, e Ytsuki Sakuma, Keishi Goto e Kazuo Ono se encarregariam do dentista Kisso Ymai. Exatamente às oito e meia da manhã os dois bandos *tokkotai* armaram o bote. Enquanto os dois primeiros se apresentavam como compradores de cereais no depósito de Kussunoki, o grupo de Sakuma, Goto e Ono sentava-se na sala de

espera do consultório de Ymai. Como foi apanhado de surpresa, Kussunoki não pôde sequer reagir. Depois de inventar que queriam comprar uma partida de grãos, Ito e Tadashi Ono foram chamados pelo dono para entrar com ele no armazém. Kussunoki foi na frente e seus assassinos um passo atrás, por entre os escuros corredores formados pelas imensas pilhas de sacas de cereais. Quando retirava uma amostra, Kussunoki foi atingido pelas costas por um tiro à queima-roupa. Ele ainda conseguiu dar alguns passos, mas morreu na porta de sua casa, que ficava ao lado do armazém.

Com o trio encarregado de matar Ymai as coisas tinham sido mais complicadas. Ao ver os três clientes com ar suspeito na sala de espera de seu consultório, o dentista entrou discretamente em sua casa, que funcionava no mesmo imóvel, e colocou no bolso do guarda-pó branco um pequeno revólver calibre .32. Foi Keishi Goto quem se dirigiu a ele:

"Eu e meu amigo Sakuma precisamos fazer curativos nos dentes, o senhor pode nos atender?"

Ymai mandou-o sentar na cadeira e, ao abaixar-se para examinar a boca do paciente, sentiu uma "dor quente" no umbigo: o sujeito acabara de enfiar a lâmina de um punhal na sua barriga. No mesmo instante o dentista percebeu que Sakuma e Ono entravam no consultório, o primeiro com um canivete aberto e o segundo armado de revólver. Ymai tirou o seu revólver do bolso e disparou. Ao tentar desarmá-lo, Sakuma provocou um corte profundo na mão do dentista, mas ele continuou atirando. Atraída pela barulheira, a mulher de Ymai entrou no consultório com uma vassoura nas mãos, com a qual batia furiosamente nas costas dos *tokkotai*. Mesmo ferido, o dentista continuou disparando seu revólver, obrigando os três a fugir. Um deles, Keishi Goto, atingido de raspão por um tiro, sangrava abundantemente nas costas. Os três correram em direção à saída de Guarantã, mas nem chegaram a atingir o cafezal: cercados por populares armados, foram presos e levados à delegacia da cidade. A dez quadras dali os assassinos de Kussunoki tinham destino idêntico: um grupo liderado pelo oficial de justiça Ângelo Palmezan saiu a cavalo no encalço dos dois *tokkotai*. Um quilômetro depois de iniciada a perseguição, Side Ito e Tadashi Ono levantaram as mãos para o alto e se entregaram passivamente, sem nenhuma reação. Mais afortunado que Kussunoki, o dentista Ymai sobreviveria aos ferimentos.

A semana fatídica, porém, não havia chegado ao fim. Junto com a notícia dos

atentados daquela manhã, soube-se que na noite anterior, a quinze quilômetros dali, em Getulina, o japonês Horinte Tosi, diretor da cooperativa agrícola da cidade, tinha sido morto a tiros por um bando de nove *tokkotai*. Em Lucélia, japoneses não identificados haviam baleado Toshimi Assano, que se encontrava em coma na Santa Casa de Marília. Os irmãos Ono começavam a depor na delegacia de Cafelândia quando o tio deles, Shichiro, batia na porta da casa de Maria Iwata, em Borborema. Apresentando-se como membro do Batalhão do Vento Divino, Ono leu para ela o agourento poema "O cadáver do pai exposto ao vento e à chuva", enquanto seu companheiro Kiosaku Watanabe entregava uma carta explicando por que seu marido, Tokuso Iwata, ia ser executado:

> *Olhando nos olhos de seu marido e esposo, eu tenho grande sentimento por ter que matá-lo. É um nipônico, mas ele erra ao acreditar que o Japão está derrotado. Mais cedo ou mais tarde chegaria a hora de seu marido morrer. É verdade que o marido auxilia a esposa e a esposa auxilia o marido. As mulheres japonesas devem respeitar e obedecer a seus maridos — portanto elas não são culpadas do que está acontecendo; por isso, não faremos nada à senhora. [...] Mesmo que sejam amigos, sendo inimigos da pátria devem ser mortos. Seu marido já morreu. Família de esposa e mais patrícios e amigos ficarão bastante sentidos. O acontecimento de hoje trouxe um grande sentimento para a senhora, filhos e netos. É verdade que a mãe japonesa não tem mais o que pensar; o que era para acontecer já aconteceu. [...] Nós estamos na terra do inimigo, pensando naqueles que morreram por amor à pátria. Nós, formigas brancas, não podemos ficar quietos.*
>
> *Batalhão do Vento Divino*

Cinco horas depois, Ono e Watanabe cumpriam a ameaça crivando de balas o agricultor Tokuso Iwata, mais uma vítima da Shindo Renmei. A "carnificina", como a intitulara o escandaloso jornal *O Dia*, de São Paulo, explodiu não só nas primeiras páginas da imprensa de São Paulo e do Rio, mas até no exterior. Sob o título "Homicídio honroso", a revista *Time* revelaria aos norte-americanos as proezas da Shindo Renmei:

> *Um ano após o dia da vitória sobre o Japão, japoneses radicados no Brasil ainda*

têm certeza de que o Japão não perdeu a guerra. Foram assim convencidos por alguns compatriotas embusteiros que tinham uma razão para isso. Esses embusteiros formavam um grupo que vendia terrenos "conquistados pelo Japão" em Java e nas Filipinas para os seus ingênuos compatriotas. Valiam-se do terrorismo para manter vivos o mito e o negócio. Utilizando a poderosa sociedade Shindo Renmei, esses embusteiros haviam lançado fanáticos contra todos os japoneses "que não se comportavam como compatriotas" e aceitavam a mentira de que o Japão fora derrotado. Por serem considerados "derrotistas", setenta japoneses encontraram a morte nos últimos cinco meses.

Acusado de estar sendo leniente com quadrilhas de assassinos fanáticos, o interventor José Carlos Macedo Soares resolveu tomar a iniciativa. Por sugestão do secretário de Governo, Edgar Batista Pereira, e contra a opinião do titular da Secretaria de Segurança Pública, Pedro de Oliveira Ribeiro Sobrinho, Macedo Soares decidiu pôr em prática a tática que anunciou como sendo "a mística contra a mística". Ex-embaixador e político experiente, com duas passagens pelo ministério de Getúlio Vargas, ele fora nomeado interventor federal em São Paulo pelo presidente interino José Linhares, que sucedera a Vargas, deposto em outubro de 1945. Interessado pela cultura japonesa, sobre a qual publicara um ensaio intitulado "Espírito público no Japão", Macedo Soares acreditava que o milenar senso nipônico de respeito à hierarquia falaria mais alto que o fanatismo. Se a autoridade máxima do Estado dissesse a verdade de viva voz aos japoneses nacionalistas, eles não teriam como duvidar. Ou seja, só contrapondo a "mística da autoridade" à "mística da hierarquia" é que os japoneses lhe dariam ouvidos. Para o interventor, "a admirável e cega obediência que os japoneses conservam em relação à autoridade" prevaleceria sobre o fanatismo. Com essa certeza na cabeça, mandou convidar, pelo rádio e pelos jornais, as lideranças de todos os movimentos "vitoristas" do estado para uma reunião com ele, no dia seguinte, no Palácio dos Campos Elíseos. Encarregado de "identificar as lideranças" antes da audiência oficial, o secretário da Segurança, apesar de discordar da reunião, pediu à Agência Nacional, empresa de notícias do governo federal, que distribuísse aos vespertinos que circulariam dali a algumas horas uma convocação que, na pressa, incluiu até a Zaihaku Gunjinkai, uma das muitas organizações extintas para dar lugar à Shindo:

De ordem do secretário da Segurança Pública, deverão se apresentar impreterivelmente no Departamento de Ordem Política e Social, dia 19, das seis às doze horas, todos os japoneses residentes na comarca da capital pertencentes às sociedades Shindo Renmei, Zaihaku Gunjinkai e outras.

Macedo Soares marcou a reunião para uma e meia da tarde. A fim de reforçar ainda mais, aos olhos dos japoneses, o caráter solene do ato, convidou para a cerimônia, além de todo o seu secretariado, o cardeal-arcebispo de São Paulo, dom Carlos Carmelo de Vasconcellos Mota, o embaixador Ragnar Kumlin, da Suécia (país que ainda respondia pelos interesses japoneses no Brasil), e os comandantes da II Região Militar, general Milton de Freitas Almeida, e da IV Zona Aérea, brigadeiro Armando Ararigbóia. Dois intérpretes foram convocados: um japonês, Paulo Yoshizaku Morita, que já ajudara a polícia em interrogatórios de *tokkotai*, e um brasileiro, o tradutor público José Santana do Carmo. O cardeal, o diplomata e os dois chefes militares chegaram ao palácio pouco depois do meio-dia, conforme sugerira o anfitrião, e passaram diretamente a uma sala de refeições, onde o interventor já os esperava para o almoço. Na chegada aos Campos Elíseos os convidados puderam ver numerosos grupos de japoneses nas imediações do palácio, muitos deles no local desde as seis horas da manhã.

O almoço terminou pontualmente à uma e meia. Os cinco convivas se levantaram e, a caminho do Salão Vermelho, onde se realizaria o encontro, Macedo Soares sorriu para Manoel Sodré, o oficial-de-gabinete que viera buscá-los, ao ouvir o rumor de vozes que vinha do salão principal, onde as lideranças já os esperavam:

"Que bom que eles vieram, eu não disse? São muitos?"

O assessor cochichou qualquer coisa no ouvido dele, como se não quisesse que os outros ouvissem. Macedo Soares não gostou do que ouviu e alterou levemente a voz:

"Mas sessenta, meu filho? Tínhamos falado em dez, vinte pessoas..."

O sujeito empalideceu:

"Perdão, interventor, mas eu não disse sessenta. Segundo os cálculos da polícia, há seiscentos", repetiu e soletrou, "seis-cen-tos japoneses aqui. Eles não

falam português e não me pareceram muito polidos.”

6

JAPONESES SÃO CAÇADOS A LAÇO E ARRASTADOS PELAS RUAS DA CIDADE. CHEGOU O “DIA DA FORRA”.

Mesmo depois de permanecer horas em pé, no salão do palácio, nenhum daqueles japoneses parecia impaciente. Segundo diria depois ao jornal *A Noite* um dos militares presentes, "o olhar gelado daquelas centenas de homens não revelava impaciência, raiva, ódio ou descontentamento; não revelava nada". Lotado o Salão Vermelho e entupidas todas as dependências térreas e as escadarias, grupos de japoneses se espalhavam pelos jardins da sede do governo estadual. A maioria usava paletó e gravata, e muitos despertavam a curiosidade de funcionários e policiais por causa de seus *jikatabi* — os tais sapatos "unha de vaca", mais comuns no interior. Era uma platéia composta quase só de homens: entre os 436 japoneses identificados pelos policiais do DOPS naquela tarde, havia apenas uma mulher. Ainda aturdidas pela surpresa provocada pela inesperada multidão, as autoridades postaram-se num semicírculo, de frente para os japoneses — que permaneciam silenciosos e impenetráveis. O locutor oficial anunciou nomes e postos de todos, do interventor aos dois intérpretes, e deu início à cerimônia — uma interminável, chatíssima sucessão de leituras de documentos, Fala do Trono, Rescrito Imperial e documentos da chancelaria japonesa. E como tudo o que era lido em português tinha que ser vertido para o japonês, e vice-versa, aquilo prometia ir longe.

Na condição de interventor — e de autor da tese da "mística contra a mística" —, o primeiro a falar foi Macedo Soares. De gravata-borboleta e óculos redondos, ele apenas agradeceu a presença de todos, japoneses e autoridades, ressaltou o traço democrático daquele encontro e disse que voltaria a fazer uso da palavra no encerramento da cerimônia. Pediu que os trabalhos fossem conduzidos pelo embaixador Kumlin e determinou que se lavrasse uma ata daquela reunião, "documento que, ao final, todos os presentes assinaremos", anunciou, sublinhando a palavra *todos*. Nenhum dos presentes parecia mover um só músculo do rosto, nem mesmo depois que o intérprete vertia a frase para a língua japonesa. Segundo os jornais do dia seguinte, "era impossível saber, pela aparência, o que os nipônicos deviam estar pensando de tudo aquilo".

Nessa atmosfera tensa o embaixador Ragnar Kumlin passou a ler a papelada. O primeiro documento, redigido em Tóquio por ordem do Supremo Comando Aliado, era uma carta dirigida aos japoneses residentes no Brasil por Shigeru Yoshida, ministro das Relações Exteriores do Japão. Longa e repleta de circunlóquios, ela não deixava dúvidas: a guerra tinha mesmo chegado ao fim e o Japão de fato se rendera aos Aliados:

> *[...] Os japoneses residentes no Brasil, por sua parte, não devem ser transviados por rumores irresponsáveis que circulam no ultramar, mas, com dignidade e paciência, devem fazer face à realidade dura e rígida de que a última guerra terminou com a rendição do Japão, que o futuro deste está pleno de dificuldades e que o dever dos japoneses no Brasil é viver pacificamente e empregar a maior energia em seus afazeres, contribuindo assim para a prosperidade do Brasil, pátria de adoção.*

Como a carta do ministro fazia referências à Fala do Trono, ela foi lida na íntegra, com cada frase sendo traduzida para o português ou para o japonês. Não passou despercebido pela platéia que as palavras *rendição* e *incondicional*, inexistentes na fala de Hiroíto de 2 de setembro, aparecessem nove vezes na papelada que o embaixador sueco lera. Temeroso de que isso pudesse despertar suspeitas entre os japoneses, Kumlin esclareceu que os originais de toda a documentação mencionada estariam à disposição dos interessados na sede do Consulado da Suécia em São Paulo. Antes de devolver a palavra ao interventor, o embaixador sueco reiterou que, diante dos documentos que acabara de ler, não havia "a menor possibilidade de dúvidas a respeito da situação que vosso país passou a viver". E encerrou sua participação com palavras duras contra os vitoristas, segundo ele "indivíduos torpes e inescrupulosos, pessoas de caráter criminoso e subversivo que vêm explorando a boa-fé e a ignorância dos colonos nipônicos".

Apesar de serem os destinatários das críticas de Kumlin — afinal, para aquele encontro tinham sido convocados apenas os *kachigumi* —, os japoneses permaneceram imóveis e silenciosos. Depois de algumas horas de leituras de rescritos e declarações oficiais, chegou finalmente a vez de ouvir Macedo Soares. E o interventor engrossou ainda mais as críticas à Shindo Renmei, segundo ele

uma “associação secreta terrorista” que vinha matando patrícios “pelo simples fato de se haverem rendido à evidência da realidade”. Chamando os militantes da seita de “seres indignos da hospitalidade da nossa pátria”, Macedo Soares prometeu reprimir com dureza “os que insistirem em recalcitrar”:

“Como se vê da leitura dos documentos, a situação do Japão está clara e bem definida. Está fora de dúvida a rendição incondicional. Todos os implicados serão expulsos do território nacional, mas ape`nas depois de cumpridas as penas de que se fizeram merecedores pela gravidade dos seus crimes.”

A seguir, o interventor leu o último parágrafo da ata que mandara lavrar:

“Os japoneses aqui presentes declararam-se de pleno acordo com tudo quanto acabaram de ouvir, comprometendo-se a colaborar com as autoridades nacionais para evitar a reprodução dos fatos acima referidos. A presente ata, depois de lida e conferida, vai assinada por todos os presentes.”

Antes de encerrar o ato, Macedo Soares perguntou se algum dos presentes queria fazer uso da palavra. Um japonesinho calvo, metido em um terno que parecia duas vezes maior que o dono, levantou a mão, identificou-se como “Tatayo Omasa, de Duartina”, e pediu para falar, desculpando-se por não saber português. Enquanto ele discursava, o interventor, sorridente, parecia festejar o sucesso da teoria da “mística contra a mística”. Mas a alegria das autoridades durou apenas o tempo que Paulo Morita levou para traduzir as palavras de Omasa:

“Não assinaremos nada que fale de rendição do Japão! Nossa pátria está nessa guerra por ordem divina. Nós acreditamos piamente na vitória do Japão! O Japão é um país divino, dono de uma gloriosa história de 3 mil anos.”

Até então impassíveis, os seiscentos japoneses prorromperam em aplausos e gritos de “Muito bem!” e “Apoiado!”. Só eles parecem não ter visto o ar de perplexidade geral: um boletim da Shindo Renmei distribuído naquele mesmo dia afirmaria que, “quando o intérprete Morita traduziu a fala de Omasa, parecia-nos ver lágrimas nos olhos do interventor e outras autoridades presentes. Os chefes militares, impressionados com o espírito altivo do orador, sorriam e se admiravam”. Depois de Omasa, a única mulher presente apresentou-se como “a sra. Sachiko, representante de Agudos”, e falou em português:

“Senhor presidente do estado. Nenhum de nós acredita na derrota do Japão. Se Vossa Excelência deseja acabar com as disputas e atos terroristas entre japoneses,

comece por anunciar a vitória do Japão e mande suspender imediatamente a propaganda falsa da derrota. Sem essas medidas, os atos terroristas jamais cessarão."

Mais aplausos, mais constrangimento das autoridades. Macedo Soares impediu que policiais presentes prendessem os dois oradores, e manteve o roteiro original: se alguém ainda quisesse falar, a palavra estava livre. Mais três japoneses reiteraram o que havia sido dito antes, deixando claro o impasse: ninguém ali assinaria a ata se não fosse excluída dela qualquer referência à derrota do Japão. Um homem alto e magro, com o rosto encovado, apresentou-se como Seiiti Hayakawa, "grande comerciante em Tupã". Falando sempre em japonês, deixou claro que, se o governo queria o fim da matança, o preço era alto:

"O governo precisa fazer duas coisas: autorizar o restabelecimento do correio entre o Brasil e o Japão e proibir os jornais de publicar propaganda americana falando na derrota japonesa. E, como o Japão está empenhado em uma guerra santa, as autoridades brasileiras perdem tempo querendo convencer os japoneses da derrota da pátria. A menos que um representante do imperador venha trazer notícias pessoalmente."

Os japoneses exultavam. Animado com o clima de vitória, outro imigrante sugeriu que no rol das reivindicações fosse incluída a suspensão do inquérito policial em curso contra os membros da Shindo Renmei. Mais aplausos e gritos de "Banzai Nippon!". A muito custo Macedo Soares conseguiu se fazer ouvir pela agora ruidosa multidão. Convencido de que sua "reunião de pacificação" caminhava para um desconcertante fracasso, o interventor não parecia a mesma pessoa que horas antes falara grosso com os fanáticos:

"Meus caros 200 mil japoneses residentes no Brasil. Os senhores são um tesouro do Brasil. São a parte mais importante da população brasileira. Queiram ouvir-me. O nosso país, o Brasil, não entrou em guerra com a pátria dos senhores, o Japão. O Japão esteve em guerra contra a Grã-Bretanha, os Estados Unidos, Rússia e China. Assim, determino que seja eliminada a expressão 'rendição incondicional' da ata."

Atordoados com o que acabavam de ouvir, o cardeal Mota e os dois militares se entreolharam, surpresos. O embaixador Kumlin, que já havia cumprido sua tarefa, batera em retirada logo que o primeiro japonês começou a falar. Macedo Soares continuou fazendo concessões. Prometeu interceder junto ao governo

federal para restabelecer a correspondência entre o Brasil e o Japão, descartou "por desnecessária" a vinda de qualquer representante do governo japonês a São Paulo e empurrou para o secretário da Segurança Pública, Pedro de Oliveira Ribeiro, a embaraçosa missão de responder ao pedido de censura aos jornais. Contrário desde o começo à realização da reunião, Oliveira Ribeiro (que considerou o pedido dos japoneses "uma desfaçatez", como desabafaria depois) teve que ensaiar contorcionismos políticos e verbais para obedecer à ordem do interventor. Explicou didaticamente aos imigrantes que o Brasil vivia em uma democracia e que, portanto, a imprensa era livre para publicar o que bem entendesse. Para não azedar ainda mais a situação, porém, o secretário acenou com a possibilidade de o governo "apelar aos donos de jornais", mas desde já prevenia os presentes de que dificilmente a imprensa deixaria de falar em "capitulação japonesa".

Para os japoneses, estava de bom tamanho. O dia começava a escurecer quando o interventor deu por encerrado o que ele chamou de "encontro histórico". Excluídas as expressões *derrota*, *rendição* e *incondicional*, a ata foi assinada pelo interventor José Carlos de Macedo Soares, pelo cardeal Mota, pelos dois militares e por todo o secretariado. E, em seguida, por 334 dos seiscentos "súditos japoneses presentes". Mesmo com as exigências atendidas, mais de cem japoneses se recusaram a assinar o documento, alegando que aquilo era "propaganda americana". Todos os que assim agiram foram identificados por policiais do DOPS ali mesmo e fichados como suspeitos. A notícia da indiscutível vitória da Shindo Renmei chegaria à colônia no mesmo dia, por meio de boletins mimeografados na capital e distribuídos por todo o estado. Neles apareciam, atribuídas ao interventor, promessas que ninguém havia feito. Uma frase publicada como sendo de Macedo Soares era reproduzida em todos os panfletos: "Prometo que de hoje em diante vou proibir toda e qualquer publicação referente à derrota do Japão e sobre a organização secreta dos japoneses". A reação da opinião pública à reunião podia ser vista no dia seguinte nas primeiras páginas dos jornais do Rio e de São Paulo:

> *Redundou em pleno fracasso a reunião de ontem realizada no Palácio dos Campos Elíseos.*

A ação condenável dos fanáticos da Shindo Renmei.

Recusaram-se a assinar a ata, fizeram imposições e exigiram até censura à imprensa!

A Shindo Renmei impôs condições ao governo do estado.

O secretário da Segurança também promete zelar pelas suscetibilidades dos terroristas.

Continuam não acreditando na derrota do Japão!

Se a Shindo Renmei ia ou não parar de matar, depois de receber tantas concessões de Macedo Soares, era algo que só o tempo podia dizer. Mas, mesmo sem esta pretensão, a reunião nos Campos Elíseos conseguiu algo inédito na história da imigração: colocar a opinião pública brasileira contra a colônia japonesa. Um editorial intitulado "O terrorismo japonês", publicado pelo influente jornal *A Gazeta*, resumia a indignação resultante da reunião no Palácio dos Campos Elíseos:

A reunião de ontem, à qual compareceram os terroristas membros da associação de delinqüentes denominada Shindo Renmei, é a prova do atrevimento de colônias estrangeiras. Não tiveram eles a compostura necessária em presença do interventor federal que lhes deu a honra de audiência como aquela. [...] Indivíduos maus, perniciosos mesmo, inassimiláveis pelo labor racial, [...] jogam-se ao delito com a avidez de feras, não retrocedendo na execução dos assassínios ordenados pela sociedade secreta a que obedecem. [...] A interventoria não tem outra coisa que fazer, senão mandar às galés tipos tão falhos de sentimentos e educação, obsessionados pela megalomania de Hiroíto, o caricato filho do sol. [...] Um deles teve, nos Campos Elíseos, a empáfia de exigir que os jornais silenciem a respeito dos homicídios traiçoeiros perpetrados por ordem da Shindo Renmei. Os amarelos mostraram a dentuça, como se o Brasil fosse a Coréia ou as Filipinas. A corja nipo-nazi-fascista se engana. Há de retroceder, antes que o povo brasileiro se decida a enxotá-los daqui, como

bandidos que são. O que se passou nos Campos Elíseos transcende as raias da tolerância, da paciência e da boa vontade. Não há dúvida de que é necessário expulsar da nossa casa os propagadores da onda de delitos que transforma o Brasil em refúgio de bandidos.

O bombardeio não parava por aí. O jornalista e tradutor de japonês Mário Botelho de Miranda criticaria com idêntica dureza o comportamento do interventor:

Fizesse a reunião [...] à maneira japonesa, mesmo: um único superior dando ordens severas para serem cumpridas e ouvidas, sem direito a fazerem uso da palavra; castigando dali para a enxovia, através da polícia, os que tentassem se rebelar durante a reunião. Seria uma tentativa mais amoldada à psicologia do nipônico fanático, incutindo-lhe um complexo de inferioridade de classe e de força física a que estavam acostumados quando em seu país. Porque a "mística contra mística" que o senhor interventor pretendeu impor, para o fanatismo japonês foi sinal de fraqueza, foi derrota e reconhecimento da sua "vitória". Assim é a psicologia do japonês comum. Que dirá, então, a de um fanático? [...]

O tiroteio prosseguia. Na sua coluna da *Folha da Noite* o cronista Maragliano Júnior ironizava o que chamou de "maluquices dos amarelos":

Os japoneses que andam por aí matando os patrícios que não acreditam na vitória do país exigiram e obtiveram do governo que se riscassem, da ata de compromisso de trégua da luta fratricida, as expressões referentes à rendição incondicional do país das cerejeiras. Disse um amigo meu: fazendo-lhes a vontade, eles se acalmam em suas maluquices e voltam quietos a plantar as batatas de que estamos necessitados. Pois nós não queremos plantá-las...

Para conter a onda de indignação que a reunião provocara, o Palácio dos Campos Elíseos precisou montar uma operação para apagar o incêndio que lavrava na imprensa. Os primeiros a socorrer Macedo Soares foram duas autoridades presentes ao ato, o brigadeiro Ararigbóia e o embaixador Kumlin. Em entrevistas que a Agência Nacional distribuiu para dezenas de jornais do Rio

e de São Paulo, o tom de ambos era o mesmo: segundo o militar, o interventor tinha adotado uma política inteligente de "persuasão e convencimento" e acertara ao "combater uma mística com outra mística". Em uma afirmação taxativa, assegurou que os resultados do encontro "não se fariam esperar":

"Aí, então, o interventor colherá os frutos de sua patriótica iniciativa."

O embaixador Ragnar Kumlin repetiu a dose em outra entrevista, concedida ao jornal carioca *A Noite* e também redistribuída aos demais veículos como *press-release* da Agência Nacional. O diplomata sueco reiterava que as críticas a Macedo Soares eram prematuras, afirmando que "como se trata de uma guerra psicológica, e não de uma *Blitzkrieg*, os efeitos serão demorados":

"É preciso não esquecer que o chefe do governo paulista, antes de ser um político, já era um hábil e destacado diplomata. Ele sabe onde é essencial a força e onde vale o argumento."

A operação não terminava aí. Chamado a socorrer o governo, o antropólogo Octavio da Costa Eduardo, professor da Faculdade de Sociologia e Política, deu entrevista à *Folha da Manhã* (também republicada por vários jornais) garantindo que a iniciativa do interventor tinha sido "etnologicamente correta". O professor, no entanto, considerou "inconveniente" a idéia de fuzilar os membros da Shindo Renmei, proposta pelos setores mais radicais, "a não ser que se deseje fazer mártires, já que essa medida só exacerbaria ainda mais as tensões nervosas". Quando pediram sua opinião sobre a ameaça de expulsão do Brasil que pesava sobre os membros da seita, Octavio da Costa Eduardo escapuliu diplomaticamente, dizendo que essa resposta cabia "à economia paulista". Até o padre Sabóia de Medeiros, convertido em estrela da direita ao desafiar o líder comunista Luís Carlos Prestes para um debate radiofônico, saiu em defesa de Macedo Soares. O padre acreditava que a raiz dos problemas vividos pela colônia japonesa residia no "paganismo selvático dos amarelos", mas era contrário à expulsão em massa dos criminosos, por razões econômicas e religiosas:

"Os fazendeiros logo perguntariam: onde estão os braços para substituí-los? Quem plantará arroz? E os missionários também lamentariam, dizendo: lá se vão, com essas almas, as nossas esperanças. Em vez de se abrirem ao Evangelho, essas almas vão endurecer ainda mais..."

Apesar de todos os esforços, ninguém tinha dúvida de que a reunião do Palácio dos Campos Elíseos resultara em retumbante fiasco. Desnorteado e em

busca de um veículo por meio do qual pudesse se comunicar com a colônia, o governo decidiu autorizar a reabertura de um dos mais importantes jornais japoneses, o *São Paulo-Shimbun*, que havia sido fechado durante a guerra. Convocado pelas autoridades, o antigo dono do *Shimbun*, Kossugue Kohatsu, aceitou a proposta mas esclareceu que a volta às bancas levaria dois meses — e que, ainda assim, ele ressurgiria como semanário, e não mais como diário. Aos donos de estações de rádio pediu-se que fossem divulgados sucessivos boletins "destinados à orientação da comunidade nipônica para que ela volte à harmonia". Diante da visível incapacidade do governo paulista em pôr fim às atividades da Shindo Renmei, o consulado americano decidiu entrar em campo com um pacote de medidas batizado de "Operação Verdade". O cônsul-geral dos Estados Unidos em São Paulo, Cecil Cross, conseguiu que o Supremo Comando Aliado, a máxima autoridade em território japonês, enviasse de avião ao Brasil dezenas de milhares de exemplares dos jornais editados em Tóquio, Hiroshima, Fukuoka, Kumamoto, Fukushima, Yamanashi, Nagasaki, Hokkaido e Okinawa (cidades natais de noventa por cento dos membros da colônia no Brasil), com farto noticiário sobre o fim da guerra, a derrota do Japão e a rendição incondicional. Em poucos dias, caminhões do Exército e da Força Pública percorriam o interior do estado distribuindo pacotes com exemplares dos jornais *Mainichi*, *Asahi Shimbun*, *Tokio Shimbun* e *Yomiuri Hoshi*. Além disso, o comando aliado reforçou a munição e enviou ao Brasil latas de filmes contendo imagens das cidades japonesas devastadas, cenas da cerimônia de rendição e entrevistas com ex-autoridades japonesas esclarecendo a real situação do Japão. Por mais cega que fosse a fé dos militantes da Shindo, não parecia restar nenhuma dúvida de que a "Esfera de Co-Prosperidade da Grande Ásia Oriental" tinha sido varrida do mapa. O que parecia cristalino até para uma criança, porém, não entrava na cabeça dos *kachigumi*. Todos os esforços deram em nada. Para frustração de Thomas Scott, adido de imprensa do consulado americano, encarregado de dirigir a "Operação Verdade", as notícias que vinham do interior diziam que a maioria dos destinatários reagira com absoluto ceticismo. Para os japoneses, aquela era apenas mais uma jogada, mais um golpe da propaganda americana para quebrar o moral dos japoneses espalhados pelo mundo.

O interventor José Carlos de Macedo Soares, no entanto, não parecia compartilhar das apreensões dos diplomatas americanos. Em 30 de julho, onze

dias após a reunião com os japoneses, ele viajou ao Rio de Janeiro para levar ao ministro da Justiça Carlos Luz um relatório sobre a conflagração em São Paulo. Quando saiu da audiência já era noite fechada, mas os repórteres permaneciam de plantão na ante-sala do gabinete, à espera de notícias. Macedo Soares insistiu em que o encontro no Palácio havia sido produtivo e, como se respondesse às críticas da imprensa, repetiu que a atitude de São Paulo com relação à Shindo Renmei não seria alterada. "Estamos agindo com energia com os terroristas", disse o interventor, "mas não nos afastaremos um milímetro da lei." À pergunta de um jornalista que queria saber se a guerra entre japoneses tinha chegado ao fim, Macedo Soares reagiu com tranqüilidade:

"Em oito dias os terroristas mataram dez pessoas. Depois da reunião que realizei no Palácio, não se registraram mais crimes. Repito aos senhores o que assegurei ao ministro da Justiça: as evidências indicam que todos os paulistas, tanto os brasileiros como os japoneses, já podem dormir em paz."

Minutos depois de despedir-se dos repórteres, o interventor tomava o trem expresso *Cruzeiro do Sul* em direção à capital paulista. A oitocentos quilômetros dali, naquela mesma hora o motorista Pascoal de Oliveira, o Nego, guiava seu caminhão pela estradinha de terra que ligava Bastos a Osvaldo Cruz, onde ele vivia. Quando faltava pouco para entrar na cidade, um outro caminhão fechou sua passagem, ao ultrapassá-lo, quase jogando o seu Chevrolet Gigante num precipício. Depois do jantar, como fazia todos os dias, Nego foi até o bar do Chico Costa, no centro da cidade, para tomar sua cachaça e conversar com os amigos. O motorista permaneceu lá até perto das dez da noite, e, quando se preparava para pagar a conta, um caminhão estacionou na porta do bar e dele desceu o motorista Kababe Massame, um japonês de pouco mais de vinte anos. Ao reconhecer o recém-chegado como o autor da fechada que sofrera na estrada, Nego decidiu tirar satisfações com ele. A discussão parecia ser apenas mais um bate-boca entre dois motoristas, mas Massame sacou inesperadamente um punhal e desferiu um golpe seco e mortal no coração de Nego. Nenhum japonês esboçou reação alguma. Aproveitando-se do susto dos brasileiros que tentavam socorrer Nego — que tivera morte instantânea —, o assassino correu para a rua e sumiu na escuridão. A notícia da morte correu pela noite, despertando nos brasileiros de Osvaldo Cruz ódios que eles próprios desconheciam. Aquele não era um crime qualquer, mas o assassinato, por um japonês, de um brasileiro

muito querido na cidade.

▪

A população japonesa de Osvaldo Cruz não alcançava as proporções de Bilac e de Bastos. Menos da metade dos 12 mil habitantes locais eram japoneses, mas a voz corrente na cidade dizia que apenas dois deles não eram militantes ou simpatizantes da Shindo Renmei: o farmacêutico Izuyo Suzuki e o engenheiro Yutaka Abe. Se Suzuki era mais discreto em suas idéias "derrotistas", Abe fazia questão de alardear sua condição de imigrante aculturado. Ao contrário da esmagadora maioria budista da colônia, freqüentava a igreja batista da cidade, naturalizou-se brasileiro, era assinante de jornais brasileiros e desfrutava o privilégio de ser o único japonês na cidade com autorização para ter um rádio em casa — deferência negada aos demais membros da comunidade nipônica. Outro traço marcante da tradição japonesa que Abe abolira em sua casa foi a presença de um personagem milenar, o *nakodo* — o encarregado de intermediar casamentos entre filhos de japoneses. Yutaka Abe deixou claro que, se seus filhos quisessem casar com brasileiros (o que de fato acabaria acontecendo com ambos), o consentimento já estava dado. E, se "além de brasileiros, fossem pretos", isso não fazia a menor diferença. Na sua casa, portanto, o *nakodo* não poria os pés. A família havia se abrasileirado de tal forma que o filho Shiguemizu (batizado com o nome cristão de Marcelo), um adolescente de pouco mais de doze anos, tinha na ponta da língua a resposta para os colegas de escola que o chamassem de japonês:

"Vá tomar no cu, filho da puta, porque eu não sou japonês. Sou brasileiro, nascido em Minas Gerais, uai."

Até nisso Abe era diferente dos demais patrícios. Antes de instalar-se em São Paulo, destino da maioria dos imigrantes, ele foi bater primeiro em Araguari, no Triângulo Mineiro, onde nasceram seus filhos. A guerra ainda não tinha chegado ao fim, mas, quando ele ouviu no rádio que o Japão perdera a Manchúria para tropas soviéticas, não teve mais dúvidas de que a derrota da pátria era uma questão de dias. Além de tornar públicas suas convicções, Abe dizia, para quem quisesse ouvir, que não acreditava nas maluquices difundidas pela Shindo Renmei, como a prometida chegada de navios para o repatriamento de japoneses

ou a inacreditável história da venda de terrenos nas ilhas supostamente conquistadas pelo Exército Imperial no Pacífico. Apesar de tamanha veemência, os *kachigumi* não tinham perdido totalmente a esperança de convertê-lo à causa patriótica. Dias depois de terminada a guerra, o clube nipo-brasileiro da cidade, o *bunka*, organizou uma reunião para "discutir a real situação do Japão". Mesmo sabendo que a associação estava infestada por fanáticos da seita nacionalista, Abe não se amedrontou: pediu a palavra e disse, com todas as letras, que a guerra já havia acabado, que o Japão fora derrotado e que isso não era boato que alguém lhe contara. Ele ouvira, pessoalmente, o imperador anunciando o ato de rendição. O auditório pegou fogo. O corretor de imóveis e madeireiro San-Iti Chimen, chefe da Shindo Renmei na cidade, levantou-se indignado e gritou para a platéia:

"Ele está mentindo!"

Em vez de aceitar a provocação, Abe reagiu com frieza:

"Você não tem rádio em casa, eu tenho. Eu posso escutar o noticiário internacional, você não. Como você pode dizer que estou mentindo? Se você quiser podemos ir agora à minha casa, eu ligo o rádio para quem quiser ouvir as notícias do fim da guerra."

Ninguém queria ouvir propaganda americana, reagiram todos — à exceção do farmacêutico Suzuki, aparentemente o único na cidade a compartilhar das opiniões de Abe. Os dois deixaram a reunião do *bunka* acusados de pertencer à "quinta-coluna americana", em meio a gritos exaltados exigindo "vingança contra os traidores". Em vez de aproximá-los dos patrícios, a reunião aumentou o fosso que separava os dois amigos da colônia. A ousadia dos fanáticos da Shindo Renmei na cidade parecia não ter limites. Convencidos de que a guerra ainda não chegara ao fim, e que seu país estava às portas da vitória, eles estenderam a agressividade e a arrogância não apenas aos *makegumi*, os traidores da pátria, mas também aos *gaijin,* os brasileiros. A ameaça que antes era apenas sussurrada passou a ser alardeada em voz alta pelas ruas de Osvaldo Cruz: terminada a guerra, eles não iam botar canga só nos patrícios derrotistas, mas também nos brasileiros.

Abe sabia que San-Iti Chimen era capaz de desatinos. Um dos raros casos de *kachigumi* rico, ele fazia jus à origem de seu nome — San-Iti significa literalmente "três em um" —, já que se tratava de um valentão de péssimos bofes.

Ainda assim, não temia que Chimen e os *kachigumi* da cidade pudessem fazer alguma loucura, mas, por insistência dos amigos brasileiros, concordou em tomar precauções. Cada dia alguém da família — ele, a mulher, o filho Marcelo ou a filha Toshiko, também adolescente — ficava encarregado de "fazer a ronda" da casa antes de dormir, sempre de revólver na mão. Todas as noites o enorme casarão, de madeira, como quase todas as construções da cidade, era varejado em busca de algum sinal estranho. Lâmpadas de 150 velas foram instaladas em todos os cantos da casa, iluminando os pontos cegos onde algum intruso pudesse se esconder. Assim como Suzuki, Abe fora autorizado pelo delegado de polícia, Eduardo Paixão, a comprar revólveres para si e para toda a família, e a partir de então ninguém mais na casa dormia sem ter sob o travesseiro um .32 cheio de balas. Foi um esforço em vão. A Shindo Renmei já havia escalado os carrascos para executar a sentença imposta a Abe e Suzuki. Em meados de julho o enfermeiro Eiiti Sakane (um dos sete que participaram da frustrada tentativa de degola do cabo Edmundo, em Tupã) convocou um grupo de jovens para liquidar os dois *makegumi* de Osvaldo Cruz.

Os escolhidos foram Sueto Yiama, Kazuto Yoshida, Kohei Kato e Kohei Itikawa, todos lavradores, com idades entre 25 e trinta anos e moradores em chácaras espalhadas pela região. A primeira reunião do grupo com Sakane aconteceria nos fundos do Bar do Ponto, onde os quatro tinham sido instalados dias antes. O lugar era um conhecido reduto da colônia japonesa "vitorista" da região, e sobre seu dono, o mestre em artes marciais Takeiko Massuda, pesava a suspeita de usar o estabelecimento como um dos muitos "santuários" mantidos pela Shindo Renmei para esconder *tokkotai* procurados pela polícia. Sakane entregou a cada um deles uma trouxinha de pano contendo um revólver, 25 balas, uma bandeira japonesa, uma faca *tanto* e 2 mil cruzeiros em dinheiro, e anunciou duas missões a serem executadas imediatamente: Kato e Yoshida deveriam matar "o farmacêutico Assano", enquanto Yiama e Itikawa eliminariam "o chacareiro Maramatsu", ambos residentes no então distrito de Inúbia. Mesmo sem saber sequer os nomes completos das vítimas, os quatro montaram a cavalo e partiram ignorando até os crimes que Assano e Maramatsu teriam cometido. A expedição foi um fiasco. Toshimi Assano (que era advogado, e não farmacêutico) preenchia todos os pré-requisitos para ser tachado de "derrotista" pela Shindo Renmei. Amigo das autoridades brasileiras, era

formador de fazendas, tinha caminhões e freqüentemente intermediava grandes negócios de terras. Falava três idiomas e durante muitos anos trabalhara como guia de empresários em viagens para os Estados Unidos e para a Europa, o que o aproximara dos brasileiros ricos da região da Alta Paulista. Sempre que tinha oportunidade, aconselhava os patrícios a "largar dessa história de Shindo Renmei".

Quando Kato e Yoshida apearam dos animais, depois de cavalgarem duas léguas até Inúbia, Assano atendia a um freguês na farmácia do filho Jorge, que saíra por alguns minutos. Os dois perguntaram quem era Assano, e quando o japonês atrás do balcão respondeu: "Sou eu", Kato disparou um tiro contra o patrício. A bala entrou pela têmpora e saiu pelo maxilar, cruzando em diagonal a cabeça, mas milagrosamente Assano estava vivo. Caído atrás do balcão, ele ainda levaria mais três tiros. Os dois *tokkotai* montaram em seus cavalos e retornaram a Osvaldo Cruz, deixando para trás um *makegumi* ferido, mas vivo. Kato e Yoshida, na verdade, tiveram sorte de não encontrar pela frente o brutamontes Vicente Careca, capanga de Assano, famoso pela façanha de apanhar jibóias com as mãos e colocá-las dentro da camisa. A dupla formada por Yiama e Itikawa, encarregada de matar "o chacareiro Maramatsu", nem sequer chegou a vê-lo: a segunda vítima estava viajando.

Escaldado com o fracasso dos estreantes, Eiiti Sakane decidiu incorporar-se ao grupo na próxima ação. O alvo dessa vez estava mais próximo, a pouco mais de dez quadras do bar onde o grupo se refugiava: eram as casas do farmacêutico Izuyo Suzuki e do engenheiro Yutaka Abe. Na gelada noite de 22 de julho, Sakane juntou os quatro no fundo do bar para anunciar:

"É hoje. As duplas de Inúbia serão mantidas: Kato e Yoshida vão explodir a casa do Abe, enquanto Yiama e Itikawa vão incendiar a casa do Suzuki. Eu vou com a dupla que vai pôr a bomba no Abe."

Não faltava muito para o dia clarear quando os cinco deixaram o Bar do Ponto se esgueirando pelas sombras. Levando em um embornal de pano a bomba fabricada por um ferreiro de Tupã, Sakane e os outros dois *tokkotai* tomaram o rumo da casa de Abe. A caminho da casa do farmacêutico, Yiama e Itikawa carregavam em cada mão um galão de gasolina. Naquela noite a família Abe tinha ido a um baile em uma cidade vizinha, só retornando perto das cinco horas da madrugada. Fatigados pela noitada, os quatro desabaram em suas camas sem

que ninguém tivesse feito a ronda cotidiana. Minutos depois, quando estavam todos dormindo, um estrondo despertou a cidade. Colocada sob o assoalho da casa, a bomba da Shindo Renmei explodira exatamente debaixo do quarto onde dormia o garoto Marcelo. Além de fazer na terra um buraco de um metro de profundidade, a bomba arrancou o piso feito de três camadas de peroba dura e fez voar um guarda-roupa, que se espatifou no chão, do outro lado do quarto. Uma lasca de madeira atingiu sem gravidade o queixo do menino, fazendo dele a única vítima do atentado. No meio da fumaceira que tomou conta da casa, os quatro se levantaram de armas em punho, mas já não havia sinal dos terroristas.

Mal a polícia chegava ao local e alguém trouxe a última notícia: um incêndio criminoso lavrava naquele momento na casa do outro membro da lista negra dos *makegumi* da cidade, o farmacêutico Izuyo Suzuki. Algum espião informara aos *tokkotai* que Suzuki armazenava em casa um grande estoque de garrafas de álcool, e eles pretendiam fazer o imóvel arder espalhando gasolina à sua volta e ateando fogo. Antes que as chamas se alastrassem, porém, o farmacêutico saiu de casa atirando, o que pôs em fuga os fanáticos. Ninguém dormiu mais naquela noite em Osvaldo Cruz. A polícia descobriu que a bomba colocada na casa de Abe era uma engenhoca feita com um fole de matar formigas cheio de pregos, pedras e estilhaços de ferro, à qual tinha sido amarrado um estopim longo o bastante para permitir que os *tokkotai* estivessem longe na hora da explosão. O clima de revolta entre os brasileiros era generalizado. Um amigo de Yutaka Abe, o derrubador de mato José Pombalino, ofereceu os serviços de quarenta jagunços armados de carabinas para caçar os autores dos dois atentados. Mas o gordo e pacato japonês não estava interessado em vendeta. Em vez de reagir a tiros ele propôs que fossem todos para a igreja local, onde o padre rezou uma missa pela paz na cidade.

As preces encomendadas por Abe não surtiram resultados. Uma semana depois dos dois atentados, com a cidade ainda imersa em uma atmosfera de revolta, o motorista japonês Kababe Massame reacenderia os ódios da população ao tirar a vida de Nego. Na longa noite que se seguiu ao crime, a cidade parecia estar em vigília permanente. Grupos de brasileiros armados de porretes iam e vinham nas imediações da casa onde o cadáver de Nego estava sendo velado. Massame desaparecera depois de cometer o crime, mas durante a noite alguém apareceu no velório para anunciar que o assassino estava escondido dentro de

uma latrina, na casa de uns japoneses da Vila Califórnia, a caminho da zona rural da cidade. O criminoso conseguira encolher-se a ponto de caber atrás do vaso sanitário — de onde, minutos depois, seria retirado a pauladas por uma horda de brasileiros que viera do velório. Não fosse a imediata intervenção do delegado de polícia, o japonês não sobreviveria à fúria de seus captores.

Quando o dia clareou um grupo de brasileiros tomava café da manhã no Bar do Ponto. O assunto de todas as mesas era, naturalmente, o crime da noite anterior e os atentados contra Abe e Suzuki. Ao aproximar-se de uma das mesas com uma cesta de pães, o dono do bar, Takeiko Massuda, foi provocado por um brasileiro:

"Abre o olho, japonês, porque o povo está doido para pegar um de vocês para vingar a morte do Nego."

Confiante na sua condição de detentor do nono *dan* — o mais alto grau que um lutador faixa preta de judô pode alcançar —, Massuda não se intimidou com a presença quase que só de brasileiros à sua volta e deu uma resposta atravessada:

"Vingar o Nego por quê? Além de brasileiro, ele era preto. Por mim podia matar uns dez vagabundos desses que dava na mesma..."

Era a gota d'água que faltava para transbordar o ódio represado. O brasileiro que recebeu o desaforo de Massuda levantou-se pronto para brigar:

"Ô, seu filho de uma puta! Tá pensando que manda no Brasil? Vamos ver se você é mesmo macho pra matar um brasileiro."

A cena que se seguiu foi testemunhada pelo pequeno Marcelo Abe — que jamais veria algo parecido, nem meio século depois, quando os efeitos eletrônicos do cinema fariam voar os invencíveis ninjas. Com um único e certeiro golpe, dado com as pontas dos dedos no gogó do brasileiro, Massuda colocou-o no chão, fora de combate. Os quatro amigos que tomavam café com ele partiram para cima do japonês, mas tiveram que pedir reforços ao perceber que sozinhos não podiam com o sujeito. Muitos anos depois Marcelo Abe se lembraria, sem esconder o entusiasmo, da inesquecível exibição de técnica de um mestre de artes marciais:

"Em instantes havia dez brasileiros brigando com o dono do bar. E apanhando, porque ele era um sujeito feroz, era dos bons, faixa preta. Dali a pouco já deviam ser uns vinte — e o cara enchendo todos de porrada. No melhor da luta, um caboclo amigo do meu pai gritou para eu ir embora para casa, porque

o pessoal decidira pegar a japonesada de pau e nem todo mundo sabia que eu era filho do Abe. Se eu não caísse fora, podia sobrar para mim."

O menino foi descendo a avenida Brasil em direção à casa dos pais. Quando já havia andado um quarteirão, olhou para trás e viu que foi preciso quase cinqüenta brasileiros para conter Massuda. Arrebentado de pancadas, o valente japonês saiu do bar com as mãos e os pés amarrados por cordas e foi arrastado pelas ruas como um fardo. Um homem ia na frente do grupo, gritando como um louco:

"Lincha! Lincha! Chegou o dia da forra! Hoje não fica um japonês em pé na cidade!"

A impressão que se teve, a partir daquele instante, é que todos os brasileiros de Osvaldo Cruz — velhos e jovens, pretos e brancos, ricos e pobres — tinham dívidas pessoais a cobrar de algum japonês. E que o dia da cobrança havia chegado. O que se veria em seguida não era obra de um grupo de desordeiros, como se lembraria, mais de cinqüenta anos depois, o historiador José Alvarenga, na época secretário da Prefeitura da cidade. Até hoje cheio de dedos, temendo mexer numa ferida já cicatrizada, ele reconhece que o surto coletivo de violência contaminou todos os brasileiros, indistintamente:

"Não eram só pessoas comuns, eram também pessoas destacadas. Houve participação de pessoas comuns, mas muitos eram esclarecidos e respeitáveis. Não gostaria de citar nomes, em respeito aos descendentes e aos seus familiares que ainda moram aqui. Mas posso dizer que, se o povão e as pessoas humildes colaboraram, a iniciativa das agressões e dos massacres foi de pessoas tidas como esclarecidas."

Sem que ninguém pudesse jamais explicar por que fazia aquilo, pacatos pais de família pareciam ter despertado com o diabo no corpo naquela fria quarta-feira, dia 31 de julho de 1946. Não se tratava mais de Shindo Renmei ou de vitoristas contra derrotistas, mas de um acerto de contas de brasileiros com japoneses — algo nunca explicado suficientemente. Se a morte de Nego tinha sido o estopim, a espoleta fora a reação de Massuda no café da manhã no Bar do Ponto. Depois de imobilizado, o judoca, desacordado e moído de pancadas, foi amarrado com cordas e arrastado pelas ruas da cidade. Em vez de se condoer, a população parece ter se animado com a cena, e minutos depois bandos de homens tomados de fúria passaram a percorrer as ruas no encalço de japoneses. Ninguém parecia

querer pegar especificamente esse ou aquele, mas qualquer japonês. Homem, mulher, criança, velho, não importava. Pais de famílias brasileiros invadiam casas tão simples quanto as suas, e de lá tiravam, arrastados pelos cabelos, pais de família japoneses humilhados na frente de suas mulheres e de seus filhos. Crianças japonesas viam, aterrorizadas, seus pais serem espancados pelos pais de seus amigos brasileiros. O jovem Marcelo Abe subiu ao segundo pavimento do sobrado da família, de onde desfrutava de uma privilegiada visão do centro da confusão, a avenida Brasil:

"A avenida estava cheia de gente, de brasileiros querendo pegar japoneses. O pau comia para todo lado. Um caboclo laçou um japonês e o arrastou pela avenida."

Alguém achou original a idéia do laço, e a partir daí todo mundo queria laçar seu japonês e arrastá-lo pelas ruas. Era o troco à ameaça de "pôr canga nos brasileiros" quando o Japão ganhasse a guerra. Cavaleiros rodavam o centro da cidade buscando japoneses já imobilizados para amarrar e arrastar pelas ruas, com a ponta da corda presa na chincha do arreio. O historiador José Alvarenga, que acompanhou de perto o levante, recorreu a uma imagem bovina para descrever o pesadelo vivido pela cidade:

> *O dia amanheceu e num estalo teve início a desvairada tragédia, como um estouro de boiada que se esparrama em tropel louco e desenfreado, disparando sem rumo, arrebentando tudo. Populares, impulsionados por instintos animalescos, saíram, em grupos desatinados, à caça de indefesos japoneses que nada tinham a ver com o crime ou com a ação dos fanáticos da Shindo Renmei. Invadiam seus lares, trazendo-os à força para a rua, maltratando-os impiedosamente, açoitando-os, ferindo-os, puxando-os a laço pelas vias públicas e cavalgando neles. Cenas iguais se repetiram, alternada e inesperadamente, no decorrer do dia, em pontos diferentes da cidade, praticadas por grupos que se desfaziam e se formavam de novo com alteração de seus integrantes. Os japoneses suportaram, com resignação, e sem esboçar nenhuma reação, a injusta violência a que foram inexplicavelmente submetidos.*

Como ainda estava em vigor a lei de guerra que proibia o porte e a propriedade de armas, quase ninguém tinha revólveres ou espingardas em casa

— o que certamente poupou a vida de muitos dos feridos na chacina de Osvaldo Cruz. Incapazes de conter a fúria popular, as duas únicas autoridades da cidade, o prefeito Valdemar Pio de Oliveira e o delegado Eduardo Paixão, ligaram o serviço de som que chegava a todo o centro da cidade pelas cornetas penduradas em postes e marquises de prédios. Primeiro tentaram dar ordens, mas no fim os dois faziam apelos desesperados para que as pessoas acabassem com aquilo e voltassem para casa. Ninguém deu a menor atenção ao que eles diziam. Por todos os cantos era possível ver japoneses sangrando, apedrejados e sem ter onde se esconder. No fim da manhã uma alma generosa se compadeceu dos imigrantes: contra a opinião de todos, o médico Oswaldo Nunes decidiu sair de casa para socorrer os feridos. A vizinhança pedia para ele deixar os japoneses entregues à própria sorte. "Não vai não, doutor", gritavam homens e mulheres, "deixa esses filhos da puta morrerem!"

À medida que se aproximava do centro, Nunes ia tendo uma noção do tamanho da encrenca em que estavam metidos os japoneses da cidade. Um grupo de populares instigados "por um conceituado cidadão de Osvaldo Cruz", segundo o médico, tentava atear fogo numa pensão japonesa em cujo forro tinham sido escondidas quinze crianças. Nunes foi obrigado a empunhar uma pistola calibre .45 e brandir a carteira de oficial da reserva do Exército para impedir a insanidade que ia sendo praticada. Mais adiante ele deparou com um japonês que se escondera sobre uma montanha de sacos de arroz, dentro de um armazém. Descoberto por brasileiros, ele foi arrastado para a rua e apunhalado várias vezes no peito e nas costas com um furador de tirar amostras de grãos. Até o médico se espantou com o estado em que o anônimo japonês tinha sido deixado: uma das cutiladas atingira o pulmão, fazendo com que o ar expelido saísse pela axila, produzindo borbulhas no sangue que jorrava dos ferimentos. Mas as armas preferidas eram o laço, pedras e paus. Nenhum japonês era poupado. A próxima parada de Nunes, metros depois, foi para socorrer um idoso, franzino e de cabelos brancos, que tinha sido descadeirado a pauladas. Em meio à algazarra dos atacantes, o velhinho conseguiu levantar-se, trôpego e ensangüentado, escondendo-se no desvão onde o médico o encontrou. Em alguns casos os feridos, já sem ação, eram agarrados pelos braços e pelas pernas e jogados para o alto, como sacos.

Pouco depois do meio-dia uma nova ameaça aterrorizou ainda mais os

japoneses: dali a alguns minutos chegariam ao centro, vindas da zona rural, dezenas de criancinhas japonesas cujas aulas começavam à uma da tarde. Era preciso impedir que elas entrassem em Osvaldo Cruz, sob pena de estarem todos na iminência de uma tragédia de proporções ainda maiores. Um pequeno grupo de japoneses conseguiu sair sorrateiramente do campo de batalha em que se convertera o centro e tomou o rumo das colônias, chegando a tempo de mandar as crianças de volta às suas casas.

O médico ainda tentou salvar pelo menos alguns japoneses, seus amigos, trancando-os no único lugar supostamente seguro da cidade, o xadrez da delegacia local, mas logo percebeu que a conflagração só seria contida com ajuda militar. Ele próprio tomou a iniciativa de ligar para o comando da v Companhia do Exército, sediada em Tupã, que horas depois despachava cinco caminhões com tropas armadas de metralhadoras para ocupar militarmente a cidade. Quando o Exército se sentiu dono da situação, já eram onze da noite. O balanço da revolta registrava, além de milhões de cruzeiros em prejuízos materiais, 49 pessoas internadas em hospitais, todas com ferimentos graves. Quando um dos oficiais disse que só um milagre explicava a inexistência de mortos, alguém explicou que não era bem assim:

"As pessoas não queriam matar os japoneses. Só humilhar."

De fato as feridas da alma dos japoneses levariam muito mais tempo para cicatrizar do que as fraturas e cabeças quebradas. Embora a Shindo Renmei não viesse a realizar mais nenhuma ação em Osvaldo Cruz, a relação da colônia com os dois *makegumi* da cidade, Abe e Suzuki, piorou ainda mais. A comunidade suspeitava que eles tivessem sido os mandantes da revolta, acusação a que Abe respondia de dedo em riste:

"Vocês é que são os responsáveis. No dia que explodiu a bomba na minha casa eu tinha quarenta homens armados para matar vocês. Eu não deixei matar. Mas tenham certeza de uma coisa: se eu morrer, não fica um japonês vivo em Osvaldo Cruz. Isso eu garanto a vocês: meia hora depois da minha morte, os homens do Pombalino vão caçar os *tokkotai* onde eles estiverem."

A vingança da Shindo só viria a se materializar seis meses depois, no começo de 1947, quando chegou à delegacia de polícia da cidade uma ordem de prisão contra Abe e Suzuki. Não se tratava de um mandado emitido por um juiz, mas de uma ordem de alguém na cúpula da polícia. Único dos procurados que estava na

cidade, Izuyo Suzuki já saiu de casa algemado, direto para a cadeia local, onde passou uma semana encarcerado. Yutaka Abe almoçava com um amigo, o delegado de polícia da cidade de Oriente, a cem quilômetros de Osvaldo Cruz, quando soube que havia "ordens de São Paulo" para prendê-lo. O policial aconselhou-o a esconder-se durante alguns dias até que a situação se esclarecesse melhor, mas Abe resolveu colocar o assunto em pratos limpos. Em vez de se refugiar, ele tomou um trem para São Paulo, onde tinha um vasto círculo de relações que poderiam ajudá-lo a descobrir o que podia estar por trás da misteriosa ordem de prisão. Não foi preciso muito esforço para chegar à ponta do novelo. Depois de conversar com amigos influentes, Abe espantou-se ao descobrir que a maquinação para colocá-lo na cadeia partira de ninguém menos que o recém-eleito governador de São Paulo, Ademar de Barros. E soube mais: ao mandar prendê-lo, Ademar — que conseguira o apoio eleitoral da Shindo Renmei em troca de favores — pagava à seita uma das muitas promessas de campanha que fizera aos *kachigumi*.

7

EIITI SAKANE, O RONIN SOLITÁRIO, PREPARA UM BANHO DE SANGUE EM TUPÃ

A sucessão de crimes da Shindo Renmei fez com que os japoneses saltassem das páginas policiais para o austero plenário do Palácio Tiradentes, no Rio de Janeiro, onde desde fevereiro estava reunida a Assembléia Nacional Constituinte, eleita para redigir a nova Constituição brasileira. Durante os primeiros cinco meses de trabalhos, os conflitos ocorridos no interior de São Paulo não tinham merecido espaço nem mesmo no pinga-fogo, o pequeno expediente dedicado a discursos e comunicações breves dos deputados e senadores. A repercussão nacional da desastrada reunião no Palácio dos Campos Elíseos, porém, acabou transportando para a tribuna o que à primeira vista parecera aos constituintes um problema policial. Incendiados pela matança que acontecia no sertão paulista, os debates reacenderam um dos temas mais polêmicos da Constituinte de 1934 — a questão imigratória — e fizeram renascer a chamada "bancada eugenista", que oito anos antes conseguira transformar em preceito constitucional a polêmica "emenda antinipônica". Dessa vez o líder do grupo era o deputado Miguel Couto Filho.

Herdeiro do nome, dos votos e da xenofobia do pai, o médico carioca parecia ser um antijaponês ainda mais radical que o velho, o constituinte que em 1934 ameaçara "educar os netos em japonês", tal o pânico que os imigrantes lhe infligiam. Até então, em apenas duas oportunidades a Constituinte ocupara-se do tema, e em ambas para deliberar sobre o mesmo assunto: a devolução dos bens e fundos bancários confiscados aos "súditos do Eixo" durante a guerra. Convencidos de que não havia mais sentido em manter seqüestrados recursos e propriedades de estrangeiros residentes no Brasil, o udenista mineiro Gabriel Passos e o democrata-cristão paulista Manuel Victor recorreram a "razões econômicas e humanitárias" para propor ao governo "a devolução imediata de propriedades industriais, comerciais e agrícolas e a liberação dos fundos bancários pertencentes a súditos de países do Eixo". O projeto não teve sucesso, nem mesmo estabelecendo exigências rigorosas para requerer o benefício (o estrangeiro deveria exibir "certidões de isenção de culpa", fornecidas pela polícia

e pela Justiça). Radicalmente contrário à proposta, Miguel Couto Filho ocupou a tribuna para advertir que a devolução dos bens iria fermentar ainda mais as atividades do "quisto amarelo" instalado em São Paulo:

"Denuncio à nação que os japoneses ricos de São Paulo, inspirados pelo divino Hiroíto, pretendem ainda criar um novo Japão no Brasil. Habilíssimos agentes e advogados administrativos procuram cegar-nos para conseguirem que esta Constituinte escancare as portas do Brasil aos japoneses."

Com a ajuda dos deputados comunistas, o escritor Jorge Amado e o ex-militar José Maria Crispim, Miguel Couto conseguiu arquivar a iniciativa. A "questão japonesa" voltaria à tona logo após a reunião de Macedo Soares com os japoneses, no final de julho. Três dias depois o amazonense Pereira da Silva subia à tribuna da Constituinte carregando uma mala de recortes de jornal com notícias sobre o encontro dos fanáticos com o interventor paulista. Sempre se referindo à Shindo Renmei como "a camorra amarela", o parlamentar desancava a tese da "serenidade e da prudência" defendida por Macedo Soares (filiado ao PSD, como o deputado) nas relações com os japoneses:

"Não se compreende que representantes do governo cheguem ao ponto de convocar fanáticos sanguinários, que no íntimo nos odeiam, para uma audiência no próprio palácio, como acaba de acontecer em São Paulo."

Como qualquer crítica a Macedo Soares recebia o apoio automático dos comunistas, o primeiro a aplaudir o orador foi Carlos Marighella, deputado pelo PCB baiano que se celebrizaria como líder guerrilheiro nos anos 60:

"Estou inteiramente de acordo com Vossa Excelência. O interventor de São Paulo tem grande responsabilidade na questão a que Vossa Excelência se refere. Em vez de olhar para as condições de vida do povo, ele prefere fazer todas as concessões aos fascistas da Shindo Renmei, enquanto seu secretário de Segurança persegue trabalhadores em Santos."

Pereira da Silva terminava seu discurso apresentando uma indicação — nome dado às sugestões feitas pelos constituintes ao Executivo, sem nenhuma garantia de aplicação — que propunha uma solução radical para o problema: a imediata expulsão do território nacional de "todos os japoneses ligados à organização terrorista Shindo Renmei". A bancada comunista em peso disputava o microfone de apartes. O fluminense João Amazonas (que anos depois romperia com o PC, fundando o PC do B) ridicularizou a proposta do colega, aconselhando-o a abrir a

lista dos expulsandos com o nome do interventor Macedo Soares. O paulista Ataliba Nogueira, do PSD, sentiu-se na obrigação de sair em defesa do interventor, mas percebeu que estava cercado de comunistas por todos os lados. Marighella retomou a palavra para acusar Macedo Soares de estar dando guarida a "uma organização escancaradamente fascista como a Shindo Renmei". Até o lendário Luís Carlos Prestes, já imortalizado por Jorge Amado como o "Cavaleiro da Esperança" (e agora senador eleito pelo Distrito Federal), aproveitaria a oportunidade para fustigar o interventor paulista, velho algoz dos comunistas:

"O interventor Macedo Soares, que se mostra tão tolerante em relação aos japoneses fanáticos da Shindo Renmei, não vacila em perseguir operários que reclamam seus direitos."

O deputado comunista e ex-sargento paraense José Maria Crispim, um dos revoltosos do levante comunista de 1935, cobrava coerência do representante de São Paulo:

"Quando o interventor se recusou a receber operários grevistas, Vossa Excelência justificou a decisão alegando que eles eram fora-da-lei, pois estavam em greve. Mas agora o país vê o mesmo governante que usou esse pretexto receber em audiência os criminosos confessos da Shindo Renmei."

O futuro presidente da República João Café Filho, então deputado pelo PSP do Rio Grande do Norte, não resistiu à ironia:

"Se o interventor de São Paulo só recebe fanáticos, temos que transformar nossos operários em fanáticos do direito de greve. Quem sabe, talvez assim eles mereçam idêntico tratamento ao que foi dado aos matadores da Shindo Renmei."

O calor dos debates antecipou a discussão sobre como a futura Constituição deveria tratar a questão da imigração. Nas semanas seguintes seria raro o dia em que o pinga-fogo e o grande expediente da Constituinte não fossem ocupados por debates sobre a seita japonesa. Os fanáticos *kachigumi* tinham conseguido o prodígio de juntar contra si esquerda e direita, pessedistas e udenistas, no ódio aos japoneses em geral. Para os comunistas, a Shindo Renmei era uma corja de fascistas que deveria ser reprimida com rigor. Na outra ponta da linha estavam os ultraconservadores "eugenistas", defensores da "teoria do melhoramento do tipo racial", que propunham simplesmente fechar as portas do Brasil aos imigrantes japoneses. Liderando a "bancada antinipônica", Miguel Couto Filho brandia na tribuna um exemplar de seu livro intitulado *Para o futuro da pátria*

— *Evitemos a niponização do Brasil*, obra que se converteria no vade-mécum dos inimigos da Shindo Renmei. Uma das raras vozes a se levantar a favor dos japoneses seria a do udenista de São Paulo Aureliano Leite — celebrizado como o grande tribuno da Revolução Paulista de 1932 —, que lutaria até o fim da Constituinte para defender uma política de imigração menos restritiva. Os anais registrariam as batalhas verbais provocadas pelo terrorismo japonês:

O sr. Manuel Novais (UDN-BA) — Meditemos bem sobre as novas correntes imigratórias que estão se formando. Não cometamos de novo o suicídio de juntar a escória humana formada por traidores japoneses, alemães e italianos. O Brasil não é o depósito do lixo moral e político do mundo.

O sr. Galeno Paranhos (*PSD-GO*) *— Não podemos permitir novos quistos raciais no Brasil.*

O sr. Aureliano Leite (*UDN-SP*) *— Não existem quistos raciais no Brasil. O que se propala por aí a esse respeito é uma fantasia. Desaparecido o perigo dos imperialismos japonês, italiano e alemão, não há mais razões para restrições à imigração. É indiscutível que o Brasil precisa de braços.*

O sr. Plínio Barreto (*UDN-SP*) *— Não de braços amarelos.*

O sr. Aureliano Leite (*UDN-SP*) *— Até esses, se os braços brancos não derem para atender à lavoura.*

O sr. Dolor de Andrade (*UDN-MT*) *— O Brasil está carecendo de aproximadamente 1 milhão de braços.*

O sr. Plínio Barreto (*UDN-SP*) *— Desde que não sejam amarelos...*

O sr. Dario Cardoso (*PSD-GO*) *— Sim, os amarelos tentam rearticular-se, e o melhor exemplo disso é essa sociedade secreta que está implantando o terror em São Paulo.*

O sr. Aureliano Leite (*UDN-SP*) *— Isso é um fenômeno chamado sensacionalismo, é coisa para efeito jornalístico. Onde vamos buscar os braços de que precisamos, senão abrindo as portas a outras nacionalidades, como a espanhola, a balcânica e a própria japonesa?*

O sr. Plínio Barreto (*UDN-SP*) *— A japonesa, não. Absolutamente.*

O sr. Galeno Paranhos (*PSD-GO*) *— Nenhuma asiática.*

O radicalismo despertado pelo assunto acabava baixando o nível dos debates a

tal ponto que não se pouparia sequer o imperador Hiroíto, agora rebaixado à condição de limpador de penicos do chefe das forças aliadas:

> *O sr. Leopoldo Peres (PSD-AM) — A aliança do bonifrate asiático, o outrora todo-poderoso e ultradivino imperador Hiroíto, hoje humílimo baciniqueiro do general MacArthur, com o Tamerlão do Ocidente asseguraria ao Micado posse imediata de vastíssimas glebas que implantara em São Paulo, e cujos tentáculos se estenderiam ao extremo Norte do Brasil. E se isso não se verificou é que, uma vez ainda, Deus quis mostrar que é brasileiro.*

Peres não era o único a acreditar na mirabolante versão de que os japoneses ainda pretendiam "ocupar" partes do território brasileiro. Exibindo mapas e documentos tidos como secretos, Miguel Couto Filho sustentava que, mesmo perdida a guerra, os japoneses haviam decidido manter na América do Sul o que ele chamava de "grande eixo amarelo" — uma linha imaginária na qual se instalariam colônias de fanáticos japoneses, iniciando-se em Santos, cortando todo o estado de São Paulo e o Centro-Oeste brasileiro, atravessando a Bolívia e indo bater nos portos chilenos de Antofagasta e Iquique, no Pacífico. Segundo o deputado, essas duas "portas de entrada amarela da América do Sul" permitiriam a realização do sonho de Hiroíto de constituir um "Estado japonês" cortando os três países.

O que deputados e senadores não sabiam é que a organização que levara os debates a tanto radicalismo já estava agonizante. A política de prisões em massa de japoneses, adotada pelo DOPS paulista, levara aos xadrezes quase 30 mil pessoas. Dessas, mais de 4 mil foram identificadas, fichadas e indiciadas em processos com base na Lei de Segurança Nacional. O superlotado presídio da Ilha Anchieta abrigava duas vezes mais presos que sua capacidade normal e a Casa de Detenção, na capital, fora tomada por multidões de japoneses vindos de todo o estado. Com a prisão dos principais líderes da capital e do interior, a polícia quebrou finalmente a coluna vertebral da Shindo Renmei. Os jornalistas compartilhavam do otimismo dos policiais: se ainda houvesse algum foco sem comando atuando no interior, seu aniquilamento era questão de semanas.

▪

Temas de semelhante magnitude, como os discutidos pelos constituintes, não faziam parte do universo de preocupações de Eiiti Sakane. Nem mesmo a tuberculose transmitida pela mulher e que lhe devastava os pulmões o afligia tanto. O problema dele, naqueles dias, era a solidão. Com quase todos os amigos e superiores presos, Sakane perdera os contatos com o que restava da máquina da Shindo Renmei. E acabara se convertendo em uma espécie de *ronin* — o guerreiro que de repente, por escolha ou forçado pelas circunstâncias, se vê sem patrão e inicia uma carreira solo, como um samurai errante. Mas Sakane sempre fora um *tokkotai* singular. O tempo todo sisudo e mal-encarado, dono de uma coragem sem limites, ele se distinguia dos demais matadores da Shindo Renmei — em geral jovens silenciosos e circunspectos — por seu caráter exibicionista e teatral. Para ele, as ações e atentados deviam ser revestidos de tratamento quase cenográfico. Se não pudessem ser executados ritualisticamente — dar à vítima o direito de se suicidar, oferecer-lhe a bandeira japonesa e o *tanto* para o haraquiri etc. etc. —, deveriam ser ruidosos e espetaculares. Como tinham sido a bomba e o frustrado incêndio que ele planejara e ajudara a executar em Osvaldo Cruz, ou a chegada cinematográfica de Kazuto Yoshida e Kohei Kato a cavalo em Inúbia, para matar (também nesse caso sem sucesso) Assano e Maramatsu.

Eiiti Sakane viera para o Brasil em junho de 1927, ano em que a população japonesa no país mal chegava aos 40 mil habitantes. Tinha dezenove anos e havia deixado o sítio dos pais no interior do Japão diretamente para o navio, sem jamais ter posto o pé em uma cidade grande. Após desembarcar em Santos, passou algumas horas preenchendo formulários na Hospedaria dos Imigrantes, na capital, e foi dormir sua primeira noite brasileira em Cafelândia, cidade em que viveria os três anos seguintes trabalhando como lavrador. Casou-se e teve três filhos com Mosako, a jovem imigrante que conhecera a bordo do *Buenos Aires Maru*, a caminho do Brasil. Em 1930 mudou-se para Marília, passando a trabalhar na colheita de algodão. Meses depois da chegada, Mosako contraíra uma inesperada tuberculose, obrigando-o a hospitalizá-la em São José dos Campos, do outro lado do estado. Para que a família pudesse ficar mais perto da mãe doente, Sakane transferiu-se com os filhos para Moji das Cruzes, nas imediações de São Paulo, cidade onde havia grande concentração de imigrantes japoneses. Abandonou a lavoura e passou a trabalhar como ajudante de

caminhão na rodovia Rio—São Paulo, emprego que permitia visitar com freqüência a mulher, internada a meio caminho entre as duas metrópoles.

De volta a Marília, após a cura de Mosako, Eiiti Sakane não quis mais saber de morar no mato. Arranjou um emprego de balconista na farmácia de um patrício e em pouco tempo já sabia aplicar injeções, fazer e limpar curativos, e conhecia de cor os nomes dos remédios. E foi como "enfermeiro profissional" que conseguiu um emprego ainda melhor na farmácia de outro japonês, mas na cidade vizinha de Tupã — onde ele iria conhecer Kanji Aoki, o homem que mudaria sua vida. Um dos chefes locais da Shindo Renmei, Aoki era admirado por ser, a um só tempo, intelectual refinado e grande mestre de artes marciais. De rígida formação militarista e professor de judô, gabava-se de ser capaz de subir sobre as lâminas de duas catanas com os pés descalços, tal era o poder de sua mente sobre o próprio corpo. Aoki não precisou muita conversa para aliciar o recém-chegado para o credo da seita: Sakane era um patriota radical, "um súdito capaz de dar a vida pela honra do Japão e de seus valores maiores", como ele próprio diria. Dias depois, Eiiti Sakane anunciava orgulhoso à mulher e aos filhos que abandonara o balcão da farmácia para se dedicar em tempo integral à causa patriótica.

Ele não esperou que Aoki o procurasse para testar sua disposição. No dia 1o de janeiro de 1946, ao saber que, no bairro Coim, um militar tinha limpado as botas com a bandeira japonesa, foi Sakane quem propôs ao chefe da Shindo a montagem imediata de um comando para vingar o insulto com o fuzilamento do cabo Edmundo. Aprovado o plano, em poucas horas ele arregimentou seis *tokkotais* e, na reunião de todos com Aoki, deu asas à imaginação. Disse que o ideal seria realizar a ação com o grupo a bordo de um carro veloz e potente — "um Lincoln, por exemplo", sugeriu — e que, em vez de revólveres enferrujados, as armas utilizadas fossem pistolas Mauser, de dez tiros, e as infalíveis automáticas alemãs Parabellum. Trazido de volta à realidade por Aoki, concordou em que a pena de fuzilamento fosse convertida em degola, e foi dele a idéia de que todos fossem à caça de Edmundo armados de suas catanas, os temíveis sabres orientais.

Ainda que nada do plano tivesse dado certo — o cabo escapou com vida e os sete pegaram 27 dias de cadeia —, Aoki estava certo de ter descoberto um verdadeiro samurai. E logo arranjou uma viagem de Sakane a São Paulo para que

a direção da seita o conhecesse pessoalmente, o que acabaria acontecendo no final de março de 1946. Sakane passou algumas semanas hospedado na sede da Shindo, na rua Paracatu, tempo suficiente para Kikawa, Tomari e Negoro perceberem que de fato tratava-se de um tipo original, que nutria pelos derrotistas um ódio incontrolável. "*Makegumi* não é japonês. Mas também não é brasileiro, nem chinês, nem coreano", ele repetia em ladainha, para completar: "Então pode matar que é bicho". As recomendações de Aoki procediam, mas por prudência os chefes da seita decidiram limitar o campo de atuação de Sakane ao interior do estado. Tanto arrebatamento na capital poderia virar um prato cheio para as autoridades. Eiiti Sakane se preparava para retornar a Tupã, no dia 2 de abril, quando a polícia invadiu a casa-sede da Shindo Renmei, prendendo todo mundo que lá encontrou, inclusive ele. Uma semana depois da prisão, separado dos líderes da seita, ele foi mandado para a Casa de Detenção, onde permaneceu preso até o dia 2 de julho, data em que foi despachado de volta para Tupã para responder em liberdade ao inquérito aberto pela polícia.

Voltar ao interior contaminado pela tuberculose, e com todos os companheiros presos, era um retorno melancólico demais — até mesmo para aquele *ronin* solitário que vagava pelo sertão paulista em julho de 1946. Mas a consciência de que sua prisão significaria o fim da Shindo Renmei, em vez de deprimi-lo ainda mais, pareceu ter estimulado a veia teatral de Eiiti Sakane. Se a organização patriótica estava mesmo moribunda, então que morresse espetacularmente. No dia 21 daquele mês Sakane reuniu no galpão de um plantador de amendoim do bairro Jurema, em Tupã, cerca de vinte rapazes — provavelmente os derradeiros *tokkotai* ainda em liberdade na região. Para levantar o moral dos jovens, ordenou as ações em Inúbia e Osvaldo Cruz. Embora a primeira tivesse sido um fiasco, a bomba na casa de Abe e o começo de incêndio na de Suzuki haviam reanimado o pessoal. Agora, no entanto, aproximava-se uma data importante para os derrotistas, e que eles, os vitoristas, não poderiam deixar passar em branco: o dia 15 de agosto, primeiro aniversário "da farsa do *Missouri*" — como ele se referia à cerimônia de rendição do Japão. Era preciso festejar a data, sim, mas à maneira dos patriotas, dos *kachigumi*, com uma ruidosa matança de *makegumi*, os traidores de corações sujos. Sakane anunciou que no dia 15, às três da tarde, quinze derrotistas de Tupã seriam executados por bandos de *tokkotai* armados e organizados por ele. Alguém

lembrou que o dia escolhido tinha para os brasileiros um sentido muito mais forte do que a comemoração do fim da guerra: era o dia da assunção da Virgem Santíssima, um feriado nacional guardado pela maioria dos católicos. Marcar o massacre para essa data significaria procurar encrenca com os brasileiros, que nada tinham a ver com aquela guerra santa. Sakane não se apertou: se era assim, então adiava-se tudo para o dia 16. Para não quebrar o simbolismo, o ataque seria desfechado às quatro da tarde e o número de mortos subiria de quinze para dezesseis.

Convertido à condição de chefe dos últimos *tokkotai*, Eiiti Sakane determinou que todas as vítimas fossem devidamente informadas da condenação. Os bilhetinhos manuscritos, advertindo os *makegumi* do que os esperava e deixados debaixo de portas de casas e de estabelecimentos comerciais, davam uma medida do terror espalhado pelos fanáticos:

Takata: fomos informados de que você andou propagando falsas notícias da guerra nipo-americana, dizendo que o Japão foi derrotado e ainda falando mal e desrespeitando a Família Imperial. Nós o castigaremos, iremos buscar a sua vida. Lave o seu pescoço, para não deixar na espada a sujeira que o envergonha.

Ishida: terminada a guerra nipo-americana, você tem propalado notícias que desrespeitam a Família Imperial. Não só isso. Conseguiu levar à prisão os inocentes patrícios que ora se acham sacrificados. Você será vingado desse crime pesadamente. Esta vingança contra você será praticada por nós, os fiéis à Família Imperial. Reino do Mundo. Viva o Grande Império japonês! Vencedor, poderoso Império japonês!

Tushida e companhia: vocês dois pregaram uma calúnia contra o respeitabilíssimo imperador do nosso grande Império japonês. Nós, os japoneses, castigaremos os nossos inimigos traiçoeiros. Para isso usaremos armas. Vocês, se são japoneses, enfrentem-nos como japoneses e recebam os nossos castigos. No caso de vocês não saberem enfrentar essa medida, esperai-nos de pescoço bem lavado.

Ohara: você será castigado pelo crime de andar pregando notícias

desrespeitosas referentes à Casa Imperial. Lave já seu pescoço e espere-nos.

Mitomatsu: você andou pregando a derrota do Japão, compartilhou com a turma da comissão apaziguadora e nos maltratou. Agora nos levantamos energicamente para liquidar os haisen *— os traidores de coração sujo. Lave sua garganta!*

Takano: você foi incluído na lista dos inimigos da pátria, porque andou propagando a derrota da nossa pátria. Também sabemos que conversou com Ishida sobre derrota. Por esse motivo, nós iremos buscar sua vida. Lave seu pescoço e nos espere.

Nitto: você, depois do término da guerra nipo-americana, esparramou notícias que desrespeitam a Família Imperial e anunciou a derrota do Japão. Embora esteja fora da pátria, a nossa obrigação é respeitar a Família Imperial e salvar os inocentes patrícios. E você falou coisas que jamais um japonês devia falar. Espere-nos.

Além de ser contemplado com o bilhete ameaçador, o fotógrafo Kenjiro Nitto, ao sair à rua, viu que sua casa tinha sido pichada com os ideogramas da morte: "Traidor da Pátria!". Os "crimes" cometidos pelos dezesseis jurados de morte eram os mesmos de sempre. Shuro Ohara, dono de um bazar chamado Casa Ono, era acusado de distribuir na colônia os jornais enviados ao interior pelo consulado americano. Nitto fora incluído na lista porque "falava mal da família imperial". A presença do nome do contador Jorge Okazaki na lista de morte parecia ser a única óbvia, já que ele tivera a cabeça colocada a prêmio meses antes, quando atuara como intérprete da polícia no "caso da bandeira", em janeiro. Outro dos ameaçados, o comerciante Koiti Takano, parecia fadado a penar por ser japonês. Dono de dois postos de gasolina em Getulina, ele havia sido obrigado a se desfazer do negócio depois que as distribuidoras americanas pararam de fornecer combustível a "súditos do Eixo". Vendeu os postos e mudou-se para Tupã, onde logo foi tachado de *makegumi* pelos japoneses nacionalistas da cidade. Um dia a mulher de Takano saiu de casa e viu que no muro tinha sido pichada com carvão a frase fatídica: "Traidor da Pátria!".

Tempos depois o próprio Koiti receberia uma carta anônima onde ameaçavam cortar-lhe a garganta.

Embora o fluxo de dinheiro para as sucursais tivesse sido interrompido com a prisão dos líderes e o fechamento da sede da Shindo, em São Paulo, ainda havia japoneses endinheirados dispostos a pagar as contas dos fanáticos. A fonte de recursos para financiar as operações de Sakane passou a ser a Casa Marília, uma grande loja de ferragens e de secos e molhados que funcionava na avenida Tamoios, no centro de Tupã. O comprometimento da empresa com a Shindo Renmei era tal que um dos sócios, Seiiti "Paulo" Hayakawa, já se encontrava preso em São Paulo fazia vários meses, acusado de co-autoria dos crimes da Shindo por ter financiado as atividades da organização — coisa que ele nunca negou. O radical Hayakawa tinha sido o porta-voz da exigência mais estapafúrdia dos japoneses na reunião do Palácio dos Campos Elíseos: a censura ao noticiário da imprensa sobre a derrota do Japão. A ação planejada por Sakane para Tupã chegou aos ouvidos de Hayakawa, que de dentro da prisão mandou uma mensagem ao sócio Tetsuo Kuga autorizando-o a abrir os cofres da Casa Marília para socorrer Sakane. Dias depois este receberia um pacote com 5 mil cruzeiros e as chaves de um caminhão para o transporte dos matadores, no dia 16.

Nem a distribuição dos bilhetes ameaçadores nem a proximidade do aniversário da rendição, porém, parecia preocupar os brasileiros de Tupã. Aquela era uma pendenga de imigrantes com imigrantes, e a cidade talvez fosse, em toda a região, a que mais aprendera a conviver com culturas estranhas. Fundada em 1929 pelo fazendeiro pernambucano Luiz de Souza Leão, sobre terras tomadas aos índios caingangues, Tupã foi sendo sucessivamente ocupada por colônias de imigrantes vindas dos mais distantes pontos do planeta. Primeiros a chegar, os espanhóis se instalaram em Juliápolis e São Martinho. Os japoneses vieram em seguida e ocuparam os bairros de Monteiro, Vanheri, Bandeirantes, Anápolis e Coim. Os italianos foram para o bairro de Toledo e os letões se concentraram no distrito de Varpa. Metade dos 45 mil habitantes da cidade era estrangeiros, e cerca de 13 mil deles tinham vindo do Japão. Graças também à contribuição desses imigrantes, em 1946 Tupã vivia o auge de sua economia rural, impulsionada pelas grandes safras de café, algodão e amendoim. Além de ter sido palco do "caso da bandeira", a cidade tinha ido parar nos jornais por causa da Shindo Renmei outra vez quando a polícia descobriu quem era o autor das

fraudes nas edições da revista *Life*: o fotógrafo Masashigue Onishi, o mesmo que fizera a célebre foto dos "sete samurais", cujas cópias agora eram vendidas como suvenir a preço de ouro em toda a colônia. Ao ser interrogado pela polícia, Onishi não deixou dúvidas quanto à sua fé patriótica:

> *[...] Que o declarante tem acendrado amor à pátria e educa seus filhos nos moldes japoneses. Que é membro da Shindo Renmei porque, sendo patriota, nada lhe impedia de pertencer a uma sociedade cujo principal escopo é combater a falsa propaganda das Nações Unidas, que aponta o Japão como país vencido, sendo ele invencível. Que o declarante, sendo fanático, está convencido da vitória da pátria e, em caso contrário, não titubearia em matar-se, única atitude compatível com os seus sentimentos patrióticos. Que, para provar aos patrícios a falsa notícia da derrota japonesa, reproduziu muitas fotografias publicadas pela revista americana Life, da cerimônia da rendição incondicional dos americanos aos generais japoneses, representantes do imperador que, na opinião do declarante, é um Deus e em obediência a quem mataria quem quer que fosse. Que o declarante está certo de que as notícias da derrota do Japão são falsas e mentirosas e, se as declarações prestadas aqui implicarem em expulsão, aceitará tal ordem com grande satisfação. Que se houvesse uma guerra entre Brasil e Japão, o declarante lutaria com todas as suas forças a favor da pátria, contra o Brasil. [...]*

No dia-a-dia, porém, o convívio na cidade de brasileiros com japoneses sempre fora pacífico. Se havia algum preconceito contra os imigrantes, era coisa das autoridades. O homem do povo mal sabia o que significava a expressão "quinta-coluna", freqüentemente usada para carimbá-los como inimigos. Às vezes aparecia em Tupã algum maluco, como Kano, um japonês que quando exagerava no saquê ia para a zona do meretrício gritar que os brasileiros eram malandros e que, terminada a guerra, o Japão iria "colocar ordem nisto aqui, e ensinar brasileiro a virar gente". Nesses casos uma noite no xadrez era suficiente para curar a macacoa e esfriar os brios nacionalistas do bêbado.

Mas desta vez as coisas iam ser diferentes. Na noite de 15 para 16 de agosto o pelotão montado por Sakane se dividiu em três grupos, que pernoitaram em três casas diferentes. Sem meios de conseguir automóveis e armas sofisticadas para os

atentados, Sakane decidiu que o impacto da ação estaria na pontualidade: rigorosamente às quatro da tarde, em diferentes lugares da cidade, dezesseis "corações sujos" tombariam mortos pelo crime de traição. Depois do almoço o bando reencontrou-se para a última reunião — desta vez nos fundos da farmácia de Fusakiti Fujii. Sistemático como sempre, Eiiti Sakane distribuiu a cada *tokkotai* um pedaço de papel com o nome de sua vítima — ou os nomes, no caso de alguém ter sido encarregado de mais de uma morte. Sakane comunicou que tinha reservado para si a execução de Okazaki. Do ponto de vista dos fanáticos, o privilégio se justificava. Não fosse sua aparência asiática, Jorge Okazaki podia ser visto como um perfeito ocidental. Cristão, apaixonado pelo Brasil, ele nunca escondera o desprezo que sentia pelos militantes da Shindo Renmei e por suas idéias exóticas. Dono do maior escritório de contabilidade da cidade, ele era guarda-livros do homem mais rico e poderoso de Tupã, Luiz de Souza Leão, de quem havia se tornado compadre anos antes, quando o patrão batizara sua filha. Além de ter o perfil típico de um *makegumi*, a colaboração escancarada de Okazaki com a polícia o convertera no inimigo número um da Shindo na cidade. Quando Sakane acabou de falar, Kohei Kato, que tinha ficado encarregado de executar Tushida, pediu permissão para divergir do chefe: ele se sentia em dívida com a organização. Desde o fracasso da missão em Inúbia, quando não conseguira matar "o farmacêutico Assano", seu coração estava "apertado de vergonha" pelo malfeito. Kato queria redimir-se executando o mais importante dos "corações sujos" de Tupã, Jorge Okazaki. Sakane concordou em "trocar Okazaki por Tushida" — e, após distribuir armas, balas, *tantos* e bandeiras japonesas, fez a última recomendação:

"Todos os que tiverem sucesso nas suas missões devem se entregar à polícia imediatamente depois da execução, sem nenhuma reação."

No meio da tarde o bando se espalhou pela cidade, cada um a caminho de sua vítima. Quando faltavam quinze minutos para a hora marcada, um jovem japonês entrou em uma farmácia suando frio, com as mãos na barriga, e pediu um remédio que estancasse a cólica que parecia queimar-lhe as tripas. Antes de ser atendido, o rapaz desmaiou no chão, contorcendo-se em dores. O próprio farmacêutico diagnosticou: era apendicite e, se estivesse supurada, ele morreria. Era preciso levá-lo imediatamente para o Hospital São Francisco. Enquanto alguém providenciava uma condução, o dono da farmácia começou a afrouxar a

camisa do japonês, na tentativa de fazê-lo respirar mais livremente. Ao sentir mãos estranhas apalpando suas roupas, o desconhecido abriu os olhos e, como um morto que ressuscitasse, deu um pulo e saiu dali correndo. Era o *tokkotai* Noboru Mihabara, vendedor de frutas encarregado de liquidar o comerciante Shuro Ohara, dono da Casa Ono, por coincidência um freguês de sua banca de frutas.

Ele tinha motivos para se apressar. Eram pontualmente quatro da tarde, hora marcada para varrer de uma vez por todas os cabeças do movimento *makegumi* em Tupã. O barulho do primeiro disparo sacudiu a monotonia da tarde. Logo em seguida, mais dois, e depois mais um, todos vindos da firma de Okazaki. Minutos antes, Kohei Kato tinha entrado sorrateiramente no escritório do contador, pulado o balcão de um salto e, ao ver Okazaki de pé, num outro cômodo, ele disparou quatro vezes, sem pronunciar uma só palavra. A poucas centenas de metros dali, o *tokkotai* Toshio Hirama perguntava a um jovem que atendia atrás do balcão do Foto Nitto:

"Você é o Nitto?"

Diante da resposta afirmativa, disparou dois tiros no japonês, que tombou morto. Sem saber, Hirama matara o Nitto errado — o morto era Minoru, irmão mais novo do fotógrafo Kenjiro, que tinha sido condenado pela Shindo Renmei. Tanto Kato como Hirama saíram para a rua, depois dos disparos, como se nada tivesse acontecido. Cada um levava nas mãos um revólver ainda fumegante. O primeiro popular a botar as mãos em Kato foi, ironicamente, um homem que já havia ajudado a Shindo Renmei: o advogado Quirino Travassos, que junto com Paulo Lauro tirara os "sete heróis" da cadeia de Marília, no começo do ano. Ajudado pelo motorista de táxi Olívio de Barros, o advogado deu voz de prisão ao japonês, que reagiu, segundo testemunhas, com um sorriso cínico:

"Calma. Não precisa me prender. Eu fiz minha obrigação e vou me entregar à polícia."

Diante do espanto dos dois, Kato tirou do bolso um pedaço de papel escrito em português e japonês e entregou a Quirino. Era uma carta que ele pretendia deixar com o delegado Benedito Veras, ao se entregar à polícia, na qual explicava as "razões patrióticas" de seu crime. Com Hirama não fora diferente. Após deixar o ateliê de Nitto, de revólver na mão, ele foi atracado por um grupo de charreteiros que estava num ponto a poucos metros do crime e entregue à

polícia. O rápido desmaio fizera Noboru Mihabara chegar à Casa Ono com dois minutos de atraso. Trespassado de dor, ele perguntou por Shuro Ohara. Para desespero do *tokkotai*, o dono do bazar tinha acabado de sair para a rua, atraído pelo barulho de tiros vindo do escritório de Okazaki. O *kachigumi* achou que não agüentaria ir atrás de Ohara, mas assim mesmo saiu capengando pela rua, no meio da multidão, tentando localizar sua vítima. Segurando com a mão esquerda a barriga, que parecia em chamas, e cambaleando entre os curiosos que se dirigiam para o escritório de Okazaki, Mihabara finalmente pôde ver Ohara, que andava apressadamente alguns metros à sua frente. Quando estava a um metro de distância, tirou o revólver, no meio do povaréu, apontou para a nuca de Ohara e disparou. Já não importava tanto acertar ou errar o tiro. A única coisa que Mihabara queria agora era entregar-se logo à polícia para ser atendido por um médico. A bala entrou atrás da orelha de Shuro Ohara, correu por entre o crânio e o couro cabeludo e saiu quatro centímetros adiante, na testa, derrubando no chão o japonês, que milagrosamente ficou ferido sem nenhuma gravidade. Atônita, a multidão que estava nas ruas viu o *tokkotai* disparar a arma e cair desmaiado — e partiu para cima dele a chutes e pontapés. A tarde de São Bartolomeu prometida por Eiiti Sakane estava para começar, mas contra os japoneses. Indignados com as duas mortes, os brasileiros de Tupã resolveram imitar os vizinhos de Osvaldo Cruz e ir à forra contra "a japonesada".

Entre o primeiro disparo contra Okazaki e o começo do linchamento de Noboru Mihabara haviam se passado dois, no máximo três minutos. Dos demais *tokkotai*, alguns tinham se acovardado ao ver a turba nas ruas, de paus nas mãos à caça de japoneses, e simplesmente desistiram da empreitada. Outros meteram-se em trapalhadas circenses, como aconteceu com Sueto Yiama e Kohei Itikawa, a dupla que havia participado dos atentados de Osvaldo Cruz. Quando faltavam alguns minutos para a hora fatal, eles se encontraram no centro da cidade, cada um vindo de um lado. Um quis saber quem era a vítima do outro, e descobriram que Sakane escrevera o mesmo nome nos dois papeizinhos: Kenjiro Nitto (cuja execução fora encomendada por Sakane também a Hirama). Como cada um entendeu que o outro se encarregaria de matar Nitto, Yiama e Itikawa se despediram, tomando rumos diferentes.

Mesmo estropiado pela apendicite, Mihabara era o único *tokkotai* que a massa tinha nas mãos, então era ele quem ia pagar pelos crimes da Shindo Renmei. O

sargento Mauro Ferreira, da Intendência da v Companhia do Exército, saía de um armazém onde fazia compras para o quartel e testemunhou a primeira agressão, na hora que o japonês caiu no chão, com as duas mãos crispadas sobre a barriga:

"Um soldado da Força Pública veio correndo do escritório do Okazaki e deu um chute tão violento na cara do sujeito que o bico do coturno chegou a entrar na boca dele, partindo-lhe os dentes. Aí o povão se animou e umas vinte ou trinta pessoas começaram a chutá-lo."

Populares que circulavam pelo comércio — senhores, jovens e mulheres — aproximavam-se para ver o que acontecia e ao encontrar o japonês descadeirado e coberto de sangue no chão, aproveitavam para tirar sua diferença. Alguns simplesmente davam um pontapé naquela coisa disforme, outros pisavam ou pulavam com os dois pés em cima dele. O médico Luiz Cálgaro tentou socorrer o infeliz, mas foi empurrado pelos populares:

"Deixa, doutor. Hoje esses filhos da puta vão aprender a nos respeitar."

Quem não conseguia furar a roda que cercava Mihabara saía pelas ruas à cata de qualquer outro japonês para agredir. Paralelepípedos empilhados nas esquinas, que seriam usados no calçamento do centro da cidade, converteram-se em munição para apedrejamento de lojas e ataques aos imigrantes. Embora a ira fosse dirigida apenas contra os japoneses, os brasileiros resolveram prudentemente fechar as portas de seus estabelecimentos comerciais. Atraído pela turbulência que já tomara conta de todo o centro da cidade, o delegado Benedito Veras chegou de revólver em punho ao local onde Noboru Mihabara era linchado. O japonês estava prostrado no chão, imóvel. Sob a camisa dele, desabotoada pelo policial, apareceu a denunciadora bandeira japonesa. Um homem com um taco de beisebol ensangüentado na mão falou, triunfante, com o delegado:

"Pode levar, doutor, que esse não incomoda mais ninguém. Está morto."

Ao ser jogado na carroceria de uma charrete, ainda inconsciente, Mihabara fez um movimento com uma das pernas. A malta exultou:

"Ele está vivo! Lincha!"

Alguém apanhou um latão de lixo e o atirou sobre a cabeça do *tokkotai,* que, agora sim, parecia ter morrido. Benedito Veras impediu novas agressões, mas, por via das dúvidas, amarrou com arame os pés e as mãos do japonês, para

assegurar que dali ele não escaparia — se é que sobreviveria ao linchamento que o deixara desfigurado. Reanimado minutos depois, na delegacia de polícia, Mihabara surpreendeu o juiz de direito Antônio Porto: apesar de ter ficado irreconhecível depois da surra, ele esbravejava não por ter sido linchado, mas por saber que Ohara escapara com vida. Apesar de toda valentia, Mihabara não conseguiria sequer chegar ao fim do depoimento. Minutos depois de começar a falar, ele desmaiou, devastado pela dor da apendicite, e foi levado inconsciente para o hospital.

O tenente Edoardo de Cerqueira César, herói da campanha da FEB na Europa, era o subcomandante de plantão no quartel da v Companhia quando o delegado Veras apareceu à procura do capitão Gil Moss. O terno branco que o policial vestia estava tingido pelo sangue de Noboru Mihabara. Sem homens suficientes para controlar a multidão alucinada que linchava japoneses pelas ruas, ele pedia socorro ao Exército. Cerqueira César não se amedrontou:

"Para quem prendeu 19 mil alemães na Itália, prender quatrocentos japoneses é uma porcaria."

Trinta atiradores do Tiro de Guerra que jogavam basquete na quadra de esportes do quartel foram embarcados em um caminhão e despachados para patrulhar as saídas da cidade. Mas quando fazia a curva em alta velocidade para sair da rua Tamoios e entrar na Aimorés, transformada num campo de batalha, o veículo capotou, deixando feridos vários recrutas e aumentando ainda mais a balbúrdia em que o centro de Tupã tinha se transformado. Convocados às pressas, os outros sessenta soldados que compunham o restante do efetivo do Exército foram colocados nas ruas para tentar controlar a situação. A tropa, porém, parecia insuficiente. Em todos os cantos os soldados topavam com japoneses imobilizados por cordas, sendo brutalmente espancados. Um deles foi caçado como um bicho no forro de uma casa. Os soldados que o encontraram agarraram-no pelos colhões e o arrastaram assim até o meio da rua, quando, quase castrado, ele passou a ser espancado. O soldado Goldoni, atirador do Tiro de Guerra da cidade, comandava uma patrulha numa região retirada do centro em busca de um japonês suspeito de ser *tokkotai*. O sujeito acabou sendo localizado pelos militares no fundo de uma cisterna, sentado em um pedaço de pau amarrado à corda de puxar o balde. Como ele se recusasse a sair de lá, Goldoni começou a passar as costas da baioneta na corda, fingindo que estava

para cortá-la, até que lá do fundo o japonês começou a pedir "pelo amor de Deus" para ser puxado para fora do buraco. Em outro local, um rapaz foi apanhado pela multidão quando esmurrava, desesperado, a porta da casa do sogro, pedindo socorro. Do lado de dentro o velho se recusava a abrir, temendo que o genro pudesse ser um *tokkotai*. Acuado por um grupo, o dono de uma quitanda conseguiu fechar a pesada porta de aço de seu estabelecimento antes que os brasileiros entrassem (e lá dentro passou dez dias, comendo frutas e verduras, até se sentir seguro para abrir a porta e sair à rua).

Aterrorizado com o que via, o médico Armando Cravo teve que vestir sua velha farda de oficial da reserva do Exército e armar-se de um revólver para poder sair às ruas e socorrer os japoneses sem ser ele próprio vítima de alguma agressão. Temendo ser preso ou linchado, um verdureiro deu o que imaginava ser a prova mais eloqüente de que não era um *tokkotai*: enrolou-se numa bandeira do Brasil e saiu pelas ruas. Mas a polícia e os soldados já não pareciam mais interessados em *tokkotai* — e sim em impedir que o dia terminasse em um banho de sangue.

A idéia de prender os japoneses para protegê-los surgiu quando um deles entregou-se espontaneamente no quartel da v Companhia. Era o mecânico Hiroshi, filho do velho Kenjiro Yamauchi, conhecido como "o ideólogo" da organização na região. Como o pai e o irmão mais velho, Fusatoshi, estivessem presos na Ilha Anchieta, o caçula Hiroshi, de 26 anos, ficou com a responsabilidade de tocar a oficina mecânica da família — um negócio razoavelmente rendoso, que dava emprego a oito patrícios. Hiroshi percebeu que corria perigo no comecinho da noite — meia hora depois que o expediente terminou e quando a cidade ainda fervia. Acompanhado apenas de um empregado, o descendente de russos Nicola Gutinik, ele viu, parado na porta da oficina, um grupo de sete ou oito pedreiros brasileiros que trabalhavam na vizinhança, armados de paus e gritando insultos contra japoneses. Certo de que a indecisão poderia custar-lhe a vida, Hiroshi não teve dúvidas:

"Entreguei a chave e a oficina na mão do Gutinik, que era uma pessoa de confiança, muito honesto. Saí pelos fundos, pulei a cerca do vizinho — pois pela frente era perigoso, uma vez que poderia apanhar de pauladas — e fui correndo diretamente para a cadeia. Para não ficar na mão do povo, preferi ir para o quartel. Pelo menos lá eu estava protegido."

Ele não seria o único japonês de Tupã a pensar nisso. Em poucas horas, as celas da delegacia de polícia e os alojamentos da v Companhia do Exército estavam superlotados de japoneses, que chegavam às centenas em busca de socorro. Quando não havia mais onde enfiar ninguém, o delegado Benedito Veras encontrou a solução: criar um campo de concentração e internar lá tanto os japoneses que temiam ser agredidos por brasileiros como as dezenas de envolvidos nos crimes da tarde que estavam sendo presos pela polícia. Para que eles "não se comessem uns aos outros", o delegado sugeria a presença permanente de um pelotão de soldados do Exército no lugar, assegurando a ordem entre os "internados". Quando o dia seguinte clareou, uma cidade ainda sob os escombros da tarde anterior descobriu a novidade: o galpão vazio da rua Caetés, onde outrora funcionara uma quadra de bocha dos colonos italianos, tinha sido transformado em campo de concentração de japoneses. E já recebera os primeiros inquilinos, uns setenta ou oitenta japoneses transferidos do quartel e da delegacia. Ao ser levado do quartel para o campo, Hiroshi Yamauchi não pôde deixar de observar a amarga ironia: ele estava sendo preso no lugar em que, durante muitos anos, funcionara a oficina do pai — e onde, portanto, ele vivera sua adolescência. Levas de japoneses iam sendo despejadas lá dentro com o passar das horas. Por ordem do Exército, patrulhas mistas compostas de soldados e policiais — sempre acompanhados de um japonês de confiança, para servir de intérprete — passaram a rondar a cidade dia e noite. Os acessos a Tupã foram fechados por barreiras militares. Com tanta gente para prender japoneses, era natural que a clientela do "campo de concentração" crescesse. Dias depois dos linchamentos, no lugar não cabia mais ninguém: um boletim do Exército dava conta de que a população do campo chegara a oitocentos presos — espremidos em um terreno de pouco mais de trezentos metros, dos quais só metade era coberta.

A repressão fora tão severa que pela primeira vez, desde que a Shindo Renmei começara a cometer atentados, mulheres também tinham sido presas. As cinco japonesas eram Sako Fujii, mulher do farmacêutico Fusakiti Fujii, em cuja casa os *tokkotai* haviam feito a última reunião antes da matança; Eso Hirama, mãe de Toshio e Shigueo Hirama, que contou candidamente aos policiais ter dado rosários budistas aos filhos, para protegê-los quando tivessem que entrar em ação; Sadako Hirama, 21 anos, filha de Eso e irmã dos dois *tokkotai*, que

confeccionara à mão a bandeira que Toshio levou sob a roupa e disse aos policiais que se a sua família "não possuísse elementos homens", ela não teria dúvidas em ingressar "na corporação" e cumprir as determinações dos chefes, de bom grado encarregando-se de fazer o que seu irmão havia feito com Minoru Nitto; e Toshiko Goto e Teru Shinae, acusadas de esconder armas em suas casas a pedido de *tokkotai*. Por serem as únicas mulheres detidas, elas ficaram em celas da delegacia de polícia, sendo poupadas do inferno do "campo de concentração".

Os presos ainda passariam algumas semanas lá, até serem triados, ouvidos pela polícia e só então terem decidido o seu destino (que tanto podia ser a volta para casa como ir parar nas enxovias do presídio da Ilha Anchieta). Tudo no "campo de concentração" era improvisado. Os presos dormiam no chão de terra, usavam como privada um buraco nos fundos do terreno e, enquanto estiveram lá, ninguém tomou banho. De vez em quando algum parente trazia uma pequena bacia d'água e um pedaço de pano para a higiene mínima — assim como a comida de cada um dos japoneses tinha que ser levada por suas famílias. À noite os vizinhos ficavam impressionados com o tom melancólico das litanias que eles entoavam: eram cânticos patrióticos e hinos de guerra de exaltação ao Japão. O local transformou-se em ponto de atração turística não só para os tupãenses, mas para gente que pegava a jardineira nas cidades vizinhas e enfrentava a poeira das estradas para ver de perto "o campo de concentração dos japoneses". Para manter os curiosos a distância, o Exército isolou as laterais do terreno com cordas, dispondo ao longo delas soldados armados de fuzis.

Mas nem aquela exibição pública de que os japoneses de Tupã estavam sob controle afastou a atmosfera de terror que pairava sobre a cidade desde o dia dos atentados. Soldados do Exército passaram a guardar dia e noite a casa do juiz Antônio Porto, que dali a semanas iria presidir e julgar o processo da Shindo Renmei local. Patrulhas identificavam nas estradas todo estranho que se aproximasse da cidade. Os soldados eram especialmente vigilantes com os japoneses vindos das cidades onde havia bases importantes da seita dos fanáticos. Filas e filas de caminhões transportando produtos agrícolas eram barradas e vistoriadas. À menor suspeita, motorista e veículo eram levados para o campo de futebol ao lado do quartel, que logo viraria um grande estacionamento de caminhões. No dia seguinte, cerca de 150 personalidades da cidade enviavam um telegrama ao presidente da República, denunciando o clima de "inquietação e

insegurança diante de ameaças de novos atentados por parte de membros da sociedade secreta japonesa", e advertindo para a possibilidade de haver uma nova "chacina geral". O remédio prescrito a Dutra pelos tupãenses era amargo: a criação na cidade de um "campo de concentração e dispersão de japoneses, aqui em número superior a 20 mil". Mas a ira da população ainda não tinha sido aplacada: no dia 22, as personalidades enviariam outro telegrama ao presidente, desta vez sem muitos rodeios:

Excelentíssimo senhor presidente da República
Palácio do Catete — Rio
Nós, componentes de todas as classes sociais de Tupã, pertencentes a diversos credos religiosos e políticos, vimos pedir sentença de morte para todos os assassinos nipônicos e a expulsão do território nacional de todos os membros da Shindo Renmei.

Os temores da cidade eram infundados. As prisões em massa, as torturas, as incontáveis evacuações e internamentos de milhares de japoneses tinham dado resultado. Salvo meia dúzia de samurais errantes, como Eiiti Sakane, que ainda zanzavam sem destino pela Alta Paulista, a Shindo Renmei tinha sido desmantelada pela polícia. Nenhum atentado poderia mais ser atribuído a uma organização decapitada, cuja cúpula estava integralmente na cadeia. O que quer que acontecesse, a partir de então, seria obra de algum *ronin* solitário fazendo acertos de contas pelo sertão paulista.

8

NA TRIBUNA, PRESTES, CAPANEMA E GILBERTO FREYRE: A "CAMORRA AMARELA" RACHA A CONSTITUINTE AO MEIO

Os crimes cometidos pela Shindo Renmei em Tupã ainda estavam nas primeiras páginas dos jornais quando a Assembléia Nacional Constituinte decidiu abrir o processo de votação das propostas que tratavam da questão imigratória. Além das emendas que estabeleciam normas genéricas para a política brasileira de imigração, alguns projetos apontavam especificamente para os japoneses — como o do pessedista Álvaro Castelo, do Espírito Santo, que exigia exame de sanidade mental de "todo e qualquer representante da raça amarela" que pretendesse viver no Brasil. Nenhum deles, porém, provocaria tanta celeuma entre os constituintes quanto a emenda 3165, de autoria de Miguel Couto Filho, que em apenas dezesseis palavras pretendia resolver definitivamente o que ele chamava de "problema japonês". Sem preâmbulos nem rodeios, ele ia direto à questão:

> *É proibida a entrada no país de imigrantes japoneses de qualquer idade e de qualquer procedência.*

A solução radical proposta por Miguel Couto dividiu a Constituinte. O primeiro a ocupar a tribuna foi Aureliano Leite, para carimbar a emenda como "iníqua, odiosa e inconstitucional". No microfone de apartes, Luís Carlos Prestes anunciou que a bancada comunista tinha fechado questão a favor da emenda — o que significava que o autor poderia contar com quinze votos. "Do ponto de vista político", sentenciou o secretário-geral do PCB, "é indispensável, nos dias de hoje, proibir a entrada de imigrantes japoneses no Brasil." O festejado sociólogo Gilberto Freyre, eleito constituinte pela UDN pernambucana, acabaria fazendo uma de suas raras aparições na tribuna da Assembléia para manifestar-se contra a emenda. Freyre citou a generosidade com que ele próprio havia sido recebido pelos norte-americanos, quando fora compelido a se auto-exilar nos Estados Unidos, "desgraçado pelos excessos do movimento denominado Revolução de 30":

Isso sem falarmos nas honras e vantagens de que têm sido cercados nos Estados Unidos e no Canadá os Einstein, os Thomas Mann, os Jacques Maritain, os grandes repudiados pelo ódio, pela intolerância, pela inveja ou pela intriga em seus países de origem. A França fez o mesmo com Paulo Duarte, Portugal com Cícero Dias, a Bolívia com o hoje ilustre senador Luís Carlos Prestes, a Argentina com o admirável escritor Jorge Amado. Responderemos a esse espírito fraternal fechando as portas a estrangeiros que procuram o Brasil para se integrarem na comunidade brasileira? Seria um arcaísmo.

Com ironia ferina, Freyre tratava os brasileiros como "quase brancos", ou "aparentemente brancos", para lamentar que a xenofobia e o racismo pudessem triunfar "numa democracia que já teve pelo menos um mulato ilustre na Presidência da República" — uma referência ao fluminense Nilo Peçanha, que governara o Brasil entre 1909 e 1910. Nem mesmo o ex-ditador Getúlio Vargas, agora convertido à condição de senador eleito pelo PTB do Rio Grande do Sul, escaparia dos debates provocados pela polêmica emenda. Em sete meses de sessões da Constituinte, Getúlio jamais passara perto da tribuna ou do microfone de apartes. Na primeira e única ocasião em que decidiu usar a palavra, não conseguiu impedir que a "questão japonesa" invadisse seu discurso. Acusado pelo udenista potiguar Ferreira de Souza de ser co-responsável pelas "hordas de amarelos" que haviam entrado no Brasil durante seu governo, Getúlio retrucou que a comunidade japonesa já era numerosa quando ele chegou ao poder, em 1930, e lembrou que "o Brasil daquela época já tinha a maior colônia japonesa do mundo, fora do Oriente". Ao contrário de estimular a vinda de mais japoneses para o Brasil, lembrou o ex-ditador, todas as restrições impostas a estrangeiros vigentes no país eram fruto de decretos nascidos nos quinze anos em que ele estivera na Presidência da República. Lembrou que, muito antes da deflagração da Segunda Guerra, fora dele a iniciativa de colocar sob controle a colônia japonesa, com medidas como a proibição da publicação de livros, revistas ou jornais em línguas estrangeiras. Nove anos depois, Getúlio justificava "o acerto e a previdência" da medida:

"Em 1937, 300 mil japoneses ocupavam posições estratégicas no litoral de São Paulo e em todo o interior. Organizavam-se a infância e a adolescência

brasileiras no culto racial a seus antepassados estrangeiros e incutia-se em seu espírito a ligação à pátria de seus pais e não à pátria brasileira."

Vargas insinuava que, se os parlamentares estavam interessados em descobrir defensores dos japoneses, deveriam olhar à sua própria volta, e não para o governo que ele chefiara sem nunca precisar de votos:

"Ricas e poderosas, organizadas e disciplinadas, as zonas coloniais forneciam fortes contingentes eleitorais aos que defendiam sua política."

Os debates prosseguiram até o dia 27 de agosto, quando o presidente da Constituinte, o senador mineiro Fernando Melo Viana, do PSD, decidiu colocar a emenda de Miguel Couto em votação. Embora fosse uma terça-feira, dia propício a votações que dependiam de quórum qualificado, só à noitinha, quando os trabalhos estavam prestes a se encerrar, é que a mesa contabilizou a presença de 199 parlamentares, sete além dos 192 necessários para deliberações. Melo Viana estava disposto a se livrar logo daquele abacaxi: ao constatar a existência de número suficiente, convocou para aquela mesma noite uma sessão extraordinária para votar a emenda 3165. Abertos os microfones para os chamados "encaminhamentos de votação", uma fila de parlamentares se inscreveu para usar a tribuna. Por ter sido o primeiro a subscrever a emenda, junto com Miguel Couto, o udenista potiguar José Augusto teve direito à precedência. Mas mal ele ensaiou os primeiros prolegômenos e o tiroteio começou:

O sr. Aureliano Leite (UDN-SP) — Repetirei o que aqui já disse: a emenda é inconstitucional, iníqua e odiosa. É um absurdo uma Constituição consagrar um princípio dessa ordem. [...]

O sr. Luís Carlos Prestes (*PCB-DF*) *— Nos anos de 1936, 1937 e 1938 entraram 28, 39 e 30 mil japoneses na nossa pátria. Nos Estados Unidos, quando o número dessa imigração chegou a 40 mil, o governo tomou medidas para que tal concentração não continuasse. É indispensável, portanto, proibir a entrada de imigrantes japoneses no Brasil.* [...]

O sr. Adroaldo da Costa (*PSD-RS*) *— Os japoneses são como o enxofre, são insolúveis, não se deixam assimilar. Irão constituir quistos raciais.* [...]

O sr. Rui Almeida (*PTB-DF*) *— Em 1938 tive oportunidade de levar ao então ministro da Guerra, general Dutra, hoje presidente da República, relatório*

completo sobre as atividades dos japoneses em São Paulo. Já naquela época, vários oficiais do estado-maior japonês entravam naquele estado como lavradores. É de estranhar que ainda apareçam aqui defensores dos inimigos do Brasil! [...]

(*Trocam-se apartes não regimentais.*)

O sr. Aureliano Leite (*UDN-SP*) *— Essa emenda é desumana.*

O sr. José Augusto (*UDN-RN*) *— Desumano é permitir que nossa pátria seja invadida por gente que não será assimilada.*

O sr. Wellington Brandão (*PSD-MG*) *— Posso saber por que o nobre orador não inclui na sua emenda os alemães?*

O sr. Hamilton Nogueira (*UDN-DF*) *— No atual momento histórico, a imigração indesejada é a japonesa.*

O sr. Rui Almeida (*PTB-DF*) *— É nociva.*

O sr. José Augusto (*UDN-RN*) *— Será uma calamidade.*

O sr. Hamilton Nogueira (*UDN-DF*) *— Muito embora estejamos de acordo a respeito da nocividade amarela, defendo que esta é matéria de lei ordinária. Incluir na Constituição um dispositivo condenando a imigração japonesa é afirmar um princípio racista, que já condenamos no nazismo.*

(*Trocam-se apartes não regimentais. O senhor presidente faz soar os tímpanos.*)

O sr. José Augusto (*UDN-RN*) *— Sou tão anti-racista quanto o senador Hamilton Nogueira, mas esta não é uma questão racial, senão política.*

O sr. Aureliano Leite (*UDN-SP*) *— No momento em que a grande França dá um exemplo a todo o mundo, pretendendo colocar na sua Constituição o princípio de que ali não existe preconceito de raça e de religião, o Brasil é convidado a seguir a teoria nazista...*

(*Trocam-se apartes não regimentais. O senhor presidente faz soar os tímpanos.*) [...]

O sr. Prado Kelly (*UDN-RJ*) *— Senhor presidente, há de ter notado Vossa Excelência que o assunto interessou vivamente a Assembléia, porque, de fato, estamos entre dois sentimentos que dificilmente se conciliarão: em primeiro lugar, nossa vocação anti-racista* (Muito bem! Muito bem!)*, que impediria incluirmos no texto permanente da Constituição dispositivo que determinasse a proscrição de um povo, fosse ele qual fosse. (Apoiados.*)

(*Trocam-se apartes não regimentais. O senhor presidente faz soar os tímpanos.*)

O sr. Prado Kelly (*UDN-RJ*) — *Os únicos homens imperialistas do mundo são os japoneses. Não é possível, porém, mancharmos o texto constitucional, saturado de tão altas e nobres inspirações, com um dispositivo como o que está em discussão, que amesquinharia nossa obra* (Muito bem! Muito bem!).

O sr. Nereu Ramos (*PSD-SC*) — *Gostaria de desde já manifestar meu voto: embora radicalmente contrário à imigração japonesa, não darei meu voto à inclusão da emenda no texto da Constituição* (Muito bem! Muito bem!).

O sr. Miguel Couto Filho (*UDN-RJ*) — *É de lamentar.*

O sr. Pereira da Silva (*PSD-AM*) — *Devido a concessões dessa natureza, o Brasil tem sido humilhado.*

O sr. Miguel Couto Filho (*UDN-RJ*) — *Já levaram uma parte do Amazonas e do Pará.*

Convencido de que o plenário jamais chegaria a uma decisão consensual, Melo Viana decidiu colocar a emenda em votação. Temendo que a aprovação fosse inevitável, Prado Kelly apresentou um requerimento propondo que, se aprovada, a emenda seria incluída nas disposições transitórias, e não no corpo da nova Constituição. Depois de mais uma hora de debates é que o requerimento foi votado e aprovado por uma margem mínima de votos. Quando se supunha que a questão estava resolvida, um deputado levantou uma nova dúvida:

O sr. Medeiros Netto (UDN-AL) — Indago de Vossa Excelência como deverá manifestar-se quem não pretenda votar a emenda como matéria permanente nem como matéria transitória.

Não se tratava de dúvida de um jovem alagoano perdido entre as estrelas da política nacional. Velhas raposas também pareciam confusas.

O sr. Gustavo Capanema (PSD-MG) — Sou um deles. Não posso votar dessa forma, porque sou contra a emenda de qualquer maneira.

O sr. Luís Carlos Prestes (*PCB-DF*) — *Tenho conhecimento de que diversos senhores representantes somente votarão a emenda desde que ela conste das*

disposições transitórias. Sem saberem da destinação do preceito, votarão contra ele. Pedimos, por isso, que a votação se processe nas disposições transitórias.

Como se lembraria muitos anos depois, Melo Viana sentiu no ar "um cheiro de obstrução". A Constituinte estava rachada e nenhuma das duas correntes tinha certeza de poder vencer no voto. Para evitar que um dos lados decidisse obstruir a votação, ele encerrou a discussão abruptamente:

O senhor presidente — Considero que a emenda já foi regimentalmente discutida, tendo se manifestado os senhores representantes contrariamente e a favor. Deliberou ainda a Assembléia que, aprovada, figuraria nas Disposições Transitórias. Vou submetê-la a votos. (Palmas.) Os senhores que aprovam a emenda no 3165, queiram levantar-se. (Pausa.)

Em geral barulhento, o plenário silenciou diante de um presidente que pela primeira vez temia errar. Não que o senador Fernando Melo Viana fosse um jejuno, alguém que estivesse pela primeira vez diante de uma decisão política grave. Governador de Minas entre 1924 e 1926 e vice-presidente da República no governo Washington Luís, ele chegara a se envolver em um incidente político na cidade de Montes Claros, no interior de Minas, pouco antes da eclosão da Revolução de 30. Militantes getulistas apedrejaram uma caravana chefiada por Melo Viana, que acabou ferido sem gravidade. Mesmo experimentado em situações difíceis, ele parecia temeroso de cometer uma injustiça irreparável.

O senhor presidente — Minha consciência vacila na proclamação do resultado. Trata-se de assunto da máxima importância e não quero assumir a responsabilidade de anunciar a aprovação ou a rejeição sem absoluta segurança. Vou proceder à contagem dos votos.

No primitivo sistema de apuração utilizado pela Constituinte, os parlamentares que fossem a favor da matéria votada se manifestavam colocando-se de pé no plenário. O secretário da mesa contava os votos um por um e depois, no caso das votações apertadas, repetia a apuração ao contrário, para evitar erros: os favoráveis se sentavam e quem fosse contra ficava de pé — e nova contagem

era realizada. O resultado apurado era grave demais para ser anunciado sem solenidade.

O senhor presidente — Votaram a favor 99 senhores representantes, e contra, 99.

Empate. Ele ia ter que decidir se a emenda seria aprovada ou arquivada. Melo Viana aprumou a voz e anunciou:

O senhor presidente — Voto contra a emenda. Está rejeitada.

▪

Apesar da vitória na Constituinte, os simpatizantes da Shindo Renmei, que representavam mais da metade da colônia japonesa, não tinham motivos para festejar. Milhares deles estavam presos, famílias inteiras haviam se desagregado e as denúncias de tortura nas prisões eram comuns. Com o passar dos meses, no segundo semestre de 1946 os crimes cometidos pela Shindo começaram a ser julgados e o balanço da operação policial dava a medida do golpe que vitimara os fanáticos. Ao todo tinham sido detidos, fotografados e identificados 31380 imigrantes japoneses. Depois de sucessivas triagens, 1014 foram denunciados como autores ou co-autores de crimes, para os quais o Ministério Público pedia punições que variavam de alguns meses de cadeia até a pena máxima, de vinte anos. Para 190 presos — os chefes e matadores da Shindo Renmei — a promotoria pedia a expulsão do país.

A população do presídio da Ilha Anchieta aumentava a cada dia que passava. Os presos eram levados até Santos de trem ou em caminhões do Exército, e de lá embarcados para a ilha. A viagem significava doze horas de padecimento: dezenas de presos eram atiradas nos porões imundos das embarcações, e durante o trajeto vomitavam, defecavam e urinavam no chão. Quem reclamasse já sabia que ao chegar ao destino seria castigado com golpes de cassetete.

Nas primeiras semanas as relações entre os japoneses e os carcereiros eram muito tensas. Como quase todos os presos lutavam judô, jiu-jítsu ou praticavam alguma outra arte marcial, os incidentes eram freqüentes. O mais sério deles

aconteceu quando circulou entre os carcereiros a informação de que "doze valentões" pretendiam liderar o levante e tomar a ilha (segundo os presos, isso era um boato inventado pelos *makegumi* de São Paulo). Os guardas escolheram doze prisioneiros japoneses ao acaso e meteram-nos na solitária. O protesto de um deles ia sendo punido com uma sessão pública de chicotadas, mas o japonês era um judoca experiente e reagiu com um violento golpe contra o soldado. Quando um grupo de carcereiros armados de cassetetes apareceu em socorro do colega, cinqüenta japoneses avançaram sobre eles, aplicando nos guardas uma sova em regra — ou, segundo escrevera um preso em seu diário, "uma festa de cacholetas". Como punição foram todos parar na solitária, e o diretor determinou que a partir daquele dia os japoneses só podiam andar acompanhados de soldados armados. Mas o episódio serviu para mostrar à direção do presídio que aqueles não eram prisioneiros submissos como os que costumavam freqüentar a ilha.

Com o tempo, porém, a situação se acalmou. A presença dos japoneses mudou o cotidiano da Ilha Anchieta. Às seis da manhã, quando tocava o estridente apito-despertador, os detentos viravam-se em direção ao nascente e faziam o *Saikerei*, a reverência ao imperador, seguida de um minuto de silêncio em homenagem à memória dos mortos na guerra, e encerravam o ritual cantando, todos juntos, o *Kimigayo*, o hino nacional japonês. Só então caminhavam até o refeitório onde era servido o café da manhã. Salvo um ou outro excessivamente rebelde, nenhum japonês ficava preso em celas, ao contrário dos criminosos comuns, que passavam todo o dia trancafiados. O major diretor do presídio percebeu que os novos hóspedes da ilha tinham habilidades que poderiam ajudá-lo a melhorar as condições dos próprios presos. Em poucas semanas já havia hortas espalhadas por todo lado, criações de galinhas e de porcos e algumas equipes que se encarregavam de garantir peixes para as refeições. O que sobrava da produção era vendido no continente.

No presídio, cada um cuidava de uma atividade. Por serem mecânicos, Fusatoshi Yamauchi e o *tokkotai* Masao Honke ficaram encarregados da manutenção dos cinco barcos da polícia, alguns deles com capacidade para transportar até 250 pessoas. Bem-comportado, Yamauchi foi "promovido" a piloto de barco, o que permitia que fosse com freqüência a Ubatuba, a cidade do litoral norte paulista mais próxima da ilha, onde fazia as compras para o presídio.

Lá ele acabou fazendo amizade com a filha do dono do armazém, uma jovem professora que se compadeceu da sorte dos japoneses e passou a fazer secretamente a troca de correspondência entre eles e suas famílias. A confiança do major em Yamauchi era tanta que, quando era preciso buscar no continente uma autoridade policial ou judiciária que viesse de São Paulo para ouvir algum preso, o diretor ordenava que Yamauchi viajasse armado de revólver — prudentemente descarregado —, para que ninguém desconfiasse que um preso estava pilotando o barco. Nas horas vagas o japonês ainda cuidava da manutenção da usina de força que gerava energia para a ilha.

O *tokkotai* Tatsuo Watanabe, que viajara de trem até São Paulo para comandar a execução do coronel Jinsaku Wakiyama, tinha se convertido em um pacato farmacêutico a quem entregaram a enfermaria do presídio. Aplicava injeções, receitava remédios e, quando não havia médicos de plantão, era ele quem fazia os partos das moradoras da ilha — onde, além do presídio, existia uma vila de pescadores. O costume japonês de registrar em fotografias tudo o que acontecesse de importante fez com que o major permitisse a montagem de um laboratório fotográfico na cadeia para a revelação e cópia de fotos. A maioria guardava os últimos minutos antes de dormir para escrever algumas linhas no *nikki* — o tradicional diário japonês. Como eram quase todos de origem modesta, escreviam sob a forma de haicus, os breves versos japoneses compostos de apenas dezessete sílabas, ao contrário da poesia tradicional, aristocrática na forma e no conteúdo. As horas vagas eram destinadas às disputas de sumô do campeonato organizado pelos presos.

A vida de alguns deles, como o fotógrafo Noriyoshi Sakamoto, de Penápolis, acabaria sofrendo positivas transformações na prisão. Apesar de não ter sido acusado de nada (tanto que acabaria nem sendo julgado), Sakamoto passou dois anos na Ilha dividindo seu tempo entre o trabalho de ajudante-de-ordens de um capitão e o de garçom do refeitório dos presos. E foi lá que conheceu sua futura esposa, uma jovem que aparecia com freqüência para visitar o pai, o preso Kinzo Idemori. Outros entendiam que o período passado na prisão deveria ser dedicado ao "aprimoramento espiritual". Kenjiro, pai de Hiroshi e Fusatoshi Yamauchi, tinha um conselho sempre na ponta da língua para oferecer aos patrícios: não se lamentem. Segundo ele, logo ia chegar "o dia e a hora em que as nuvens negras se dissiparão e o sol irá brilhar para provar a nossa inocência". O

sereno Kenjiro estava disposto a perdoar a todos, apesar de ter sido vítima de arbitrariedades e violências. No dia em que foi preso em Tupã, sua casa fora varejada por dois investigadores de polícia que, irritados por não terem encontrado nenhuma arma, levaram todo o dinheiro que acharam e ainda quebraram cinqüenta discos de música japonesa. Já em São Paulo, Kenjiro tinha sido forçado pelo intérprete Paulo Yoshikazu Morita a fazer o *fumie* sobre uma fotografia de Hiroíto cortada de um jornal. Agora, na prisão, ele recebera a visita de um emissário de Morita. Temendo ser vítima de algum *tokkotai* ainda em liberdade (como Eiiti Sakane, que o ameaçara nos interrogatórios de Marília, no começo do ano), o intérprete pedia perdão à Shindo Renmei por ter ficado do lado da polícia. Kenjiro disse que de sua parte ele estava perdoado, lembrando que "só o verdadeiro perdão era capaz de perdoar o imperdoável". Mas aquela era uma posição pessoal. Ele não podia responder por algum *tokkotai* que ainda estivesse em liberdade e que tivesse contas a acertar com Morita.

Um dia um preso pediu para ser recebido reservadamente pelo capitão Enoque Martins, de plantão no comando do presídio. Era Satoru Yamamoto, que, embora fosse o autor do primeiro crime da organização — o assassinato de Ikuta Mizobe, diretor da Cooperativa de Bastos —, era um desconhecido dos policiais, um dos muitos que lá se encontravam sem acusação formal, apanhados nos arrastões da polícia. Yamamoto começou a conversa dizendo que não agüentava mais saber que a polícia, ainda em busca do matador de Mizobe, continuava prendendo e torturando muitos japoneses. Vendo tanta gente inocente sofrer, Yamamoto resolveu contar a verdade: ele era o matador de Mizobe. Levado à delegacia de Bastos, onde o crime havia sido cometido, o japonês confessou com minúcias como acabara com a vida do diretor da Cooperativa da cidade. No começo dos anos 50, quando cumpria sua pena, Yamamoto faria mais uma revelação surpreendente. Diante das câmeras da NHK, a TV japonesa que produzia um documentário sobre a Shindo Renmei, ele contou que já se considerava perdoado pelo crime. "A mulher de Ikuta Mizobe falou que eu posso viver sem problemas de consciência", disse ele aos repórteres. "Ela não tem ódio de mim."

Tudo indicava que, aos poucos, as feridas abertas pela Shindo Renmei iam se cicatrizando. Com o fim das atividades da seita, os paulistas voltavam às suas atividades de sempre. E o que galvanizava a opinião pública do estado, naquele

segundo semestre de 1946, eram as eleições convocadas para janeiro do ano seguinte. Pela primeira vez, desde a Revolução de 30, o governador do estado ia ser escolhido pelo voto direto. O eleitorado parecia indeciso entre os nomes dos dois favoritos na disputa: o ex-interventor Ademar de Barros — candidato do PSP, que ele mesmo fundara meses antes, e apoiado pelo Partido Comunista — e o milionário Hugo Borghi, do pouco expressivo PTN. Borghi tinha sido lançado pelo PTB de Vargas, mas, envolvido em uma negociata conhecida como "o escândalo do algodão", fora deserdado pelo getulismo. Logo abaixo deles na preferência popular vinham Mário Tavares, do PSD, e Antônio Almeida Prado, da UDN. Em uma época em que as pesquisas de opinião pública eram um luxo do qual só se tinham notícias pelas revistas estrangeiras, o que valia era o olfato dos políticos, e estes sabiam que, embora Ademar fosse favorito, a eleição prometia ser apertada.

Não havia estatísticas confiáveis, em 1946, que garantissem quantos eleitores teria a colônia japonesa instalada em São Paulo. Mas as raposas do ademarismo tinham seus cálculos, segundo os quais deveria haver cerca de 15 mil filhos de imigrantes japoneses na casa dos dezoito anos — nascidos e registrados no Brasil e, portanto, eleitores. Ora, se para pleitear os modestos votos dos comunistas o dr. Ademar aceitara coligar-se até com seu arquiinimigo Luís Carlos Prestes, por que não tratar com mais carinho o que o próprio candidato chamava, com sua voz fanha, de "essa japonesada"? E foi na japonesada que os pessepistas decidiram colocar suas fichas. As primeiras aproximações do ademarismo com a Shindo Renmei tinham ocorrido no começo do ano, quando o advogado Paulo Lauro — futuro prefeito da capital e dirigente do ademarismo — saiu em defesa dos "sete heróis" de Tupã.

O elo entre dois mundos tão distantes foi construído pelo mais misterioso e sorrateiro personagem dos milhares que gravitaram na órbita da seita nacionalista: o jornalista Tsuguo Kishimoto — que também se apresentava como advogado, "revolucionário de 32" e "secretário do dr. Ademar de Barros para assuntos nipônicos". Conselheiro dos chefões do alto escalão da organização japonesa, ele chegara a cobiçar para si nada menos que a presidência da Shindo Renmei. Uma pretensão aparentemente natural, não fosse Kishimoto informante remunerado tanto do serviço secreto do DOPS como da II Região Militar. Nos arquivos da polícia jaziam pilhas de processos contra ele — por crimes que iam

da chantagem pura e simples à espionagem pró-Eixo, passando por denúncias de extorsão, falso testemunho, estelionato e falsa identidade. Mas surpreendentemente, mesmo com folha corrida tão pouco exemplar, Tsuguo Kishimoto conseguia estar sempre na superfície, na crista dos acontecimentos da colônia — para só submergir quando surgia alguma nova denúncia contra ele.

Diretor das revistas *Dan* e *Rashimbam* e, depois, dos jornais *Notícias Japonesas* e *Membei Shimpo*, Kishimoto, que em 1946 contava 52 anos, tinha acesso às altas rodas do poder de São Paulo — e ganhava dinheiro com isso. Sua especialidade era libertar japoneses presos por violação das leis de guerra, e o método era simples: ele cobrava entre 5 e 15 mil cruzeiros por caso resolvido. Com uma décima parte do recebido ele subornava escrivães, investigadores e carcereiros, e acabava conseguindo tirar da prisão, aparentemente, quem ele quisesse. Munido de credenciais de informante do Exército e da polícia, se fosse necessário ele ia até o Rio de Janeiro em busca de pistolões para libertar patrícios — desde que pagassem por isso. Foi assim, por exemplo, que Kishimoto atuou para tirar da Casa de Detenção ninguém menos que o chefe da Shindo Renmei, o coronel Junji Kikawa (libertação que custou aos cofres da seita a considerável bolada de 30 mil cruzeiros). O intrigante de tudo isso é que o próprio Kishimoto estivera preso várias vezes, acusado dos mais diferentes crimes, para logo em seguida reaparecer, insinuante, em todos os acontecimentos relevantes de São Paulo — e, como antes, prestando seus valiosos serviços tanto à polícia como aos *kachigumis*. Prestígio não parecia faltar a Tsuguo Kishimoto: o jornalista Sak Miura pagou caro o atrevimento de fazer-lhe concorrência com o jornal *Nippak Shimbun*. O "rasputin amarelo", como o chamavam os repórteres, tanto fez que conseguiu que Miura fosse expulso do Brasil por ato do presidente da República. A desenvoltura de Kishimoto era tal que em 1942, após uma de suas prisões, ele teria sua imagem reduzida a pó por uma reportagem de duas páginas da festejada revista *Diretrizes*, na qual sua vida pregressa era dissecada.

Quando os "sete heróis" de Tupã foram presos, no começo do ano, Seiichi Tomari recorreu mais uma vez aos serviços do melífluo Kishimoto. Era a brecha de que este precisava para enfiar a primeira cunha do ademarismo no coração da Shindo Renmei. Em abril, porém, quando foi fechada a sede da seita em São Paulo, até a polícia — para quem Kishimoto trabalhava — se espantou com o grau de envolvimento dele com os fanáticos. Mais do que isso: os policiais

estavam impressionados mesmo era com a montanha de dinheiro que Tsuguo Kishimoto tomara dos ingênuos chefes da Shindo para manter seus líderes em liberdade. Não restou ao DOPS outra alternativa senão levar para o xadrez um de seus melhores *gansos* — nome pejorativo dado aos informantes da polícia. Os jornais insinuavam que fora preciso mobilizar o Exército e a polícia para prendê-lo — e queriam saber que segredos o misterioso japonês escondia para merecer tanta preocupação. A boataria exigiu que o secretário de Segurança divulgasse uma nota à imprensa com a versão oficial sobre a prisão:

> *O Departamento de Ordem Política e Social faz público que a prisão de Tsuguo Kishimoto, brasileiro naturalizado, envolvido no caso dos japoneses que fazem parte da Shindo Renmei, não decorreu de qualquer entendimento entre o excelentíssimo senhor general comandante auxiliar e o diretor deste Departamento, conforme foi noticiado por um dos jornais desta capital. As visitas que o delegado Venâncio Ayres tem feito ao ilustre comandante da II Região Militar são de caráter de mera cortesia, nelas não se tratando, senão incidentalmente, do rumoroso caso dos terroristas japoneses. Tsuguo Kishimoto é indivíduo com acentuado contato com a Polícia Política, sendo as suas atividades objeto de investigações rigorosas, dentro do processo respectivo em curso.*

As investigações parecem não ter sido tão rigorosas assim, já que algumas semanas depois ele estava na rua, envolvido na campanha de Ademar para governador. Com o passar dos meses Kishimoto foi aparando as rejeições da Shindo Renmei ao ademarismo — rejeições naturais, já que se tratava, de um lado, do mais desbragado populismo e, do outro, de um fundamentalismo político cego. Em meados de outubro Kishimoto se sentiu seguro para enviar emissários à Ilha Anchieta com o objetivo de saber como os chefes da Shindo Renmei veriam um eventual apoio da organização à candidatura de Ademar de Barros. Se eleito, o candidato se comprometia a jogar com o peso do governo de São Paulo na tentativa de conseguir a comutação das penas dos japoneses. Um obstáculo precisava ser superado: a Shindo se recusava a apoiar um candidato que havia aceitado os votos do Partido Comunista. Foi preciso um cansativo exercício de malabarismo político para convencer os japoneses de que não

ocorrera uma aliança, mas apenas um apoio eleitoral — e os pessepistas juravam que os comunistas não teriam nenhuma participação ou influência no governo de Ademar (o que era verdade). Durante o processo de aproximação com os japoneses, o advogado Paulo Lauro, que já os defendera antes, saiu a público em defesa dos presos da Shindo Renmei. Não era munição pequena: o advogado estava no auge do seu prestígio, tanto assim que meses depois seria nomeado prefeito de São Paulo — o primeiro negro a ocupar aquele posto. Paulo Lauro publicava artigos em jornais denunciando as injustiças jurídicas de que os japoneses estavam sendo vítimas "pelo fato de pertencerem a uma associação pacífica como a Shindo Renmei".

Tanto confete acabou dando resultados. Dias depois dos primeiros contatos já circulava pela colônia um manifesto anônimo, mas cujos termos não deixavam dúvidas quanto à sua origem:

> *Dirigimo-nos apressadamente a VV. SS. para informar que, como já lhes foi comunicado por intermédio de nossos elementos de ligação, nosso movimento pró-Ademar de Barros, do Partido Social Progressista, nada mais é do que o apoio que nós japoneses, pais de nipo-brasileiros, devemos dar a esse candidato e seu partido, que têm grande compreensão a respeito da colônia japonesa, especialmente sobre a Shindo Renmei, além de apoiarem o movimento de nossa Renmei. O fato de o sr. Ademar de Barros ter aceito os votos do Partido Comunista Brasileiro, porém, nos proibiria de apoiá-lo. Mas a verdade não é essa, como se percebe pela declaração feita pelo sr. Ademar de Barros, publicada no Diário de S. Paulo de hoje, 8 de janeiro. Portanto, nada precisamos recear nesse sentido. Caso haja necessidade de se interromper esse nosso movimento de apoio, telegrafaremos a VV. SS.*

Na Ilha Anchieta a aliança da Shindo Renmei com Ademar deixou de ser um assunto apenas cochichado depois que dois caminhões desembarcaram da balsa carregados de cédulas para serem carimbadas pelos presos com o nome do candidato. Célebre pelo estilo escorregadio de fazer política, Ademar quis dar à comunidade uma demonstração de que o trato era para valer, e um dia apareceu em pessoa para uma visita aos japoneses presos na Casa de Detenção. O candidato conversou com "a japonesada", almoçou no bandejão da cadeia e na

saída comprometeu-se de novo: se eleito, faria tudo para soltá-los. Irreverente mesmo nas situações mais solenes, ao sair ele saudou os *tokkotai* com uma comparação bem a seu estilo:

"Eu entendo vocês. A Shindo Renmei é como o ademarismo: ou o sujeito é contra ou a favor. Não tem meio-termo."

Abertas as urnas em janeiro de 1947, Ademar tinha sido eleito governador com 393 mil votos, 40 mil na frente do segundo colocado, Hugo Borghi. Empossado, ele não faria jus — pelo menos no caso dos japoneses — à má fama de nunca cumprir a palavra empenhada. Ademar pagou não apenas as promessas paroquiais da Shindo Renmei (como mandar prender os "derrotistas" Abe e Suzuki, de Osvaldo Cruz, a pedido da organização), mas de fato se empenhou para solucionar os problemas judiciais e financeiros da colônia. Dois meses depois de assumir o governo, ele pediu uma audiência ao presidente Eurico Gaspar Dutra, após a qual anunciou publicamente que havia solicitado a liberação dos bens japoneses confiscados durante a guerra, "uma fortuna de mais de 2 bilhões de cruzeiros", informou o governador. Ironicamente, se o político tido como malandro cumprira a palavra, o mesmo não se poderá dizer dos *kachigumi*: das 25 cidades onde a Shindo Renmei tinha bases numerosas, Ademar fora derrotado em dezessete.

▪

Antes que fizesse um ano da primeira aparição pública da Shindo Renmei — a caminhada marcial dos "sete heróis" na noite de Tupã, ameaçando degolar um policial —, o Ministério Público já havia decidido de que forma pretendia que a Justiça punisse os crimes cometidos pela seita. Mais de mil japoneses foram indiciados como co-autores dos crimes, para os quais pediram-se penas que variavam de um a vinte anos de prisão. Para 190 chefes e matadores foi proposta a deportação para o Japão. Embora a aventura dos Batalhões do Vento Divino de Hiroíto no Brasil tivesse chegado ao fim, dois *ronin* ainda vagavam pela sombra das noites. Eles já tinham sido parceiros em ações da Shindo Renmei e agora, procurados pela polícia, ambos viviam clandestinamente, passando os dias escondidos, e só saíam protegidos pela escuridão. A mão do destino, no entanto, os colocara em situações opostas: Eiiti Sakane, o mentor dos ataques de Osvaldo

Cruz e Tupã, achava que sua missão só terminaria quando liquidasse o último derrotista de sua lista: o intérprete Paulo Morita, que ele jurara de morte meses antes. E o *tokkotai* Namide Shimano, o assassino de Goiti Mori, de Bilac, tinha uma preocupação adicional, além de ter a polícia no seu encalço: escapar de patrícios *makegumi* dispostos a fazer justiça com as próprias mãos.

9

**UM TOKKOTAI SERÁ
TORTURADO E MORTO
EM SEGUIDA.
ACABOU A SHINDO RENMEI.**

Nem mesmo os companheiros de Namide Shimano sabiam muita coisa a respeito dele. O mistério começava com sua chegada ao Brasil: nascido em Niiagata, imigrara em 1943, ano em que, segundo todos os registros oficiais, não havia entrado um só japonês em território brasileiro. De Santos ele foi direto para a chácara de Katsuto Yamamuro, no bairro de Três Barras, em Cafelândia, onde trabalhou na enxada durante um ano. De lá mudou-se para a fazenda Santo Embré, de Mongo Fukuwara, no mesmo município. Durante o ano de 1945 Shimano arrendou um sítio no distrito de Tangará, ainda em Cafelândia, onde tentou sem sucesso ganhar dinheiro plantando algodão. Nesse período ele viveu alguns meses na casa de uma tia distante, Matzuco Maebara, até conhecer Akira Fugimoto, o *tokkotai* que tinha chefiado o frustrado atentado ao "chacareiro Tominaga", em Mil Alqueires. Nem mesmo a tia ou os seis primos sabiam direito da vida de Shimano — que aos 27 anos era solteiro, não tinha namorada e só pensava em trabalhar. Eles não perceberam sequer que o parente havia trocado a lavoura pelo terrorismo. Afinal, ele nunca andava armado e jamais falara de política ou de guerra em casa. Namide Shimano só tinha participado de uma ação da Shindo Renmei. Fora ele o autor da cinematográfica execução de Goiti Mori, no bar de Bilac, quando o *tokkotai* saltara sobre o balcão para alvejar a vítima que fugia dos tiros. Convocado para a ação em Mil Alqueires, ele acabou não podendo participar: em uma escaramuça com policiais em Getulina, logo após o atentado de Bilac, Shimano fora ferido numa das pernas. Mas, assim como ocorrera com os demais remanescentes da Shindo ainda em liberdade, ele havia perdido todos os contatos com a organização, não sabendo sequer quem estava dando as ordens — se é que ainda havia ordens a cumprir. Apesar de meio coxo da perna direita e transformado em *ronin*, Shimano continuava disposto a matar.

Não era só ele. Entre os *makegumi* havia pelo menos um homem que ainda tinha um ajuste de contas com a Shindo Renmei: Katsuo Yagui. Ao contrário de Shimano — um descendente da última linhagem da hierarquia social no Japão

—, Yagui, de 43 anos, orgulhava-se de suas origens nobres. Seu pai, Buhati Yagui, fora membro do Regimento Akasaka da Guarda Imperial, no reinado do imperador Taisho (1912-26), pai de Hiroíto. Esse era um privilégio reservado aos descendentes de samurais, que ainda assim só eram escolhidos após uma devassa completa em toda sua ascendência. O filho Katsuo, que chegaria a cursar até o terceiro ano de Medicina na Universidade Meiji, de Tóquio, era faixa preta de judô, praticava esqui e foi um dos primeiros a praticar salto a distância no Japão. Com o início da imigração para o Brasil, o velho Buhati foi convidado a vir — não na condição de modesto imigrante, mas como "chefe de delegação". Instalado com a família em Braúna, em poucos anos Yagui já era mais que um próspero empresário agrícola. Além de cultivar café e algodão, passou a comprar a produção alheia, tornando-se um dos mais poderosos atacadistas da região. Apenas uma das fazendas da família, a Kaikai, tinha 100 mil pés de café plantados. Com o passar do tempo o velho Buhati entregou as propriedades ao filho e mudou-se para a capital paulista, a fim de dedicar-se apenas a operações financeiras na Bolsa de Mercadorias.

Katsuo Yagui era uma personalidade singular. Em casa era um homem sofisticado, dono de vasta biblioteca onde se viam clássicos como Dostoievski e Tolstoi, um poliglota capaz de declamar poemas em inglês para os filhos. Na rua ele não era o Katsuo. Enquanto a maioria dos japoneses adotava como seus os nomes brasileiros mais comuns, como Mário, Jorge, Paulo, ele tinha mesmo que ser conhecido como Napoleão — e seus amigos se lembrariam dele, cinqüenta anos depois, como um sujeito "marrudo", "valente", "metidão" ou "um tipo grandalhão, um japonês de presença". Com um perfil como o seu, era natural que Napoleão Yagui se convertesse em alvo da Shindo Renmei. Logo que a seita começou os atentados dentro da colônia, após o final da guerra, Yagui percebeu que aqueles malucos acabariam cruzando o seu caminho, e preferiu adverti-los: se encostassem um dedo em alguém de sua família, ele resolveria o assunto pessoalmente e a bala. E quem ameaçava era um homem conhecido pela pontaria certeira e pelo fato de andar armado não com um, mas com dois revólveres na cintura.

Não custou muito para as ameaças começarem a chegar não apenas a Napoleão Yagui, mas também a seu amigo Yoshio Abe — grande produtor agrícola, como ele, e igualmente tachado de *makegumi* pela Shindo Renmei.

Yagui não brincava em serviço: em vez de se amedrontar, respondeu convidando Abe para treinamentos diários de tiro ao alvo. Se os *tokkotai* aparecessem, como tinham prometido, eles queriam estar preparados. Napoleão Yagui não sabia, mas a data de sua morte já estava marcada: 10 de julho, em meio às ações que tirariam a vida de sete japoneses em Bilac, Borborema, Mil Alqueires, Cafelândia e Getulina.

Os três matadores apareceram em Braúna na hora do almoço. Subiram a avenida Rio Branco até a porta da casa de Napoleão Yagui e, como o caminhão não estivesse estacionado lá, desceram de volta até a porta de uma barbearia, onde ficaram conversando. A cada caminhão que passava pela rua os três iam andando até a casa de Yagui para ver se o veículo era o dele. Nem mesmo o alfaiate Paulo Serizawa, filho de um *kachigumi*, desconfiou dos forasteiros que passaram a tarde zanzando pela rua. Aquilo durou até as quatro da tarde, quando Yagui finalmente encostou seu caminhão na porta de casa. Entrou, foi até o quarto e, quando voltou à sala, os três *tokkotai* estavam de pé, à sua frente. Matsu, sua mulher, ainda os cumprimentou e perguntou o que queriam. Os estranhos responderam disparando as armas que traziam enroladas em lenços. Matsu gritou, tentando agarrar um dos terroristas enquanto o marido procurava desabotoar o coldre para puxar a arma. Sem conseguir pegar o revólver, Napoleão Yagui saltou sobre um *tokkotai*, arrastando-o para a cozinha. O filho de Yagui, Paulo, de dez anos, agarrou-se ao punho de outro *tokkotai*, impedindo-o de fazer mira no pai, que distribuía golpes de judô enquanto tiros eram disparados a esmo. A filha Rumi, então com cinco anos de idade, estava ao lado do poço, no quintal, quando viu a mãe grudada, por trás, na cintura de um homem, o irmão Paulo pendurado no braço de outro e o pai sob a mira de um terceiro. Este errou o primeiro tiro, e quando se preparava para disparar o segundo Yagui já estava de arma na mão, fazendo fogo contra os matadores.

Os *tokkotai* perceberam que tinham perdido a viagem. Com um deles aparentemente ferido a bala, o grupo saiu em disparada pela rua, tomando o caminho que levava a Glicério. Alertado pela barulheira, o açougueiro Jasão, dono de um curral que dava fundos para a casa dos Yagui, correu em socorro do vizinho, mas os *tokkotai* já estavam no final da avenida Rio Branco. O açougueiro montou no primeiro cavalo que encontrou e, de laço em punho, saiu atrás dos terroristas, rodando uma corda sobre a cabeça e ameaçando laçá-los. A

cena de faroeste terminaria em pastelão: quando estava a poucos metros dos fugitivos, pronto para atirar o laço, um deles voltou-se inesperadamente, apontando o revólver na direção do cavaleiro. Como Jasão confessaria depois, ao ver a arma ele se "encagaçou" e deu meia-volta, deixando escapar os matadores, cuja identidade jamais se conheceria. A partir daquele dia, todo mundo sabia: os *tokkotai* iam pagar caro o atrevimento de entrar na casa de Napoleão Yagui para matá-lo. Mas Yagui também sabia que essa era uma tarefa para profissionais — para alguém como Pedro Borges, o "Pedro Seleiro".

Nascido em Chã de Alegria, no interior de Pernambuco, antes de bater em Braúna Pedro Seleiro rodou pelo Brasil trabalhando no ofício que acabaria se incorporando a seu nome: fazer selas para animais. No começo dos anos 40, ele conseguiu ser nomeado "sub-delegado de polícia *ad hoc*" — ou "delegado calça-curta", forma pejorativa como o povo se referia às pessoas da comunidade que, sem formação universitária específica, eram nomeadas para exercer as funções de polícia, na inexistência de um delegado titular. Magro, alto, narigudo, pouco mais de quarenta anos, Pedro Seleiro era um homem de poucos sorrisos e muita ação. Chovesse ou fizesse sol, lá estava ele com seu rifle Winchester .44 "papo-amarelo" debaixo do braço. Amigo pessoal de todos os *makegumi* da cidade, quando começaram a chegar notícias de atentados e ameaças ele decidiu se converter no pesadelo dos japoneses suspeitos de ligações com os terroristas. Por conta própria, sem que ninguém lhe pedisse, passou a dar proteção a Napoleão Yagui e pediu a seu superior, o delegado de Araçatuba, autorização para que o japonês pudesse andar armado. Como a resposta foi negativa ("Se é japonês, não pode e está acabado"), Pedro Seleiro decidiu assumir a responsabilidade. Pegou alguns revólveres e carabinas, foi até a casa de Yagui e entregou as armas a ele:

"Olha aqui, Napoleão: eu sei que a lei não permite isso. Mas eu te conheço e você não vai morrer feito cachorro no meio da rua. Fica com essas armas para se defender."

Sua folha de serviços denunciava o estilo de trabalho: em sete anos ele respondera a treze processos por abuso de autoridade no exercício da função. Com toda essa fama, Pedro Seleiro preferia enfrentar "a japonesada" sozinho. Em ocasiões excepcionalmente perigosas, levava a seu lado o guarda-noturno da cidade, mas o mais comum era fazer trabalho solitário. Poucos dias após a tentativa de assassinato de Yagui, ele recebeu a denúncia de que a Shindo andara

arregimentando gente no bairro Padre Claro, onde só viviam japoneses. Pedro Seleiro, que não falava japonês, tocou para lá sozinho, invadiu casas, deu pescoções — sempre com o rifle debaixo do braço — e voltou horas depois com seis japoneses amarrados por cordas. Meteu-os dentro da cela, trancou a grade e jogou alguns baldes de água fria no chão de ladrilho. Sem conseguir dormir, os japoneses estariam exaustos na manhã seguinte, o que facilitaria o transporte para a cadeia de Glicério. Na cidade era a mesma coisa: o policial andava pelas ruas bisbilhotando o interior das casas dos japoneses, em busca de fanáticos. Um dia viu na parede de uma casa uma velha fotografia oficial de Getúlio Vargas com uma faca espetada no meio do rosto do ex-presidente. O delegado foi até o cavalo, pegou o chicote de couro de anta preso à sela e surrou o japonês que era dono da casa até deixá-lo roxo, no chão.

Que Pedro Seleiro detestava japoneses, todo mundo já sabia. A novidade era que quem estava tirando o sono dos suspeitos de ligação com a Shindo Renmei era Napoleão Yagui. Mesmo depois de passadas várias semanas, quando a paz parecia ter voltado à cidade, era comum algum japonês mudar de calçada para não cruzar com Yagui. Uma tarde entrava na cidade com sua carroça de cinco burros o lavrador Isao Makimoto, do bairro Moritomo, na zona rural de Braúna. Makimoto não era um *tokkotai*, mas nunca escondera sua simpatia pela Shindo Renmei. Parou a carroça, desceu devagar e, quando olhou para o lado, viu Napoleão Yagui de arma na cinta, vindo em sua direção. De um salto Makimoto sumiu debaixo dos burros para reaparecer na calçada, já com um pé na entrada da casa de Serisawa, onde se escondeu.

Foi em meio a esse clima que Pedro Seleiro recebeu a denúncia, no último dia de setembro de 1946, de que um grupo de *tokkotai* estaria se reunindo clandestinamente na cidade. Ele ainda tentou conseguir reforços em Araçatuba, mas recebeu da seccional a recomendação de se arranjar por lá mesmo, se fosse preciso "com a ajuda de alguns japoneses amigos". Liberado por seus superiores, Pedro Seleiro contou a história para Napoleão Yagui, que se encarregou de selecionar o pelotão para pegar os *kachigumi*. Convocou alguns rapazes bons de tiro — o confeiteiro Rioji Endo e os lavradores Takeshi Shirikawa e Mitsuyuki Kono — e chamou para se incorporar à caravana seu amigo Yoshio Abe, outro que recebera ameaças e que andava às turras com os *tokkotai*. Um caminhão da fazenda de Abe, dirigido por um motorista japonês, também armado, levou o

grupo pela noite adentro. Na boléia iam o motorista, Yagui e Pedro Seleiro, e os demais viajavam atrás, na carroceria. Eles só chegariam ao bairro Perobal, onde esperavam pegar os *tokkotai*, quando o dia já estava clareando. Era alarme falso. Rodaram mais um pouco e foram até a colônia Senador. Pedro Seleiro ia na frente e o grupo alguns metros atrás. Ao abrir a porta de uma casa com o cano da espingarda, o policial viu lá dentro uma bandeira do Japão. Intimidou a dona da casa para saber se alguém se reunira ali. Ela negava, ele insistia, até que Seleiro viu uma cama com aparência de ter sido usada recentemente. Foi até lá, pôs a mão no colchão e sentiu que ainda estava quente. Os moradores acabaram entregando tudo: os *tokkotai* tinham estado lá, sim, mas já haviam partido para a casa do patrício Jiro Tetsuya, no bairro São Martinho, a poucas horas dali.

A expedição prosseguiu pelo mato. Cortou as terras da antiga aldeia Icatu, dos índios caingangues, e por volta das dez horas da manhã chegou a São Martinho. Pedro Seleiro ainda tentou conseguir que um inspetor de quarteirão do lugar os guiasse até a casa do tal Tetsuya, mas, ao ver aquela quantidade de homens armados, o sujeito desconversou e escapuliu. O grupo acabou chegando à casa, no meio de um cafezal. Pedro Seleiro foi na frente, carabina engatilhada na mão, e deu ordens para que seus companheiros esperassem a distância — confiante em que a Shindo Renmei não queria encrenca com as autoridades brasileiras, ele preferia ir sozinho. Se precisasse de socorro, gritaria. O policial chegou perto da casa, identificou-se e deu ordens para que os japoneses saíssem de mãos para cima. Quatro jovens deixaram a casa pela porta dos fundos, correndo em direção ao cafezal. Quando Pedro Seleiro gritou: "É a polícia!", começaram a atirar. O delegado respondeu ao fogo, ao mesmo tempo que dava ordens para seus companheiros se jogarem no chão e dispararem. Com balas voando sobre sua cabeça, ele se arrastou até atrás do tronco de uma mangueira, de onde poderia mirar melhor e se proteger dos tiros dos *tokkotai*. Cada vez que disparava seu rifle, Pedro Seleiro via um japonês pulando entre as leiras — as ruas que separam os pés de café. O sujeito pulava de um lado para outro, disparando contra Pedro cada vez que saltava. Meio século depois, o comerciante Alonso Borges ainda lembra dos detalhes de como o pai, Pedro Seleiro, encerrou o tiroteio:

"Meu pai contou o tempo que o japonês levava para pular. Contou uma, contou duas, e quando o *tokkotai* pulou outra vez, meu pai o pegou."

Um certeiro tiro no peito prostrou Namide Shimano debaixo de um pé de

café. Sob a camisa empapada de sangue, uma bandeira do Japão onde havia sido escrita, em japonês, a consigna: "É bom morrer pela Pátria!". Pedro Seleiro, o flagelo dos *tokkotai*, ia carregar a honra de ter imposto à Shindo Renmei a única baixa que a seita sofreria em toda sua breve e sangrenta história. Com o cadáver na carroceria do caminhão, a caravana refez o mesmo percurso da ida, passou por Braúna e deixou na delegacia de Glicério os restos do *tokkotai*.

Esta foi a versão oficial. Como nas vezes anteriores, foi instaurado um inquérito e, aberto um processo, alguns foram denunciados, outros julgados e todos absolvidos. Para que a trama tivesse sido perfeita, porém, teria sido necessário destruir um "auto de exame de corpo de delito" lavrado no dia 2 de outubro — um dia após a morte do japonês — pelo legista Romeu Ferraz, de Araçatuba, e pelo clínico Amir Leite, morador de Penápolis. O laudo assinado pelos dois médicos, depois de examinar o cadáver de Namide Shimano, revelava que o ódio deixara de ser um sentimento apenas dos *kachigumi*:

> *[...] O cadáver apresentava ao nível da região da bossa frontal direita extenso hematoma, de contornos irregulares, arroxeado, medindo seis centímetros por quatro em suas maiores grandezas. Ao nível da região tempo-maseterina esquerda, outra lesão não edemaciada, mas igualmente arroxeada, medindo sete centímetros por três, em suas maiores grandezas. Ambos os lábios mostravam-se edemaciados, e o superior, na parte dental, em sua parte média, apresentava uma ruptura perpendicular à linha mediana, interessando a mucosa e o músculo articular subjacente, medindo um centímetro de extensão por quatro milímetros de largura. Todas estas lesões, pelo seu aspecto e características, lembravam aquelas produzidas pelos instrumentos contundentes.*
>
> [...] *No caso em apreço o que é interessante discutir é a diversidade do calibre dos projéteis que feriram a vítima. Foram por certo diversas as armas. Os diâmetros diferentes dos orifícios de entrada provam-no, de sobejo. Qual deles o mortal? O que transfixou-lhe o tórax? Ferindo ambos os pulmões? O que foi encontrado dentro do coração? Qualquer um deles seria capaz de provocar a morte imediata da vítima. O que não padece dúvida, entretanto, é que ela foi primeiramente ferida por instrumento contundente, não se pode afirmar qual seja. Mãos, pés, cacete, pau? As lesões contundentes, descritas na parte referente*

ao exame externo, edemaciadas, arroxeadas, foram produzidas em vida. As reações orgânicas de edema e cianose, assim o demonstram.

Tentando lembrar-se dessa época, o filho de Pedro Seleiro reconhece que o pai pode ter chutado e batido com a coronha da carabina no corpo do japonês. Mas não é essa a revelação do laudo, e sim a de que as lesões tinham sido "produzidas em vida". O *ronin* Namide Shimano fora apanhado vivo, torturado e, só depois, fuzilado.

O acaso, no entanto, se encarregaria de aproximar a vítima de um de seus carrascos: no cemitério municipal de Penápolis, as sepulturas de Shimano e de Pedro Seleiro estão separadas por apenas vinte metros. A mesma distância que os separava quando o policial matou o *tokkotai*.

▪

No dia 5 de janeiro de 1947 o juiz de direito de Tupã, Antônio Rodrigues Porto, decretava a prisão preventiva de Eiiti Sakane. Era mera formalidade, já que aquele deveria ser o sexto ou sétimo mandado de prisão emitido contra o último *tokkotai*, sem que a polícia tivesse a mais remota idéia de seu paradeiro. Sakane devia estar preparando alguma coisa. No final do ano anterior tirara a mulher e os três filhos de Tupã, escondendo-os em local seguro. Nos últimos dois meses ele sumira, para reaparecer no começo de janeiro pedindo pouso em uma chácara de Osasco, cidade da região metropolitana de São Paulo, que fora usada antes como refúgio da Shindo Renmei. A ida do *kachigumi* para a capital nada tinha a ver com o mandado de prisão decretado em Tupã, do qual ele nem tomaria conhecimento. Eiiti Sakane estava lá para cumprir uma ameaça feita um ano antes, em Marília, quando ele vira o "cão policial" Paulo Morita trabalhando como intérprete para a polícia.

Morita podia se considerar um sobrevivente. Na primeira lista de condenados à morte pela Shindo Renmei, o nome dele já aparecia. Mesmo sabendo que estava marcado para morrer, continuava colaborando com a polícia, denunciando patrícios suspeitos de ligação com os fanáticos e aparecendo em cerimônias públicas ao lado de policiais que reprimiam os nacionalistas japoneses. Matar um *makegumi* como aquele tornara-se uma questão de honra

para Eiiti Sakane — a Shindo não podia deixá-lo vivo. O *tokkotai* reservou para si a missão. Durante uma semana ele seguiu Morita todos os dias, até se sentir seguro para agir. A hora ideal para pegá-lo era de manhã cedo, quando o intérprete, antes de ir para o trabalho, passeava com a filha Mayumi no parque da Aclimação, a poucas quadras de sua casa.

No dia 6 de janeiro, uma abafada segunda-feira de verão, Sakane arrebanhou mais três amigos e junto com eles postou-se atrás de um muro da rua Castro Alves, onde Paulo Morita vivia. Por volta das nove horas Morita apareceu, levando no colo a filha de apenas oito meses. Os dois chegavam perto da avenida Aclimação, e Sakane cortou caminho, esperando-os na entrada do parque. Quando Morita pôs os pés na calçada, Sakane disparou três tiros em seu peito. Eiiti Sakane saiu correndo rumo ao bairro vizinho do Paraíso — para nunca mais ser visto. Atraídos pelos tiros, populares tentaram acudir o homem caído sobre uma poça de sangue ao lado da garotinha que esgoelava, desesperada. Não havia mais o que fazer, ele estava morto. Um policial apareceu e retirou um documento do bolso do cadáver, para identificá-lo. O morto não era Paulo Morita, mas Nassaji Suzuki, seu cunhado. A Shindo Renmei encerrava sua carreira de crimes com mais uma dramática trapalhada.

EPÍLOGO

SALDO DA AVENTURA:
31 MIL PRESOS,
381 DENUNCIADOS
E 80 EXPULSOS DO BRASIL.
MAS JK PERDOARÁ A TODOS.

Durante os treze meses de atuação da Shindo Renmei, 23 pessoas foram mortas pela organização e 147 ficaram feridas. Ao todo, a polícia paulista deteve, identificou e fichou 31 380 imigrantes japoneses suspeitos de ligações com a seita. Embora 1423 tenham sido acusados pelo Ministério Público, a Justiça só aceitou a denúncia contra 381 deles, que eram Akeo Takabayashi, Asaju Omori, Atsushi Tanaka, Bem Yamazaki, Bunichi Namba, Choko Yomashiro, Chonosuke Shimoishi, Chuji Yokoyama, Chuzaburo Abe, Eiiti Kimura, Eiiti Sakane, Eijiro Ytami, Eiyti Murai, Eizo Sanoki, Enkiti Mori, Etsunari Adachi, Fikar Sugayama, Fujio Kikuchi, Fukayama Yoshinobu, Fukushige Sato, Fumiyo Umeki, Fusashi Nakai, Gencho Tamashiro, Genichi Tsuya, Genkichi Kimura, Genshiki Tamaki, Genzo Hidaka, Goro Kaida, Goshitiro Noda, Goto Taketyo, Guenji Watanebe, Guenzo Shiratsu, Guiemon Sugahara, Hachiro Matsumoto, Hachiro Oda, Hajime Ota, Haruiti Watanabe, Harutoshi Nakauchi, Hatano Kanadi, Hatsusu Suda, Hazuni Huwahara, Hideki Yoshida, Hideo Ono, Hidetaro Onishi, Hikohei Motoki, Hikosaburo Kajihara, Hirokimi Takashima, Hiroshi Sato, Hiroshi Tomizuka, Hisacatu Watanabe, Hisako Watabe, Ichiro Kawanishi, Iheji Kuroshima, Ikue Yuta, Inawo Kano, Ioshio Nikuma, Isamu Matsumoto, Isao Rusano, Ishi Sagai, Issamu Maeda, Itiro Muto, Itisoburo Inakuma, Itoku Sakamoto, Iwamoto Masuiti, Iwao Tadamura, Izao Bam, Jiichi Yamaguchi, Jinzaburo Asakawa, Jiro Matsubayashi, José San-Iti Chimen, Jun Fugimori, Juniti Yasaka, Kakujiro Inamasu, Kamesaku Yamashiro, Kaneo Michiura, Kanisaku Maeda, Kanji Matsuo, Kaoro Hino, Kassaburo Katayama, Kasuji Takahashi, Katsuji Kimura, Katsuji Yamamoto, Kazuma Tanaka, Kazuo Tsuji, Kazuo Yamazaki, Kazutoshi Yamamoto, Keijiro Aoki, Keitiro Sakuraba, Keizaburo Yamada, Keizo Kato, Keizo Ono, Keme Higa, Kenda Yamashita, Kengo Ayabe, Keniiti Nakamura, Kenji Noguti, Kenjiro Nishi, Kenjiro Nishi, Kenya Otsuki, Kenzo Hida, Kenzo Kajita, Keuniti Obo, Kiichi Kawashima, Kinnosuke Kobayashi, Kinyemon Yamaguchi, Kinzo Idemori, Kiomio Tsuji, Kioshi Inoue, Kisaku Tanaka, Kitizo Assanome, Kiyobuni Hori, Kiyohide Okuda, Kiyokaro Matsumoto, Kiyo Yamauchi, Kiyoshi Suzuki, Kiyonori Nagae, Koheijo Adachi,

Koichi Matsumoto, Koji Okayama, Koke Kawano, Koki Ando, Kokichi Kume, Kokiti Sawada, Kosako Susuki, Kotaro Fujimoto, Kozo Katsumata, Kumata Nakamura, Kunioshi Maeda, Kunitsuga Shiguematsu, Kurazu Handa, Kyiomasa Nomura, Kyioti Arai, Kyoshi Hirose, Lauro Tadao Sasaki, Macao Matushima, Mamoru Fujisaka, Mankichi Azuma, Mansaku Fusada, Manzo Nashinaga, Masaaki Okuyama, Masaki Takahashi, Masaki Yusuki, Masakisa Nogami, Masamitsu Idemori, Masao Ginbo, Masari Nagato, Masaru Konishi, Masaru Okabe, Masashige Onishi, Masataro Inakake, Masato Matsumura, Massaki Okuyama, Massamoto Kunioshi, Massao Nakano, Massao Terada, Massatero Hokubara, Massumi Tanaka, Masumi Ikoma, Matazo Okamoto, Matsue Sasada, Matsushiro Kunii, Matsushu Myiasato, Matsutaro Fujisaka, Matsuya Hirata, Matsuzo Massuda, Mazakasu Sassada, Miike Mitsuri, Mineo Kosai, Minoru Hayashi, Minoru Myazima, Minosuke Yokota, Mitio Suga, Mitsuaki Omoda, Mitsuji Iriya, Mitsuo Fugii, Mitsuo Maruyama, Mitsuo Tokui, Mitsuyoshi Kondo, Miyuki Yamaguchi, Moburu Nagamatsu, Moitiro Iwata, Mongo Yoshizako, Monjiro Kaneko, Morikichi Sonohata, Morikichi Yoshikai, Morizo Chiba, Motichi Ito, Motoi Bam, Motosuke Matsuka, Mitsutaro Fujita, Munetoku Sinkai, Naenao Toyama, Nakanosuki Kolisu, Naokiti Marui, Nobudi Minava, Nobuiti Matsumoto, Nobuji Ishizaka, Nobukazu Furukawa, Nobumassa Ionochi, Nobuo Yokota, Nobuyasu Baba, Noguti Keisaburo, Norimitsu Takaoka, Noriyasu Seto, Nuke Shigeto, Otokichi Marui, Raizuti Miho, Rihei Ikeda, Rintaro Tachibana, Riozo One, Risaburo Seno, Riuzo Takata, Ryoishi Kuwabara, Ryoiti Fujisaka, Saburo Azuma, Saburo Nakagawa, Sadaji Yamano, Sadao Gondo, Saiji Yamashita, Saiti Oku, Sakamatsu Fujimoto, Sakari Masuzawa, Sanzon Hamada, Satoro Kondo, Satoro Nagao, Satoro Nawa, Seichi Banzai, Seiei Touma, Seigui Sato, Seiichi Hayakawa, Seiichi Sato, Seiji Kawauschi, Seikyu Sakihara, Seitaro Hirata, Seizaku Kurioshi, Sekati Kimura, Severo Hashimoto, Shazuke Tanaka, Shichiji Yoshinaga, Shichiro Ono, Shigeo Hanada, Shigeo Koga, Shiguematsu Myiazaki, Shigueo Fukuma, Shigueo Fukuoka, Shigueo Koketsu, Shiguero Kubo, Shigueta Marubayashi, Shiguetaka Takagui, Shigueto Gohara, Shimichiro Iwahara, Shimon Kunioshi, Shingo Shimbuya, Shinichiro Yakushijin, Shinobu Namimatsu, Shinro Sawada, Shintaro Kitamura, Shintaro Misushima, Shinzo Matida, Shinzo Shimizo, Shiogiro Okagawa, Shioji Ono, Shiokazu Kakuda, Shizuo Tanaka, Shoiti Kodama, Shoji Kimura, Shoji Matsumura, Shojiro Baba,

Shojiro Imai, Shonoski Nishimura, Shonozuke Aikawa, Shotaro Kikuti, Shozem Metoruma, Shozuke Uematsu, Shuichi Maobara, Shuzo Nakayama, Sincho Nakamine, Soiti Yamada, Sokiti Shachiki, Sukeyoshi Kajiwara, Sukimasa Okino, Tadaichi Kihara, Tadaiti Kokubo, Tadami Tiba, Tadashi Hiroshima, Tadashigue Kato, Taizo Shigemichi, Takamaza Furuzawa, Takanobu Sasaki, Takekatsu Mioshi, Takema Ueta, Takeo Izumi, Takeo Miura, Takeo Sazaki, Takeo Yoshida, Takesaburo Kobayashi, Takeshi Maeda, Takeshi Nishiyama, Taketo Nakagawa, Takeyoshi Kotaki, Tamashiro Guenhei, Tamotsu Yamamura, Tatsuaki Mishikawa, Tatsuiziro Yamamoto, Tatuji Uemoto, Teiichi Hashimoto, Teiti Ishihama, Teruji Yamaguchi, Tetsuji Toyoiama, Tetsuo Kubo, Tetsuo Kuga, Tetsuzo Namba, Tiozaburo Nawa, Titomo Nishikawa, Toiti Murai, Tokiti Tamashiro, Tokujiro Tamura, Tokumitsu Yamaushi, Tomechi Sugahara, Tomedi Katakura, Tomekichi Murakani, Tomio Okazaki, Tomitoshi Toida, Tomizo Vaga, Tooru Shizaki, Toruji Shiguematsu, Toshiaro Inoue, Toshimi Ohata, Toshio Kodomatsu, Toshio Sasaki, Toshisaburo Takai, Toshita Takai, Tou Tamaki, Toyoso Mamiya, Toyotomi Ishibashi, Tsugio Shiraishi, Tsugio Soida, Umekiti Mizuno, Ushi Uehara, Wataru Seto, Yamasaki Yuguma, Yamashita Shiroski, Yasaburo Oto, Yasakichi Matsumoto, Yashuaro Sato, Yasokiti Namassu, Yasuhide Satake, Yasuki Shimizu, Yasuroku Nakaoka, Yokichi Fujisaka, Yoko Nishi, Yoritake Omi, Yosaburo Shinohara, Yoshiaro Shiafuji, Yoshiaru Sugyiama, Yoshikazu Matsumoto, Yoshima Kondo, Yoshimasa Nishishima, Yoshimatsu Wakabayashi, Yoshimitsu Imai, Yoshinori Kotera, Yoshinori Sakata, Yoshio Iwamoto, Yoshio Kawaguchi, Yoshio Oikawa, Yoshio Someya, Yoshio Tokimatsu, Yoshio Yassuda, Yoshishige Nakauchi, Yoshitaka Oka, Yoshitake Omi, Yoshiuki Miyamoto, Yosuke Kano, Yotaro Baba, Yshi Sakae, Yujiro Assaki, Yukimiti Kano, Yukiyaso Maehata, Yusuro Tanaka, Yuzo Suzuki e Zenkichi Ota.

No final de 1946, o presidente da República Eurico Gaspar Dutra baixou um decreto considerando “elementos nocivos aos interesses nacionais” e expulsando do Brasil os oitenta imigrantes seguintes, acusados de serem mandantes ou executores dos crimes da Shindo Renmei: Azuma Samejima, Daisaburo Sassatani, Elichi Shiozaki, Fukuo Ikeda, Fumio Ueda, Fusatoshi Yamauchi, Handa Juta, Haruo Izumissawa, Haruo Watanabe, Hiroaki Izume, Hiromi Yamashita, Ichisaburo Chida, Ishin Iwanaga, Itsushigue Otsuki, Jonejiro

Kokubo, Junji Kikawa, Junji Shimizu, Kamegoro Ogazawara, Kanekiti Shiotsu, Kanji Aoki, Kanji Waki, Kauemon Kawabata, Kenjiro Yamauchi, Kenuro Yonomata, Kitiro Kikkawa, Kioschi Kawashima, Koi Suzuki, Kotaro Komada, Kozonori Yoshida, Kozuo Miyahara, Kunichiro Amazawa, Makoto Iwata, Masakiti Taniguti, Massachi Kunii, Massaichu Kaneko, Massaki Yunoki, Massanobu Sato, Massao Eguti, Massao Honke, Massao Sato, Mitsuro Ikeda, Nakashima Manyoshi, Nobuyoshi Ozaki, Noriyoshi Sakamoto, Osaki Magosabuio, Ryotaro Negoro, Saijiro Tanita, Sakuzo Kawashima, Seiichi Tomari, Seijiro Mihara, Shiguechi Murakani, Shimpei Kitamura, Shiogoro Ogura, Shizutaro Monden, Shogero Inoue, Shozaemon Shoji, Tadamune Maeda, Tadao Takayasu, Takanori Izumi, Takashi Watanabe, Tatsuo Watanabe, Teiji Kimura, Teizo Takashima, Tokuiti Hidaka, Tokujiro Ohata, Tomoyuki Kawamorita, Toragoro Ninose, Torao Goto, Torato Fujihara, Toyohei Negoro, Tsuneyoshi Sawada, Tsurutaro Ushisawa (ou Kenjo Sawai), Wasaburo Hiraoka, Yonosuke Asakura, Yoshihide Goto, Yoshio Tamura, Yoshitsugu Sonoda, Yoshiy Kiytiro, Yoshiyuki Kondo e Zenzaku Ogawa.

Nenhum desses, entretanto, chegaria de fato a ser expulso do país. Os recursos judiciais impetrados pelos advogados protelaram a execução das penas de expulsão até meados dos anos 50. No Natal de 1956, quando a maioria já havia cumprido pelo menos dez anos de prisão, o presidente Juscelino Kubitschek comutou as penas, colocando todos os presos em liberdade.

Em outubro de 2000 havia, que se saiba, apenas três *tokkotai* vivos: Tokuiti Hidaka, que é dono de uma loja de bicicletas na cidade de Quintana, e Hiromi Yamashita e Taro Mushino, aposentados, que vivem na capital paulista.

Eiiti Sakane, o *tokkotai* que se converteu em *ronin*, jamais seria apanhado pela polícia. Em meados dos anos 60 ele foi visto por alguns japoneses apresentando-se como Massao Koga, vendedor de equipamentos fotográficos.

ARQUIVOS CONSULTADOS

Arquivo da Câmara Municipal de Lins
Arquivo da Delegacia de Polícia de Bastos
Arquivo da Delegacia de Polícia de Cafelândia
Arquivo da Delegacia de Polícia de Penápolis
Arquivo da Delegacia de Polícia de Pompéia
Arquivo da Delegacia de Polícia de Tupã
Arquivo de Carivaldo Cançado Castanheira
Arquivo de Carlos Ferreira Damião
Arquivo de Flávia Valente
Arquivo de Fusatoshi Yamauchi
Arquivo de Janis Eddibergs
Arquivo de José Alvarenga
Arquivo de Kanji Aoki
Arquivo de Lúcia Mayumi Sugimoto
Arquivo de Luiz de Souza Leão
Arquivo de Massayuki Kawasaki
Arquivo de Paulo José de Oliveira Silva
Arquivo de Paulo Tioeturo Yagui
Arquivo de Roberto Yoshifumi Kawasaki
Arquivo de Shiguemizu Abe
Arquivo de Suncho Nagai
Arquivo de Tânia Sayuri Ida Mathias
Arquivo de Tokuiti Hidaka
Arquivo do Fórum da Comarca de Birigüi
Arquivo do Fórum da Comarca de Penápolis
Arquivo do Fórum da Comarca de Pompéia
Arquivo do Fórum da Comarca de Tupã
Arquivo do Tiro de Guerra de Tupã
Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
Arquivo Público do Estado de São Paulo
Biblioteca Nacional
Biblioteca da Unesp de Marília
Biblioteca da Unesp de Presidente Prudente
Biblioteca da Unimar de Marília
Câmara Municipal de Arco-Íris
Câmara Municipal de Bastos
Câmara Municipal de Tupã
Memorial do Imigrante
Museu dos Pioneiros de Varpa
Museu Histórico da Imigração Japonesa
Museu Histórico e Pedagógico de Penápolis
Museu Histórico e Pedagógico Índia Vanuíre de Tupã
Museu Municipal de Bastos
Prefeitura Municipal de Arco-Íris
Prefeitura Municipal de Bastos

Prefeitura Municipal de Bilac
Prefeitura Municipal de Braúna
Prefeitura Municipal de Osvaldo Cruz
Prefeitura Municipal de Tupã
Senado Federal — Subsecretaria de Anais

PERSONAGENS ENTREVISTADOS

Ademir Gomes Konechu Kaingang
Akira Hiromi
Alécio Gorzoni
Alonso Borges
Angelo Palmezan
Antonio Casarotto
Antonio Rodrigues Porto
Aparecida Luiza Gaspar
Braulino Volpon
Carivaldo Cançado Castanheira
Carlos Ferreira Damião
Carlos Lomberti
Clemente Goldoni
Edoardo de Cerqueira César
Fábio Liserre
Flórida de Campos Rodrigues
Francisco Ramos Cuares
Francisco Sanches Martins
Fusatoshi Yamauchi
Gabriel Cavalcanti
Geraldino Rodrigues Ramos
Guichi Maeda
Hatiro Ueno
Hideo Onaga
Hilário Lopes
Hiro Miyagui
Hiromi Yamashita
Hiroshi Yamauchi
Hisako Hara
Issau Makino
João Alves dos Santos
João Ferreira Ferro
João Mendonça Pinheiro
João Neves
Jorge Ono
José Alvarenga
José Casarotto
José do Prado
José Leme
José Manzano
Josef Exner
Lourival Machado
Lúcia Mayumi Sugimoto
Lucilo Jordão de Oliveira
Madoca Yagui Mueller

Manoel Coutinho
Marcos Agostinho Chimatz
Mário de Oliveira
Mário Lemes Soares
Mário Noguchi
Mário Nohali
Masamitsu Idemori
Massao Honke
Massaro Misoguti
Massayuki Kawasaki
Massuyuki Kawano
Mauro Ferreira Netto
Motojiro Mogui
Noryoshi Sakamoto
Osvaldo Nunes da Silva
Ovídio Martinelli
Paulo Serizawa
Paulo Tioeturo Yagui
Petronilho José Ribeiro
Ronaldo Goy
Rubens Cardoso
Rumi Yagui Hennies
Saburo Oguchi
Saburo Yamanaka
Sadako Takeuchi
Sakae Ishida
Sérgio Namba
Shiguemizu Abe
Shunso Nagai
Sussumu Matsubara
Sussumu Sonehara
Takao Oyama
Tamiko Yamauchi
Tânia Sayuri Ida Mathias
Tetsuo Hiraoka
Tokuiti Hidaka
Tomio Endo
Tomohiro Yanase
Toshio Koketsu
Valentim Batista Castanho Marin
Yassuo Yamada
Yoshio Abe
Yugo Assano

BIBLIOGRAFIA

ABE, Yoshio. Imin no Hi (Lápide do Imigrante). Penápolis, edição particular, s/d.

ALVARENGA, José. Janelas do tempo — Crônicas da cidade de Osvaldo Cruz. Editora Stúdio Paganotti, 1986.

—— e GEGAUF, Stefanie Wirth. Osvaldo Cruz — Achegas históricas. 1994.

AMARAL, Maria Adelaide (org.). 100 anos de República (Um retrato ilustrado da história do Brasil), vol. v, 1941-1950. São Paulo, Nova Cultural, 1989.

AZERÊDO, Léo. Presidente Prudente e o creador de sua grandeza. 1944.

BEHR, Edward. Hiroíto — Por trás da lenda. São Paulo, Editora Globo, 1991.

BENEDICT, Ruth. O crisântemo e a espada — Padrões da cultura japonesa. São Paulo, Perspectiva, 1997.

BIRD, Kai. O chairman John J. McCloy. Rio de Janeiro, Topbooks, 2000.

BUTSUGAM, Sumi. "Os nisseis e a busca de sua integração na sociedade brasileira". Tese de doutoramento. Presidente Prudente, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente, 1973.

CARIGNATO, Taeco Toma. "O caminho dos súditos: do terror ao terrorismo". Revista Psicanálise e Sociedade. São Paulo, puc-sp, 1998-9.

—— "Passagem para o desconhecido — Um estudo psicanalítico entre Brasil e Japão". Dissertação de mestrado. São Paulo, puc-sp, 1999.

FAUSTO, Boris (org.). Fazer a América — A imigração em massa para a América Latina. São Paulo, Edusp/Memorial da América Latina/Fundação Alexandre de Gusmão, 1999.

FÉLIX, Sueli Andruccioli. Marília pioneira e os seus problemas "vistos" através da imprensa". Marília, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Unesp.

FERNANDES, Alexandre. A verdade sobre a Shindô Remmei. São Paulo, 1949.

FILHO, Agostinho Rodrigues. Bandeirantes do Oriente!. São Paulo, Empresa Editora Bandeirantes Ltda., 1949.

FREITAS, Luiz Mendonça de. Problemas básicos da agricultura paulista. São Paulo, 1946.

GIOVANETTI, Bruno. Esboço histórico da Alta Sorocabana. Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais Ltda., 1943.

HANDA, Tomoo. O imigrante japonês. São Paulo, T. A. Queiroz/Centro de Estudos Nipo-Brasileiros, 1987.

HATANAKA, Maria Lúcia Eiko. "O processo judicial da 'Shindo-Remmei' — Um fragmento da história dos imigrantes japoneses no Brasil". Dissertação de mestrado. São Paulo, puc-sp, 1993.

KAWASAKI, Roberto Yoshifumi. A colônia japonesa em Tupã. 1999.

KELÓ, Maurício Pedro Campos. Kaingang: Pyry Nhenpe'ti-Kaingang: um sonhador. Penápolis, Edição faesp, 1999.

KOKICHI, Guenka. Um japonês no Mato Grosso (Subsídio para a história da colonização japonesa no Brasil). Gráfica Siqueira, 1958.

KUROSAWA, Akira. Relato autobiográfico. São Paulo, Estação Liberdade, 1982.

LEÃO, Luiz de Souza. A fundação de Tupan. 1968.

LEGRAND, Jacques (org.). História ilustrada do século 20 (O mais atual registro do nosso tempo). São Paulo, Publifolha/Folha da Tarde, 1996.

MICELI, Sergio (org.). Nosso século. São Paulo, Abril Cultural/Nova Cultural Ltda., 1985.

MIRANDA, Mário Botelho de. Shindo Remmei — Terrorismo e extorsão. São Paulo, Saraiva, 1948.

—— Um brasileiro no Japão em guerra. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1944.

MITA, Chiyoko. "Bastos: uma comunidade étnica japonesa no Brasil". Tese de doutoramento em antropologia social. São Paulo, Universidade de São Paulo, 1986.

MORAES, Carlos de Souza. A ofensiva japonesa no Brasil — Aspecto social, econômico e político da colonização nipônica. Col. Documentos de Nossa Época, no 17. Porto Alegre, Livraria do Globo, 1942.
NAKADATE, Jouji. "O Japão venceu os Aliados na Segunda Guerra Mundial? O movimento social 'Shindo Remmei' em São Paulo (1945-1949)". Dissertação de mestrado em ciências humanas. São Paulo, puc-sp, 1988.
NEVES, Herculano. O processo da Shindô Remmei e demais associações secretas japonesas no Brasil. 1960.
OLIVEIRA SILVA, Paulo José de. Elementos formadores de Tupã — Os construtores da Torre de Babel. 1999.
—— Focalizando pelas antenas — Depoimento de Ronaldo Goy. 1999.
OLIVEIRA, Hélio Lourenço de. Relatório da Inspeção Sanitária de Tupã. 1939.
RIBEIRO, Darcy. A política indigenista brasileira. Brasília, Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura, 1962.
—— O povo brasileiro — A formação e o sentido do Brasil. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.
SAITO, Hiroshi. A presença japonesa no Brasil. São Paulo, T. A. Queiroz/Edusp, 1980.
—— e maeyama, Takashi. Assimilação e integração dos japoneses no Brasil. Petrópolis/São Paulo, Vozes/Edusp, 1973.
SEAGRAVE, Sterling e seagrave, Peggy. La dynastie du Yamato – Histoire secrète de la famille impériale japonaise. Paris, Éditions Michalon, 1999.
SUGIMOTO, Lúcia Mayumi. Do café aos ovos — Uma pequena coletânea da história de Bastos. Bastos, Câmara Municipal de Bastos, 1996.
TAKASHI, Moriama. L'abécédaire du Japon. Paris, Picquier Poche, 1997.
TIDEI DE LIMA, João Francisco. A ocupação da terra e a destruição dos índios na região de Bauru. 1978.
TOBIAS, Rosmar. A história de Marília — Os primórdios da educação de Marília (1925-1938). Marília, Editora da Unoeste, 1990.
VIEIRA, Francisca Isabel Shuring. O japonês na frente de expansão paulista: o processo de absorção do japonês em Marília. São Paulo, Editora Pioneira/Edusp, 1973.
VIEIRA, Hermes e silva, Oswaldo. História da Polícia Civil de São Paulo. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1955.
WILLEMS, Emílio e saito, Hiroshi. Shindo-Renmei: um problema de aculturação. São Paulo, Revista Didática e Científica.
YAMAUCHI, Kenjiro. Resquícios da Grande Guerra. Trad. Rosa Hiroko Matsuzaki. Hiroshima, Japão, Governo da Província de Hiroshima, 1979.
YOSHIKAWA, Eiji. Musashi. São Paulo, Estação Liberdade, 1999.

Cidade de Osvaldo Cruz. Álbum comemorativo do décimo aniversário de fundação. 1951.
Coletânea histórica — Publicação comemorativa do 90º aniversário de Penápolis. Penápolis, Museu Histórico e Pedagógico Fernão Dias Paes, 1998.
Dicionário básico japonês-português. São Paulo, Fundação Japão/Aliança Cultural Brasil-Japão/Massao Ohno Editor, 1989.
"Edição especial — Presidente Prudente 57 anos", Jornal Imparcial, 1974.
"Osvaldo Cruz", edição de O Trabalho, comemorativa ao 12º aniversário da fundação da cidade. 1953.
Sinopse estatística do município de Tupã. IBGE/Conselho Nacional de Estatística, 1948.
VI Recenseamento geral do Brasil — 1950. IBGE/Conselho Nacional de Estatística, 1953.
Uma epopéia moderna — 80 anos da imigração japonesa no Brasil. São Paulo, Hucitec/Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa, 1992.

PERIÓDICOS

A Comarca (Penápolis)
A Noite (Rio de Janeiro)
A Noite Ilustrada (Rio de Janeiro)
A Tribuna (Santos)
Correio (Lins)
Correio da Manhã
Diário (Tupã)
Diário da Noite
Diário de S. Paulo
Diário Nippak
Folha da Manhã
Folha da Noite
Folha de S.Paulo
Folha do Povo (Tupã)
Jornal de S.Paulo
Jornal de Tupã (Tupã)
Jornal do Brasil
Manchete
Nosso Jornal (Osvaldo Cruz)
Nosso Século
O Cruzeiro
O Estado de S.Paulo
O Globo
O Imparcial (Presidente Prudente)
O Progresso (Lins)
Oeste Notícias (Presidente Prudente)
Revista Já (Diário Popular)
São Paulo-Shimbun

AGRADECIMENTOS

Agradeço muito especialmente ao advogado Paulo José de Oliveira Silva, que eu conhecia apenas como talentoso articulador político da região de Tupã. Autor da maior parte das entrevistas utilizadas neste livro, ele se revelou um pesquisador com espírito investigativo raro até mesmo em profissionais calejados.

Agradeço à historiadora Angela Marques da Costa e ao pesquisador Antonio Sérgio Ribeiro, que já haviam sido meus companheiros de viagem em Olga e Chatô, a quem devo parcela significativa da pesquisa de Corações sujos.

Agradeço à minha mulher, Marina, à minha filha, Rita, as primeiras a ler os originais, pelas sugestões e pela paciência.

Agradeço à direção e aos funcionários do Spa Médico São Pedro, de Sorocaba. Jamais poderei pagar o carinho com que eles me aturaram durante a redação do texto final deste livro.

Agradeço ao jornalista Ricardo A. Setti — como dizia Carlos Lacerda, referindo-se a Júlio de Mesquita Filho, "uma pessoa com direito de me dizer o que fazer ou deixar de fazer". À leitura que ele fez dos originais devo inúmeras mudanças no texto deste livro, o terceiro que escrevo com sua generosa ajuda.

Agradeço aos amigos Wagner Homem e Jaime Snaider, dois craques da informática, pelo pronto-socorro tecnológico que me ofereceram nestes últimos doze meses.

Agradeço ao meu editor, Luiz Schwarcz, pelo estímulo e, mais uma vez, pela tolerância com os meus atrasos, e a Carlos Alberto Inada, pelas sugestões que fez para melhorar a compreensão deste livro.

Agradeço à equipe do Arquivo Público do Estado de São Paulo, não apenas na pessoa do pesquisador Aparecido Oliveira da Silva, mas também a Adriana Cristina Zambrini, Amir Neves Ferreira Velho, Andrea Simões Vieira, Cabral da Silva, Cristiano Clayton Costa Nascimento, Débora de Castro Araújo Ramiro, Denis Paulino, Eduardo Luiz Turco, Emerson de Belson, Fausto Couto Sobrinho, Fernanda Simões Vieira, Ismavete Gonzaga dos Santos, João Luiz Jardim Sanches, José Aparecido Barros Corrêa, Julio Cezar da Silva Pereira, Lauro Ávila Pereira, Maria Amélia A. A. Pinheiro, Marilene Castilho Pimentel Pedroso, Ricardo de Aguiar Krohn, Robson Rodrigues, Rodrigo Leandro da Silva, Ronaldo de Faria, Sueli Maria do Nascimento, Thiago Ignácio, Timóteo Coelho Sales e Wendell Eduardo dos Santos.

E agradeço, finalmente, aos entrevistados, e a Adele Magnani, Alberto Simões, Alexandre Arroyo, Alziro Sanches, André Figueiroa, André Luiz Ferrara de Oliveira Silva, Andreia Fuzinetti, Angela Maria Montezani Pontes, Antônio Casaroto, Antonio Sérgio Ribeiro, Aparecida Luiza Gaspar, Aparecida Miyako Sasaki Guimarães, Arcélio Vasconcelos, Carlos Eduardo Benites, Carlos Eduardo Torres Rubi, Carlos Ferreira Damião, Cassiano Elek Machado, Célia Harari Valente, Clóvis Andrade, Cosette Alves, Edmar de Oliveira Ciciliati, Edson Brasileiro, Eduardo Makoto Gushiken, Eliane Perez, Elias Dácio, Elisa Harari Valente, Elíseo Ishida, Eliseu Visconti, Ernesto Akira Yamamoto, Ernesto Heraclites Trindade, Esio Ferrara, Ezequiel Ferreira da Silva, Flávia Cristina Valente, Flôr Aida Peregrino da Silva Castiglioni, Francisco Sanches Martins, Geraldo Borges de Freitas Filho, Gilson José Leonel, Henrique Grion Jr., Heitor A. Ferreira, Hilton Buller de Almeida, Ireno Ricardo, Itiro Handa, Izildinha de Fátima Pantolfi Lima, Jacira Ferrara de Oliveira Silva, Jaime Snaider, Janice Mitsumi Ieri Yamanasi, Jesus Guimarães, João Alves dos Santos, João Batista Casari, João Mendonça Pinheiro, João Silvio Brigantini, Jorge Hisatugo, José Carlos Garcia, José Casaroto, José Inácio de Melo Souza, José Luiz Jaqueto, José Mauricio Machline, José Onofre, José Prado, José Ramos Antunes, José Suga, Jovar Brigantini, Juca Martins, Júlio Caesar Ramos, Júlio Suga, Keiji Kono, Kilani Hajni, Kisaburo Yamanaka, Lauro Ávila, Lélia Wanick, Lenine Pinto, Leonidio Rigo, Lourival Machado, Lúcia Haddad, Lúcia Mayumi Sugimoto, Luís Augusto de Oliveira Silva, Luís Carlos Cabral, Luís Carlos Schulz, Luís Haruo Abe, Luiz Carlos Boyago, Manoel Ironides Rosa, Manoel Porcel, Manuel Alceu Afonso Ferreira, Marcelo Luís Saran Filipin, Marcio Valente, Marco Chiaretti, Marcos Rogério Ferrara, Margarida Polini, Maria Aparecida Andrella Barbo, Maria Cristina de Oliveira Simões, Maria de Lourdes Araújo Santos,

Maria Ignez Jaquetto Nomura, Maria Inês Sugai, Maria Lúcia de Barros Mott, Marília Morais Cajaíba, Mário Prata, Mário Vieira dos Santos, Marli Sanches Fernandes, Massaharu Matsubara, Maurício Veríssimo, Natal Magnani, Neide Federman, Nereo Nave, Nilo Avelino Mosa, Onofre Deutez André, Ophélia de Oliveira, Orildo Nogueira, Paulo Aoki, Paulo de Lara, Paulo Harth, Paulo Ishibashi, Paulo Lúcio Nogueira (em memória), Paulo Ribeiro, Paulo Trindade, Reynaldo Mapelli, Ricardo Amado de Freitas Alves, Roberto Yoshifumi Kawasaki, Rogério Altman, Rolim Adolfo Amaro, Rosa Hiroko Matsuzaki, Ruy Oshiro, Samantha Dangot, Sebastião Borges, Sebastião Salgado, Sérgio Morais, Silvia Romano, Silvoney Garrocino, Simone Viturino da Silva Alves, Sussumi Iwama, Takao Kawakami, Takeo Kimura, Takeshi Gushiken, Tamimi Rayes Borsato, Tânia Sayuri Ida Mathias, Ulysses Silvani, Vanderley Orso, Vera Almeida, Vladimir Machado, Walter Montezani, Wilson Moherdaui, Work Force, Yugo Ando, Yugo Assano e Zilah Abramo.

SOBRE O AUTOR

Fernando Morais nasceu em Mariana, Minas Gerais, em 1946. É jornalista desde 1961. Trabalhou nas redações de *Veja*, *Jornal da Tarde*, *Folha de S.Paulo* e *TV Cultura*. Recebeu três vezes o Prêmio Esso e quatro vezes o Prêmio Abril de Jornalismo. Foi deputado estadual durante oito anos (pelo MDB-SP, e depois pelo PMDB-SP) e secretário da Cultura (1988-91) e da Educação (1991-3) do estado de São Paulo. É autor dos roteiros das minisséries documentais *Brasil, 500 anos* e *Cinco dias que abalaram o Brasil*, exibidas pelo canal GNT/Globosat. Escreveu, entre outros livros, *Transamazônica* (Brasiliense, 1970, com Ricardo Gontijo e Alfredo Rizutti), *A Ilha* (Alfa-Omega, 1975; reeditado pela Companhia das Letras em 2001), *Olga* (Alfa-Omega, 1985; reeditado pela Companhia das Letras em 1993), *Chatô, o rei do Brasil* (Companhia das Letras, 1994) e *Os últimos soldados da Guerra Fria* (Companhia das Letras, 2011). Tem livros traduzidos em dezoito países. Em 2001, *Corações sujos* recebeu o Prêmio Jabuti de livro do ano de não-ficção. Em 2006, lançou *Montenegro* e, em 2008, *O mago*, ambos pela Editora Planeta.

Copyright © 2000 by Fernando Morais

Projeto gráfico e capa:
Hélio de Almeida

Preparação:
Carlos Alberto Inada

Revisão:
Beatriz de Freitas Moreira
Carmen S. da Costa

Revisão de termos japoneses:
Jefferson José Teixeira

ISBN 978-85-8086-426-7

Todos os direitos desta edição reservados à
EDITORA SCHWARCZ LTDA.
Rua Bandeira Paulista, 702, cj. 32
04532-002 — São Paulo — SP
Telefone: (11) 3707-3500
Fax: (11) 3707-3501
www.companhiadasletras.com.br
www.blogdacompanhia.com.br